

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ELISA FAVARO VERDI

PRODUÇÃO GEOGRÁFICA E RUPTURA CRÍTICA:  
A GEOGRAFIA USPIANA ENTRE 1964 E 1985

*VERSÃO CORRIGIDA*

SÃO PAULO  
2016

ELISA FAVARO VERDI

Produção geográfica e ruptura crítica:  
a Geografia uspiana entre 1964 e 1985

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

*Versão corrigida*

*De Acordo:*

---

*Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos*

São Paulo  
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Vp Verdi, Elisa Favaro  
Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia  
uspiana entre 1964 e 1985 / Elisa Favaro Verdi ;  
orientadora Ana Fani Alessandri Carlos. - São Paulo,  
2016.  
261 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Departamento de Geografia. Área de  
concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Crítica. 2. marxismo. 3. Universidade  
de São Paulo. 4. ditadura civil-militar. 5. Escola  
Francesa de Geografia. I. Carlos, Ana Fani  
Alessandri, orient. II. Título.

Nome: VERDI, Elisa Favaro

Título: Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*Para os meus pais, Maria do Carmo e Luís César,  
pelo amor e apoio incondicionais.*

*Para o Gustavo, pela parceria e pelo futuro.*

## **AGRADECIMENTOS**

O trabalho de pesquisa foi intenso, algumas vezes dolorido, mas sempre divertido e gratificante. No caminho, amigas e amigos, companheiras e companheiros, professoras e professores foram fundamentais para esse trajeto, que ajudou a construir não somente essa pesquisa, mas também a sua autora.

Agradeço à Fani pelos últimos anos de orientação. A sua trilha fez o caminho ser muito menos tortuoso e sempre cheio de desafios e incentivos. Aprendi, na sua companhia, não apenas a fazer pesquisa, estritamente, mas a pensar sobre o mundo e sobre a universidade, cientificamente e criticamente. Agradeço também à todos os colegas do GESP, um grupo de pesquisa e parceria muito rico e um espaço mais que fundamental da minha formação.

Agradeço aos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Sandra Lencioni pelas contribuições no exame de qualificação. Aquele momento foi muito importante para a pesquisa e para os rumos que ela tomou. Ao primeiro agradeço também pela entrevista concedida, assim como agradeço à professora Odette C. de Lima Seabra pelas duas entrevistas que muito enriqueceram o trabalho. Agradeço à professora Larissa Mies Bombardi pela oportunidade da monitoria PAE, que também me ensinou muito.

Agradeço por toda paciência e ajuda da Cida e da Bete, que muito me auxiliaram durante os meses de pesquisa no arquivo do CAPH. Agradeço também à Maria Luz e todos os funcionários da Seção de Expediente da FFLCH pelo auxílio na pesquisa dos processos e memoriais. E agradeço à Ana, da copiadora, pela prontidão e ajuda sempre com prazo curto.

Agradeço à todos os amigos e amigas que a Geografia, a universidade e a AGB me apresentaram: Anaclara, Baldraia, Breno, Carol, Carol Mendes, Caião, César, Danee, Daniel, Denys, Diogo Labiak, Diogo Marciano, Fernanda, Gigante, Gilmar, Jacke, João Rodrigues, Ju Bruce, Junior, Karen, Léa, Máira, Mendel, Marcela, Natália, Paulão, Paulinha, Paulo Henrique, Pedrinho, Ramone, Renata Sampaio, Renata Silveira, Rubens, Tarzan e muitos outros. Na companhia de vocês aprendo todos os dias sobre o Brasil, sobre a resistência e sobre o amor.

A estadia em Paris no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine foi uma experiência muito enriquecedora, pessoalmente e academicamente. Agradeço, especialmente, à professora Martine Droulers, cujo auxílio nesse último ano de pesquisa foi fundamental para a construção de muitos dos argumentos aqui expostos. Agradeço pelas nossas conversas e pelas leituras dedicadas dos textos. Agradeço também ao Marcelo pela recepção e apresentação dos

meandros do Instituto. E agradeço à Cécile, pelas muitas conversas sobre o nosso objeto em comum.

Agradeço aos amigos Vanessa e Gabriel, companheiros recentes, mas já de muita parceria. Desbravar Paris foi bem mais fácil e mais bonito com vocês. Agradeço também ao Romain, à Marion e ao Jordi, que preencheram a cidade de novidades.

Agradeço às amigas e ao amigo que estão comigo sempre: Marcela, Marcelo, Flávia, Hannah e Marina. A vida é melhor na companhia de vocês.

Agradeço à Evani e ao Leland, meus tios nada postiços que sempre acompanharam com muito carinho toda a minha formação, das primeiras letras à pós-graduação.

Agradeço aos meus pais, Maria do Carmo e Luís Cesar. A ajuda, o apoio e o amor de vocês possibilitaram que esse trabalho acontecesse, com todas as suas viradas e descaminhos.

Agradeço ao Gustavo, meu amor, que preenche a vida de alegria. Esse trabalho é também um pouco seu, que conhece todos os sofrimentos e alegrias de cada parágrafo e nota de rodapé. Juntos compartilhamos a casa, as pesquisas, o futuro. Esse trabalho é mais um momento da nossa caminhada.

Finalmente, agradeço à FAPESP tanto pela bolsa concedida no Brasil quanto pela bolsa de estágio de pesquisa no exterior, que permitiram a realização dessa pesquisa.

*“A realidade estava e está em trânsito; os instrumentais estilísticos, perfeitos e acabados. Queríamos refletir sobre uma realidade em modificação, e tínhamos ao nosso dispor apenas estilos imodificáveis ou imodificados. Essas estruturas reclamavam sua própria destruição, a fim de que não destruíssem a possibilidade de, em teatro, surpreender o movimento. E queríamos surpreendê-lo.”*

Augusto Boal, em *Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*

## RESUMO

VERDI, E. F. **Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985.** 2015. 261 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016

Esta dissertação de Mestrado analisa a produção acadêmica do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo como momento fundamental do movimento de ruptura crítica da Geografia brasileira na segunda metade do século XX. A partir da hipótese de que os antecedentes da renovação podem ser encontrados na produção geográfica do referido departamento e nos periódicos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (SILVA, 1983), empreendeu-se o levantamento e a análise das dissertações de Mestrado, teses de Doutorado, Livre-Docência e Cátedra defendidas no Departamento de Geografia da USP entre 1964 e 1985. Tal recorte temporal refere-se ao período da ditadura civil-militar no Brasil e constitui o contexto sócio-histórico de desenvolvimento da renovação crítica na ciência geográfica brasileira. Compreendemos que o estabelecimento da relação entre texto – a produção acadêmica - e contexto – a ditadura civil-militar - (CANDIDO, 1981) revela as determinações da produção e consolidação de um pensamento crítico em um momento de repressão. A análise das dissertações e teses demonstrou a existência de um diálogo entre a Geografia brasileira e a Escola Francesa de Geografia, a qual fundamentou diversas perspectivas teóricas e metodológicas nos trabalhos analisados a partir, essencialmente, da obra de três geógrafos franceses: Pierre Monbeig, Pierre George e Yves Lacoste. Neste trabalho analisamos também o diálogo entre a produção acadêmica do Departamento de Geografia da USP e a obra destes três autores. Compreendemos que a renovação crítica se consolidou como uma ruptura em relação à perspectiva da Escola Francesa de Geografia, construindo uma Geografia baseada no materialismo histórico que analisa a relação entre sociedade e espaço dialeticamente. As dissertações e teses analisadas, portanto, revelam um movimento de ruptura metodológica, fruto de um processo de ruptura crítica em relação à tradição herdada da Escola Francesa de Geografia e de ruptura política em relação à ditadura civil-militar, constituindo assim o chamado movimento da Geografia Crítica no Brasil.

**Palavras-chave:** Geografia Crítica; marxismo; Universidade de São Paulo; ditadura civil-militar; Escola Francesa de Geografia.

## ABSTRACT

VERDI, E. F. **Geographical production and critical rupture: USP's Geography between 1964 and 1985.** 2015. 261 f. Dissertation (Master) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016

This dissertation analyzes the academic production of the Department of Geography at the University of São Paulo as a fundamental moment of the critical rupture movement of the Brazilian Geography in the second half of the twentieth century. From the hypothesis that the antecedents of this movement can be found in the geographical production of that department and in the journals of the Associação dos Geógrafos Brasileiros (SILVA, 1983), it was undertaken the survey and analysis of the Master's dissertations, Doctoral, Post-Doctoral and Chair theses presented at USP's Department of Geography between 1964 and 1985. Such a time frame refers to the period of the civil-military dictatorship in Brazil and constitutes the socio-historical context of the critical renewal movement in the Brazilian geographic science. We understand that the establishment of the relationship between text - the academic production - and context - the civil-military dictatorship - (CANDIDO, 1981) reveals the determinations of the production and the consolidation of a critical thinking during a time of repression. The analysis of the academic production demonstrated the existence of a dialogue between the Brazilian Geography and the French Geography School, which had based different theoretical and methodological perspectives in the analyzed production, especially the work of three French geographers: Pierre Monbeig, Pierre George and Yves Lacoste. In this dissertation we analyze the dialogue between the academic production of USP's Department of Geography and the work of these three authors. We understand that the critical renewal was consolidated as a rupture with the perspective of the French School of Geography, building a Geography based on historical materialism that examines the relationship between society and space dialectically. The analyzed dissertations and theses therefore reveal a methodological rupture movement, the result of a process of critical rupture with the tradition inherited from the French Geography School and political rupture with the civil-military dictatorship, thus constituting the so-called Critical Geography movement in Brazil.

**Key-words:** Critical Geography; marxism; University of São Paulo; civil-military dictatorship; French Geography School.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>PARTE I</b>	<b>18</b>
<b>DO COMPROMISSO SOCIAL À RUPTURA CRÍTICA: OS CAMINHOS DA LUTA TEÓRICA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO</b>	<b>18</b>
<b>1. A ruptura crítica: primeira aproximação</b>	<b>19</b>
<b>2. A ruptura política: o Departamento de Geografia e a ditadura civil-militar</b>	<b>33</b>
2.1. A ditadura civil-militar como processo de modernização autoritária	36
2.2. A modernização autoritária implementada nas universidades: a Reforma Universitária na USP	40
<b>3. A ruptura metodológica: a produção do Departamento de Geografia durante a ditadura civil-militar</b>	<b>54</b>
3.1. A Geografia Histórica de Pasquale Petrone	56
3.2. As primeiras fissuras nas monografia urbanas: Andrade, Rossini e Silva	60
3.3. A superação da totalidade fechada: Sader e Seabra	66
3.4. A construção de uma totalidade contraditória: Oliveira e Carlos	69
3.5. A consolidação da ruptura metodológica: Costa, Moraes, Damiani e Vesentini	76
3.6. O papel do Boletim Paulista de Geografia e da Associação dos Geógrafos Brasileiros na construção e circulação da crítica da Geografia	86
3.7. A ruptura metodológica na Geografia brasileira: síntese à guisa de conclusão	90
<b>PARTE II</b>	<b>93</b>
<b>A CONSTRUÇÃO DE UMA AUTOCRÍTICA DA ESCOLA FRANCESA DE GEOGRAFIA E SEUS ECOS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO</b>	<b>93</b>
<b>4. Yves Lacoste e a elaboração de uma teoria geográfica da estratégia</b>	<b>94</b>
4.1. Yves Lacoste, herdeiro e pensador do terceiro mundo	95
4.2. A região como conceito-obstáculo e a politização do discurso geográfico	107
4.3. Hérodote, a inauguração de uma guerrilha epistemológica	115
<b>5. Pierre George e a prática do geógrafo ativo</b>	<b>125</b>
5.1. A Geografia Ativa, um legado crítico?	130
5.2. Pierre George e a Universidade de São Paulo	137
<b>PARTE III</b>	<b>142</b>
<b>PIERRE MONBEIG E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: SOBRE A GEOGRAFIA FRANCESA E O SEU DESEMBARQUE NO BRASIL</b>	<b>142</b>
<b>6. A Universidade de São Paulo e a missão estrangeira: aspectos da circulação de saberes entre a França e o Brasil</b>	<b>143</b>
6.1. O processo de conquista ideológica francesa no ultramar: desbravamento e imposição	143
6.2. Universidade de São Paulo: o projeto e a sua realização	156
6.3. A missão francesa na USP: sobre a seleção e as tarefas dos professores-missionários no Brasil	158
<b>7. A permanência da mudança: as especificidades da produção científica em Geografia na periferia do capitalismo</b>	<b>165</b>
7.1. Pierre Deffontaines: missionário da Geografia Francesa	165

7.2. Pierre Monbeig e os caminhos de uma Geografia francesa produzida no Brasil, sobre o Brasil	169
7.2.1. Trajetória pessoal e formação científica: o jovem Monbeig	169
7.2.2. A Associação dos Geógrafos Brasileiros, uma entidade acadêmico-cultural	171
7.2.3. Especificidades e exigências da produção científica na periferia do capitalismo, ou a permanência da mudança	175
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>189</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>214</b>

## INTRODUÇÃO

São Paulo, Rio de Janeiro, Praga, Cidade do México, Chicago, Quebec, Tóquio, Berlim, Tunis, Paris: em 1968, essas cidades e muitas outras passaram por revoltas e manifestações estudantis. Cada lugar com a sua especificidade e conjuntura política: na Cidade do México, estudantes em greve que lutavam pela democratização da política mexicana no contexto de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos foram duramente reprimidos em uma manifestação em que o exército matou cerca de 300 pessoas e prendeu mais de duas mil; em Quebec, no Canadá, o grupo *Front de Libération du Québec*, formado por estudantes e trabalhadores, explodiu mais de 25 bombas pela cidade com o objetivo de acelerar o processo de independência do Quebec por meio da luta armada; em Tóquio, no Japão, a organização estudantil autogestionária *Zengakuren* protagonizou diversos enfrentamentos com a polícia japonesa em manifestações que reivindicavam tanto a democratização do ensino superior quanto o fim da Guerra do Vietnã; em Berlim, na Alemanha, um dos líderes da União de Estudantes Socialistas sofreu uma tentativa de assassinato por parte de um grupo radical neonazista, desencadeando uma série de manifestações violentamente reprimidas; em Tunis, na Tunísia, o movimento internacionalista de extrema esquerda *Perspectives* teve toda a sua direção presa e torturada depois de violentas manifestações a favor da democratização do regime político tunisiano; em Paris – com certeza a revolta estudantil mais conhecida dentre todas as mencionadas – alunos da prestigiada *École Normale Supérieure* e da *Faculté de Nanterre* protagonizaram dois dias e uma noite de conflito com as forças policiais no centro da cidade após a ocupação da reitoria da Sorbonne (ARTIÈRES; ZANCARINI-FOURNEL, 2015); em São Paulo, uma ditadura civil-militar reprimia todos os tipos de manifestação política e crítica ao regime, prendendo e torturando seus opositores, expurgando professores, estudantes e funcionários das universidades, transformando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, localizada no centro da cidade, em um campo de batalha; no Rio de Janeiro, em uma dessas manifestações, o estudante secundarista Edson Luis foi assassinado, transformando-se em um dos símbolos da luta contra o regime (LANGLAND, 2013). Foram tempos de “mutação cultural”, como argumenta Cardoso (2005, p.94):

Os movimentos dos anos de 1960, seja na sua expressão mais propriamente política, seja na contracultural, ou mesmo nos modos em que combinaram essas expressividades, tiveram como *traço* característico a transgressão de padrões de valores estabelecidos. Transgressão não no sentido de uma pura negatividade, ou de uma negação absoluta dos limites estabelecidos, mas de um movimento que os atravessa afirmando novos limites.

A flexibilização das hierarquias e das autoridades e a luta social de diversos movimentos, em escala internacional, transgrediram as formas tradicionais de política e de organização social, consolidando a década de 1960 como um momento de ruptura na história do século XX (CARDOSO, 2005).

Lefebvre (1978) argumenta que a busca pelas rupturas políticas na história revela as discontinuidades e contradições do progresso das forças produtivas, evidenciando as especificidades dos processos. A continuidade temporal, para o autor, encontra o limite da análise histórica pois baseia-se na continuidade evolutiva e no encadeamento linear de fatos.

Esse esquema evolutivo, aplicado à história, se transforma em encadeamento determinista de causas e de efeitos. Este método não coincide com a metodologia preconizada por Marx: *démarche* analítico-regressiva seguida de uma *démarche* progressiva e sintética levando ao fundamento (produção e reprodução do objeto considerado no pensamento do sujeito do conhecimento). (LEFEBVRE, 1978, p.3)

A mencionada *démarche* marxiana seria, para o autor, o caminho de superação do esquema evolutivo e determinista que não evidencia a essência dos processos históricos, mascarando as contradições que movem a própria história. A busca pelas contradições se dá, de acordo com Lefebvre (1978), na busca pelas rupturas, que constituem o fundamento – e não a origem<sup>1</sup> – de todos os processos e das suas especificidades.

Assim, a partir de Lefebvre (1978), argumentamos nesta dissertação que o fundamento da ruptura com a Geografia tradicional e com as perspectivas positivista e historicista, consolidada durante as décadas de 1970 e 1980 na Geografia brasileira, pode ser encontrado na construção teórica materialista dialética que os geógrafos se esforçaram para criar, a qual trouxe novos conteúdos para as pesquisas em Geografia, transformando a leitura que a ciência parcelar realiza das formas como o espaço e a sociedade se relacionam.

Nesse processo de ruptura, a questão das classes sociais se tornou um aspecto fundamental da análise espacial, configurando-se assim em um novo conteúdo do discurso geográfico sobre a realidade. Também a leitura do modo de produção capitalista e suas formas de transformar o espaço, produzindo-o para os seus objetivos, é um novo conteúdo do discurso geográfico crítico. Portanto, conceitos e categorias outros, diferentes dos utilizados pela

---

<sup>1</sup> Lefebvre (1978), ao discutir o *Anti-Dühring* de Friedrich Engels, realiza uma reflexão sobre a pesquisa marxista, ou, o materialismo dialético enquanto método de pesquisa e interpretação da realidade. Para o autor, esta obra de Engels constitui uma preocupação com a gênese do ser humano por dentro da natureza, revelando assim questões de *origem* que se manifestam em continuidade evolutiva e encadeamento linear. Entretanto, o autor argumenta que justamente esse encadeamento linear realizado por Engels na sua análise da natureza explicita a diferença entre gênese, ou origem, e fundamento: enquanto a pesquisa sobre a origem encadeia a história como causas e efeitos, a busca pelos fundamentos é que revela as rupturas do processo, suas discontinuidades e contradições.

Geografia tradicional e pela Geografia Quantitativa, reconfiguram a perspectiva da ciência geográfica, transformam interpretações e conseqüentemente iniciam um novo momento da prática e da ciência geográfica no Brasil.

Para construir tal argumento, a investigação que empreendemos, cujo resultado é essa dissertação, partiu da seguinte inquietação inicial: como um pensamento crítico, no caso o movimento de renovação crítica na Geografia brasileira, floresce e se consolida em um período de repressão política, social e intelectual como a ditadura civil-militar?

Essa inquietação é, em verdade, um desdobramento da pesquisa que realizamos entre 2010 e 2012 e que resultou em um Trabalho de Graduação Individual (TGI) intitulado *O início da Geografia Radical: uma aproximação a partir de Harvey e Smith*. Naquele momento, analisamos as diferenças entre a chamada Geografia Crítica e a chamada Geografia Radical, buscando os elementos de renovação – autores, conceitos e questões – que ambas traziam como conteúdo para a disciplina. Naquele trabalho, analisamos os primeiros dez anos de publicação do periódico estadunidense *Antipode* com o objetivo de compreender qual foi a proposta que os geógrafos no entorno da revista fizeram para a consolidação de uma ciência geográfica comprometida com a transformação tanto da realidade quanto da sua própria disciplina.

O estudo sobre a Geografia Crítica brasileira, naquele momento, restringiu-se à leituras de balanços e interpretações realizados por diversos geógrafos sobre o movimento de renovação (MORAES, 1985; 2005a; MOREIRA, 1979; 2000b; 2008; 2009; PORTO-GONÇALVES, 1978; SANTOS, [1978] 2004; 1982; SCARIM, 2000; SILVA, 1983; SPOSITO 2004). Nessas leituras, encontramos distintas interpretações das mesmas questões. Entretanto, como denominador comum dentre todas elas constava a aproximação que diversos autores tiveram com o marxismo, o entendimento de que havia uma crise da Geografia e o momento da ditadura civil-militar como fundamental para a compreensão da sociedade brasileira que aqueles geógrafos lutavam para transformar.

Assim, a possível relação entre a renovação na disciplina e a ditadura civil-militar foi a inquietação inicial que moveu a continuidade da pesquisa. Seguimos, portanto, na intenção de analisar o processo de renovação crítica na Geografia brasileira inserido e determinado pela realidade social do seu desenvolvimento, dada pelo período ditatorial que empreendia grandes transformações na economia, na política e na sociedade brasileiras.

O estabelecimento da relação entre texto e contexto (CANDIDO, 1981)<sup>2</sup> tomou rumo com a seguinte proposta de Silva (1983, p.73):

---

<sup>2</sup> Candido (1981) considera que os fatores referentes ao *texto* são aqueles internos à composição textual e que os fatores referentes ao *contexto* são aqueles externos que compõem a esfera do social. Para o autor, se trata de uma

Os antecedentes da renovação teórica geográfica no Brasil devem ser buscados entre aqueles geógrafos então descontentes com a situação oficial de sua disciplina. Embora pareça contraditório, o movimento de renovação teve também raízes numa instituição velha: o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ele juntou esforços dos professores do Departamento, de sua área de Geografia Humana, aos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, então seção regional de São Paulo, através do Boletim Paulista de Geografia.

Tal afirmação foi por nós transformada em hipótese de trabalho, e assim a busca pelos antecedentes e pelas questões da renovação centrou-se na produção do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Com isso, estabelecemos como objetivo a análise das dissertações e teses defendidas no referido departamento entre 1964 e 1985, visando encontrar os autores, debates, questões e propostas que estes trabalhos teriam incorporado à Geografia.

A primeira etapa de investigação realizou-se em três frentes de pesquisa: uma ampliação e um aprofundamento das leituras das diversas interpretações e balanços sobre a renovação; o estudo do período da ditadura civil-militar, suas características e determinações, e principalmente as suas conseqüências para o ensino superior e as universidades brasileiras, com especial interesse na Universidade de São Paulo; e o levantamento de todas as dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, Livre-Docência e Cátedra que foram defendidas no Departamento de Geografia da USP entre 1964 e 1985.

Com esse material, realizamos uma primeira aproximação e leitura de diversas das dissertações e teses buscando os autores e debates que fundamentavam as discussões presentes nos trabalhos. No trajeto, deparamo-nos com um diálogo antigo e consolidado com a Geografia francesa e diversos de seus intelectuais. Entre eles, com especial destaque, Pierre Monbeig, Pierre George e Yves Lacoste.

O encontro com a Escola Francesa de Geografia nestes trabalhos incentivou o estudo mais aprofundado dos autores mencionados, objetivando encontrar nestes as questões que ecoaram entre os geógrafos brasileiros e os diálogos empreendidos entre os dois lados do Atlântico. Assim, partimos para um estágio de pesquisa no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine*, na Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle durante o primeiro semestre de 2015 para encontrar, nas obras dos geógrafos referidos, muitas discussões que

---

dicotomia que deve ser dialetizada, visto que todo texto é produto do seu contexto. Toda produção textual se insere em um contexto social e histórico que a determina, e portanto a compreensão dos fatores internos do texto deve estar sempre associada à compreensão dos seus fatores externos.

fundamentaram uma crítica à chamada Geografia tradicional e que produziram no Brasil um aprofundamento da crítica, uma radicalização e uma ruptura.

Após essa etapa, retornamos às dissertações e teses para refazer, ampliando e refinando, a análise da proposta de ciência que os geógrafos estavam desenhando. Encontramos, nesse momento, o diálogo com a Geografia francesa em outros termos: não apenas a reprodução de uma idéia produzida em outro lugar, mas a crítica dessa idéia e a constatação da sua insuficiência para o desvendamento da realidade brasileira.

Consideramos que a insuficiência constatada pelos geógrafos brasileiros foi superada, a nosso ver, pela sua aproximação com o marxismo e conseqüente escolha pelo materialismo histórico e pela dialética como caminhos para a interpretação da realidade. As contradições específicas da periferia do capitalismo exigiam uma ciência capaz de desvendar essas próprias contradições, suas especificidades, determinações e seu movimento. A dialética consolidou-se, assim, como a forma desse desvendamento.

Portanto, consideramos que essa dissertação trata da existência de um desenvolvimento desigual do pensamento geográfico: a produção científica – e nela inserida a Geografia – é produto das especificidades dos lugares onde é produzida. A renovação da Geografia brasileira evidencia, assim, que a realidade da periferia do capitalismo impunha à ciência uma interpretação renovada, diferente, totalizante e contraditória, simultaneamente.

Essas reflexões estão expostas, nesta dissertação, em sete capítulos organizados em três partes. Na primeira parte, intitulada **Do compromisso social à ruptura crítica: os caminhos da luta teórica na Universidade de São Paulo** debatemos, no capítulo 1 – *A ruptura crítica: primeira aproximação* – os diversos balanços e interpretações já empreendidos sobre o movimento de renovação na Geografia brasileira buscando os principais argumentos, convergências e divergências dos autores analisados; no capítulo 2 – *A ruptura política: o Departamento de Geografia e a ditadura civil-militar* – argumentamos que a ditadura foi um processo de modernização autoritária e analisamos suas ingerências na USP, mais especificamente no Departamento de Geografia; e no capítulo 3 – *A ruptura metodológica: a produção do Departamento de Geografia durante a ditadura civil-militar* – expomos a nossa análise de algumas dissertações e teses defendidas no departamento referido entre 1964 e 1985 que consideramos serem representativas do processo de renovação e que revelam a construção e a consolidação de uma ruptura metodológica.

Na segunda parte, intitulada **A construção de uma autocrítica da Escola Francesa de Geografia e seus ecos na Universidade de São Paulo** expomos, no capítulo 4 – *Yves Lacoste e a elaboração de uma teoria geográfica da estratégia* -, nossa análise de parte da obra do

geógrafo Yves Lacoste tratando da construção da sua denúncia dos problemas da Geografia tradicional e sua crítica política à Escola Francesa de Geografia; e no capítulo 5 – *Pierre George e a prática do geógrafo ativo* – debatemos a magnitude e a importância, para os geógrafos brasileiros, da obra de Pierre George, com especial interesse na sua Geografia Ativa.

E finalmente, na terceira parte, intitulada **Pierre Monbeig e a Universidade de São Paulo: sobre a Geografia francesa e o seu desembarque no Brasil**, empreendemos no capítulo 6 – *A Universidade de São Paulo e a missão estrangeira: aspectos da circulação de saberes entre a França e o Brasil* – uma reflexão sobre as trocas acadêmicas e científicas na área da Geografia entre os dois países, percebendo as desigualdades e assimetrias dessa relação, e a fundação da Universidade de São Paulo em 1934 como mais uma etapa dessa circulação de saberes; e no capítulo 7 – *A permanência da mudança: as especificidades da produção científica em Geografia na periferia do capitalismo* – debatemos a importância dos dois geógrafos franceses que vieram ocupar a cátedra de Geografia na USP nas missões estrangeiras de fundação da universidade, Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, analisando parte da obra do segundo como a primeira demonstração da impossibilidade de realização plena da metodologia regional da Escola Francesa de Geografia na análise da realidade brasileira.

Neste trabalho, argumentamos que se realizou, na Geografia brasileira durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, não apenas uma renovação de conteúdos e temas na disciplina, mas sim uma ruptura teórica e metodológica com a tradição de produção geográfica herdada dos mestres franceses. Tal ruptura é fruto não somente de uma reelaboração da problemática da ciência geográfica, mas também e principalmente é resultado de uma ruptura política que os geógrafos empreenderam com uma Geografia apolítica, pretensamente neutra e, conseqüentemente, ideológica. Associando portanto compromisso social com renovação teórica, a Geografia no Brasil consolida uma radicalização que produz um novo caráter social para a disciplina, realizando uma ruptura teórica e metodológica com a Geografia anterior, retrospectivamente denominada de tradicional e construindo uma ciência progressivamente denominada de Geografia crítica.

## **PARTE I**

### **DO COMPROMISSO SOCIAL À RUPTURA CRÍTICA: OS CAMINHOS DA LUTA TEÓRICA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Com o objetivo de responder à questão inicial e desvendar a contradição que moveu o processo de pesquisa – como um pensamento crítico se desenvolve e floresce em um momento de repressão política, social e intelectual que foi a ditadura civil-militar brasileira – faremos a exposição do argumento em dois movimentos: primeiramente, uma breve análise de diversos autores que já realizaram balanços e interpretações sobre a renovação crítica na Geografia brasileira – no capítulo 1 -, e em seguida uma reflexão sobre o próprio período histórico em tela, a ditadura civil-militar, a partir da Universidade de São Paulo, mais especificamente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e do Departamento de Geografia nela inserido – no capítulo 2. Buscamos, com tais argumentos, refletir sobre o contexto institucional, ou o plano da totalidade, da produção de um pensamento crítico em Geografia.

Em seguida, no capítulo 3, articulamos à essas reflexões a leitura das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas entre 1964 e 1985 que analisamos para compreender a produção acadêmica do Departamento de Geografia da USP, visando encontrar os autores e argumentos fundamentais que aparecem nesses trabalhos e que revelariam os elementos e o processo da renovação. Com base nesse material desenvolvemos o argumento de que a renovação crítica na Geografia brasileira se consolidou como uma *ruptura*, nos termos lefebvrianos que desdobramos já na Introdução. À essa análise acrescentamos também a leitura de alguns artigos publicados no Boletim Paulista de Geografia, periódico da seção São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros, para discutir o caráter renovador da própria associação, em comparação à “instituição velha” (SILVA, 1983), a Universidade de São Paulo. A nosso ver, naquele momento a AGB se consolidou como um espaço mais aberto ao debate em comparação à universidade, e por isso através das suas publicações e eventos o questionamento daqueles insatisfeitos com a Geografia transpareceu com maior clareza.

## 1. A ruptura crítica: primeira aproximação

De acordo com Carlos (1993), Machado (2000), Moraes (1985; 2005a), Moreira (1979; 2000b; 2008; 2009), Oliveira (1982), Petrone (1992), Porto-Gonçalves (1978), Santos ([1978] 2004; 1982), Scarim (2000), Silva (1983), Sposito (2004) e Vesentini (1985; 1987; 1990), a partir da década de 1970 há, no Brasil, um processo de questionamento da chamada Geografia tradicional que constituiu-se em uma tentativa de elaborar uma nova teoria geral da Geografia, que permitisse ver a realidade de um contexto social, político e econômico estabelecido após as duas guerras mundiais e em questionamento pelos movimentos de direitos civis.

De acordo com Moraes (2005a), o movimento de renovação da Geografia se inicia na década de 1950, momento em que os geógrafos começam a se abrir para novos caminhos metodológicos, desenvolvendo novas perspectivas pautadas na crítica ao que o autor denomina de Geografia tradicional.

Tal termo – *Geografia tradicional* – está presente em diversos dos autores que debateram o movimento de renovação, especialmente brasileiros (ABREU, 2014; ANDRADE, 1999; CARLOS, 1993; MORAES, 2005a; MOREIRA, 2009; PORTO-GONÇALVES, 1978; SANTOS, [1978] 2004; SCARIM, 2000; SILVA, 1983; VESENTINI, 1985; 1987; 1990). Carlos (1993) define esta perspectiva como aquela que utiliza uma concepção de espaço absoluto<sup>3</sup>. Já Moreira (2009) argumenta que, na Geografia tradicional, prevalece um conceito de natureza definido por uma realidade formada de objetos de origem não-humana, ou seja, externos ao homem. Abreu (2014) analisa que, nesta perspectiva, o espaço é considerado como algo exterior à sociedade, sendo a Geografia a ciência à qual caberia interpretar os diferentes modos através dos quais a sociedade organiza e se relaciona com esse espaço exterior. Para Santos ([1978] 2004), a Geografia tradicional seria a Geografia Regional de matriz francesa<sup>4</sup>,

<sup>3</sup> Compreendemos, juntamente à Carlos (1979; 1993), o espaço absoluto como receptáculo, como palco das atividades humanas. Santos ([1978] 2004, p.50) define o espaço absoluto como o “fundamento necessário dos fenômenos externos” e argumenta que essa perspectiva é tributária da Escola Francesa de Geografia e fundamentada no trabalho de Paul Vidal de La Blache.

<sup>4</sup> Berdoulay (2008), Claval (1995), Moraes (2005a), Moreira (2007), Haesbaert, Pereira e Ribeiro (2012) compreendem que o grande fundador da Escola Francesa de Geografia foi Paul Vidal de La Blache (1845-1918). Historiador formado na *École Normale Supérieure* de Paris, Vidal de La Blache assume a cátedra de Geografia da Sorbonne em 1900 (MOREIRA, 2007), após ter criado, em 1892, a mais importante revista de Geografia da França, os *Annales de Géographie* (CLAVAL, 1995). Para estes autores, Vidal de La Blache formulou as premissas e o objeto da ciência geográfica, construindo uma escola que deixou diversos discípulos, dentre eles Albert Demangeon e Jean Brunhes. O temário da Geografia seria, de acordo com as premissas da escola de Vidal, a explicação da repartição desigual dos homens sobre a superfície da Terra (CLAVAL, 1995), valorizando a ação humana como componente criativo na relação com o meio (MORAES, 2005a). O domínio da Geografia seria, então, a própria superfície terrestre, esta se definindo como um conjunto de relações complexas a partir da combinação de fenômenos que se produzem na zona de contato dos três estados da matéria – gasoso, líquido e

de herança positivista, que analisa as diferenciações espaciais por intermédio das inter-relações entre os dados da natureza e as sociedades humanas.

Andrade (1977) argumenta que nas teses apresentadas no Departamento de Geografia da USP durante as décadas de 1940 e 1950 prevaleceu um esquema em que o geógrafo realizava uma análise do meio físico, e à esta sobrepunha os dados humanos para depois analisar as atividades econômicas. Essa perspectiva de trabalho é por ele atribuída à Pierre Monbeig, que seria o responsável pela formação lablachiana de grande parte dos geógrafos uspianos<sup>5</sup>. Segundo Monteiro (1980), essa orientação metodológica da escola francesa se reflete nas teses de elaboração monográfica, que se preocupam com a descrição dos fenômenos.

De acordo com Moraes (2005a, p.107), uma insatisfação generalizada com as perspectivas tradicionais assume pontos de vista dos mais plurais:

Se a insatisfação com as propostas tradicionais é um traço comum entre os geógrafos, os níveis de questionamento variam bastante. Alguns autores vão ficar nas razões formais; outros avançam, buscando as razões mais profundas na base social e na função ideológica desse conhecimento. De acordo com esta variação, temos críticas distintas, que já dependem dos propósitos e do direcionamento que se imprime ao movimento de renovação.

Abreu (2014), França Filho (2012), Moraes (2005a), Moraes e Costa (1996) e Silva (1983) percebem duas perspectivas diferentes no processo de renovação da Geografia: uma pragmática e outra crítica. A primeira perspectiva veio a se tornar a chamada Geografia Teorética, ou Quantitativa, de cunho neo-positivista, que buscava encontrar regularidades nos fenômenos geográficos utilizando-se de modelos matemáticos. De acordo com Monteiro (2002), a força dos modelos econômicos - que surgiram como solução para o planejamento da recuperação econômica da Europa após a Segunda Guerra Mundial - induziu à necessidade de matematização da Geografia, crescentemente voltada para as questões econômicas. A utilização de linguagem matemática e a perseguição à leis universais formaram as condicionantes básicas

---

sólido (BERDOULAY, 2008). A Geografia seria, para a escola de Vidal, uma ciência que identifica as regiões do globo. Região, denominação dada a uma unidade de análise geográfica, exprimiria a forma de os homens organizarem o espaço terrestre. Sendo compreendida como um produto histórico, a região se constitui como uma escala de análise, como uma unidade territorial que existe em si, e por isso cabe ao pesquisador identificá-la, delimitá-la e descrevê-la (MORAES, 2005a). Essa concepção de região é o sentido para o qual se voltará quase inteiramente a Geografia francesa após Vidal de La Blache, consagrando este conceito como o objeto da ciência geográfica. Durante longo tempo, assim, fazer um trabalho de Geografia significou produzir uma obra monográfica (MOREIRA, 2007). O hábito de se consagrar as monografias às entidades regionais dá forma à praticamente todas as teses em Geografia na França após os anos 1900 (CLAVAL, 1995). Tais monografias regionais se constituíam em análises circunscritas à uma área em questão, buscando chegar à um conhecimento cada vez mais profundo daquele lugar, levando à exaustão recursos como a descrição e observação dos elementos e fenômenos presentes (MORAES, 2005a).

<sup>5</sup> Para a busca dos fundamentos da renovação aprofundamos essa reflexão, que se tornou um dos pontos da análise dessa pesquisa, compondo o capítulo 7 do presente trabalho.

para o estatuto científico da Revolução Quantitativa. De acordo com Lamego (2010), é nesse contexto pós-guerra que a dita revolução quantitativa floresce sustentada pelo uso de um amplo aparato tecnológico e pela adoção de princípios do positivismo lógico. Se trataria, para a autora, de um pacote teórico-tecnológico que associa novos instrumentos de tratamento da informação com novos marcos conceituais, como a teoria dos sistemas. As universidades estadunidenses foram um ambiente fértil para a ascensão da perspectiva quantitativa, devido principalmente à “(...) rápida difusão do modelo de produção de conhecimento baseado nas técnicas quantitativas nas ciências sociais, depois da sua bem sucedida aplicação em operações de pesquisa durante o esforço de guerra” (LAMEGO, 2010, p.47), sendo seus pensadores expoentes Brian Berry, Peter Cole e William Garrison.

Já no Brasil, a recepção da revolução quantitativa na Geografia se deu apenas no final dos anos 1960, mas principalmente durante a década de 1970 (LAMEGO, 2010; MONTEIRO, 1978; 2002). Segundo Bomfim (2007), essa recepção se relaciona aos interesses estatais de um planejamento que visava tecnificar o território e por isso a quantificação foi acatada pela instituição responsável pelo próprio planejamento territorial – o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As instituições brasileiras que melhor receberam a nova Geografia foram

(...) [a] Fundação IBGE no Rio de Janeiro, onde o caráter pragmático da instituição fez com que os programas de pesquisa sejam conduzidos pela cúpula e executados pelos pesquisadores; o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, onde o número pequeno de alunos, biblioteca atualizada, vida tranqüila do interior – o que diminui outros tipos de solicitações externas – permitiram que seus jovens professores viessem a se projetar exatamente pela produção na nova Geografia, e o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde a mudança das letras para as ciências, a implantação de uma pós-graduação com área de excelência no conjunto das universidades federais e o contacto com professores de universidades americanas e canadenses parecem ter criado nova mentalidade e propiciado abertura às novas idéias. (MONTEIRO, 1978, p.136).

Para o autor, a proclamação nacional da Geografia Quantitativa no Brasil se deu em 1970, com texto de Galvão e Faissol (1970)<sup>6</sup>. Nesta publicação, segundo a análise de Monteiro (1980, p.28), “(...) encontra-se uma seleção de artigos dos novos orientadores ([Brian] Berry, [Gerald] Pyle e [M. J.] McGullagh) e geógrafos da casa [o IBGE] ([Speridião] Faissol, [Pedro

---

<sup>6</sup> GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. A revolução quantitativa na Geografia e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.32, n.4, 1970.

*Pinchas]* Geiger e *[Elza]* Coelho de Souza Keller) inteiramente consagrada à aplicação de técnicas de quantificação”.

Para Santos (1982), essa Geografia se caracteriza por ser utilitária e por auxiliar as novas exigências econômicas no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, colocando em pauta as demandas de um planejamento visando a recuperação econômica de uma Europa devastada pelo conflito mundial. No Brasil, a nova Geografia se insere na agenda do planejamento estatal pós-1964, que via o território como objeto de intervenção modernizadora<sup>7</sup> (MORAES, 2002).

Já a segunda perspectiva, crítica, se propõe a pensar os fenômenos para além de seus aspectos formais e a buscar a compreensão do caráter contraditório das relações que produzem o espaço geográfico. Nessa perspectiva, o homem não é mais entendido como membro de um grupo social homogêneo, e sim de uma sociedade de classes. Moraes e Costa (1996) consideram que esta vertente engloba autores com compromisso de transformação da sociedade, e que o adjetivo *crítica* se refere à uma postura tanto frente ao real quanto frente ao pensamento geográfico da época. Carlos (1993) defende que esta corrente é de epistemologia marxista e baseada no materialismo dialético. Rego (1987, p.91) enfatiza que a Geografia crítica se constitui como um avanço inegável do saber geográfico, pois “(...) tornou-se no mínimo embaraçoso falar de espaços sem falar de pessoas. (...) A discussão introduzida e desenvolvida pela denominada Geografia Crítica aponta, em suas várias vertentes, o compromisso da ciência com os homens”. Esse compromisso, ainda segundo o autor, revela a relação indissociável entre o esforço teórico e a exigência da prática, o fato de que um não precede o outro, mas que ambos se reforçam continuamente. Haesbaert (1990) argumenta que a distância entre a Geografia e a Filosofia diminuiu com a Geografia crítica, pois esta exigiu uma reflexão filosófica sobre os seus fundamentos.

A renovação, assim, não se caracteriza pela homogeneidade, pois a busca pelo novo foi empreendida por diversos caminhos teóricos e metodológicos (ABREU, 2014; CARLOS, 1993; FRANÇA FILHO, 2012; MORAES, 2005a; SILVA, 1983).

De acordo com França Filho (2012), Moraes (2005a), Moreira (2000b; 2008), Silva (1983), Vesentini (2009) a obra *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra,*

---

<sup>7</sup> Consideramos que o trecho a seguir revela, segundo o autor, a relação íntima entre a perspectiva teórica e a sua utilidade prática dada pelos governos autoritários da ditadura civil-militar brasileira: “A modernidade introduz a legitimação da racionalidade técnica, a avaliação quantitativa ‘imparcial’ dos lugares, enfim a leitura da ‘mídia’ e do planejamento. Este tem o ordenamento do espaço como um de seus instrumentos preferenciais. No período autoritário pós-64, é ele quem veicula a grande ideologia geográfica da ‘integração territorial’. A identidade nacional sendo posta no Estado, militar e tecnocrático, numa formulação e numa prática que associa a geopolítica de raízes prussianas e o planejamento de orientação norte-americana. O território como objeto de intervenção, e a população novamente como instrumento.” (MORAES, 2002, p.107-108).

de Yves Lacoste (com primeira edição francesa em 1976) é representativa desse momento de renovação, pois se trata da elaboração de uma nova teoria geral em Geografia. Para estes autores, é o francês Yves Lacoste que faz a denúncia dos problemas da Geografia, discutindo a ciência que chama de ‘geografia dos professores’ e ‘geografia dos Estados maiores’. Neste livro Lacoste recoloca a questão do espaço como um problema ideológico e político, diferenciando-se da Escola Francesa de Geografia, e assim se tornando um dos principais disparadores do processo de reflexão sobre novas bases para a ciência geográfica na Europa, no Brasil e mesmo nos EUA. O caráter ideológico e político do espaço se revelaria, para Lacoste (1976d; 1976e) no caráter de classe da ciência geográfica produzida na França naquele momento, que seria utilizada como instrumento de dominação da burguesia, tanto pelos militares quanto pelos professores.

França Filho (2012, p.17) considera que o texto mencionado de Yves Lacoste revela o caráter estratégico e político da ciência geográfica:

É através de Lacoste que surge a denúncia à existência de uma geografia escolar de atitude e formação extremamente alienantes e de uma geografia dos Estados maiores de caráter estratégico e político utilizada para mascarar as utilidades da outra, simulando uma ‘disciplina enfadonha’ e veiculando uma falsa idéia, a de que das coisas sem serventia uma delas é a Geografia.

Ao utilizar o termo *denúncia* para definir tal obra, França Filho (2012) demonstra estar de acordo com Moraes (2005a) e Abreu (2014), argumentando que essa Geografia de denúncia, produzida por Lacoste, desmistificava a pseudo-objetividade da ciência pois desmascarava como o discurso geográfico escamoteava as contradições sociais. Tal perspectiva, portanto, é para estes autores a epítome da insatisfação com a chamada Geografia tradicional, e portanto tal obra sintetiza essa etapa do movimento de renovação<sup>8</sup>.

Essa insatisfação foi definida por Santos ([1978] 2004), Porto-Gonçalves (1978) e Vesentini (1987) como a *crise da Geografia*. Para o primeiro, quando o espaço muda fundamentalmente de natureza exige-se uma mudança igualmente fundamental na sua definição: “A crise é a prova do desajustamento do velho que deseja manter-se em face do novo que busca substituí-lo” (SANTOS, [1978] 2004, p.120). Para o segundo, a crise evidencia que a cientificidade da Geografia estaria em questão, exigindo uma redefinição do solo teórico e do objeto da disciplina: “(...) o que temos apresentado à sociedade em que vivemos não tem sido capaz de levá-la à superação dos seus problemas espaciais e que, de certa forma, temos sido os

---

<sup>8</sup> Tais considerações nos conduziram à aprofundar o entendimento do papel de Yves Lacoste nesse processo e mesmo a compreendê-lo como fundamento de uma renovação, e não de uma ruptura, na Geografia francesa. Nossa reflexão sobre esse tema se encontra no capítulo 4 desta dissertação.

mistificadores dos reais processos que governam a organização do espaço” (PORTO-GONÇALVES, 1978, p.6). Já o terceiro define que uma crise do conhecimento se refere à uma situação em que as bases teóricas de uma disciplina, suas categorias e conceitos, são postas em questão. Vesentini (1987) argumenta que a leitura das rupturas e das descontinuidades é basilar para o entendimento da história da ciência, sendo que o fundamental é o contexto histórico-social no qual se situa a sua produção. É nesse sentido que o autor localiza a crise da Geografia tradicional como sendo não apenas resultado de polêmicas metodológicas e seus questionamentos internos, mas sim (e principalmente) expressão de mudanças sociais. A crise seria, para os três autores mencionados, não apenas teórica e metodológica, interna e circunscrita à disciplina, mas sim o reflexo de uma realidade em transformação que por sua vez exige outros paradigmas para o seu desvendamento. Dessa forma, o surgimento das Geografias críticas é reflexo do posicionamento teórico-metodológico e político dos geógrafos frente ao seu contexto histórico-social.

Machado (2000) considera que existem duas maneiras de se interpretar as transformações que ocorreram na ciência geográfica: a primeira, *internalista*, se baseia em uma leitura estritamente epistemológica:

A visão internalista é a que domina praticamente os trabalhos de história do pensamento geográfico, brasileiros e estrangeiros, no sentido de que tudo acontece como se fosse resultado de uma evolução interna à geografia. A geografia – vista como auto-suficiente – vai travando um debate consigo mesma e vai mudando de escolas: escola francesa, teórico-quantitativa, etc. Então, isso parece obedecer um movimento, uma dinâmica, interna. (MACHADO, 2000, p.113).

Em oposição à esta estaria a segunda perspectiva, *externalista*, pela qual toda disciplina tem de ser explicada conforme o contexto e a realidade histórica de onde é produzida: “A evolução da geografia é explicada pela influência do ambiente histórico sobre ela. Isso foi trazido para a história da ciência pela visão marxista, que dizia que a história de uma disciplina é influenciada principalmente pelo contexto.” (MACHADO, 2000, pp.113-114).

Para a autora, no entanto, essa dicotomia deve ser superada, pois as transformações de uma disciplina são sempre internas - relacionadas à transformações de sua epistemologia - e externas - relacionadas ao contexto histórico, social, político e econômico de sua produção.

Considerando a “influência do ambiente histórico”, Moraes (2005a) define dois grandes motivos para o surgimento do movimento de renovação. Inicialmente, o desenvolvimento do modo de produção capitalista - que na década de 1970 havia superado o seu estágio concorrencial, atingindo a era monopolista - altera a base social e instaura novas regulações econômicas que colocam a necessidade da intervenção do Estado no mercado: “O planejamento

econômico estava estabelecido como uma arma de intervenção do Estado. E, com ele, o planejamento territorial, com a proposta deliberada na organização do espaço” (MORAES, 2005a, p.104). Também analisando o desenvolvimento do capitalismo, a realidade das relações locais e globais se torna mais complexa, num quadro de intensa urbanização e industrialização. Assim, a descrição dos lugares não dá conta da explicação de uma economia mundializada, gerando uma crise de linguagem e de metodologia na ciência geográfica.

Vesentini (2009, p.128) debate que o advento das Geografias críticas é inseparável de dois marcos fundamentais: os movimentos sociais contestatórios nos anos 1960 e 1970, como a luta pelos direitos civis, a contracultura, a guerra do Vietnã; e a falácia da razão instrumental, no caso da Geografia, da perspectiva pragmática que visava o planejamento. Na definição do autor,

A geografia crítica, no final das contas, foi aquela – ou, mais propriamente, aquelas, no plural – que não apenas procurou superar tanto a geografia tradicional quanto a quantitativa, *como principalmente procurou se envolver com novos sujeitos*, buscou se identificar com a sociedade civil, tentou se dissociar do Estado (esse sujeito privilegiado naquelas duas modalidades anteriores de geografia, a tradicional e a pragmática) e se engajar enquanto saber crítico – isto é, aquele que analisa, compreende, aponta as contradições e os limites, busca contribuir para um projeto de autonomia – nas reivindicações dos oprimidos, das mulheres, dos indígenas, dos afro-descendentes e de todas as demais etnias subjugadas, dos excluídos, dos dominados, dos que ensejam criar algo novo, dos cidadãos em geral, na invenção de novos direitos. (VESENTINI, 2009, p.128)

A origem da Geografia crítica brasileira, ainda para este autor, estaria nos ecos e na influência da produção da Geografia francesa e na luta contra a ditadura militar associada à resistência contra um capitalismo dependente que cerceava o pensamento durante os anos 1970. O movimento de renovação teria se iniciado, nesta perspectiva, não nas instituições universitárias e estatais, mas nas escolas de ensino fundamental e médio, sendo os professores de Geografia os protagonistas da renovação: “A geocrítica no Brasil, portanto, se iniciou como um esforço, por parte de alguns docentes, em superar (o que não significa abandonar completamente) a sua tradição, a sua formação universitária, aquilo que as universidades diziam que ‘deveria ser ensinado’.” (VESENTINI, 2009, p.129). A partir de temas como o subdesenvolvimento, as relações entre centro e periferia, a questão agrária, a pobreza e a distribuição de renda, os professores do ensino básico se tornaram os verdadeiros introdutores da Geografia crítica no Brasil. O encontro dessa nova Geografia crítica com a Geografia universitária se deu, nesse momento, através dos estudos de pós-graduação realizados por esses professores, os quais foram orientados por alguns docentes universitários que aceitaram os

objetos e assuntos críticos de pesquisa que estes novos alunos traziam à tona. Nas palavras de Vesentini (2009, p.131) “A nosso ver, foi a partir desta confluência – entre uma meia dúzia (se tanto) de docentes universitários com doutorado e um punhado de (ex-) professores do ensino médio que já estavam revolucionando há anos esse saber nas salas de aula – que surgiu oficialmente, enquanto legitimação pela academia, a geografia crítica no Brasil”. Teriam sido estes professores, portanto, que produziram as primeiras dissertações e teses da Geografia crítica brasileira, as quais servem como documentos de tal movimento de renovação.

Para Andrade (1999), o saber científico está sempre em construção, numa “perpétua ebulição” pois, ao mesmo tempo em que se reflete sobre as transformações da realidade se deve refletir sobre os discursos que se constroem para explicar a realidade. Um desses momentos de transformação da ciência geográfica se remete ao golpe militar de 1964, momento a partir do qual é incentivada a perspectiva quantitativista nas ciências sociais. Na Geografia, os pensadores quantitativistas (ou teóricos, para usar o termo do autor) passaram a condenar a Geografia clássica de matriz francesa e apelar para o uso de modelos matemáticos e estatísticos. Na avaliação de Andrade (1999, p.26), a Geografia Quantitativa “Era uma renovação favorável ao governo militar porque, fazendo trabalhos baseados exclusivamente em estatísticas, projetavam o crescimento econômico, deixando à margem as implicações sociais e ecológicas deste crescimento”. Com a abertura política, no final de década de 1970, abre-se também a possibilidade do debate científico mais diversificado nas universidades, surgindo várias perspectivas que se aglutinam sob a denominação de Geografia crítica. Uma delas é de influência marxista, a partir da qual os pensadores buscavam uma visão de totalidade para atingir um pensamento dialético, voltado para a práxis. O pensamento marxista na Geografia trouxe, para Andrade (1999, p.27), as seguintes consequências:

A aplicação do pensamento marxista à Geografia brasileira levou à adoção de conceitos mais concretos, em substituição ao de modo de produção, utilizado apenas na reflexão teórica, ao abandono da idéia muito aceita desde o século XIX de que teria havido feudalismo no Brasil, à uma análise mais realista das relações entre cidade e campo e ao aprofundamento das idéias a respeito da forma capitalista de apropriação da terra, levando-se em conta a dependência do capital na expansão do povoamento e da transformação do espaço em território. Esta escola vem provocando a idéia da evolução da noção de região geográfica e da variação na distribuição das regiões pelo espaço brasileiro; ela abandonou a dependência em que era colocada a região, no meio natural, dando maior importância à organização humana.

Neste trecho, Andrade (1999) identifica as principais questões do temário geográfico que foram transformadas a partir de uma perspectiva marxista e de um entendimento dialético da realidade, dando ênfase à noção de região, conceito central da Geografia francesa. A própria

matriz francesa, ou Escola Francesa de Geografia, também passou por um processo de renovação iniciado por Pierre George e Yves Lacoste, conforme discutimos brevemente e iremos debater com profundidade na segunda parte desta dissertação.

Para Claval (1995), no entanto, os esforços de renovação da Geografia na França se iniciaram antes de Lacoste, entre o final da década de 1940 e início da seguinte com a Geografia Quantitativa e sua perspectiva neo-positivista de modelização dos sistemas. No entanto, já em fins dos anos 1960 há uma mudança na “demanda social” (CLAVAL, 1995, p.100), momento em que o desenvolvimento e prosperidade dos países industrializados torna intolerável a miséria no terceiro mundo. Nesse período diversas novas abordagens em Geografia de estabelecem: “Os anos 1970 se caracterizam pela abertura um pouco desordenada de novas perspectivas: estas são de inspiração crítica, insistem na sensibilidade e na iniciativa dos atores geográficos, ou propõem outras maneiras de apreender as dimensões espaciais da vida social” (CLAVAL, 1995, p.104)<sup>9</sup>. Sobre a perspectiva crítica mencionada, o autor considera que esta faz a denúncia “apaixonada” das injustiças sociais ao considerar que o espaço não é um dado natural da realidade, mas sim construído socialmente. Juntamente à esta, surge também a perspectiva humanista, fenomenológica, que leva em conta a sensibilidade e a iniciativa humana ao analisar os fenômenos culturais (CLAVAL, 1995).

Capel (1980) identifica, para a Espanha, o ano de 1965 como o momento em que se inicia o questionamento das correntes neo-positivistas. Para este autor, o impacto da fenomenologia e do existencialismo trilha o caminho para uma Geografia Humanista, enquanto o eco da teoria crítica da Escola de Frankfurt permite o desenvolvimento de uma Geografia de cunho marxista.

Gintrac (2012) aponta, como sintoma da renovação crítica na Europa, a criação em 1975 da revista *Geocritica*, na Espanha, e da revista *Espaces-Temps*, na França. A última seria, devido ao seu subtítulo – *revue française de géographie critique* – a primeira ocorrência do termo Geografia crítica em tal país. Para a autora, o uso do termo *critica* revela uma ruptura frente às teorias geográficas dominantes na época, ao mesmo tempo em que seria um chamado para a renovação da disciplina através do seu engajamento político (GINTRAC, 2012, p.6). O compromisso da Geografia crítica e de seus autores franceses seria, assim como no Brasil, o de produzir uma ciência que ambiciona transformar o mundo que descreve. Esse compromisso se refletiria também na postura profissional dos geógrafos, que através das suas publicações e

---

<sup>9</sup> Tradução nossa. No original: “Les années 1970 se caractérisent par l’ouverture un peu désordonnée de nouvelles perspectives: elles sont d’inspiration critique, insistent sur la sensibilité et l’initiative des acteurs géographiques, ou proposent d’autres manières d’appréhender les dimensions spatiales de la vie sociale” (CLAVAL, 1995, p.104).

pesquisas evidenciam o problema de se pensar uma Geografia alternativa alheia à lógica do individualismo universitário (GINTRAC, 2012).

Já nos EUA, o movimento de renovação da Geografia é atribuído por Peet (1982) à transformações de cunho político, econômico e social que o país vivia durante a década de 1960, como o movimento de luta por direitos humanos e a guerra do Vietnã. O autor argumenta que a radicalização nas ciências sociais (e assim também na Geografia) é parte de uma radicalização social mais geral vivida na época. Essa radicalização se incorporou à uma necessidade de repensar a importância da Geografia enquanto disciplina científica, e conseqüentemente a sua epistemologia.

Também nos EUA a renovação teve uma perspectiva pragmática:

Então, na década de 1950, nos EUA, um pouco mais tarde que em outros lugares, teorias espaciais e os métodos científicos foram combinados na ‘Nova Geografia’, sob a influência das novas necessidades da sociedade tendo em vista a eficiência espacial e o planejamento regional. (...) A tensão entre o interesse central mundano da ‘Nova Geografia’ e a urgente necessidade para a relevância social e envolvimento político provocaram os primeiros movimentos vacilantes em direção a uma Geografia ‘radical’ (PEET, 1982, p.3).

Para Peet (1982), essa elaboração positivista da Geografia, a qual ele denomina ‘Nova Geografia’, era uma Geografia liberal. Entretanto, para este autor, foi David Harvey quem substanciou uma guinada dessa Geografia liberal para uma Geografia marxista<sup>10</sup> entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970.

A partir de 1972, a ênfase da Geografia Radical mudou de uma tentativa de engajar a disciplina em pesquisa socialmente relevante para uma tentativa de construir uma filosofia radical e uma base teórica para uma disciplina engajada social e politicamente. Esta base foi crescentemente encontrada na teoria marxista, que alguns geógrafos britânicos tinham lido no final da década de 1960, e muitos geógrafos dos EUA começaram a ler no início da década de 1970. (PEET, 1982, p.7).

Portanto, a Geografia Radical<sup>11</sup> teve um período de elaboração liberal, e só no início da década de 1970 começou a sua guinada para o marxismo. A partir de 1973 e 1974, para Peet

---

<sup>10</sup> Claval (2013) argumenta que até 1969, quando da publicação de *Explanation in Geography*, David Harvey fundamentava-se no positivismo lógico e na economia liberal para desenvolver a sua teoria geral da Geografia. No entanto, os anos 1970 marcam uma virada de perspectivas para o autor britânico, a partir da publicação de *Social Justice and the City* (1973), obra que demonstra o esforço de realizar uma “espacialização do marxismo” (CLAVAL, 2013, p.2). Esse esforço se consolidaria plenamente na década seguinte, com a obra *The Limits to Capital* (1982).

<sup>11</sup> É pertinente destacar que, para alguns autores estadunidenses (ANDERSON, 1973; PEET, 1971; 1972; WISNER, 1970), o termo *radical* está articulado à uma leitura marxiana e significa ir à raiz das questões, buscando os seus fundamentos. O termo evidencia também um comprometimento político e social de transformação de uma sociedade desigual, e por isso o desenvolvimento de uma Geografia Radical demonstra o necessário engajamento

(1982), a Geografia Radical tornou-se sinônimo de Geografia Marxista. A leitura que esses geógrafos britânicos e norte-americanos realizaram da obra de Karl Marx substanciou uma vertente da Geografia que estuda a interação dialética entre processo social e forma espacial. Através da Geografia Marxista as relações espaciais são vistas como refletindo as relações sociais. “A Geografia Marxista é aquela parte da ciência total que se ocupa com o relacionamento entre os processos sociais, de um lado, e o ambiente natural e as relações espaciais, de outro. A Geografia Marxista aceita o princípio de que os processos sociais se relacionam essencialmente com a produção e reprodução da base material da vida.” (PEET, 1982, p.9).

Percebemos, assim, que para Peet (1982), a Geografia Radical se constituiu ao longo de um processo de questionamentos que a realidade social, política e econômica norte-americana impôs aos geógrafos, partindo da crítica à diferentes teorias e métodos que foram tidos naquele momento como insatisfatórios para responder esses questionamentos e explicar as transformações sociais do período.

Também no Brasil uma das perspectivas do movimento de renovação se reivindicava marxista, apesar de nunca ter se denominado explicitamente Geografia Marxista, como nos EUA. A partir da oposição à uma realidade social e espacial injusta, o discurso crítico se une à um propósito de posicionamento político que concebia a ciência como um dos momentos da práxis, como uma arma de combate à situação existente (MORAES, 2005a). Em termos teórico-metodológicos, o materialismo histórico fundamentou para essa corrente uma nova concepção de espaço, que agora o definia como materialidade social: “(...) ele [*o espaço*] não é organizado pela sociedade, como assume o positivismo, mas produzido por ela através do trabalho.” (ABREU, 2014, p.124). O homem, assim, se torna o verdadeiro sujeito da produção social do espaço, sendo este também a condição material da existência e da produção do próprio homem (CARLOS, 2008; 2011; 2015). Essa relação, explicitamente dialética, rompe definitivamente com uma concepção de espaço absoluto, denominador comum da Geografia tradicional.

É pertinente destacar que Moraes e Costa (1996) defenderam uma Geografia Marxista, exatamente nestes termos, ao reivindicar que seria necessário construir um discurso marxista sobre o geográfico, adotando o materialismo dialético como método: “Assim, trata-se de adotar o materialismo histórico e dialético enquanto um método revolucionário que funde ciência e história, do qual emergem categorias como *modo de produção, formação econômico-social,*

---

político da disciplina. Tal perspectiva fica clara na revista Antipode, periódico que declaradamente – já no seu primeiro editorial, em 1969 – reivindica uma Geografia Radical (VERDI, 2012).

*relações de produção* etc. e conceitos como *capital*, *trabalho assalariado*, *valor-de-uso*, *riqueza natural* etc.” (MORAES; COSTA, 1996, p.119). Segundo os autores, essa é a via pela qual a política se relaciona com a ciência, a última se realizando, portanto, como um momento da práxis.

No entanto, é importante perceber que mesmo dentro da crítica marxista na Geografia o materialismo histórico não é um bloco monolítico, pois este possui diferentes matizes e interpretações. França Filho (2012, p.19) já constatou que, apesar de pertencerem à uma perspectiva de esquerda, “O perfil pluralista dos intelectuais associados ao Movimento de Renovação Crítica da Geografia não permite configurá-los dentro de um bloco homogêneo de ação com um direcionamento político estreitamente delimitado”. Diferentes leituras de diversos autores marxistas, assim como da obra do próprio Marx, configuram aproximações distintas com o materialismo histórico, e portanto aproximações com a Geografia que também se distinguem<sup>12</sup>.

É possível perceber a construção de um outro entendimento de espaço, gestado na elaboração de um discurso marxista sobre o geográfico, a partir de diversos textos publicados por geógrafos comprometidos com a renovação. Dentre estes, novamente Moraes e Costa (1979), ao discutirem a valorização do espaço, se empenharam em um esforço de produção teórica ao realizar a distinção entre *valor no espaço* e *valor do espaço*, baseando-se na teoria do valor de Marx. Os mesmos autores, em outro momento, argumentaram que a categoria geográfica na obra de Marx seria *território*, pois o processo de apropriação de determinadas porções do espaço terrestre o dota de sentido histórico e social (MORAES; COSTA, 1996). Para estes,

A reprodução material de uma dada sociedade pressupõe o domínio de uma porção da superfície terrestre, porque isto significa a condição de trabalho para esta sociedade. É desta forma que se funde valor natural com valor estratégico; pela atividade produtiva dos homens. A construção do território é sua exploração, pois implica, simultaneamente, em domínio e apropriação. A

---

<sup>12</sup> Pedrosa (2015, p.19) evidencia que “A relação entre geografia e marxismo no caso brasileiro é complexa, porque devemos considerar as influências da militância partidária e o espectro das leituras acadêmicas do marxismo”. A título de exemplo, destacamos que França Filho (2009; 2010; 2012) analisou as influências do marxismo althusseriano na Geografia, especialmente na obra de Milton Santos; Souza (1988) expôs os limites da assim chamada *espaciologia* em sua crítica ao althusserianismo na Geografia; Vesentini (1987) problematizou as análises realizadas pelos geógrafos críticos brasileiros, no que tange, na leitura do autor, a vulgarização da Geografia em suas relações com o marxismo-leninismo; Prieto (2013) argumentou sobre as influências do pensamento de Rosa Luxemburgo na Geografia Agrária crítica brasileira, sobretudo na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Martins (2007) verificou as relações entre ontologia, marxismo e Geografia nas obras de Ruy Moreira e Armando Correia da Silva; Martin (2006) analisou a produção de uma Geografia Urbana lefebvriana brasileira produzida pelas análises de Ana Fani A. Carlos, Odette C. de Lima Seabra, Margarida Maria de Andrade e Amélia L. Damiani; entre outros.

própria formação do território desta maneira, expressa uma acumulação de trabalho ao longo da história (MORAES; COSTA, 1996, p.123)

Já Moreira (1979) propõe que se faça uma Geografia sobre novas bases: desvendar máscaras sociais seria desvendar as relações de classe que produzem os arranjos espaciais. “É nossa opinião que por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classe.” (MOREIRA, 1979, p.4). O autor defende a construção de uma teoria do espaço baseada em três categorias de totalidade: formação espacial, formação econômico-social e modo de produção.

O estudo mais e mais preciso do conceito e articulação de Formação Econômico-Social e de Modo de Produção, a par do estudo minucioso da Economia Política, das Instituições e da Ideologia, sem a qual não se pode mergulhar fundo na compreensão de uma Formação Econômico-Social, e a convergência de tudo isto no estudo do conceito, forma e processo da Formação Espacial, eis o que nos parece que é necessário para um bom trabalho de construção teórica do espaço. (MOREIRA, 1979, p.21)

Oliveira (1979) argumenta que é fundamental a superação do modo capitalista de pensar, partindo do compromisso com a transformação da sociedade e questionando a relação entre teoria e prática, como se lê no seguinte trecho:

É, pois, prioritário entendermos que a compreensão e a crítica ideológica supõe e pressupõe uma posição de classe na teoria. E é através do materialismo histórico e do materialismo dialético que podemos compreender, dessa forma, a prática social, pois ela defende o princípio de que a teoria depende da prática, de que a teoria fundamenta-se sobre a prática e, por sua vez, serve à prática. (OLIVEIRA, 1979, p.26)

Vesentini (1985) discute que o espaço geográfico deve ser compreendido como prenhe de lutas e conflitos sociais:

Trata-se de uma geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais. (...) Essa geografia radical ou crítica coloca-se como ciência social, mas estuda também a natureza enquanto recurso apropriado pelos homens e enquanto uma dimensão da história, da política. (VESENTINI, 1985, p.57)

Para Santos (1977), o espaço é, por excelência, uma matéria trabalhada. A formação social só se realiza concretamente no espaço e no tempo, ambos historicamente determinados pelo modo de produção. Há, portanto, uma relação intrínseca e dialética entre modo de produção e forma espacial:

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares. (SANTOS, 1977, p.87)

Percebemos, a partir dos trechos anteriormente citados, que o entendimento de modo de produção confere novos conteúdos para a análise da relação entre a sociedade e o espaço. A sociedade, compreendida não pela sua homogeneidade ou pelos seus indivíduos mas pela sua desigualdade, define uma relação dialética com o espaço que é também desigual, determinada pelos diversos processos característicos do modo de produção capitalista – o valor, a segregação, a luta de classes. O espaço, assim, é compreendido como uma construção social, produto dessas mesmas determinações do modo de produção, ao mesmo tempo em que é a condição de realização do próprio modo de produção. A partir dessa nova construção do entendimento do espaço, produzido em relação dialética com a sociedade, argumentamos que essa perspectiva se constitui como uma *ruptura metodológica* em relação ao que vinha sendo produzido na ciência geográfica anteriormente, tanto em relação à Geografia tradicional quanto em relação à Geografia Quantitativa.

Com o objetivo de construir justamente o entendimento dessa ruptura nos propomos a analisar com mais detalhe a produção acadêmica do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, conforme a elaboração de Silva (1983). Para encontrar os antecedentes da renovação e a própria ruptura analisamos a “instituição velha” – a USP – e a produção em nível de pós-graduação dos seus estudantes, muitos hoje professores de tal universidade. O nosso recorte temporal para tal empreitada, conforme já explicitamos, é a ditadura civil-militar, período que constitui o contexto sócio-histórico de desenvolvimento do pensamento crítico na Geografia. Assim, no próximo capítulo, apresentamos uma interpretação do contexto, lido a partir da USP e do Departamento de Geografia, e em seguida a análise das teses e dissertações que escolhemos como as mais representativas da ruptura teórico-metodológica da Geografia brasileira.

## 2. A ruptura política: o Departamento de Geografia e a ditadura civil-militar

Para alguns dos autores citados anteriormente (SCARIM, 2000; MOREIRA, 2000a; OLIVEIRA, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2000), o Encontro Nacional de Geógrafos da AGB, realizado na cidade de Fortaleza em 1978, é um marco na história da Geografia crítica no Brasil. Segundo Mamigonian (1991), esse evento marcou um momento de renovação da entidade que foi fruto de uma radicalização do movimento estudantil da Geografia. De acordo com Moreira (2000a), a AGB foi até os anos 1970 uma entidade das academias que reunia a “oligarquia” dos departamentos de Geografia nas mais diversas universidades brasileiras. Nesse quadro, os estudantes, que eram também professores do ensino básico, dispararam um processo de democratização da entidade, processo que determinou os rumos da AGB reformulando as suas bases e objetivos. Para este autor, o evento de 1978 marca a abertura democrática da entidade, desencadeada pelos estudantes:

[19]78, o terceiro encontro da AGB, foi aquele marco de mudança da Geografia no Brasil. Foi como que, os vários grupos até então clandestinos na Geografia, análogos aos grupos que eram clandestinos na política e na sociedade brasileira, que saindo da clandestinidade, com a sociedade abrindo-se um pouco mais democraticamente, eles vieram à tona, se apresentaram e disseram aqui estamos nós. (...) A força do encontro de 78 em Fortaleza veio exatamente desta movimentação, deste rio subterrâneo, e não das academias. (MOREIRA, 2000a, p.107)

Para Porto-Gonçalves (2000), o movimento de 1978 deve ser compreendido em relação ao contexto de transformação das universidades no Brasil. A expansão do ensino superior nos anos 1960 e 1970 foi responsável pela inserção, nas universidades públicas, de alunos cuja origem social era a classe operária. Nesse contexto, a AGB que mantinha-se como uma instituição elitista e restrita passou por um processo de renovação que significou, basicamente, a ampliação do seu quadro de associados. Para o autor, “A universidade fica uma coisa ampliada e a AGB continua sendo uma coisa restrita, tinha sócio titular, que tinha que passar por todo um peneiramento, então era muito longe dos estudantes, muito longe e muito restrita.” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p.74).

O encontro de 1978, assim, para estes autores foi o momento em que os estudantes - majoritariamente - que desejavam uma outra entidade se encontraram, iniciando um movimento sem centralismo que reivindicava uma Geografia preocupada com a transformação social. Compreendemos, a partir destes autores, que se tratou de um movimento difuso, que ousava uma crítica ao positivismo dentro da Geografia, mas que tinha um sentido de pertencimento, pois reivindicava uma maior participação e abertura da entidade representativa dos geógrafos.

No entanto, esse conflito entre uma perspectiva positivista e outra crítica, que se evidenciou em 1978, já havia aparecido anteriormente no interior da AGB. Em entrevista<sup>13</sup>, o professor Ariovaldo U. de Oliveira relatou a experiência de um dos primeiros conflitos entre as perspectivas tradicional e quantitativa e uma perspectiva crítica, nesse caso marxista, no Encontro Nacional de Geógrafos de 1976:

O encontro de Belo Horizonte foi o encontro do embate entre alguns geógrafos marxistas, porque eram poucos, e os empiristas lógicos. Isso tudo foi canalizado na apresentação do Armen [*Mamigonian*], no último dia. Começou um movimento dentro do encontro dos empiristas lógicos para fazer a crítica ao Armen, e eles elegeram o Roberto Lobato [*Correa*] para ser o que ia falar. O Lobato tinha acabado de fazer o mestrado nos Estados Unidos, tinha chegado de volta fresquinho com as idéias empiristas lógicas bastante fundamentadas. (...) Bem, então foi se criando um clima de oposição. E aí na apresentação, o Armen fez a apresentação dele, maravilhosa. Primeiro geógrafo brasileiro marxista, apesar de não aparecer no doutorado dele. (...) Ele terminou a fala dele e ninguém aplaudiu. O Lobato pediu a palavra e começou a criticar. Ele usou uma estratégia de fala, discursiva, que era assim: “se você tivesse sido marxista, você teria falado...” e começou a falar lá, a leitura empirista lógica do marxismo. “Se você fosse historicista, você teria feito isso. Se você fosse empirista lógico, você teria feito isso.” Em outras palavras: o Armen era um empiricista, não tinha teoria na apresentação dele. Quando o Lobato terminou, depois de falar quase meia hora, o pessoal do IBGE que estava na frente, no salão enorme lá na UFMG, aplaudiu o Lobato até não querer mais. Aí o sangue subiu nas veias, como a gente diz, de forma caipira, e eu pedi a palavra. Fiz uma intervenção dizendo: “olha, senhor Lobato, acho que o senhor não viu que na apresentação do professor Armen tinha isso...”, aí fui fazendo um diálogo com o Lobato e ao mesmo tempo mostrando o que de análise marxista tinha na apresentação do Armen. Fiz a minha fala, ficou aquele silêncio sepulcral porque é a intervenção fora do script. Aí em seguida o Manuel Correia [*de Andrade*] pediu a palavra e também elogiou o Armen. Depois dessas falas, a palavra foi pro Armen, e ele disse: “Lobato, não preciso mais me defender porque o Ariovaldo e o Manuel Correia já me defenderam. Então, eu vou apenas fazer uma resposta curta para você. E como você é carioca, vou usar uns versos do Noel Rosa!”, e aí ele canta: “*Quem é você, que não sabe o que diz? Meu Deus do Céu, que palpite infeliz*”.

A nosso ver, esse relato evidencia a existência de um conflito entre as perspectivas que se realizava na AGB, lugar de diálogo, divergência e confronto das diferenças. Percebe-se, assim, que a ação política interna à disciplina se canalizava também na AGB e nos seus encontros, como este de 1976 e no seguinte, emblemático, de 1978.

Assim, consideramos, coetaneamente à esses autores, que a renovação crítica na ciência geográfica é muito mais ampla do que o movimento de 1978. Não negamos que este momento foi fundamental para a renovação, e que sua importância e magnitude o constituam em um

---

<sup>13</sup> Realizamos uma entrevista com o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira no dia 15 de janeiro de 2015.

marco da renovação mesma. Entretanto, o entendimento do *processo* de renovação não deve se restringir ao marco, e por isso buscamos nesta dissertação compreender a renovação crítica justamente como um movimento tanto anterior quanto posterior ao encontro de 1978, que o inclui como parte do processo mais amplo.

Buscamos, também, compreender esse processo não por ele mesmo, a partir de uma perspectiva internalista (MACHADO, 2000), mas em relação e inserido no seu contexto histórico. Conforme argumentamos a partir da análise de Peet (1982), a renovação da Geografia nos EUA se deu justamente em um período de transformações sociais profundas que exigiram das ciências sociais a construção de uma outra explicação da realidade em movimento. Nesse processo, os geógrafos questionaram as bases e o potencial explicativo da disciplina para renovar o seu conteúdo e assim a sua abordagem da problemática do presente.

No caso do Brasil, a ruptura crítica se insere no momento da ditadura civil-militar, um período de autoritarismo e repressão política, social e intelectual. Nosso questionamento, portanto, se deu no sentido de compreender como um pensamento crítico se fortalece e prolifera em um momento de repressão.

Consideramos pertinente destacar que a própria ditadura civil-militar pode ser considerada como um momento de ruptura na história do Brasil. Arantes (2010) e Toledo (2004) enfatizam que esse período marca um momento de exceção verdadeiramente inédita e moderna, que no entanto se reproduz por meios jurídicos e políticos até os dias atuais (TELLES; SAFATLE, 2010). Para Arantes (2010), o golpe de 1964 é uma presença continuada de uma ruptura irreversível, a qual quebrou um padrão evolutivo das lutas sociais no Brasil para aprofundar o padrão de acumulação capitalista. Na mesma direção, Toledo (2004) considera que entre 1961 e 1964 houve um aumento de significativa importância na luta de classes no Brasil, processo que foi brutalmente interrompido com o golpe de 1964, deflagrado contra a incipiente democracia política da época e contra as reformas sociais do governo de João Goulart. A ditadura, portanto, consolidou o “(...) estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país” (TOLEDO, 2004, p.15), instaurando um regime que não era a favor da construção de algo novo no Brasil, apenas contra as reformas políticas, contra a reforma agrária, contra o comunismo, contra a politização dos trabalhadores e de suas lutas. Se tratou, dessa forma, de um período de rearranjo de classes que fundamentou uma modernização conservadora por meios autoritários, repondo as elites no poder e ampliando as desigualdades sociais.

Para este trabalho, tendo em vista a proposta de Silva (1983) de buscar os antecedentes da renovação na Universidade de São Paulo, optamos por compreender o período da ditadura

civil-militar tendo como eixo condutor da discussão a própria universidade, mais especificamente o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da USP. Assim, nesta etapa da exposição apresentamos uma reflexão sobre os mandos e desmandos do regime autoritário na universidade para compreender o contexto institucional do Departamento em questão.

### ***2.1. A ditadura civil-militar como processo de modernização autoritária***

O golpe de 1964, que iniciou o período da ditadura civil-militar brasileira, foi parte de uma conspiração de alguns setores das elites nacionais e das Forças Armadas para a deposição do presidente João Goulart. Essas elites viam o governo de Goulart como uma ameaça à sua posição e ao *status quo*, pois o início da década de 1960 foi marcado por um avanço das lutas sociais e do sindicalismo, que teriam sido incentivados pela política populista do presidente à época (RIDENTI, 2014). O governo de Goulart era tido como responsável por diversas pressões distributivas, concretizadas nas chamadas reformas de base (NAPOLITANO, 2014), e a sua retirada forçada do poder, por meio de golpe instaurado no dia 1 de abril de 1964<sup>14</sup> iniciou uma intervenção saneadora contra o crescimento das esquerdas, a qual ocorreu em diversos âmbitos: na luta política, nas demandas reformistas, na produção intelectual e cultural, entre outros, processos que já foram analisados por diversos autores (FERNANDES, 1984; MOTTA, 2014; RIDENTI, 2007, 2010, 2014; SCHWARZ, 2008, 2012).

Sob o nome de “Revolução”, os militares derrubam o governo constitucional, com o apoio do empresariado nacional, das oligarquias rurais, da grande imprensa, de parte do clero e de alguns setores da classe média, dando início à uma seqüência de 21 anos de presidências militares eleitas indiretamente. O primeiro governo militar, em nível nacional, foi do marechal Castelo Branco, que cria uma política voltada para a acumulação de capital (OLIVEIRA, 2003) e reforma conservadora do Estado brasileiro, dando os primeiros passos para uma longa ditadura (NAPOLITANO, 2014).

Os anos iniciais do regime foram marcados pelos primeiros indícios da repressão política e pela construção de uma ordem social e institucional autoritária e centralista (NAPOLITANO, 2014). Através dos Atos Institucionais (AI), o poder Executivo federal impunha suas reformas constitucionais e ampliava legalmente as atribuições do Presidente da

---

<sup>14</sup> “Enquanto os militares designavam o dia 31 de março como início da auto-proclamada ‘Revolução’, setores oposicionistas afirmavam – e ainda afirmam – que o golpe fora dado no dia 1º de abril, mas que a data não poderia ser assumida pelos militares, pois este dia, no Brasil, é conhecido como ‘dia dos bobos’.” (BAUER, 2011, p.14), ou, ‘dia da mentira’.

República, tais como: decreto do Estado de Sítio, fechamento temporário do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, cassação de deputados e suspensão temporária dos direitos civis dos cidadãos (AI-2, de 1965); estabelecimento de eleições indiretas para governadores de estados, nomeação direta para as prefeituras das capitais e proibição da organização política em partidos políticos, os quais foram obrigatoriamente clandestinizados (AI-3, de 1966); e a suspensão do direito de *habeas corpus*, que abriu as portas para a prática da tortura como política de interrogatório<sup>15</sup> (AI-5, de 1968)<sup>16</sup>.

Todos os setores da sociedade brasileira foram diretamente atingidos pelo regime autoritário, embora diferentemente de acordo com as classes sociais e posturas políticas. O discurso militar enfatizava a necessidade de modernização da economia, a qual se daria, certamente, sob moldes capitalistas (MOTTA, 2014; NAPOLITANO, 2014; OLIVEIRA, 2003; RIDENTI, 2010, 2014): altas taxas de crescimento econômico entre 1967 e 1973<sup>17</sup>, ampliação

---

<sup>15</sup> Segundo Starling (2014), o aparato da repressão militar tem uma matriz única que data de 1964, a qual instaura os seguintes elementos: a tortura como prática de interrogatório, a violação da legalidade de exceção do próprio regime e a política de extermínio, sendo que todos estes se intensificam em quantidade e distribuição geográfica pelo Brasil a partir de 1967 com a criação do centro de informações do exército.

<sup>16</sup> O Ato Institucional número 5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, decretou a suspensão do direito constitucional ao *habeas corpus* em casos de crimes políticos e terrorismo e desencadeou um aprofundamento da repressão que perseguiu, prendeu, torturou e assassinou os seus opositores. No próprio texto do ato, constam como seus objetivos preservar a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país, que estavam comprometidos por ‘processos subversivos e guerra revolucionária’ (SENADO FEDERAL, 2014 [1968]). O AI-5, portanto, confirma a militarização do sistema político, que se construiu como um processo desde 1964. Nos termos de Codato (2004, p.19), “(...) a militarização do sistema político é progressiva e só começa a ser de fato reconhecida quando são impostas restrições específicas [como o fim do *habeas corpus* e a proibição da reunião em partidos] sobre a atuação e a organização da ‘classe política’”.

<sup>17</sup> Nesse período, denominado de *milagre econômico*, as taxas de crescimento atingiram 10% ao ano. Utilizando-se de recursos como amplo endividamento externo e administração de preços, sistemas de incentivos fiscais e subsídios, o Estado passou a exercer comando quase absoluto sobre a área econômica nacional. Também a incorporação de novos trabalhadores no mercado formal de trabalho e a consolidação de um segmento médio de consumidores garantiram o sucesso dessa política econômica interna, que gerou novos mercados e novos compradores, constituindo uma classe média que, pela primeira vez na história do Brasil, tinha acesso à bens de consumo e à educação (LUNA; KLEIN, 2014). Oliveira (2003, p.98) assim interpreta o aumento da demanda por bens de consumo no período da ditadura militar: “É evidente que a massa total em renda em cada estrato aumentou, pelo simples fato de que o número de habitantes em cada estrato também aumentou; o aumento da massa total de renda é que sustentou a demanda dos bens de consumo não-duráveis, nos estratos de rendas baixas, enquanto não somente o aumento de população nos estratos de rendas altas, *mas principalmente* os ganhos de renda real por membro dos estratos ricos é que constituem a base de mercado para os bens de consumo duráveis – automóveis, eletrodomésticos – cuja demanda aumentou sensivelmente a partir de 1968.”

das desigualdades sociais<sup>18</sup> e profundas transformações demográficas<sup>19</sup>, tudo isso tendo como conseqüência econômica uma grave crise que gerou um processo inflacionário desenfreado<sup>20</sup>. De acordo com Ridenti (2010, p.290), tais políticas constituíram uma modernização autoritária: “Os governos militares promoveram o desenvolvimento, embora à custa do cerceamento das liberdades democráticas e com grande concentração de riquezas”.

Bomfim (2007, p.48) defende que essa política de modernização realizada através da idéia de desenvolvimento econômico-social se revestiu de um caráter eminentemente territorial:

Equipar o território através de planos ambiciosos, cuja intenção era coordenar os passos da produção do espaço nacional, fez parte do planejamento estatal desse período da história brasileira. Enfim, nos anos dos governos militares, exacerbou-se a política estatal pela via de uma geopolítica revestida tecnicamente e aplicada por intermédio do planejamento do território.

Segundo o autor, essa característica do regime militar pode ser sintetizada no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), instituído em 1971 e referente ao período 1972-1974, e que constituiu o primeiro instrumento de planejamento das estratégias de desenvolvimento

---

<sup>18</sup> Segundo Oliveira (2003), a política econômica da ditadura militar aprofundou as desigualdades de renda: em 1960, o 1% mais rico da população se apropriava de cerca de 11,72% da renda nacional, um pouco mais do que o apropriado pelos 40% mais pobres. Já em 1970, os 5% mais ricos se apropriavam de uma parcela da renda ainda maior que a parcela apropriada por 60% da população: 27,35% contra 25,18%. Na perspectiva de Luna e Klein (2014b, p.99): “O “milagre econômico” ocorreu na fase mais reacionária do regime militar. Não se admitiam críticas, nem as imparciais, que apontassem erros na política econômica. O autoritarismo permeava todos os níveis do governo, num momento em que ele promovia ampla gama de investimentos no setor produtivo (com incentivos e subsídios para o setor privado), manipulava as principais fontes de crédito de curto e longo prazo, controlava preços e salários e administrava a taxa de câmbio. Aumentavam as distorções na economia, e a sociedade ficava mais injusta, em virtude de uma política econômica que fazia aumentar a concentração de riqueza.”

<sup>19</sup> A ditadura militar marca uma época de profundas mudanças estruturais da história brasileira. A ampliação do acesso à educação pública primária e secundária se reflete nos índices de alfabetização: em 1940 apenas 38,4% da população era alfabetizada, índice que subiu levemente para 42,7% em 1950, mas que atingiu 66% em 1970 e 74% em 1980. A ampliação dos sistemas públicos de saúde e aposentadoria mudou radicalmente a relação entre mortalidade e fertilidade no país: entre 1940 e 1960 houve uma rápida queda na mortalidade infantil, o que gerou um acelerado aumento da população brasileira. Nas duas décadas seguintes (1970 e 1980) essa queda na mortalidade foi acompanhada por uma queda na fertilidade, tendo como conseqüência uma reorganização da pirâmide etária brasileira (LUNA; KLEIN, 2014b). O período também é marcado por um intenso processo de urbanização, impulsionado pelo êxodo rural: durante a década de 1960 cerca de 13,5 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais, sendo que na década seguinte foram cerca 15,6 milhões de migrantes para as áreas urbanas. Nos anos 1980, pela primeira vez, a população rural brasileira reduziu-se em números absolutos, consolidando-se com 67% da população do país vivendo em cidades (CUNHA, 2005; MARTINE; CAMARGO, 1984).

<sup>20</sup> A crise do milagre econômico se manifestou fortemente na década de 1980, principalmente devido ao aumento da dívida externa e ao choque na balança comercial brasileira ocasionado pelas duas crises mundiais do petróleo. O aumento desenfreado na inflação na década, que atingiu o índice de 200% ao ano em 1983, a diminuição do valor real dos salários dos trabalhadores devido à inflação e o endividamento foram as marcas profundas deixadas para os governos democráticos seguintes, a partir de 1985. Para Oliveira (2003), a relação entre inflação e arrocho salarial caracteriza a política econômica da ditadura militar, pois revela a indissociabilidade entre a política repressiva e a economia de crescimento acelerado, demonstrando que a contenção da classe trabalhadora se fez principalmente através da contenção do seu salário: “Em poucas palavras, a política de combate à inflação procura transferir às classes de rendas baixas o ônus desse combate, buscando que as alterações no custo de reprodução da força de trabalho não se transmitam à produção, ao mesmo tempo que deixa galopar livremente a inflação que é adequada à realização da acumulação.” (OLIVEIRA, 2003, p.94).

para o Brasil. Com ênfase na questão da *integração nacional*, o I PND define políticas de desenvolvimento que viriam a equipar o território através do incremento de transportes, da colonização através da agricultura e da criação de regiões metropolitanas e pólos de desenvolvimento industrial (BOMFIM, 2007, p.75-76). A abertura de fronteiras e intercomunicação de mercados seriam os pilares desse projeto de integração nacional, caracterizando “uma gradual mudança” das políticas militares, deslocando as prioridades de investimentos dos programas sociais de educação, saúde e saneamento para aqueles da integração do território.

De acordo com Monteiro (1980), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi um instrumento fundamental da ideologia do desenvolvimento nacional e da prática política da burocracia administrativa. Criado como um órgão técnico durante o governo de Getúlio Vargas, destinado ao reconhecimento do território, inclusive para a ocupação do interior brasileiro, a administração de Juscelino Kubitschek percebeu a sua “força de potencial político nada desprezível” (MONTEIRO, 1980, p.21), e este ganhou novos contornos administrativos. Para o autor, a importância do órgão é reafirmada durante a ditadura quando é criado o Ministério Extraordinário do Planejamento, no governo de Castelo Branco. O IBGE é incorporado à tal ministério em 1967 e desta associação se ampliam as políticas da SUDAM e da SUDENE.

Moraes (2002) argumenta que a ocupação e o ordenamento do espaço formaram o eixo estruturador do planejamento militar, um planejamento autoritário e centralizado, que operou políticas de produção e organização do espaço através de seus aparelhos institucionais de Estado – como o Ministério do Interior, o Ministério do Planejamento e o IBGE. Segundo o autor, essa concepção autoritária e centralista repõe a ideologia geográfica que identifica imediatamente o Brasil ao seu território, acentuando o divórcio entre o Estado e a nação. O próprio lema do governo militar – a integração nacional – demonstra a intenção da construção ideológica de um país por meio de um Estado forte. Nesse processo, *modernização* e *desenvolvimento* perdem conteúdos sociais e políticos e passam a representar os aparatos produtivos e as infra-estruturas de crescimento econômico.

Na esteira de modernizações, o ensino universitário também passou por transformações radicais. Para Motta (2014), o papel das universidades na formação de elites administrativas, técnicas e intelectuais fez destas um dos principais alvos da modernização autoritária. Nosso interesse sobre o período da ditadura civil-militar, portanto, se direciona para compreender especificamente essa modernização do ensino superior, seus argumentos e conseqüências para a USP.

## **2.2. A modernização autoritária implementada nas universidades: a Reforma Universitária na USP**

A Reforma Universitária, promulgada em forma de lei em novembro de 1968, marca a intenção de conectar as universidades à trilha do desenvolvimentismo autoritário, ao determinar a racionalização de recursos, a busca de eficiência, ao expandir as vagas no nível de graduação<sup>21</sup>, ao mudar a forma do exame vestibular, ao aumentar a participação da iniciativa privada, ao reorganizar a carreira docente e ao criar novas universidades federais e estaduais, além de expandir os cursos de pós-graduação<sup>22</sup>.

De acordo com Cunha (1988), Giannotti (1986) e Fernandes (1975), tal reforma se pautou em um modelo norte-americano de universidade: as faculdades se tornaram departamentos, as cátedras se transformaram em disciplinas e o currículo passou a ser estruturado a partir de um sistema de créditos que permitia expandir vagas sem aumentar, proporcionalmente e simultaneamente, o número de professores de cada curso. Nas palavras de Cunha (1988, p.18), a modernização do ensino superior no Brasil

(...) consistia na radical mudança de organização dos recursos materiais e humanos da universidade. Ao invés de agrupá-los em função dos *produtos* profissionais (isto é, nas faculdades), passavam a ser agregados em função das economias de escala no uso dos *indutos* (implicando na estrutura departamental). O conhecimento a ser ensinado se fragmentava em pequenas unidades chamadas *disciplinas*, já descoladas das matérias correspondentes às *cátedras*. No nível da universidade, a agregação das disciplinas dava origem aos departamentos, por processos indutivos (ao contrário do processo dedutivo que originava a cátedra); no nível do estudante, resultava no currículo, mediante um sistema peculiar de contabilidade – o crédito. Assim, a própria estrutura da universidade revelava a vitória do empiricismo lógico anglo-saxônico sobre o racionalismo francês e o idealismo alemão, embora este fosse evocado em sua justificativa.

De acordo com Napolitano (2014), a Reforma Universitária se revestiu de um discurso modernizador da estrutura considerada arcaica do ensino superior, a qual alimentava a agitação estudantil. Para o autor, “O movimento estudantil ainda dispunha de certa margem de ação política, sobretudo dentro das universidades, tomando para si a tarefa de criticar o regime e de ser a vanguarda da luta por mudanças sociais.” (NAPOLITANO, 2014, p.88). As transformações no ensino levadas a cabo pela Reforma Universitária, portanto, não eram apenas medidas para modernizar a estrutura universitária, mas também para, a partir dessa

<sup>21</sup> Em 1964, o Brasil tinha 140 mil estudantes universitários. Em 1979, apenas quinze anos depois, eram 1,3 milhão de estudantes de nível superior (MOTTA, 2014).

<sup>22</sup> Em 1964, existiam 23 cursos de pós-graduação no Brasil. Dez anos depois já eram 400 (MOTTA, 2014).

modernização, despolitizar as atividades acadêmicas e desafogar a pressão por mais vagas no ensino superior.

Consideramos ser revelador dessa mencionada margem de ação política do movimento estudantil o fato de o grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP ter sido alvo de uma busca, empreendida pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que resultou em apreensão de “materiais subversivos” e prisão de nove estudantes da faculdade já no dia 2 de abril de 1964, ou seja, imediatamente após o golpe (GIANNAZI, 2014). Percebe-se, com isso, que o regime via as universidades como um problema político e social prioritário, e a reforma universitária serviria, portanto, para erradicar a possibilidade de contestação à ditadura e para atender às demandas de ascensão social de uma nova classe média que apoiara o golpe. Alterando sua estrutura interna, reorganizando currículos, cerceando a autonomia universitária, ampliando as vagas sem ampliar, simultaneamente, a infra-estrutura e o quadro docente e, principalmente, associando diretamente o ensino científico à técnicas e tecnologia, a ditadura ofereceu à essa classe média a ascensão social por meio do diploma universitário, rapidamente formando profissionais com mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho em franca expansão na indústria (CHAUÍ, 2001).

A Reforma Universitária atingiu tanto as universidades federais, submetidas mais diretamente ao governo nacional, quanto as estaduais, como a Universidade de São Paulo. Uma das conseqüências imediatas da reforma nessa universidade foi a fragmentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras<sup>23</sup>. Depois de 1969, os diversos cursos que compunham a faculdade foram divididos em 8 institutos e departamentos, desmembrando a unidade fundada em 1934. As Humanidades continuaram reunidas na nova Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que agregava os cursos de Filosofia, Letras, Ciências Sociais, História e Geografia. Sobre essa ocasião, Petrone (1994, p.22) nos conta que

Por ocasião da reforma do Estatuto da USP, pouco antes de ficar definida a nova estrutura da Universidade, ao se tratar do destino do Departamento de Geografia prevaleceu entre nós a idéia de permanecer integrado na Faculdade de Filosofia em prejuízo de idéias como a de formação de um Instituto isolado ou de integração em um futuro [*Instituto*] de Geociências. A decisão tomada naquela ocasião foi decorrência não apenas de reflexões sobre o Departamento em si mas, também, de reflexões sobre a Faculdade, a Universidade e as particulares condições históricas que se estava vivendo. Para a grande maioria das pessoas vinculadas ao Departamento, a permanência na Faculdade de

---

<sup>23</sup> A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo foi criada em 1934, no momento de fundação da própria universidade. A história da fundação, a missão de professores estrangeiros e dentre estes os geógrafos designados para ministrar as aulas de Geografia na recém criada universidade serão abordados com maior profundidade na parte III desta dissertação.

Filosofia tinha um significado muito grande e, portanto, nela o Departamento permaneceu.<sup>24</sup>

De acordo com Candido (2004) e Fernandes (1984), a FFCL detinha uma postura política e ideológica “contra a corrente”: enquanto instituição, seu corpo docente, seus alunos, mas principalmente as pesquisas empreendidas na faculdade demonstravam um compromisso social com as camadas mais pauperizadas da população, e que constituiu-se ao longo dos anos em uma tradição de pensamento crítico sobre a sociedade brasileira.

Para Martins (1995) e Candido (1992), o grande intelectual responsável por criar as bases para a formação de uma tradição uspiana de pensamento crítico é o professor Florestan Fernandes. Filho de pai desconhecido, de família imigrante, trabalhador desde os seis anos de idade e “com uma história dramática de desagregação familiar e de duros sacrifícios” (MARTINS, 1995), Fernandes começou o curso de Ciências Sociais na FFCL em 1941. Florestan Fernandes representa, pela sua condição, a possibilidade de ascensão social por meio da formação acadêmica. Mas, o que nos parece central para este trabalho é que, a partir dos estudos de Fernandes, substancia-se a preocupação com a análise da “desencontrada historicidade da sociedade brasileira, aos seus ritmos desiguais e às contradições que dela decorrem” (MARTINS, 1995). Como professor e catedrático na área de Sociologia, Fernandes pesquisou, inicialmente, a formação social brasileira e o papel dos indígenas, e durante muitos anos a questão da inserção do negro na sociedade. Nesse trajeto, formou um grupo de alunos e assistentes que objetivava refletir sociologicamente sobre o Brasil a partir de um enfoque que problematizasse a realidade preñe de contradições e dilemas<sup>25</sup>. Fernandes também esteve envolvido na luta pela educação universal e pública no final dos anos 1950, a chamada *Campanha em Defesa da Educação Pública*<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> Durante a defesa desta dissertação, ocorrida no dia 19 de janeiro de 2016, na sua arguição o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira destacou que a permanência do Departamento de Geografia na FFLCH foi alvo de debates e conflitos internos ao Departamento. Segundo o seu relato, na ocasião o professor Ary França, na época chefe do Departamento, havia decidido transferir o Departamento de Geografia para o Instituto de Geociências. Com apoio de parte do corpo docente, os alunos do curso de Geografia votaram contra essa decisão em uma plenária departamental. Com isso, o professor Ary França recuou e manteve o Departamento de Geografia na FFLCH.

<sup>25</sup> Durante a década de 1940, Fernandes militou no Partido Socialista Revolucionário (PSR) e traduziu a obra *Contribuição à crítica da economia política*, de Karl Marx, o que possibilitou sua aproximação inicial com o marxismo. Em 1954, Florestan Fernandes tornou-se professor catedrático de Sociologia, ocupando o lugar de Roger Bastide, um dos professores estrangeiros da missão de fundação da USP. Na montagem do temário da cadeira de Sociologia I, Arruda (2010), Jackson (2007), Prieto (2013) e Rodrigues (2011) já notaram que houve a escolha por discussões voltadas para a questão do desenvolvimento e do Brasil moderno, mais especificamente sobre as condições histórico-sociais de desintegração da ordem escravocrata-senhorial e de formação da sociedade de classes no Brasil.

<sup>26</sup> De acordo com Palma Filho (2003), em 1958 o deputado Carlos Lacerda (UDN) apresentou uma proposta substitutiva à Lei de Diretrizes e Bases que, na prática, precarizava amplamente o ensino oficial promovido pelo Estado. Essa emenda substitutiva foi arduamente combatida pelos educadores que se alinhavam à defesa da

Outro intelectual de fundamental relevância para a construção dessa tradição crítica da USP é o professor Antonio Candido de Mello e Souza. Segundo Martins (1999), tanto Florestan Fernandes quanto Antonio Candido criaram um diálogo teórico que se faz a partir da especificidade da realidade social brasileira, fundamentando uma sociologia cuja indagação científica cria os caminhos para a possibilidade de intervenção social para a mudança. Para Schwarz (1999), o trabalho de Antonio Candido criou uma nova concepção da articulação entre estrutura e história ao revelar que ambas se determinam dialeticamente, a historicidade enraizada nas estruturas e a disciplina estrutural que aparece nos andamentos históricos. Para Hirano (1992, p.93)

A reconstrução histórica é nuclear na *tradição acadêmica da escola de São Paulo* e que teve e tem como base a escola sociológica da Universidade de São Paulo: dentro dela, Antonio Candido foi um dos principais precursores. Esta tradição sociológica é também formada por um grupo de cientistas sociais que iniciaram a produção de um *novo padrão de trabalho sociológico* no Brasil nos meados do século XX. *A tradição é também a formação do novo, de um moderno sistema orgânico e articulado* de pesquisadores, obras sociológicas e cientistas atuantes do ponto de vista da produção cultural, dando início ao fenômeno fundamental da *formação de uma nova tradição sociológica moderna no Brasil*.

De acordo com Candido (1992), predominou na FFCL da USP o interesse pelos estudos concretos das realidades fundamentais da sociedade brasileira através de temas como habitat, moradia, zonas pioneiras, crenças e práticas populares, entre outros. Esse teria sido o início de uma tradição de pensamento sobre o homem comum no Brasil e sua condição. Portanto, a FFCL iniciou uma nova era, em São Paulo, ao deslocar o objeto dos estudos sobre a sociedade das camadas dominantes para as camadas oprimidas, optando pela investigação dos grupos marginalizados. Dentre as pesquisas que caminharam nessa direção, Candido (1992) cita, na Sociologia, o trabalho de Florestan Fernandes sobre a situação do negro; na Antropologia o trabalho de Emílio Willems sobre o caipira, o trabalho de Gioconda Mussolini sobre os pescadores e o trabalho de Egon Schaden sobre os grupos indígenas; e na Geografia o trabalho de Nice Lecocq Müller sobre os sitiantes.

No caminho da tradição crítica desses intelectuais, consideramos que um outro momento marcante dessa postura ideológica “contra a corrente” foi o chamado *Seminário Marx*, grupo de estudos que realizou a primeira leitura acadêmica no Brasil da obra *O Capital*,

---

escola pública. Em nome da escola pública e laica, então, um conjunto de educadores se opôs aos interesses privatistas e confessionais na educação. Por fim, em maio de 1959 foi aprovado um texto conservador que aumentava a participação do ensino privado nos conselhos estaduais de educação e referendava uma destinação de verbas para instituições privadas, mas não eliminava o ensino oficial oferecido pelo Estado.

de Karl Marx, entre 1958 e 1964. De acordo com Rodrigues (2011), neste ano de 1958, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Fernando Antônio Novais - todos professores-assistentes da FFCL - montam um grupo de leituras com alguns alunos expoentes (Bento Prado Jr., Roberto Schwarz, Michael Löwy, Francisco Weffort e Paul Singer), com os quais passam a se reunir, quinzenalmente, para ler e estudar a obra magna de Karl Marx.

Para Schwarz (1999, p.93), a intenção do grupo em ler *O Capital* estava diretamente relacionada com a realização das teses de doutoramento dos seminaristas: “Os jovens professores tinham pela frente o trabalho da tese e o desafio de firmar o bom nome da dialética no terreno da ciência. De modo geral, escolheram assunto brasileiro, alinhados com a opção pelos de baixo que era própria à escola, onde se desenvolviam pesquisas sobre o negro, o caipira, o imigrante, o folclore, a religião popular.”

Rodrigues (2011, p.46), no mesmo trajeto de interpretação, aponta o caráter estritamente acadêmico da leitura pretendida d’O Capital: “Ausência de mulheres<sup>27</sup> e rechaço ao pendor politizante se ligam ao caráter propriamente *universitário e profissional* da leitura de Marx que o grupo vai aos poucos delineando como atributo principal e exclusivo.”

Com o fim deste primeiro grupo de leitura da obra de Marx, um segundo é iniciado, ainda em 1964, pelos discípulos daqueles professores que inauguraram a empreitada seis anos antes. Em 1966 esse segundo grupo cria a revista *Teoria e Prática*, com o intuito de publicizar as suas discussões numa época em que a censura ditatorial recrudescia a resistência democrática, impelindo os estudantes de passar da teoria à prática (MORAES, 1988). Esse grupo e a revista duraram até 1968, quando seu quarto número foi bloqueado na gráfica como material subversivo.

De acordo com Chauí (2003), Candido (2004), Chnaiderman (2004), Garbuglio (2004) e Costa (2004), o momento mais marcante da história da FFCL e representativo do combate ideológico ao regime militar característico dessa instituição foi o confronto entre estudantes da FFCL e da Universidade Mackenzie, em outubro de 1968 na Rua Maria Antônia.

Três departamentos da FFCL (Ciências Sociais, Filosofia e Letras) e a biblioteca funcionavam, desde o início dos anos 1940, em um edifício localizado na Rua Maria Antonia, próximo ao centro da cidade de São Paulo<sup>28</sup>. Na mesma rua, no edifício em frente, funcionava

---

<sup>27</sup> Rodrigues (2011) discorre longamente sobre a presença híbrida de Ruth Cardoso nas reuniões do Seminário Marx, e conclui que a sua participação esteve sempre colocada no lugar de esposa de Fernando Henrique Cardoso, e não de intelectual como os outros seminaristas. É neste sentido que a autora caracteriza o grupo como estritamente masculino.

<sup>28</sup> O curso de Geografia já havia sido transferido, em 1966, para o campus localizado no bairro do Butantã (MATHIAS, 1988).

a Universidade Mackenzie (UM), instituição de ensino particular que era conhecida por seus alunos e professores favoráveis à ditadura e anti-esquerda.

Segundo Mathias (*et alli*, 1988), no dia 2 de outubro de 1968 um grupo de estudantes secundaristas fazia uma campanha de recolhimento de fundos para a realização do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), na rua das duas faculdades em questão. Um grupo de alunos da Universidade Mackenzie, contrários àquela campanha, começou a atirar pedras e pedaços de madeira contra os estudantes secundaristas na rua, os quais foram acudidos pelos alunos da FFCL, que responderam atirando igualmente pedras nos adversários. O conflito durou cerca de duas horas naquele dia, mas foi retomado no seguinte, 3 de outubro, pelos alunos da UM.

Além das pedras e madeiras, os estudantes da faculdade particular começaram a jogar contra o prédio da FFCL bombas, objetos incendiários, panos molhados com ácido e tiros de armas de fogo. Diversos relatos do confronto narram que os alunos da FFCL não estavam armados como aqueles da UM. Esses ataques foram atribuídos ao grupo denominado Comando de Caça aos Comunistas (CCC)<sup>29</sup>, do qual alguns de seus membros eram alunos da UM.

Depois de algumas horas de conflito, o saldo era de um aluno morto por tiros, 4 alunos feridos à bala e inúmeros alunos e professores feridos por pedras e queimados por ácido. Todos os feridos faziam parte do corpo da faculdade da USP, e não da UM, o que revela a desigualdade de instrumentos de luta entre os grupos.

Durante o confronto, um grupo de professores e alunos - entre eles Eurípedes Simões de Paula, no momento diretor da FFCL, Antonio Candido, José Arthur Giannotti e Pasquale Petrone - saiu da faculdade rumo à Secretaria Estadual de Segurança, buscando as autoridades para que dessem um fim ao conflito, que já somava um morto e diversos feridos. A atuação da polícia, nessa ocasião, foi uma evidência da parcialidade dessa instituição e da atitude repressora à esquerda universitária: após chegar ao local, “A polícia observava, impassível, a depredação de uma propriedade do Estado [*o edifício da FFCL*], a utilização de armas de fogo,

---

<sup>29</sup> O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) foi uma organização paramilitar anticomunista de extrema direita que atuou primordialmente nos anos 1960. Este grupo foi responsável por um conjunto de ações, como seqüestros e assassinatos de militantes das organizações de esquerda, atentados explosivos, invasões e espancamento de grupos artísticos críticos da ditadura. A organização era composta majoritariamente por estudantes universitários (sobretudo da Universidade Mackenzie, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco - USP - e da Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP). Pertenciam também ao CCC policiais, membros de organizações da direita católica, como a *Opus Dei* e a TFP (Tradição, Família e Propriedade) e intelectuais favoráveis ao regime militar. Ressaltamos que, desde 1964, estudantes do Mackenzie ligados ao CCC tinham escolhido como alvo para algumas de suas ações a Faculdade de Filosofia da USP, sendo que suas práticas consistiam em invadir, destruir, perseguir e aterrorizar os alunos. Em 1964, 1966 e 1967 invadiram a Faculdade de Filosofia destruindo móveis e vidraças e espancando estudantes. Sua ação em 1968, durante a batalha da Maria Antônia, foi mais um dos atos violentos cometidos pela organização num conjunto de outros graves atentados.

a entrada de material de luta na Universidade Mackenzie, como pedras, caixas de fogos e galões de gasolina, sem fazer um gesto para evitar todos esses fatos.” (MATHIAS *et alli*, 1988, p.19).

Quando a polícia começou a agir, no entanto, foi somente contra os alunos e professores da USP, invadindo o prédio da FFCL e o da Faculdade de Ciências Econômicas, que ficava nas proximidades. Nessa operação, diversas pessoas foram presas e levadas para prestar depoimento aos agentes da repressão, a maioria delas alunos da FFCL mas também três professores (Paula Beiguelman, Maria do Carmo C. de Souza e Bento Prado Jr). No entanto, nenhum aluno da UM foi detido na ocasião.

Em entrevista, a professora Odette Carvalho de Lima Seabra<sup>30</sup> relatou que estava presente neste dia da chamada batalha da Maria Antônia, e que inclusive integrou a comissão de professores e alunos que se dirigiu à Secretaria Estadual de Segurança para solicitar a intervenção do poder público no sentido de encerrar o conflito. A professora lembrou que o prédio da FFCL pegava fogo, inclusive a biblioteca, e que a intenção dos alunos da UM era justamente destruir o edifício da USP. Nesse momento, o conflito contava já com um aluno morto, diversos feridos, carros virados na rua e o prédio em chamas. Após a intervenção da polícia, diversos alunos que estavam na Maria Antonia foram à Cidade Universitária e realizaram uma assembléia estudantil no salão do CRUSP, a qual foi, também, invadida pela polícia. Os alunos fugiram, inclusive a professora Odette C. de Lima Seabra que relata ter corrido pelo matagal do campus até o Jaguaré.

Também em 1968, em 17 de dezembro – apenas quatro dias depois da promulgação do AI-5 – outro ataque à universidade foi empreendido, desta vez diretamente pelos agentes da ditadura. O Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), residência universitária voltada para o auxílio dos alunos mais pobres da USP, foi invadido pelas forças militares, que entraram nos prédios e casas dos alunos realizando buscas por “material subversivo” e seus detentores. Nessa invasão, diversos estudantes foram presos – dentre eles o professor, na época estudante de Geografia, Ariovaldo Umbelino de Oliveira - e os prédios da residência universitária ficaram interditados até 1979, quando foram retomados por iniciativa dos alunos (ADUSP, 2009).

O CRUSP, conforme nos relatou em entrevista a professora Odette C. de Lima Seabra, mesmo quando não havia mais o direito de manifestação e o movimento estudantil estava já enfraquecido, continuava sendo um lugar de reuniões políticas e debate. Nas suas palavras, “se

---

<sup>30</sup> Para esta pesquisa, foram realizadas duas entrevistas com a professora Odette Carvalho de Lima Seabra, a primeira em dezembro de 2014 e a segunda em janeiro de 2015.

fazia política no CRUSP”. O CCC, que coordenou o ataque à Maria Antonia, empreendeu diversas ações ao CRUSP, a maioria delas utilizando armas de fogo para atirar contra os prédios da residência universitária (BENEDITO, 2008). Percebe-se, assim, que este foi um ponto fulcral da organização dos estudantes da USP durante a ditadura, e por isso mesmo diversas vezes atingido.

Outra manifestação da interferência da ditadura na universidade foi a criação das chamadas Comissões de Inquérito, cujo objetivo era identificar e punir os responsáveis por infiltrar idéias marxistas e os agentes de subversão nas universidades, tanto estudantes quanto professores. Funcionando como uma assessoria de informação da Reitoria, essa comissão recolhia informações a partir de panfletos, boletins, murais estudantis, relatos de congressos, de aulas e semanas de estudo. Segundo Elias (1998, p.15),

Os órgãos de informação registram rigorosa vigilância sobre o campus da Cidade Universitária, em São Paulo, gerando três relatórios diários – pela manhã, tarde e noite -, durante anos, sobre o que ocorre de mais significativo em cada uma das faculdades. Há observações (...) de aulas, palestras, conferências, assembléias estudantis, quase que caracterizando uma rotina que nunca se altera.

Uma das formas de punição à intelectuais ‘subversivos’ foi o seu expurgo, através da aposentadoria compulsória ou demissão<sup>31</sup>, o que constituiu em uma forma de afastá-los obrigatoriamente das suas atividades de ensino e pesquisa, retirando-os da universidade<sup>32</sup>. Após o AI-5, entre dezembro de 1968 e abril de 1969, dois decretos foram emitidos, expurgando no total 27 professores da USP. No caso da FFCL, foram compulsoriamente aposentados os professores: Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Paul Israel Singer, do Departamento de Sociologia; Bento Prado Jr. e José Arthur Giannotti, do Departamento de Filosofia; Fernando Henrique Cardoso e Paula Beiguelmen, do Departamento de Ciência Política; Emília Viotti da Costa, do Departamento de História; Ada Natal Rodrigues, do Departamento de Linguística; e Mário Schenberg e Jaime Tiomno, do Departamento de Física (ADUSP, 1979; GIANNAZI, 2014). Em ambos os decretos consta, dentre os punidos, o nome de Caio Prado Jr., que nunca ocupou nenhum cargo na Universidade de São Paulo. Este possuía apenas a formação, como

---

<sup>31</sup> A aposentadoria compulsória significava o afastamento do professor ou funcionário da USP sem a perda do seu salário. Já a demissão significava o afastamento com a perda do salário, sendo semelhante à exoneração (ADUSP, 1979).

<sup>32</sup> Um exemplo paradigmático desses afastamentos compulsórios foi a exoneração de mais de 20 professores da Universidade de Brasília (UnB) ainda em 1965. Discordando da decisão da reitoria, que afastou esses professores, outros 223 demitiram-se voluntariamente da Universidade. Essas demissões, somadas às exonerações, representaram a saída de 80% do corpo docente da UnB, o que gerou uma crise na instituição de ensino (LELIS, 2011; SALMERON, 2008).

aluno, em Direito e em Geografia e História, e o título de livre-docente pela Faculdade de Direito. Para Giannazi (2014), o fato de Caio Prado Jr. constar entre os expurgados revela não só uma certa falta de cuidado daqueles que elaboraram e escolheram os punidos mas também a intenção de impedir que este intelectual viesse a ser professor da USP, caso fosse aprovado em algum concurso da universidade.

As expulsões, no entanto, não eram resultado apenas das supostas atividades subversivas e políticas de tais professores:

O fato de estarem, na grande maioria dos casos, as vítimas das duas listas entre os elementos mais destacados de suas especialidades, alguns deles com renome internacional e outros despontando como cientistas dos mais promissores, explica, em grande parte, as perseguições que sofreram. As aposentadorias, portanto, os removiam do caminho de elementos medíocres, que lhes temiam a concorrência, ou de outros que, por afoiteza, não desejavam investir seu tempo nos trabalhos de qualificação que lhes dariam o grau de excelência que invejavam nos rivais intelectualmente mais qualificados. (GIANNAZI, 2014, p.55)

Dessa forma, vê-se que tais punições se valeram também para, em certa medida, rearranjar a perspectiva de ingresso e progressão na carreira do quadro docente da universidade, abrindo caminho para a ascensão daqueles professores mais alinhados com a modernização autoritária em curso.

Nenhum professor do Departamento de Geografia foi expurgado da universidade. No entanto, a professora Maria Regina Cunha de Toledo Sader relata em memorial apresentado para concurso em 1988 que, após a defesa da sua dissertação de mestrado, em 1970, foi para a França estudar com uma bolsa do governo francês em situação de exílio. Sobre a ocasião, ela relata:

Minha casa havia sido invadida por elementos do exército, após uma breve detenção minha e de meu marido [*o sociólogo Eder Sader*] pelo aparato civil de repressão. Perdemos muitas coisas, entre elas, todo meu material de pesquisa, minhas entrevistas, questionários, levantamentos estatísticos e cartas, junto com artigos escritos e não publicados e toda nossa biblioteca (SADER, 1988, p.4)

A professora Maria Regina Sader retornou ao Brasil em 1971, mas em 1972 exilou-se mais uma vez, nesse momento no Chile, país no qual também foi perseguida depois do golpe de 1973. Nessa ocasião, parte para a França e lá permanece até a anistia em 1979 (SADER, 1988).

Em 1980, Maria Regina Sader presta novo concurso para ser professora no Departamento de Geografia da USP. Segundo relato da professora Odette C. de Lima Seabra, esse novo concurso foi necessário pois, quando do exílio da professora Maria Regina Sader no

início na década de 1970, a Congregação da FFLCH teria declarado *abandono de cargo* por parte da professora, o que no serviço público caracteriza motivo para a sua exoneração<sup>33</sup>. Assim, quando retornou, foi necessária a aprovação em um novo concurso para que pudesse retomar as suas atividades docentes na USP.

Para a comissão da ADUSP (Associação dos Docentes da USP), responsável pela publicação do texto *O livro negro da USP – o controle ideológico na universidade*<sup>34</sup>, esse controle foi o fundamento para a criação de um mecanismo interno de “caça às bruxas”:

Em primeiro lugar é necessário apontar que a repressão policial que se dirige contra a Universidade imediatamente após trinta e um de março não encontrou nenhuma resistência por parte da Reitoria, mas se fez com sua conivência. A forma violenta pela qual foram realizadas prisões de professores e alunos, a invasão e a depredação da Faculdade de Filosofia, configuram claramente a intenção de intimidar antes que investigar e não sofreram o mais leve reparo por parte do Reitor. Deste modo, a ação repressiva externa pode agir livremente na Universidade e criar uma atmosfera de temor generalizado provocada pelos atos de violência e pela ameaça permanente de prisões e de detenções arbitrárias. (ADUSP, 1979, p.11)

Sobre a conivência da Reitoria da USP com os atos de repressão e autoritarismo na universidade, cabe destacar que dois Reitores de tal instituição foram nomeados Ministros da Justiça durante a ditadura: o jurista Luís Antonio da Gama e Silva, professor da Faculdade de Direito, quando do seu mandato como Reitor da USP foi licenciado do cargo para assumir o posto de ministro no governo do general Costa e Silva; e o também jurista Alfredo Buzaid, professor na mesma Faculdade de Direito, também Reitor da universidade, assumiu o Ministério da Justiça durante o governo Médici. Gama e Silva, inclusive, foi o jurista que elaborou o texto do AI-5, promulgado em dezembro de 1968 e que assinou, juntamente ao

---

<sup>33</sup> Infelizmente não foi possível confirmar essa informação antes da conclusão da pesquisa. No entanto, consideramos que essa investigação seria importante devido à proximidade com o caso da professora Ana Rosa Kucinski, docente do Instituto de Química da USP que foi demitida em 1975 pelo instituto por abandono de cargo. A professora Kucinski, militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), no entanto, estava desaparecida desde abril de 1974, quando foi presa por agentes da polícia de São Paulo. Em abril de 2014 a Congregação do Instituto de Química da USP votou e aprovou a anulação da demissão da docente à pedido da Comissão da Verdade da USP. A Congregação também emitiu um pedido oficial de desculpas à família de Ana Rosa Kucinski, declarando que a sua demissão, à época, foi um equívoco (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

<sup>34</sup> Publicado pela primeira vez em 1978, ainda durante a ditadura, traz um compêndio de denúncias sobre a atuação da repressão, através dos seus mecanismos internos e externos de informação. Apresenta trechos do Diário Oficial, declarações dos reitores em exercício à CPI da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, cartas enviadas à imprensa, entre outros, para sistematizar as formas e efeitos da intervenção militar na USP. O texto foi escrito por uma comissão da ADUSP, cuja relatora era a professora Eunice Durhan. Além dela, faziam parte dessa comissão os professores Maria Carolina Soares Guimarães, Jessita Nogueira Moutinho, Antonio Carlos Martins de Camargo, Alberto Luiz da Rocha Barros e Percival Brosig. Compreendemos que este texto ainda é a principal fonte de informação mais direta sobre a relação entre a ditadura militar e a Universidade de São Paulo, pois constitui o documento que reúne a maior quantidade de informações sobre o período e revela uma postura pioneira e corajosa da ADUSP ao reunir esses relatos e publicá-los.

general-presidente, os decretos de expurgos dos professores da USP em abril de 1969 (GIANNAZI, 2014).

Além das aposentadorias e demissões, *O livro negro da USP* expõe também a existência de um mecanismo de triagem ideológica nas contratações de novos professores e funcionários. “Após as aposentadorias por força do AI-5, começam a ocorrer na USP fatos até então desconhecidos: contratos aprovados nos Departamentos e Congregações, com demonstração de verbas, são misteriosamente arquivados na Reitoria ou indeferidos pelo Reitor sem explicação.” (ADUSP, 1979, p.55). Se tratava de mais uma comissão especial, externa à USP, que fornecia à administração universitária informações sobre os concursados a partir dos dados dos órgãos nacionais de segurança. Denominadas de cassações brancas, diversas denúncias de arquivamento de processos de contratação foram encaminhadas à ADUSP entre 1975 e 1978. Uma delas, que nos interessa especialmente, é assinada por cinco candidatos aprovados em seus departamentos e congregações, dois deles pelo Departamento de Geografia: Odette Carvalho de Lima Seabra e Maria Niedja Leite de Oliveira<sup>35</sup>. Ambos os processos foram arquivados na Reitoria em 1976, sem explicação ou justificativa.

Tivemos acesso ao processo de contratação da professora Odette Carvalho de Lima Seabra, atualmente arquivado no Setor de Expediente da FFLCH. Neste processo constam os documentos referentes à contratação da professora, com datas entre 1975 – ano da sua aprovação por concurso – e 1981 – ano da sua contratação efetiva. A seguir, apresentamos uma descrição detalhada dos documentos encontrados no processo.

Consta, com data de 30 de setembro de 1975, um documento assinado pelo diretor da FFLCH, direcionado ao Reitor, solicitando a contratação da aprovada em concurso, Odette Carvalho de Lima Seabra, para preenchimento do cargo de auxiliar de ensino. Anexados à esta solicitação encontram-se uma carta assinada pelo Chefe do Departamento de Geografia, o professor Pasquale Petrone, datada de 10 de setembro de 1975, justificando a necessidade de contratação de pessoal docente para o Departamento; um atestado de idoneidade moral, referido à professora Odette C. de Lima Seabra, assinado pelos professores Nelson de La Corte e Léa Goldenstein. Já com data de 16 de outubro de 1975 há uma carta da Comissão Especial

---

<sup>35</sup> Conforme consta em relato sobre a 55ª Caravana da Anistia, realizada em 2012, Maria Niedja Leite de Oliveira foi confundida com a sua irmã, Maria Nadja Leite de Oliveira. A primeira foi aprovada em concurso para Auxiliar de Ensino no Departamento de Geografia da USP em 1976, mas foi impedida de ocupar o cargo devido à triagem ideológica que a confundiu com sua irmã, Maria Nadja, militante em Fortaleza de um grupo contra a ditadura. Ambas foram presas e torturadas no DOPS, em São Paulo. Em 2012 Maria Niedja Leite de Oliveira recebeu uma indenização retroativa, referente ao período de nove anos em que ficou à espera da sua contratação na USP (PORTAL VERMELHO, 2012).

(COMESP) manifestando-se favorável à contratação. No entanto, em 8 de janeiro de 1976, o pedido de contratação é despachado da Reitoria de volta à FFLCH solicitando uma atualização da demonstração de verbas do Departamento de Geografia. Tal demonstração é reencaminhada para a Reitoria, assinada pelo professor Pasquale Petrone (ainda Chefe do Departamento de Geografia), e nesta consta com data de 19 de maio de 1976 um despacho de arquivamento do processo, assinado pelo reitor Orlando Marques de Paiva.

Com data de 25 de maio de 1976 existe uma solicitação do diretor da FFLCH, o professor Eurípedes Simões de Paula, direcionada ao diretor da CODAGE, Fausto Haroldo Ribeiro, para que o processo de contratação fosse encaminhado à Faculdade de Filosofia. Em seguida, uma nova solicitação, igual à anterior, é datada de 1 de julho de 1976, e uma terceira solicitação, semelhante às duas anteriores, data de 1 de novembro de 1977.

Com data de 5 de agosto de 1977, o ainda diretor da FFLCH professor Eurípedes Simões de Paula assina um despacho do processo devolvido à reitoria. No mesmo ano, em 20 de outubro, é anexada uma carta assinada pelo Chefe do Departamento de Geografia, o professor Antonio Rocha Penteado, direcionada ao diretor da Faculdade, solicitando a reativação do processo de contratação e indicando que o Conselho Departamental votou em unanimidade pela contratação da professora Odette C. de Lima Seabra.

No ano seguinte, em 8 de junho, consta a informação de que o processo está em posse do professor Manoel Fernando Gonçalves Seabra. E data de 14 de junho de 1978 uma carta-justificativa assinada pelo professor Manoel F. G. Seabra, alegando que havia retirado o processo do Departamento de Geografia em novembro de 1977 e esquecido de devolvê-lo. Em 29 de junho uma nova solicitação de contratação é assinada pelo Chefe do Departamento de Geografia e direcionada ao diretor da FFLCH, o professor Erwin Theodor Rosenthal. De 18 de agosto de 1978 existe uma justificativa para a não contratação que alega falta de recursos financeiros por parte da Faculdade para novo pessoal docente, e em 23 de agosto de 1978 o processo é novamente arquivado na reitoria.

Com data de 1 de agosto de 1980 há uma nova solicitação de envio do processo arquivado para a FFLCH, e datado de 23 de setembro de 1980 um ofício direcionado à reitoria solicitando novamente a contratação. Tal ofício está carimbado com o escrito “Sem Efeito”. Com a exoneração da professora Margarida Fenerich Silva Massukado, o diretor da FFLCH encaminha em 6 de outubro de 1980 um novo pedido de contratação, agora com recursos financeiros disponíveis. E com data de 13 de janeiro de 1981 consta um documento que declara que a contratada entrou em exercício no dia 26 de dezembro de 1980.

A nosso ver, tais documentos demonstram uma demora intencional na contratação da professora. Não consta nesse processo, evidentemente, nenhuma assinatura, parecer ou avaliação externa à USP, como das Comissões de Inquérito que prestavam serviços à Reitoria. O único motivo alegado para a não contratação foi a falta de recursos financeiros, argumento diversas vezes respondido tanto pelo Chefe de Departamento, Pasquale Petrone, quanto pelos diretores da FFLCH. Consideramos, portanto, que não havendo razão técnica ou institucional para a não contratação da professora Odette C. de Lima Seabra, visto que diversos demonstrativos financeiros foram encaminhados e que a sua aprovação era unânime no Conselho do Departamento de Geografia, o motivo do atraso foi político e tem relação com a história pessoal da professora, que participou ativamente do movimento estudantil e foi militante da Polop<sup>36</sup>.

Consideramos que a fragmentação da FFCL, os expurgos, as cassações brancas, as investigações empreendidas pelas comissões de inquérito, fazem parte de um processo de castração da universidade, de sufocamento do pensamento crítico (FERNANDES, 1984), afastando dela a produção acadêmica – ensino e pesquisa - que refletia sobre a ordem social vigente, estudando-a e militando pela sua transformação.

Em resumo, consideramos que a Faculdade de Filosofia da USP encampou a luta contra a ditadura pautando tanto questões teóricas, através dos grupos de estudo, revistas, aulas, quanto questões práticas, ao enfrentar os opositores caçadores de comunistas e a própria polícia, que via a USP como um centro de subversão ao regime. Nas palavras de Moraes (1988, p.112-113),

À Faculdade de Filosofia coube assim o arriscado privilégio de encarnar o espírito de crítica e de contestação que culminou na grande agitação de 1968. (...) Situando-a em uma perspectiva histórica mais ampla, a ativa resistência que a Maria Antônia opôs àqueles que finalmente viriam destruí-la se inscreve na luta secular por uma democracia social e cultural e particularmente por uma universidade crítica e atuante que representa ainda hoje a melhor esperança de um país onde a lei é feita para os milionários e a cidadania para todos permanece um direito a conquistar. Sim, houve ingenuidade e até inconseqüência na euforia revolucionária de 68. Mas o que sobretudo

---

<sup>36</sup> A Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) foi um grupo clandestino dentre os diversos da esquerda brasileira que lutaram contra a ditadura (RIDENTI, 2014). Fundada em 1959, a organização é considerada por Reis Filho (2007) como uma matriz da esquerda revolucionária brasileira. Uma das pautas da organização era a união das lutas do movimento estudantil e do movimento operário, e contava com o sociólogo Eder Sader – marido da professora Maria Regina Cunha de Toledo Sader – dentre os seus militantes (COELHO; SANTOS, 2011). Em seu relato, a professora Odette C. de Lima Seabra conta que foi militante dessa organização justamente por esse ser um movimento que propunha integrar-se ao movimento operário. Foi por meio da militância que ela teve acesso à uma bibliografia proibida pela ditadura, que era utilizada para dar cursos aos operários. Para a professora, a sua história de militância tem relação com uma “herança sangüínea”, pois na infância e adolescência conviveu com tios operários que militavam politicamente na fábrica Santa Marina, em São Paulo.

permaneceu foi a crispação da vontade de dizer “não” à miséria das circunstâncias.

Para Fernandes (1984), a ditadura militar não podia tolerar que uma instituição chave para a formação de quadros intelectuais da elite brasileira se constituísse como uma resistência não apenas defensiva, mas que ousava desafiar o poder arbitrário do regime e ameaçá-lo com a democracia, ou com uma revolução democrática. É nesse sentido que compreendemos a consolidação de todo um aparato repressivo e ações opressoras para a eliminação desse caráter crítico e radical que existiu na Universidade de São Paulo durante a ditadura militar.

No caso específico do Departamento de Geografia, percebemos que grande parte da resistência à ditadura vinha do movimento estudantil, e não da instituição<sup>37</sup>. Os militantes contra o regime, que inclusive foram presos, eram os alunos e não os professores (BENEDITO, 2008). Em 1968 o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, na época estudante de Geografia, era presidente do Centro Acadêmico. O primeiro presidente do DCE da USP, fundado em 1976, Geraldo Siqueira, era aluno do Departamento (MORAES, 2000). Também Antônio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa e André Martin, todos estudantes do curso de Geografia, eram filiados ao PCB e formavam um núcleo do partido na USP (PEDROSA, 2015).

A FFLCH foi um dos berços do renascimento do movimento estudantil na ditadura (MORAES, 2004), e é justamente esse movimento estudantil que vai radicalizar também a própria ciência geográfica com um outro entendimento da realidade. O momento de eclosão desse movimento teria sido o já mencionado Encontro Nacional de Geógrafos de 1978, ocasião em que se consolida um grupo de pessoas com atuação militante e interesse em criar uma Geografia diferente, politizada e de esquerda (MORAES, 2000). Nosso objetivo, agora, é analisar a produção acadêmica dessa geração de estudantes que promoveu essa transformação na ciência, buscando as formas e meios através dos quais tal transformação se realiza.

---

<sup>37</sup> Cabe ressaltar, inclusive que Moraes (2000) e Oliveira (2000) destacam que o professor Antonio Rocha Penteadó, que antes da Reforma Universitária era assistente na cátedra de Geografia do Brasil, era simpatizante do regime e que licenciou-se da USP para dar aulas na Escola Superior de Guerra durante a ditadura.

### 3. A ruptura metodológica: a produção do Departamento de Geografia durante a ditadura civil-militar

Visando buscar os antecedentes da renovação teórica na USP, conforme a hipótese de Silva (1983), empreendemos a análise da produção do Departamento de Geografia desta universidade durante a ditadura civil-militar brasileira, período que conforme discutimos compreende o marco histórico da renovação, 1978, e que se constitui no contexto político, social e econômico de repressão. Para analisar essa produção realizamos a leitura de algumas das dissertações e teses que foram defendidas no Departamento de Geografia entre 1964 e 1985, com o objetivo de identificar quais temas, questões e diálogos foram travados no período e se estes seriam representativos da própria renovação.

Para tanto, primeiramente fizemos o levantamento de todos os trabalhos – dissertações de mestrado, teses de doutorado, livre docência e cátedra – que foram apresentados e defendidos no Departamento de Geografia da USP entre 1964 e 1985<sup>38</sup>. Verificamos que neste período foram defendidos 218 trabalhos, sendo destes 147 mestrados, 55 doutorados, 11 teses de livre-docência e 2 teses de provimento de cátedra, além de 3 trabalhos sem essa informação disponível.

A seguir apresentamos a relação de orientadores e a quantidade de trabalhos orientados por cada um deles:

**Tabela 1: Quantidade de trabalhos orientados entre 1964 e 1985, por orientador**

Orientador	Quantidade de trabalhos
Aroldo de AZEVEDO	1
Aziz Nacib AB'SABER	14
Adilson Avansi de ABREU	7
José Ribeiro de ARAÚJO FILHO	12
João José BIGARELLA	1
Antônio CHRISTOFOLETTI	1

<sup>38</sup> Esse levantamento foi realizado a partir de quatro bancos de dados: a central de bibliotecas da USP, através do sistema Dedalus; a central de arquivamento de dissertações e teses da FFLCH, através do Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH); a lista de trabalhos defendidos na Geografia Humana, presente no site do programa de pós-graduação referido; e a lista de trabalhos defendidos na FFCL e depois na FFLCH, desde 1937, presente no site da FFLCH. Organizamos esse levantamento em tabelas anuais, elencando o nome do autor do trabalho, o título do trabalho, o nível para o qual foi apresentado (mestrado, doutorado, livre docência ou cátedra), o nome do orientador, os códigos de referência Dedalus e CAPH – caso existam – e alguns destaques da bibliografia de alguns trabalhos que consideramos importante apontar. As tabelas se encontram nos ANEXOS desta dissertação.

José Bueno CONTI	5
Olga CRUZ	9
Antônio Olívio CERON	1
Mário de BIASI	8
Maria Cecília FRANÇA	7
Liliana Laganá FERNANDES	3
Léa GOLDENSTEIN	13
André LIBAULT	1
Carlos Augusto de Figueiredo MONTEIRO	19
Nice Lecocq MÜLLER	6
Renato da Silveira MENDES	2
Dirceu Lino de MATTOS	1
Wanda Silveira NAVARRA	2
Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA	2
Antônio Rocha PENTEADO	6
Pasquale PETRONE	40
José Pereira de QUEIROZ NETO	14
Manoel Fernando Gonçalves SEABRA	9
Armando Corrêa da SILVA	7
José Roberto TARIFA	4
Augusto Humberto Vairo TITARELLI	4
Helmut TROPMAIR	4
<i>sem informação</i>	2

Essa primeira aproximação, empreendida por um levantamento quantitativo, foi seguida por um levantamento qualitativo, no qual realizamos a análise de todas as referências bibliográficas dos trabalhos em questão<sup>39</sup>. O nosso objetivo era identificar os diálogos que ocorriam no período, a partir da relação de textos lidos pelos autores das teses e dissertações, buscando elementos que pudessem indicar os diálogos que apontariam para a construção de uma ruptura teórico-metodológica.

Assim, indicamos todos os trabalhos que possuem, nas suas bibliografias, os geógrafos do movimento da Geografia Ativa – Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e

<sup>39</sup> Não tivemos acesso a apenas um trabalho, que está indicado nas tabelas anexadas à dissertação.

Yves Lacoste –, autores marxistas – Vladimir Lenin, Friedrich Engels, Karl Kautsky, György Lukács, Antonio Gramsci, o próprio Karl Marx, entre outros – e autores pertencentes à Faculdade de Filosofia da USP, com especial destaque àqueles professores que foram veiculadores de uma perspectiva crítica na sua disciplina, muitos deles marxistas, e que foram compulsoriamente aposentados em 1969 – Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa, Paul Singer, entre outros.

A partir desse levantamento, selecionamos diversos trabalhos que foram lidos e analisados com o objetivo de verificar quais questões eram levantadas e incorporadas ao temário da ciência geográfica; como os autores definiam seus objetos de pesquisa e como desenvolviam suas argumentações de acordo com sua perspectiva teórico-metodológica. Compreendemos, no entanto, que a análise desses trabalhos não poderia estar isolada dos sujeitos que os produziram, e por isso buscamos outros materiais e fontes que complementassem a interpretação das teses e dissertações. Consideramos que a escolha dos temas de pesquisa e a opção teórico-metodológica revelam aspectos do próprio trabalho, que são portanto complementares à sua interpretação. Por isso, além da análise das teses, buscamos também entrevistas, memoriais de concursos e processos administrativos na USP para empreender uma análise das teses e dissertações que associasse texto e contexto (CANDIDO, 1981). Os trabalhos analisados a seguir são aqueles para os quais encontramos uma maior diversidade de materiais e fontes sobre os seus autores, o que consideramos ter contribuído para a construção do argumento da ruptura crítica na Geografia brasileira. Além disso, consideramos serem estes trabalhos as evidências da incorporação da crítica fruto de tensões metodológicas com a Escola Francesa de Geografia e com a Geografia tradicional, assim como constituem também a demonstração de um comprometimento social dos seus autores que se revela na escolha dos temas e das questões de pesquisa.

### ***3.1. A Geografia Histórica de Pasquale Petrone***

Do levantamento, se destaca a quantidade de orientações levadas à cabo pelo professor Pasquale Petrone no período: 40 trabalhos, mais que o dobro das orientações do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, por exemplo, que figura em seguida com 19 trabalhos. Destes 40 trabalhos orientados por Petrone, 27 discorreram sobre diferentes aspectos e características de municípios do estado de São Paulo, tais como as feiras livres na cidade de São Paulo – dissertação defendida em 1968 por Olmária Guimarães -, o cinturão verde paulistano em Vargem Grande – dissertação defendida em 1969 por Manoel Fernando Gonçalves Seabra -, o centro industrial de Cubatão – tese defendida em 1970 por Léa

Goldenstein -, a centralidade local do município de Dois Córregos – dissertação defendida em 1971 por Pedro Paulo Perides -, os bairros rurais do município de Limeira – tese defendida em 1972 por Liliana Laganá Fernandes -, a expansão industrial de Diadema – dissertação defendida em 1979 por Margarida Maria de Andrade -, o processo de metropolização em Itaquaquecetuba – tese defendida em 1980 por Amália Inês Geraiges de Lemos -, a periferia da metrópole paulistana em Caieiras – dissertação defendida em 1982 por Eduardo Pazera Jr -, entre outros<sup>40</sup>.

Convém destacar que alguns de seus orientandos tornaram-se professores do Departamento de Geografia da USP, e conseqüentemente também orientadores de outras pesquisas. Dentre eles, Amália Inês Geraiges de Lemos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Claudete Barriguela Junqueira, Léa Goldenstein, Liliana Laganá Fernandes, Marcelo Martinelli, Margarida Maria de Andrade, Manoel Fernando Gonçalves Seabra, Nelson de La Corte e Wanda Silveira Navarra.

Pasquale Petrone foi professor no curso de Geografia da USP entre 1960 e 1993 (PETRONE, 1993), obtendo o título de Professor Titular em 1974 e de Professor Emérito em 1997 (PETRONE, 2004). Foi chefe do setor de pesquisas do Instituto de Geografia (IG) da USP, nomeado para tal cargo em 1963 (PETRONE, 1965). No IG, foi coordenador do Laboratório de Geografia Humana, no qual encaminhou pesquisas sobre as transformações na organização do espaço econômico do estado de São Paulo (PETRONE, 1972), e consideramos que as orientações do professor, na maioria dos casos, se articulavam à essa pesquisa.

Tal projeto buscava desenvolver uma tipologia dos espaços organizados por meio de uma regionalização do estado de São Paulo, tendo como critério de definição regional o grau de organização interna de cada unidade. Algumas etapas de pesquisa e análise levariam ao cumprimento do objetivo geral: a definição da centralidade de determinadas cidades; a distribuição de fenômenos agrícolas, visando-se estabelecer uma estrutura agrária; a distribuição da atividade industrial; a definição da circulação e dos fluxos; e as intervenções da economia e do planejamento globais na organização do espaço local. Em seguida, cada região deveria ter um centro urbano definido, pois estes representariam a organização regional. A análise da intensidade do desenvolvimento do fato urbano destes centros se realizaria através do estudo da população, da produção agrícola e industrial, dos movimentos financeiros da rede bancária e da ampliação das periferias, sendo todos esses aspectos expressão de transformações

---

<sup>40</sup> Petrone (1993, p.123) atribui aos seus alunos grande importância para a sua própria atividade acadêmica: “Importantes para a minha atividade acadêmica foram, antes de mais nada, os alunos. Parece paradoxal, afinal não são os professores que influenciam os alunos? Mas não é. A vivência com os alunos, os desafios que nascem na sala de aula e os problemas surgidos a partir da própria realidade de cada aula, é o mais importante”.

recentes no lugar estudado. O objetivo de todas essas etapas de pesquisa era verificar a natureza global do processo de organização do espaço regional (PETRONE, 1972).

A análise da organização do espaço regional no estado de São Paulo se daria, portanto, através da investigação de diversos fragmentos, que se articulam na dinâmica regional do estado. As transformações ocorridas nesses fragmentos constituem um momento fundamental da pesquisa, pois revelam tanto processos específicos do lugar estudado quanto processos mais gerais, que relacionam os fragmentos entre si. Se trata, a nosso ver, do estabelecimento de uma relação intrínseca entre a Geografia e a História, pois o passado e as transformações ocorridas nos lugares são peça fundamental da sua compreensão.

Para a construção dessa articulação entre Geografia e História percebemos que a obra de Caio Prado Jr é fulcral: *Formação do Brasil Contemporâneo*, *Nova contribuição para o estudo geográfico do estado de São Paulo* e *O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo* são citados recorrentemente por Pasquale Petrone e são fundamentais para a reflexão empreendida na sua tese de livre-docência. Também a obra de Pierre George, especialmente *Géographie et Histoire* e *Les méthodes de la Géographie* são diversas citados e constam como bibliografia de seus escritos<sup>41</sup>.

A tese de livre-docência de Pasquale Petrone já mostrava a sua preocupação com o entendimento da organização do espaço regional do sudeste do Brasil. Intitulada *Os aldeamentos paulistas e sua função de valorização da região paulistana: estudo de Geografia Histórica*, a tese foi apresentada em 1964<sup>42</sup> e avaliada por banca examinadora composta pelos professores Ary França, catedrático de Geografia Humana; Aroldo de Azevedo, catedrático de Geografia do Brasil; Egon Schaden, catedrático de Antropologia; Sérgio Buarque de Holanda, catedrático de História da Civilização Brasileira – todos da FFCL; e Dirceu Lino de Mattos, diretor da Faculdade de Economia e Administração da USP (NOTICIÁRIO, 1967).

Tal trabalho buscava compreender os processos de criação das paisagens culturais a partir de um momento específico do povoamento do planalto paulista. Petrone (1995, p.12) assim justifica seu objeto de pesquisa: “(...) foi aí [*no planalto paulista do século XVI*], sem dúvida, que se definiu o principal nóculo de irradiação dos processos de organização do espaço no Brasil de sudeste”, destacando, dessa maneira, a importância da posição geográfica do

---

<sup>41</sup> Essas referências são recorrentes também nos trabalhos dos orientandos de Pasquale Petrone: dentre os 40 trabalhos por ele orientados entre 1964 e 1985, em 29 constam obras de Pierre George na bibliografia e em 15 constam obras de Caio Prado Jr na bibliografia.

<sup>42</sup> A tese foi publicada pela Editora da Universidade de São Paulo em 1995. Realizamos uma comparação entre as duas versões – a tese e o livro – e não havendo diferenças entre elas utilizamos como referência a publicação da EDUSP.

núcleo paulistano para a organização do espaço regional. A formação das paisagens culturais se daria a partir da interação entre as condições do quadro natural e os grupos humanos, e Petrone (1995) identifica nos aldeamentos indígenas do planalto paulista o primeiro momento dessa interação que definiria a organização do espaço regional no período. Tais aldeamentos se constituíram, segundo o autor, como uma forma contínua e estável de participação do ameríndio na valorização da terra, processo fundamental para o estabelecimento de uma colônia de exploração.

Consideramos que o argumento central da tese repousa no estabelecimento de uma relação entre a tropicalidade e a colonização a partir do estudo da vida de relações e das formas de povoamento das terras paulistas, analisando os aldeamentos indígenas como um instrumento de colonização. Estes aldeamentos, portanto, constituíram-se como um sistema de povoamento que fez com que o planalto paulista se tornasse um dos centros de expansão no processo de organização do espaço econômico e político brasileiro.

A nosso ver, o retorno à um determinado momento da história, no caso de Petrone (1995) aos aldeamentos indígenas do século XVI, demonstra a preocupação do autor em encontrar os fundamentos de um processo, qual seja, a organização espacial do estado de São Paulo e a importância do município de São Paulo nessa organização regional. Revela-se também, nesse empreendimento, que Petrone (1995) preocupa-se com a análise da formação social brasileira, inserindo-se na tradição de pesquisa da FFCL mencionada por Candido (1992), que busca compreender a situação e as condições das classes sociais mais pobres no Brasil. Petrone (1995) se insere nessa tradição realizando, portanto, um diálogo entre Geografia e História, identificando no processo de colonização os marcos da organização espacial que lhe interessa compreender. O próprio autor declarou perceber uma integração entre as duas disciplinas no seu trabalho: “Obtive o título de Professor Livre-Docente com uma tese sobre os Aldeamentos Paulistas e ainda tenho sérias dúvidas sobre se essa tese é Geografia ou é História, não apenas pela temática, mas também e principalmente pelas técnicas de trabalho” (PETRONE, 1993, p.112). No entanto, consideramos que tal empreendimento de pesquisa revela a elaboração de uma Geografia Histórica preocupada em compreender os processos que marcaram e definiram a organização espacial brasileira.

Em diálogo com a sua perspectiva de estudo dos processos de colonização, Petrone publicou dois textos no Boletim Paulista de Geografia, periódico da AGB<sup>43</sup>, entre 1964 e 1985,

---

<sup>43</sup> Pasquale Petrone teve uma participação ativa na Associação dos Geógrafos Brasileiros, tanto na seção regional de São Paulo quanto na diretoria nacional da entidade: tornou-se sócio-efetivo em 1953, ano no qual desempenhava a função de secretário da seção regional de São Paulo. Foi diretor de tal seção em 1956 e secretário-geral da

sendo um sobre a baixada do Ribeira e o outro sobre a independência da Rodésia (atual Zimbábue). No primeiro artigo, Petrone (1965) estabelece uma relação entre as colônias e a imigração estrangeira para o estado de São Paulo durante o século XX e revela a importância da região da baixada do Ribeira para as tentativas de colonização do estado. Já no segundo artigo, Petrone (1967) analisa a proclamação unilateral de independência da Rodésia como a última etapa do seu processo de colonização. Consideramos que, com estes artigos, a reflexão de Pasquale Petrone sobre a colonização revela uma amplitude que não se restringe apenas ao estado de São Paulo. O tema da colonização, portanto, seria a chave de interpretação e de construção de uma Geografia Histórica preocupada com a explicação da realidade social brasileira, sendo a dimensão geográfica do processo de colonização o caminho de desvendamento do tema.

Consideramos, portanto, que o trabalho de Pasquale Petrone - tanto sua produção acadêmica quanto sua ampla influência como professor e orientador - é fundamental para a compreensão dos termos nos quais se colocava a relação entre Geografia e História na produção do departamento em questão. A nosso ver, a ruptura metodológica que se realiza no período que analisamos se dá também por uma reelaboração dessa relação, a qual destacaremos nas análises a seguir.

### ***3.2. As primeiras fissuras nas monografias urbanas: Andrade, Rossini e Silva***

Dentre o conjunto de pesquisas orientadas por Pasquale Petrone que discorreram sobre o estado de São Paulo, consideramos que a dissertação de Andrade (1979)<sup>44</sup> representa tanto a forma quanto as questões dessa perspectiva de orientação. Neste trabalho, a autora empreende uma análise evolutiva da indústria no município de Diadema, a partir do número de estabelecimentos industriais, da população ocupada na atividade industrial e do valor da produção industrial, visando demonstrar o dinamismo de tal atividade no município. Com o objetivo de evidenciar a existência de uma divisão econômica e social do espaço como parte componente do processo de metropolização da cidade de São Paulo, Andrade (1979) utiliza dados de recenseamentos para demonstrar que Diadema passou, entre 1940 e 1970, de uma área rural da periferia paulistana para uma área industrial da metrópole. A análise de dados revela que a concentração industrial em Diadema é condicionada à São Paulo como pólo do processo

---

diretoria nacional entre 1954 e 1959. Também foi presidente da associação entre 1960 e 1961 (PETRONE, 1965) e tesoureiro entre 1970 e 1972. Entre 1980 e 1985 foi do Conselho Consultivo do Boletim Paulista de Geografia (BPG), publicação da seção regional de São Paulo.

<sup>44</sup> A dissertação intitula-se *Diadema – uma área de expansão da indústria na metrópole paulistana*.

de industrialização nacional, e a autora chega a essa conclusão associando tais dados com uma produção cartográfica sobre o uso do solo no município e com a história do processo de industrialização brasileira. Andrade (1979), assim, relaciona o fragmento espacial estudado – o município de Diadema - com o processo de industrialização, demonstrando as relações intrínsecas entre a expansão industrial e a reorganização do espaço urbano:

A continuidade do processo de acumulação capitalista impõe modificações constantes no uso do solo – ao mesmo tempo que cresce a extensão ocupada pela metrópole através da integração de áreas que passam a ter usos especificamente urbanos, substituem-se usos consolidados em áreas anteriormente ocupadas, levando-se a uma constante reestruturação do espaço metropolitano. (ANDRADE, 1979, p.145)

Consideramos que a dissertação de Andrade (1979) demonstra uma preocupação com a história do fenômeno analisado, processo analítico que é característico de uma perspectiva de Geografia que busca na evolução dos fenômenos ao longo do tempo os elementos principais da sua explicação. A nosso ver, esse tipo de análise demonstra o esforço de produzir e reunir informações sobre um determinado lugar, com o objetivo de melhor compreendê-lo. Para o cumprimento de tal objetivo, a análise de dados primários, muitas vezes estatísticos, organizados em uma perspectiva evolutiva, é o caminho da construção da história do lugar estudado.

A própria estrutura do trabalho de Andrade (1979) evidencia uma análise evolutiva: a autora inicia a exposição pela localização do município de Diadema no conjunto do estado de São Paulo e na metrópole paulistana, em seguida narra a história do município até o momento da sua industrialização, para assim analisar o uso do solo e as questões de zoneamento no município. Finalmente, a exposição se encerra com uma reflexão sobre as tendências de expansão da indústria em Diadema, relacionando o lugar com o processo de industrialização da metrópole como um todo. Essa organização da exposição demonstra, conforme o projeto de pesquisa de Petrone (1972), uma preocupação com as transformações recentes, analisadas evolutivamente em um determinado período de tempo. No caso de Andrade (1979, p.6), as transformações são lidas “(...) a partir da consideração da indústria como o agente dominante do processo de redefinição das formas de uso do solo”.

A dissertação de Andrade (1979) também evidencia um diálogo com a Escola Francesa de Geografia, por meio principalmente da utilização de obras de Pierre George (*A Ação do Homem, Geografia Econômica e Geografia Ativa*); um diálogo com a produção da FFLCH, por meio da utilização de obras de professores desta faculdade, como Francisco de Oliveira e Paul Singer; e um diálogo com a obra de Caio Prado Jr e sua *História Econômica do Brasil*. Com

isso, percebemos que o trabalho de Andrade (1979) insere-se numa perspectiva de orientação de Pasquale Petrone que atribui grande importância ao estudo dos fragmentos do espaço e a sua história.

Rossini (1971)<sup>45</sup>, em sua dissertação de mestrado, também utiliza, como principal fonte de pesquisa, dados estatísticos para analisar um município do estado de São Paulo – Serra Azul – e empreende um estudo minucioso da população. O objetivo da pesquisa era caracterizar a dinâmica populacional para identificar “(...) as causas que levaram o município ao marasmo” (ROSSINI, 1971, p.1). A exposição se inicia pelo quadro físico do lugar (características geomorfológicas e climáticas), que é seguido por uma análise evolutiva de dados como nupcialidade, natalidade, mortalidade, esperança de vida, composição etária e renda média da população economicamente ativa. A autora observa, a partir desses dados e de pesquisas de campo, a presença de uma população rural volante, o que a faz definir o município como uma cidade-dormitório polarizada pela capital regional, Ribeirão Preto<sup>46</sup>. A definição de capital regional que se aplica é a de Azevedo (1970), conforme segue: “São as capitais regionais centros econômicos e culturais de uma determinada área geográfica, em que se incluem aglomerados urbanos de importância menor.” (AZEVEDO, 1970 *apud* ROSSINI, 1971, p.84). A análise das funções urbanas de Serra Azul é comprovação, para a autora, da polarização deste município frente à sua capital regional.

A tese de doutorado de Rossini (1975)<sup>47</sup> também é um estudo de Geografia da população, dessa vez ampliando o fragmento para todo o estado de São Paulo e focando na temática das conseqüências do êxodo rural nas décadas de 1960 e 1970 para a dinâmica populacional do estado. Utilizando-se de amplo material gráfico e cartográfico, a autora discorre sobre a distribuição relativa da população paulista nas áreas rurais e urbanas e classifica as diferentes regiões do estado pela sua densidade demográfica, constatando que já em 1970 São Paulo era a unidade federativa mais urbanizada do Brasil, com 80% da sua população habitando as áreas urbanas.

Analisando as causas dessa “inchação urbana” (ROSSINI, 1975, p.86), a autora identifica no êxodo rural e na migração as origens desse excedente populacional concentrado

---

<sup>45</sup> A dissertação intitula-se *Serra Azul – o homem e a cidade*, e foi orientada pelo professor José Ribeiro de Araújo Filho.

<sup>46</sup> Nas palavras de Rossini (1971, p.84) “Serra Azul, situada a NE do estado de São Paulo, é integralmente polarizada pela região de Ribeirão Preto, capital regional de rara vitalidade. Toda sua vida de relações gira em torno deste centro absorvente, perfeitamente integrado no seu excelente equipamento terciário.”

<sup>47</sup> A tese intitula-se *Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo* e foi orientada também pelo professor José Ribeiro de Araújo Filho.

nas cidades. Tal êxodo rural seria conseqüência da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que tinha como objetivo regularizar o trabalho rural nos moldes do trabalho urbano. No entanto, ao invés de fixar o homem na terra, tal lei teria incentivado a migração para as áreas urbanas, constituindo um excedente populacional: “O proprietário defendeu-se contra as obrigações que a legislação lhe impunha, dispensando em massa seus residentes, enquanto que o próprio Governo pecou por não ter previsto as conseqüências da sua Lei.” (ROSSINI, 1975, p.141). Como conclusão, Rossini (1975) propõe a realização de um planejamento integrado de adequação do migrante ao meio urbano e ao meio rural.

A nosso ver, Rossini (1971; 1975) revela, com as suas pesquisas, que trabalhar com dados estatísticos e com um instrumental matemático não significa, necessariamente, um alinhamento à Geografia Quantitativa. Nos dois trabalhos analisados da autora, o tratamento dos dados empíricos não se dá por meio de modelos mas sim para demonstrar a existência de determinadas funções urbanas naquele município, estabelecendo as relações entre o lugar e a região. Consideramos, portanto, que o trabalho desta autora, apesar da sua preocupação com o levantamento e a análise exaustiva de dados, está mais próximo da tradição francesa, da Escola Francesa de Geografia, do que da Geografia Quantitativa tão em voga naquele momento. A presença de autores como Pierre Monbeig e Pierre George fundamentando a sua discussão sobre a cidade e as funções urbanas, Yves Lacoste fundamentando o debate sobre o subdesenvolvimento e o trabalho de Pasquale Petrone sobre o estado de São Paulo para fundamentar o entendimento da história do lugar são reveladores da presença dessa tradição.

Consideramos pertinente destacar que o tema e o lugar pesquisados por Rossini (1971; 1975) tem íntima relação com a sua história pessoal: nascida em Serra Azul, a autora mudou-se para São Paulo em 1961 para cursar Geografia na USP. Já formada, em 1964, iniciou uma pesquisa de pós-graduação sobre o trabalho da mulher, realidade que sempre conviveu através da história de sua mãe. O tema do êxodo rural, da mesma forma, faz parte da história da sua família de migrantes (ROSSINI, 1991). As pesquisas da autora, assim, realizam uma reflexão sobre o seu lugar de origem, e evidenciam as inquietações e o compromisso de desvendamento daquela realidade próxima à sua experiência de vida. A Geografia se torna, portanto, o caminho de explicação da realidade local.

Silva (1975)<sup>48</sup> também estabelece como ponto de partida e objeto da sua pesquisa um fragmento espacial, o litoral norte do estado de São Paulo, e define como hipótese de trabalho

---

<sup>48</sup> A tese intitula-se *O litoral norte do estado de São Paulo (formação de uma região periférica)*, e foi orientada pelo professor Dirceu Lino de Mattos.

que as regiões periféricas internas dos países industrializados de economia dependente reproduzem as relações de dependência que se verificam externamente. Tal hipótese foi construída com base em autores como Caio Prado Jr, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e Celso Furtado – ou seja, com uma ampla bibliografia não apenas restrita à Geografia, mas que inclui intelectuais preocupados com a análise da realidade brasileira e com a crítica da ditadura civil-militar. Parece-nos que essa presença é fruto tanto da formação do autor como cientista social, não como geógrafo, e do diálogo com o seu orientador, Dirceu Lino de Mattos, professor de Geografia Econômica na Faculdade de Economia e Administração da USP (SILVA, 1989). O objetivo da pesquisa foi definir o que é uma região periférica, integrando os aspectos naturais e a cultura material para compreender a configuração das paisagens.

Utilizando amplamente o conceito de sítio urbano<sup>49</sup>, Silva (1975) inicia a exposição pelo quadro físico dos sítios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba, municípios do litoral norte do estado de São Paulo. É também a partir destes sítios que o autor descreve e enumera dados evolutivos de população, urbanização, produção industrial, produção agrícola, turismo e atividades portuárias e costeiras. Silva (1975) argumenta que o espaço geográfico do litoral norte paulista apresenta características de dispersão e descontinuidade internas apesar da homogeneidade de suas bases físicas. O autor empreende uma periodização da região a partir da análise das atividades econômicas, definindo que o litoral norte já foi uma região isolada das outras do estado, situação que se transformou com a construção de estradas de ferro e portos para escoamento de produtos agrícolas configurando uma região marginal, e finalmente o status de região complementar conferido pela ampliação do porto comercial de São Sebastião e pela construção de rodovias que facilitam o acesso ao litoral. Essa periodização, articulada aos dados, permite à Silva (1975) definir o litoral norte do estado de São Paulo como uma região periférica, articulada à região central – no caso, a metrópole paulistana.

Compreendemos que este trabalho de Silva (1975) empreendeu uma interpretação da organização do espaço de uma região do estado de São Paulo sob o seguinte parâmetro: “Todavia, a organização do espaço, que é assunto que implica numa abordagem global dos

---

<sup>49</sup> De acordo com Silva (1975), o sítio urbano é o pequeno quadro de relevo que efetivamente aloja um organismo urbano. Tal definição acentua o aspecto geográfico mais simples, na medida em que qualquer unidade espacial possa ser objeto de estudo da Geografia. Na definição são levadas em consideração a área de superfície compartimentada tipologicamente, a relação de contato entre o fenômeno urbano e a base física superficial, e a noção de localização. “Sendo o sítio urbano uma unidade geográfica natural à qual associa-se um processo humano de ocupação do solo, a definição leva em conta a tecnologia disponível, que se manifesta nas soluções efetivamente encontradas para os problemas locais. A consideração dos arredores do sítio urbano dá à abordagem os elementos necessários à sua inclusão em um contexto regional.” (SILVA, 1975, p.59)

problemas, não pode ser considerada sem o estudo dos recursos: da produção, da circulação e do consumo; do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.” (SILVA, 1975, p.7). Tal entendimento da organização do espaço se revela no fato de o autor diferenciar as regiões periféricas das regiões centrais da economia dependente realizando uma divisão territorial do trabalho. A divisão territorial do trabalho, dessa forma, se torna um dos critérios de regionalização que o autor utiliza para definir como região periférica a sua área de estudo.

Além da sua tese de doutorado, o autor também defendeu duas teses de livre-docência no período: a primeira, intitulada *Cinco paralelos e um meridiano: contribuição ao discurso geográfico teórico*, foi defendida em 1979 e reprovada por banca examinadora composta pelos professores Dirceu Lino de Mattos, Pasquale Petrone, Orlando Valverde, Antônio Olívio Ceron e Jürgen Langenbuch<sup>50</sup>. A segunda, intitulada *A metrópole ampliada e o bairro metropolitano, o caso de São Paulo: o bairro da Consolação*, foi defendida em 1982 e aprovada por banca examinadora composta pelos professores Aziz Nacib Ab’Saber, Gabriel Cohn, Paul Singer, Milton Santos e André Villalobos (SILVA, 1989).

A tese de 1979 apresenta uma série de reflexões sobre o discurso geográfico. Organizada em cinco capítulos – os cinco paralelos –, na introdução Silva (1979) desenvolve um debate sobre o espaço enquanto ser, embrenhando-se em discussões de caráter ontológico que permeiam todos os cinco capítulos, abordando temas sobre o Brasil e sobre o espaço social na Geografia francesa. A tese de 1982 parte da hipótese de que a metrópole tornou-se o lugar privilegiado de manifestação do capitalismo monopolista de Estado, o que constitui-se em uma crise das cidades. Silva (1982) analisa portanto essa crise a partir da realidade brasileira, mais especificamente da cidade de São Paulo.

Destacamos, também, que o professor Armando Corrêa da Silva não apenas participa do processo de ruptura metodológica na Geografia com as suas próprias teses e artigos, mas também orienta diversos dos trabalhos que aqui consideramos como aqueles que consolidam a ruptura: se trata das dissertações de Costa (1982), Damiani (1984) e Moraes (1983), as quais analisaremos ainda neste capítulo.

Assim como Andrade (1979), Silva (1975) atribui grande importância à história na sua análise da organização do espaço. A evolução da paisagem no fragmento estudado é parte fundamental da pesquisa, pois é ponto de partida para a apreensão dos fenômenos que se manifestam naquele lugar. No entanto, ambos os trabalhos superam a descrição da paisagem, que nas pesquisas em questão é um recurso, uma etapa de aproximação, e não um objetivo. São

---

<sup>50</sup> Nessa ocasião, apenas o professor Pasquale Petrone aprovou o candidato (SILVA, 1989)

trabalhos de sistematização de informações, produção e análise de dados que visam relacionar o processo histórico com o presente, que se manifesta na paisagem.

A nosso ver, os trabalhos até aqui analisados (ANDRADE, 1979; ROSSINI, 1971; 1975; SILVA, 1975) evidenciam a existência de uma tradição consolidada de pesquisa: a realização de monografias urbanas ou regionais com o objetivo de articular dados para assim produzir informações sobre o próprio lugar estudado. Essa perspectiva monográfica aborda o fragmento do espaço como uma totalidade fechada, e mesmo o estabelecimento de comparações com outros fragmentos tem a sua função explicativa submetida à análise do lugar escolhido. O lugar é, portanto, um fim em si: o estudo do fragmento explica a ele próprio<sup>51</sup>.

Entretanto, esses trabalhos apontam também algumas fissuras nessa leitura fechada do fragmento, ao analisar as influências da acumulação de capital e da metropolização nos diferentes usos do solo (ANDRADE, 1979), ao trabalhar com os dados estatísticos para comprovar um fenômeno demográfico sem utilizar modelos matemáticos, ou seja, realizar uma análise qualitativa a partir dos dados (ROSSINI, 1975), e ao inserir a divisão territorial do trabalho como critério de definição de regiões, sendo que estas estão sempre em relação, a qual é determinada pela contradição entre centro e periferia (SILVA, 1975). Essas fissuras já apontam a superação das monografias urbanas e regionais, processo que verificaremos na análise dos próximos trabalhos.

### ***3.3. A superação da totalidade fechada: Sader e Seabra***

As dissertações de Sader (1970)<sup>52</sup> e Seabra (1979)<sup>53</sup> aparentemente também se inserem nessa perspectiva monográfica ao discorrerem sobre a evolução da paisagem rural do município de Itu e sobre o uso do solo no município de Santos, no estado de São Paulo, respectivamente. No entanto, consideramos que estes trabalhos já apontam a superação dessa mesma perspectiva ao atingirem generalizações que transformam o fragmento em uma etapa da pesquisa, que não o analisam como uma totalidade fechada.

Sader (1970) analisa, a partir do fragmento, a estrutura fundiária concentrada, a qual interpreta como uma herança do passado colonial brasileiro. Essa análise resulta no

---

<sup>51</sup> A tradição de pesquisa das monografias urbanas e regionais é objeto de nossa análise na parte III desta dissertação, momento em que consta a exposição mais detalhada sobre essa perspectiva fundamental para a produção geográfica uspiana, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1970.

<sup>52</sup> A dissertação intitula-se *Evolução na paisagem rural de Itu, num espaço de 100 anos*, e foi orientada pela professora Nice Lecocq Müller.

<sup>53</sup> A dissertação intitula-se *A muralha que cerca o mar – uma modalidade de uso do solo urbano*, e foi orientada pela professora Léa Goldenstein.

estabelecimento de uma tipologia da paisagem agrícola baseada no tamanho da propriedade, no tipo de produção e nas relações de trabalho nela empregadas. Sader (1970) utiliza essa tipologia para descrever três propriedades diferentes daquele município, e nesse trajeto se depara com a situação do trabalho volante – trabalhadores rurais não qualificados, não absorvidos pelas indústrias urbanas, com alto grau de mobilidade e analfabetismo e sem vínculo de posse ou de propriedade com a terra. As relações de trabalho, assim, passam a ser ponto fundamental da pesquisa, pois levam a autora a identificar um descompasso, ou um desenvolvimento desigual e combinado, entre a atividade industrial e a atividade agrícola no estado de São Paulo:

Por tudo isso que foi visto não aceitamos a afirmação de que a nossa agricultura está em descompasso com o desenvolvimento industrial paulista. Mas que este ‘retardo’ faz parte da estrutura econômica global, sendo imprescindível na organização do nosso sistema de desenvolvimento. (SADER, 1970, p.85)

A análise desse sistema de desenvolvimento é o que direciona o retorno à história da produção agrícola em São Paulo, etapa na qual Sader (1970) expõe as transformações ocorridas no município de Itu a partir dos fatos históricos que influenciaram a economia nacional brasileira – ou seja, a autora identifica as determinações históricas de cunho econômico que definiram as formas de posse e propriedade da terra e as relações de trabalho que foram encontradas em campo: a importância da produção de açúcar e café no estado, a construção das estradas de ferro na segunda metade do século XX, as conseqüências do fim da escravidão e a substituição da força de trabalho escrava por colonos imigrantes, a crise de 1929 que promoveu uma reestruturação fundiária no estado e conseqüentemente no município estudado.

A nosso ver, a dissertação de Sader (1970) demonstra uma superação da pesquisa monográfica, pois partindo do fragmento – o município de Itu - e definindo o lugar como seu objeto de estudo, a autora conclui que é a questão da propriedade da terra, valorizada através dos mecanismos de especulação, o primeiro entrave para o progresso no setor agrário. Tal generalização relaciona diretamente o próprio fragmento com o entendimento mais amplo da questão agrária no Brasil, portanto superando-o, pois transforma o estudo do município em uma etapa da pesquisa, e não em um fim em si.

Seabra (1979) explica o processo de valorização da orla do município de Santos através da atuação das empresas de construção civil que produziram as habitações destinadas à segunda residência. Este fenômeno da segunda residência foi o que atraiu a autora para a pesquisa, que buscava a explicação para o bloco maciço de edificações desse tipo de habitação – ou, a muralha que cerca o mar. A produção de um tipo de habitação de uso eventual, que não se constitui como suporte da vida cotidiana, configurou um novo tipo de uso do solo no município, o qual

expressava a dimensão territorial do processo de valorização percebido pela evolução dos preços da terra e das próprias habitações.

Para a autora, a primeira residência responde à necessidade elementar de habitar. Já a segunda residência resulta de uma determinação super-estrutural produzida pela ideologia. Cabe à indústria da construção civil materializar essa determinação ideológica em um produto. É, portanto, a partir da análise do produto que se revela a relação entre o preço do solo e o preço das construções, e conseqüentemente a reestruturação urbana do lugar:

A produção da segunda residência consistiu numa dada inversão de capital que desencadeou um particular processo de trabalho no âmbito das atividades das empresas de construção civil em Santos. Não estudamos como ocorreram as combinações entre o capital e o trabalho (...). Foi sobretudo explicando o produto que discutimos o processo de valorização do espaço desencadeado com a produção da segunda residência, objeto central deste estudo. (SEABRA, 1979, p.12)

O estudo do uso do solo foi empreendido a partir da associação entre dados primários obtidos por pesquisa de campo realizada junto à moradores, funcionários e empresários; dados secundários adquiridos em instituições públicas e jornais; e fotos aéreas, que auxiliaram na delimitação da área e do universo de pesquisa. A história da ocupação de veraneio da zona balneária de Santos durante o século XX foi também fundamental para explicar o parcelamento dos terrenos litorâneos, motivado justamente pelo desenvolvimento da função balneária no local. Tal estudo fez com que a autora constatasse uma valorização diferencial do solo, que se expressava no preço da terra, mecanismo por ela explicado pelo conceito de renda da terra:

Toda vez que um terreno é edificado e com isso tomado para uso, lhe é incorporado valor, o qual é, por sua vez, resultante da produção de uma mercadoria: a ‘edificação’ que pode ser uma habitação ou qualquer outra coisa. Nessas circunstâncias, as diferentes formas de renda ou de tributos auferidos se elevam. Eleva-se não somente na localização específica como também para o conjunto da área de maiores rendas. (SEABRA, 1979, p.32)

Portanto, a análise do fragmento levou Seabra (1979) a desvendar um dos aspectos fundamentais da urbanização capitalista: a valorização do espaço, que define as diferentes modalidades de uso do solo. Assim, partindo da aparência do fenômeno – o uso do solo configurado pela segunda residência – o movimento da pesquisa desvendou a essência do fenômeno – a valorização do espaço que reestrutura o próprio uso do solo. Dessa forma, a autora também realiza a superação do fragmento ao utilizá-lo como suporte, ou como etapa, para uma explicação generalizante de um processo que se realiza naquele fragmento.

As dissertações de Sader (1970) e Seabra (1979), assim, invertem no próprio processo de pesquisa a análise do fragmento. O estudo do lugar evidencia que este não é uma totalidade

fechada, e que portanto a sua compreensão deve superar o fragmento e revelar os processos que nele se realizam. Essa superação se completa nas suas respectivas teses de doutorado, que abordando questões novas para o temário geográfico – a propriedade privada da terra, a grilagem e os conflitos no campo no caso de Sader (1986) e a relação entre Estado e urbanização capitalista no caso de Seabra (1987) – inovam as pesquisas nas áreas da Geografia Agrária e da Geografia Urbana, respectivamente.

### **3.4. A construção de uma totalidade contraditória: Oliveira e Carlos**

Consideramos que dois trabalhos evidenciam um momento de transição ao encaminharem a construção de novas bases e questões para a ciência geográfica: a tese de doutorado de Oliveira (1978) e a dissertação de mestrado de Carlos (1979). Ambos explicitamente propõem uma análise crítica das obras que dão sustentação à Geografia e realizam essa crítica baseados no materialismo histórico e dialético, fundamentados no marxismo.

Oliveira (1978)<sup>54</sup> analisa a matriz teórica da obra do alemão Johann Heinrich Von Thünen a partir de um estudo minucioso do método de trabalho deste autor. Sua preocupação é não somente compreender o autor pelo autor, mas também desvendar as implicações científicas de tal obra e como ela era lida e ‘atualizada’ pela Geografia naquele momento. Tal trajeto faz com que Oliveira (1978) desenvolva uma crítica à Geografia Quantitativa por meio dos autores brasileiros que utilizavam a obra de Von Thünen para produzir suas teorias.

A análise da obra de Von Thünen, no entanto, é precedida por um “ajuste quanto às teorias e ideologias” (OLIVEIRA, 1978, p.31), ou seja, um momento de introdução de diversos conceitos fundamentais que compõem o materialismo histórico e que constituem o instrumental metodológico utilizado por Oliveira (1978) para a realização da análise crítica da obra do pensador alemão. Os autores que dão sustentação ao empreendimento dessa análise são muitos, mas dentre eles destacamos Karl Marx, Vladimir Lenin, Friedrich Engels, Karl Kautsky, Louis Althusser e Martha Harnecker<sup>55</sup>. Consideramos que essa tese, e especialmente esse *ajuste*,

---

<sup>54</sup> A tese intitula-se *Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen*, e foi orientada pelo professor Pasquale Petrone. Em entrevista realizada em janeiro de 2015, o professor Ariovaldo relatou a defesa da tese que agora analisamos. Fizeram parte da banca os professores Orlando Valverde, Manoel F. G. Seabra, Ruy Müller e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. A defesa ocorreu no início de 1979 no Anfiteatro de História, na FFLCH. Nas palavras do professor, “Bem, a defesa foi no anfiteatro de História, naquele tempo as defesas eram aqui. Foi no anfiteatro lotado. Metade para ver a minha desgraça e metade para me apoiar, porque afinal, todo bom marxista cuida do outro! E a defesa foi das duas, começou às duas, e foi terminar às nove horas da noite”.

<sup>55</sup> Todos esses autores são citados recorrentemente durante a tese, e suas obras fundamentam a construção teórica elaborada.

constitui a introdução crítica às ideologias dos trabalhos desenvolvidos em Geografia no Brasil, e dessa forma se torna um marco na história da renovação crítica da ciência.

Oliveira (1978) organiza toda a sua reflexão em torno da noção de *totalidade contraditória*, evidenciando com isso o conceito de contradição, que é por ele entendido como o motor da história, a explicação da luta de classes. O corpo de conceitos sistematizados da ciência – a teoria – se articula dialeticamente – no método – para demonstrar os processos – a genealogia dos elementos de uma estrutura – do modo de produção. O objetivo é revelar a essência das relações da sociedade capitalista, a qual é encontrada na *produção*:

É a partir da concepção de que a compreensão última dos processos históricos deve ser encontrada na produção, ou seja, na forma pela qual os homens produzem os meios materiais, que devemos desenvolver nossos estudos. Para sermos mais explícitos, devemos estudar como a sociedade se reproduz, pois toda sociedade produz, reproduzindo seus meios materiais de existência. (OLIVEIRA, 1978, p.50)

São as relações de produção que explicam a transformação da natureza, a qual se realiza através do processo de *trabalho*, resultante da articulação entre os meios de produção e o próprio trabalho, que geram um objeto, um produto do trabalho<sup>56</sup>. É a produção, portanto, que explica as relações sociais no capitalismo. Esta, no entanto, deve ser compreendida a partir da interação dialética entre produção, distribuição, circulação e consumo, quatro momentos que formam todo o embasamento econômico sobre o qual se reproduz o modo de produção capitalista. Este instrumental teórico permite a Oliveira (1978) empreender sua análise por um caminho de definição que parte do valor na economia mercantil simples, passa pela mais-valia na economia capitalista para chegar à renda da terra, conseqüentemente à análise das particularidades das atividades agrícolas – objeto do trabalho de Von Thünen.

Para compreender a obra de Von Thünen, assim como para demonstrar que a consciência dos homens é produto da história, Oliveira (1978) disserta longamente sobre as condições materiais para o seu desenvolvimento. Ou seja, para analisar tal obra dentro da perspectiva do materialismo histórico se fez necessário compreender o contexto histórico e social no qual tal autor estava inserido. Dessa forma, a luta entre o nascente modo de produção capitalista e o quase extinto modo de produção feudal na Prússia dos séculos XVII e XVIII fornece os elementos fundamentais para o processo de produção da obra de Von Thünen. Oliveira (1978) identifica, no trabalho do pensador alemão que deu origem à chamada economia espacial, o instrumental conceitual da economia clássica burguesa atravessado pelas

---

<sup>56</sup> A dissertação de Carlos (1979) aborda diretamente esse assunto, interpretando o processo de trabalho como uma mediação necessária entre a sociedade e o espaço. Trataremos deste tema a seguir.

especificidades do desenvolvimento da economia alemã do início do século XIX. O resultado é a construção de uma visão capitalista da agricultura que propagava uma racionalidade própria dos interesses da burguesia alemã, em uma obra que eterniza as relações capitalistas de produção. Nos termos de Oliveira (1978, p.282) “Assim, Thünen procura com o ‘Estado Isolado’ dar uma explicação lógica à organização espacial da agricultura sob a transição para o modo de produção capitalista, e conseqüentemente garantir a harmonia social”. No entanto, tal tentativa idealizada de racionalização da agricultura não pode se realizar plenamente, pois a racionalidade capitalista constitui-se na irracionalidade da exploração do trabalho. Nessa interpretação, Oliveira (1978) demonstra que há uma contradição fundamental na obra de Von Thünen, que portanto a torna um caminho de validação da ideologia do modo de produção capitalista.

Oliveira (1978) identifica nos trabalhos dos modernos teóricos da teoria locacional em Geografia uma atualização da proposta de Von Thünen. Assim, o autor passa a abordar as implicações científicas e ideológicas da modernização desta analisando criticamente alguns trabalhos dos geógrafos Antônio Olívio Ceron e Pedro Pinchas Geiger<sup>57</sup>. Para Oliveira (1978), tais autores desenvolvem uma teoria plenamente compatível com o modo de produção capitalista, que visa garantir para a burguesia a eficácia da sua exploração sobre a classe operária. A produção científica desses autores passa a ser útil ao sistema capitalista, de forma a constituir-se numa Geografia tão racional quanto o são as próprias relações capitalistas de produção. O argumento de Oliveira (1978) para realizar a sua crítica à essa perspectiva é que não há neutralidade possível no trabalho científico, o que significa dizer que ou a ciência se alinha à ideologia e produz conhecimento útil à reprodução do capital, ou se alia à luta teórica de combate à ideologia:

Certamente urge que façamos em nossa produção científica uma análise profunda da sociedade brasileira, do estágio atual de desenvolvimento do modo de produção capitalista, das conjunturas políticas, pois só assim estaremos produzindo ciência, só assim estaremos contribuindo, ainda que pouco, para a transformação da sociedade brasileira e quiçá latino-americana. Ao nosso ver, isso só é possível se assumirmos o materialismo histórico e dialético, se utilizarmos dos conceitos e das categorias que compõem este instrumental teórico de análise. É utilizando-os que nós geógrafos poderemos melhor compreender a produção geográfica e de forma científica poderemos

---

<sup>57</sup> Se trata dos seguintes escritos: CERON, A. O. Conceitos econômicos básicos para a Geografia da Agricultura. **Geografia**, v.1, n.1, 1976; CERON, A. O. Distância do mercado e intensidade do uso da terra como fatores de localização da força de trabalho agrícola no estado de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, n.50, 1976; CERON, A. O. A função da distância e os padrões de intensidade e uso da terra no modelo thuniano de localização. **Geografia**, v.1, n.2, 1976; GEIGER, P. P. *et alli*. Distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**. ano 36, n.4, 1974.

compreender a nossa realidade, e como os ‘cientistas’ pensam essa realidade. (OLIVEIRA, 1978, p.483)

Compreendemos que, com esta crítica presente no trecho citado, que a nosso ver sintetiza parte do esforço de sua tese, Oliveira (1978) re-posiciona tanto teórica quando metodologicamente a produção científica em Geografia, associando diretamente o trabalho do cientista com o desenvolvimento do modo de produção. Se trata, assim, de adotar a perspectiva dialética para compreender que tanto a história quanto a ciência se desenvolvem dialeticamente, intrinsecamente relacionados: “(...) a fonte do movimento e do desenvolvimento do conhecimento está nas contradições internas, inerentes ao próprio conhecimento, mas também intrinsecamente, nas contradições do modo de produção material da sociedade, como um todo” (OLIVEIRA, 1978, p.33).

Assim, consideramos que a tese de Oliveira (1978) demonstra, a partir da análise crítica da obra de Von Thünen e dos geógrafos que nela se inspiram, que toda escolha científica está pautada pela responsabilidade social do cientista, e que portanto toda escolha teórica e metodológica tem conseqüências tanto para a ciência quanto para a ideologia. Nessa perspectiva, esta tese se constitui como um esforço de definição e estabelecimento de uma relação dialética entre a teoria do materialismo histórico e o temário da ciência geográfica, articulando-os na compreensão de uma sub-área da disciplina, a Geografia Agrária.

O trabalho de Oliveira (1978) realiza, portanto, uma ruptura política fundamental, pois a crítica da perspectiva quantitativa é também uma crítica à postura política dos geógrafos que defendem uma Geografia supostamente neutra e empírica, o que é, em si, uma ideologia. Essa ruptura com a Geografia Quantitativa não ocorreu somente na sua tese, mas também na sua participação na AGB<sup>58</sup>, entidade que canalizou muitos dos debates internos à disciplina durante os anos 1970 e 1980. Tal ruptura, conforme já argumentamos, só foi possível devido à utilização do materialismo histórico e dialético, com o objetivo de desenvolver uma Geografia politicamente engajada e com compromisso social.

A nosso ver, a dissertação de Carlos (1979)<sup>59</sup> pode ser incluída nesse mesmo esforço, pois também utiliza, de forma pioneira, os instrumentos teóricos do materialismo histórico na

---

<sup>58</sup> O professor Ariovaldo U. de Oliveira participou ativamente da associação no período analisado nesta pesquisa, tendo ocupado diversos cargos entre as décadas de 1970 e 1980: na sessão São Paulo, foi secretário entre 1976 e 1978, foi diretor de intercâmbio entre 1978 e 1980, foi vice-diretor entre 1980 e 1982, diretor de publicações e diretor do BPG entre 1982 e 1984, e diretor entre 1984 e 1986; na diretoria executiva nacional, foi secretário entre 1980 e 1982. Oliveira (1977; 1978; 1981) também publicou artigos no BPG, os quais serão analisados ainda neste capítulo.

<sup>59</sup> A dissertação, intitulada *Reflexões sobre o espaço geográfico*, foi orientada pela professora Nice Lecocq Müller.

reflexão sobre a organização do espaço. Para a autora, o espaço é uma das categorias da análise geográfica e o seu processo de organização seria a síntese das relações entre a sociedade e o meio circundante. Compreender a organização do espaço no modo de produção capitalista se constitui, a seu ver, no objeto da Geografia. Carlos (1979) se diferencia de uma perspectiva de interpretação do espaço geográfico que o analisa apenas pelas suas formas superficiais, considerando-o palco ou receptáculo das atividades humanas, e dessa forma não revelando os processos reais e as relações sociais. Superar essa visão é uma proposta explícita da autora:

Procuramos em nosso trabalho, isto sim, ultrapassar o estágio da monografia, pois entendemos que a finalidade desta, de esgotar um tema, é um pressuposto falso. (...) Dissertar sobre determinada técnica de pesquisa ou estudar exaustivamente determinada área, produto agrícola, ou ramo industrial para citar alguns exemplos, só trará contribuições válidas quando mantiver clara a idéia do específico dentro do todo que o explique. Caso essa relação não fique consagrada, somos levados a uma idéia errônea do que seja 'o geográfico'. (CARLOS, 1979, p.2)

Assim como Oliveira (1978), Carlos (1979) se coloca o desafio de pensar sobre a totalidade dos fenômenos, procedimento que exige o entendimento de múltiplas relações. A leitura monográfica, diferentemente da visão totalizante, compreende os fenômenos isoladamente, e não em relação contraditória com outros fenômenos. A proposta da autora é analisar a organização do espaço como fruto das relações que se estabelecem entre a sociedade e o espaço, um produto histórico da transformação contínua que resulta do desenvolvimento das relações sociais. Tais relações passam por uma mediação necessária: o trabalho, ato exercido pelos homens que os coloca em relação aos objetos, mediante a utilização de instrumentos, que tem como resultado a transformação do meio circundante. É uma atividade criadora que permite à sociedade produzir os elementos necessários para a sua existência. O trabalho se torna, assim, a categoria fundamental para a compreensão da organização espacial: “Um estudo que tem no espaço a sua base, deve necessariamente, refletir sobre a importância do ato de trabalho, delimitar seus objetos, qualificar suas técnicas e, antes de mais nada, pensar no porquê da existência desse processo.” (CARLOS, 1979, p.19). A organização do espaço viabiliza o processo de produção e é também viabilizada por ele, dialeticamente. Se define, assim, uma influência recíproca entre a sociedade e o espaço: ao mesmo tempo em que o espaço é transformado pelo processo de trabalho, a sociedade também o é, ininterruptamente. Portanto, a compreensão da organização espacial de um determinado momento histórico está relacionada, intrinsecamente, à compreensão das relações de trabalho desse mesmo momento.

O próprio espaço se torna, aqui, uma criação humana. Ao perder seu caráter absoluto, este deixa de ser passivo e inerte, tornando-se um produto social, pois só existe em relação à

sociedade que o produz. Carlos (1979) sintetiza esse argumento em dois momentos do trabalho que destacamos a seguir: “É a ação humana consciente que transforma o meio natural em espaço geográfico” (CARLOS, 1979, p.28); também “A partir dessas análises foi possível concluir que: *o espaço geográfico* não pode ser pensado ou analisado isoladamente do modo de produção que o produz.” (CARLOS, 1979, p.100).

Portanto, as determinações da organização do espaço, em um momento histórico específico, são as mesmas do modo de produção predominante nesse mesmo momento. Essa definição exige que a análise geográfica supere o nível da aparência formal e posicione-se além da leitura da paisagem, com o objetivo de compreender a essência dos fenômenos e da organização espacial. Nesse trajeto, Carlos (1979) revela a divisão do trabalho e a diferenciação da sociedade em classes como elementos determinantes tanto do modo de produção quanto da organização do espaço. As especificidades do trabalho sob o modo de produção capitalista determinam o conteúdo das relações sociais, e conseqüentemente da organização do espaço, definindo um espaço capitalista.

Consideramos que, na sua dissertação, Carlos (1979) estabelece uma virada na análise geográfica ao desenvolver este raciocínio explicitado anteriormente relacionando o processo de acumulação capitalista com a urbanização:

O processo de acumulação, como condição para a reprodução do capital em escala cada vez mais ampliada, necessitará de uma aglomeração em crescente desenvolvimento para atender suas necessidades de expansão. Assim, a reprodução em escala cada vez mais ampliada do capital, pela acumulação, patrocina o crescimento da área de concentração. Acreditamos que o processo crescente e concentracional da urbanização ocorre concomitantemente ao processo de acumulação capitalista. (CARLOS, 1979, p.86-87)

Tal relação estabelece não mais o lugar – uma cidade ou uma região – como o principal fator de organização espacial, mas sim o capital, que determina o processo de concentração espacial a partir das necessidades da acumulação. Os lugares, portanto, assumem a forma espacial da acumulação, efetivamente produzindo-se um espaço capitalista. Com isso, a análise da história da cidade é reconstruída sobre novas bases, e seu fio condutor se torna a divisão do trabalho e como esta se relaciona com o modo de produção e conseqüentemente com a relação de classes nas sociedades ao longo da história.

Dessa forma, a análise do espaço tem seu ponto de partida no processo de trabalho, pois este é a mediação entre uma dada sociedade e o próprio espaço, cuja organização é sempre submetida ao modo de produção. Essa conclusão, a nosso ver, revela a construção de uma reflexão nova na Geografia brasileira, pois elabora um caminho teórico-metodológico que

transforma tanto o objeto da ciência quanto o entendimento da história do espaço e posiciona no centro da pesquisa a totalidade contraditória, que mencionamos anteriormente.

O trabalho de Carlos (1979) revela as tensões entre a interpretação da organização do espaço e a interpretação da produção do espaço. Consideramos que Carlos (1979) demonstra, na sua dissertação, que a sua reflexão sobre a produção do espaço está em pleno desenvolvimento, em elaboração. Essa elaboração seria fruto, também, da sua participação no grupo de estudos coordenado pelo professor José de Souza Martins, do Departamento de Sociologia da USP, que a autora frequentou entre 1976 – data de seu ingresso na pós-graduação – e 1993 (CARLOS, 2005). Assim a autora relata a sua experiência no grupo:

Durante 12 anos lemos as obras de Marx (nem todas) e depois as de Henri Lefebvre. Nossa formação ganhou profundidade, nos formamos nesses 18 anos e a partir daí formamos os nossos alunos, na mesma direção teórico-metodológica. Com o professor Martins aprendemos a ler criticamente um texto, a debatê-lo em profundidade, fomos contaminados por sua preocupação teórico-metodológica e com sua seriedade. (CARLOS, 2005, p.14)

Participaram também desse grupo outras estudantes de pós-graduação e em seguida professoras do Departamento de Geografia: Amélia Luisa Damiani, Margarida Maria de Andrade, Odette Carvalho de Lima Seabra e Sandra Lencioni. Estas autoras se tornam expoentes da leitura da obra do filósofo Henri Lefebvre, que irá fundamentar a elaboração teórica, na Geografia da USP, sobre a produção do espaço.

Consideramos que estes dois trabalhos, de Oliveira (1978) e Carlos (1979), inauguram uma nova etapa da produção científica em Geografia no Brasil, pois estabelecem pioneiramente que a análise geográfica não se refere exclusivamente ao entendimento de uma relação entre homem e natureza, ou entre sociedade e espaço, mas sim que o próprio espaço é um elemento fundamental para a compreensão total do modo de produção capitalista. Essa virada se dá, necessariamente, por meio da escolha que estes geógrafos fizeram pelo materialismo histórico e pela intenção de fazer uma Geografia com compromisso social: “Desde os fins da década de 1970 (...) começa-se a lutar por uma Geografia mais engajada, consciente dos problemas do homem, voltada para a realidade não somente enquanto forma para sua explicação e/ou apreensão, mas abrindo caminhos para pensar na sua transformação” (CARLOS, 1988, p.5).

Na primeira metade da década de 1980 observa-se a consolidação dessa nova perspectiva baseada no materialismo histórico que concede um outro tratamento ao objeto e às questões da Geografia. Consideramos que fazem parte desse movimento os trabalhos de Callai (1983), Costa (1982), Damiani (1984), Lencioni (1985), Moraes (1983), Pintaudi (1981), Rodrigues (1981), Scarlato (1981), Silveira (1982), Vesentini (1984) e Viana (1982). Dentre

estes, analisaremos a seguir apenas quatro – Costa (1982), Damiani (1984), Moraes (1983) e Vesentini (1984), que a nosso ver evidenciam tal consolidação.

### ***3.5. A consolidação da ruptura metodológica: Costa, Moraes, Damiani e Vesentini***

Iniciamos pelo trabalho de Costa (1982)<sup>60</sup>, um estudo sobre o processo de industrialização no Brasil que analisa um setor da produção industrial no município de São José dos Campos, em São Paulo. Destacamos este trabalho pois consideramos revelador o fato de que, apesar de analisar um fragmento do espaço, este fragmento não é o ponto de partida da pesquisa, e sim a síntese de um processo mais amplo que foi já analisado pelo autor. Ao não iniciar pelo lugar, Costa (1982) realiza uma inversão dos estudos monográficos, pois o seu caminho de reflexão não está dado pelo fragmento, mas pelo tema que se revela no fragmento.

O objeto da sua pesquisa é o desenvolvimento – tanto econômico quanto territorial -, sob o modo de produção capitalista, da atividade industrial no Brasil. Costa (1982) analisa a expansão do parque industrial paulistano, vinculando-a à expansão da própria cidade de São Paulo, processo que representa a metropolização. É portanto um estudo sobre a dialética da concentração-descentralização industrial no estado, que interpreta a urbanização contemporânea em relação intrínseca com a atividade industrial.

O autor localiza sua pesquisa na fronteira entre a Geografia e a Economia Política e afirma que “(...) sem dúvida, entender a natureza da evolução industrial e o seu estágio atual no país, pode significar uma bem sucedida incursão (aproximação) à essência do desenvolvimento do próprio capitalismo brasileiro.” (COSTA, 1982, p.6). Ao longo de toda a exposição, essa fronteira se revela quando Costa (1982) relaciona o processo de acumulação capitalista com a sua dimensão territorial, demonstrando que o espaço é momento fundamental para a reprodução do capital.

Para tanto, a exposição se inicia com uma reflexão sobre o nascimento do processo de industrialização no Brasil. Costa (1982) analisa que o crescimento desse setor foi dependente da lógica da acumulação da produção agrário-mercantil-exportadora. Na década de 1930 há uma redefinição do padrão geral de acumulação de capital no país que transfere, das áreas rurais

---

<sup>60</sup> A dissertação intitula-se *O processo contemporâneo de urbanização (um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista)*, e foi orientada pelo professor Armando Corrêa da Silva. Consideramos pertinente destacar que Costa (2005) atribui a escolha desse seu tema de pesquisa à convivência com seu orientador. Em 1973, quando estava cursando o primeiro ano da graduação em Geografia, o autor foi assistente de pesquisa de Armando Corrêa da Silva, que estava realizando os trabalhos de campo para a elaboração de sua tese de doutorado, defendida em 1975 e que já analisamos. Durante um ano, portanto, ambos percorreram os municípios do litoral norte do estado de São Paulo aplicando questionários e realizando entrevistas para a tese. Essa experiência e essa relação teriam originado a pesquisa de mestrado que agora analisamos (COSTA, 2005).

para as áreas urbanas, a maior parte dos excedentes da produção. Para a cidade de São Paulo, esse processo significou a centralização empresarial e a concentração espacial.

A centralização é interpretada como consequência do processo mais geral de concentração de capital. Baseando-se em autores como Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lênin, Costa (1982) define que a concentração de capital é intrínseca ao próprio desenvolvimento do modo de produção, e que na economia industrial esta revela sua forma monopolista de produção e acumulação. No caso do Brasil, o processo de industrialização deve ser compreendido como típico de países de capitalismo retardatário, onde a dinâmica de instalação das indústrias obedece, numa primeira etapa, à lógica de investimentos de uma economia agrária. Ambas – centralização e concentração – determinam o padrão locacional das indústrias e assim se tornam os fatores fundamentais da expansão industrial.

Visando demonstrar tal argumento, Costa (1982) analisa o parque industrial de São José dos Campos, município do estado de São Paulo, utilizando dados de produção, força de trabalho empregada, remuneração da força de trabalho, desenvolvimento tecnológico, entre outros. O autor identifica, apoiado nesses dados, um crescimento da indústria no município. Este seria a expressão do movimento de expansão do antigo parque industrial paulistano em direção ao cinturão da cidade, representando já o processo de metropolização da capital do estado. Haveria, portanto, uma relação direta entre industrialização e urbanização, a primeira criando novos usos do solo, determinando a segunda.

Por isso mesmo, ela [*a produção industrial*] manifesta, contraditoriamente, dois movimentos de industrialização e urbanização contemporâneos: uma descentralização da produção industrial (das empresas, da gestão e do poder) e uma ampliação do espaço urbanizado sob o comando da produção industrial, acompanhada de uma coesão cada vez mais acentuada no interior desse mesmo espaço. (COSTA, 1982, p.202)

No caso de São José dos Campos, a expansão do parque industrial ao longo da rodovia determinou a expansão da cidade na mesma direção. Para Costa (1982), esse novo parque industrial é parte componente da estruturação contemporânea de um amplo espaço industrial, comandado pela capital paulista, que re-organiza os usos do solo nas cidades do interior do estado, determinando uma urbanização com conteúdos de metropolização.

O trabalho de Costa (1982), portanto, parte de uma questão totalizante – as especificidades territoriais do processo de industrialização em um país de capitalismo retardatário – que se espacializa no decorrer da pesquisa. O objeto, com isso, não é o lugar em si, mas sim a realização espacial de um processo.

A dissertação de Damiani (1984)<sup>61</sup>, assim como a de Costa (1982), analisa as especificidades de um processo geral em um determinado lugar – no caso, a relação entre crescimento industrial e favelização no município de Cubatão, em São Paulo. As favelas constituem o ponto de partida da pesquisa, que analisa a produção industrial da cidade sob a ótica do trabalho:

Através da favela, examinamos o favelado como trabalhador, atingindo assim a possibilidade de vislumbrar o centro produtivo de Cubatão, em seu processo de acumulação de capital, diante de seu movimento de valorização, isto é, a partir do trabalho chegamos à reprodução ampliada do capital. A perspectiva, portanto, dirigiu-nos à essencialidade do fenômeno, já que é o trabalho a essência do desenvolvimento do capital; como também explica a pobreza, no caso, enquanto trabalho assalariado, sujeito à exploração de dimensão e intensidade variadas. (DAMIANI, 1984, p.6)

O esforço da autora é superar a descrição das favelas como uma mancha indiferenciada na paisagem e compreendê-las enquanto manifestação da pobreza no lugar – se trata, portanto, de superar a aparência para se atingir a essência do fenômeno dotando-lhe de conteúdo. Esse conteúdo é dado pela dinâmica de acumulação do capital, visto que a produção e a reprodução do capital constante das indústrias é pressuposto para a reprodução da pobreza, sendo as altas taxas de exploração do trabalho a sua causa fundamental. O objetivo da pesquisa, assim, foi de analisar a pobreza dos favelados de Cubatão em relação à estrutura específica do setor produtivo da cidade, ou seja, dentro dos limites do processo de reprodução do capital, e não fora deste, aparentemente alheio à favela.

Damiani (1984, p.8) menciona que seu trabalho pode “parecer economicista” pois nele está privilegiado o aspecto econômico, que concebe o processo produtivo como aquele que guarda as determinações fundamentais no capitalismo. No entanto, a autora argumenta que a questão econômica se torna política quando os discursos criadores de falsas aparências reduzem a análise e a explicação dos fenômenos. O esforço de desvendamento, por isso, deve superar o nível de tais aparências e atingir a essência dos fenômenos e processos, que é, fundamentalmente, econômica.

O pressuposto materialista da determinação econômica dos processos conduz a pesquisa de Damiani (1984) à análise da industrialização de Cubatão, relacionada ao processo de industrialização brasileira que reafirmou a região Sudeste do país como área de concentração industrial e de centralização de capital. Também a valorização da terra em Cubatão, associada

---

<sup>61</sup> A dissertação intitula-se *Na busca das favelas o encontro do “peão” que permanece. As favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico siderúrgico* e foi orientada pelo professor Armando Corrêa da Silva.

ao crescimento do preço dos terrenos, imóveis e aluguéis, demonstra um contexto de expropriações e fundamenta a segregação, que se manifesta espacialmente através da consolidação das favelas.

Damiani (1984), caminhando no esforço de encontrar as determinações econômicas da favelização, associa esta à própria industrialização, uma vez que as favelas são definidas pela autora como a própria forma de reprodução do cativo da indústria na cidade de Cubatão, que reproduz seu trabalhador enquanto morador da mesma cidade. A favela, assim, não é estritamente o lugar de moradia de uma população sem recursos, ela é a forma da reprodução objetiva do trabalho, que valoriza o capital. Nesse movimento, Damiani (1984) identifica a correlação de forças entre capital e trabalho a partir da análise da manifestação espacial dessa contradição fundamental do modo de produção capitalista. A nosso ver, tal contradição está explícita no seguinte trecho:

O peão, trabalhador ou pobre que privilegiamos, é muitas vezes um nômade que, preso a uma remuneração irrisória e, como trabalhador temporário, ao cotidiano de um mercado de trabalho sempre a alcançar, move-se sob a influência do mercado da indústria da construção, o que define sua condição de morador de alojamentos construídos pelas empreiteiras. A reprodução contínua e ampliada desse mercado em Cubatão cria a possibilidade de sua permanência como morador da cidade ou de suas proximidades, principalmente enquanto favelado, pela dificuldade de pagar o aluguel. As favelas, portanto, desvendam o caráter peregrino da indústria da construção em Cubatão, agora, quanto a exploração do trabalho junto a mesma, cuja determinação, em última instância, refere-se à reprodução do capital das indústrias desse centro produtivo. (DAMIANI, 1984, p.97)

A leitura das favelas de Cubatão empreendida por Damiani (1984) capta, simultaneamente, a especificidade do fenômeno no lugar e a totalidade da exploração do trabalho inerente à industrialização. O processo de análise revela que as favelas de Cubatão são o fenômeno que constituem a temática da pesquisa, mas não o seu ponto de partida metodológico. O entendimento totalizante pressupõe que a realidade de Cubatão não é autônoma, mas sim a síntese de processos gerais que se realizam espacialmente naquele lugar. Como a própria autora evidencia, “É comum ouvir-se, em Cubatão, que a cidade é o Brasil em menor escala, isto é, resume as formas e as contradições principais do capitalismo brasileiro.” (DAMIANI, 1984, p.13). Na verdade, Cubatão sintetiza essas contradições, as quais se manifestam, na paisagem, a partir do seu processo de urbanização.

A nosso ver, a dissertação de Damiani (1984) já revela o interesse da autora pelo estudo da vida cotidiana e do cotidiano, o qual irá demonstrar-se plenamente na sua tese de

doutorado<sup>62</sup>. Consideramos que o estudo da vida cotidiana é um dos caminhos possíveis do engajamento político da Geografia, pois se trata de uma abordagem preocupada em lidar com as contradições que vivem os sujeitos sociais, que busca compreender o momento histórico em que a expansão do valor de troca e a generalização da forma mercadoria, profundamente penetrados na vida cotidiana, a reorientam na direção da cotidianidade, da repetição que nasce do tempo abstrato do trabalho abstrato da fábrica. O tempo da produção invade a vida cotidiana e a determina, transformando-a em cotidiano (DAMIANI, 1993; LEFEBVRE, 1973). Compreender esse processo geograficamente, assim, insere novas questões ao temário da disciplina, redefinindo as características da relação entre sociedade e espaço.

Consideramos que as dissertações de Costa (1982) e Damiani (1984) rompem com o paradigma de pesquisa da Geografia tradicional por serem estudos sobre um fragmento espacial que não se realiza nos moldes da monografia urbana ou regional. Ambos os trabalhos mantêm a história como momento fundamental da análise, mas esta é re-significada por ser por eles entendida pelo seu conteúdo contraditório. Assim, compreendemos que essas duas dissertações representam um aspecto fundamental da ruptura com a Geografia tradicional, por meio da incorporação do materialismo histórico e dialético.

Moraes (1983)<sup>63</sup> não somente realiza como explicita, na sua dissertação, a intenção de criticar os postulados da chamada Geografia tradicional. A discussão dos propósitos da disciplina e a busca por novas propostas animaram, segundo o autor, a realização da pesquisa. Dentre seus objetivos estava conhecer as formulações da Geografia no curso de sua história, encontrá-las para compreender a formação de uma tradição no discurso geográfico, continuada até o momento da crítica postulada por um entendimento dialético da realidade.

O corpo teórico da Geografia tradicional deverá, então, ser avaliado, compreendido e criticado. A efetiva superação deve realizar a negação que assimila, contrapondo-se dialeticamente à proposta tradicional. Sintetizando, acredita-se ser fundamental nesse momento discutir o conhecimento gerado pelos geógrafos do passado. Somente essa discussão poderá fornecer um patamar sólido para a construção da Geografia nova. (MORAES, 1983, p.2-3)

Compreendemos, de acordo com o trecho acima citado, que a proposta de Moraes (1983) diz respeito a uma nova compreensão da própria história da Geografia enquanto

---

<sup>62</sup> A tese intitula-se *A cidade (des)ordenada – concepção e cotidiano no conjunto habitacional Itaquera I*, e foi defendida em 1993 sob orientação do professor Manoel Fernando Gonçalves Seabra.

<sup>63</sup> A dissertação intitula-se *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel*, e foi orientada pelo professor Armando Corrêa da Silva. Fizeram parte da banca de avaliação da dissertação os professores Pasquale Petrone e Gabriel Cohn (MORAES, 2004).

disciplina, sendo fundamental para aqueles que querem transformá-la conhecer o seu passado, fundamentos, compromissos e finalidades. Nesse caso, o autor demonstra que a renovação não se limita à uma redefinição da teoria, do método e do objeto, mas também da construção histórica do conhecimento disciplinar em questionamento.

Localizando-se na área da história do pensamento geográfico<sup>64</sup>, o autor empreende uma análise crítica dos pensadores pioneiros da Geografia moderna: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel. Moraes (1983) define a Geografia moderna como uma aglutinação no pensamento geográfico que se constitui a partir do século XVIII, fruto do domínio e da expansão das relações capitalistas de produção<sup>65</sup>. Essa aglutinação ocorreu através da sistematização dos conhecimentos geográficos, reunidos na busca por uma unidade lógica, ontológica e metodológica que definisse a Geografia como uma ciência válida frente às suas disciplinas pares. Os pensadores escolhidos pelo autor seriam, assim, os responsáveis por essa primeira sistematização.

Moraes (1983) alinha-se à tese materialista da determinação histórica do pensamento<sup>66</sup>, e por isso se propõe a analisar a origem socialmente dada das formulações científicas de Humboldt, Ritter e Ratzel. Entre eles, há em comum a particularidade histórica do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e o processo tardio de unificação daquele país. Existem, portanto, laços entre o temário geográfico sistematizado e os interesses políticos da prática da sociedade alemã. Apesar de não se encontrarem em suas obras passagens explícitas sobre o debate da unificação, tais autores se inserem no quadro de legitimação científica das

---

<sup>64</sup> Moraes (1983) define o *pensamento geográfico* como o conjunto de conhecimentos interessando o temário geográfico, delimitado retrospectivamente a partir da concepção que dele se tem na atualidade; e a *Geografia* como parte do pensamento geográfico, uma forma deste que adquire diferentes significados historicamente implementados – um deles sendo a sua institucionalização como disciplina escolar e universitária no século XIX – mas que significa, necessariamente, uma sistematização: “(...) agrupamento de um conjunto de informações e reflexões, até então dispersos, num corpo articulado e coerente de conhecimentos. Exige assim a delimitação do universo de análise, a padronização de um vocabulário mínimo comum, e a formulação de alguns princípios normativos básicos. Essas três exigências remetem à necessidade de definir um objeto, um método e um quadro conceitual próprio, que permita o entrelaçamento dos estudos dispersos e seu encaminhamento unitário” (MORAES, 1983, p.40)

<sup>65</sup> De acordo com Moraes (1983, p.45-46), os grandes descobrimentos inauguraram a possibilidade da expansão planetária do ecúmeno mediada pelo mercado: “(...) até então a possibilidade da consciência espacial do mundo limitava-se aos espaços restritos das sociedades que empreendiam tal reflexão. (...) O estabelecimento de uma economia planetária e de um espaço de relações global, com a expansão das relações capitalistas de produção, é que vai alterar esse quadro fragmentário. A possibilidade dessa consciência mundializada foi, sem dúvida, o patamar fundamental da sistematização geográfica.”

<sup>66</sup> Moraes (1983) assume os postulados do materialismo histórico e dialético, e se coloca no campo do debate marxista evidenciando como uma de suas principais influências o pensamento de G. Lukács. Para o autor, o método de Marx é em si uma teoria da história, que postula o movimento do real e sua determinação sobre o pensamento. “Assim, parte-se aqui do princípio de que é a existência que determina a consciência, e que, de uma forma muito mais mediatizada, o pensamento científico (e com maior proximidade as ciências humanas) tem seus temas e teorias fluindo da prática social.” (MORAES, 1983, p.104)

propostas de unificação nacional. Nas suas formulações aparece a tematização do espaço terrestre, que em si apresenta os alicerces e fornece a consagração, pela autoridade da ciência, do projeto de unificação territorial.

Moraes (1983) analisa criticamente parte da obra de cada um – Humboldt, Ritter e Ratzel -, buscando os fundamentos filosóficos da teoria de cada um deles, o objeto e o método da Geografia que propõem e os seus posicionamentos políticos e concepções sociais através tanto das obras quanto das suas biografias. O autor conclui, nessa empreitada, que as concepções de *trabalho* e de *progresso* revelam o lugar da análise dos fenômenos sociais nas obras dos três pensadores, devido à centralidade de tais concepções na essência dos próprios fenômenos sociais. A primeira revela o entendimento das relações sociais e seu funcionamento, e a segunda revela o entendimento da história, sua dinâmica social e movimento político. Desta reflexão, Moraes (1983, p.483) assim compreende a proposta dos três autores analisados:

Das concepções de trabalho e progresso apresentadas pode-se desenvolver a seguinte conclusão: a Geografia proposta não se habilitava, minimamente, para discutir a problemática social. O naturalismo domina seu horizonte, justifica suas indagações, legitima sua existência, defini-lhe o objeto. Por isso o homem é estranho a seu universo, só integrando-se a este em sua realidade animal, em sua presença terrestre (como agente de ação sobre a paisagem), enfim subjugado à natureza. A visão da ação do homem e a da história humana, manifestadas nas concepções de trabalho e progresso, atestam bem os limites existentes. A Geografia proposta por Humboldt, Ritter e Ratzel não tem condições de ser apresentada como uma ciência social.

É nessa perspectiva naturalizante, originada na Geografia alemã do século XIX, que se definem as metas e os contornos da discussão geográfica, a qual consolidou-se e é por Moraes (1983) denominada de Geografia tradicional. A superação dessa perspectiva, atingida por meio da sua crítica, necessariamente deve compreender que sem se conhecer o que a Geografia foi, se torna impossível projetar o que ela deveria ser. Para se transformar as finalidades da disciplina deve-se entender qual universo se quer superar.

Nos parece pertinente destacar que este esforço de Moraes (1983) deu origem não somente à sua dissertação de mestrado, mas também ao seu primeiro livro, intitulado *Geografia: pequena história crítica*, publicado pela primeira vez em 1982. Essa obra é fruto do relatório de qualificação da sua dissertação de mestrado e, segundo o autor, é

(...) uma obra de divulgação tentando passar didaticamente a interpretação desenvolvida acerca da evolução do pensamento geográfico. (...) Este livro, dada sua oportunidade (num momento em que os geógrafos buscam repensar os fundamentos metodológicos de sua disciplina) e a raridade de bibliografia similar acessível, obteve grande aceitação de mercado, conhecendo sua nona edição no presente ano de 1988. (MORAES, 1988, p.4)

Sousa Neto (2005), na ocasião da vigésima edição do livro, escreve no prefácio que este já é um clássico da Geografia, consolidado como bibliografia obrigatória da maioria dos cursos superiores da disciplina no Brasil e um grande sucesso editorial. Para o prefaciador, a obra preencheu a lacuna engendrada pelo movimento da crítica, elaborando as preocupações epistemológicas prementes do período. A vigésima edição marcaria, assim, que esta obra de Moraes (2005a) deixa de ser um livro apenas sobre a história da disciplina e torna-se parte dessa história (SOUSA NETO, 2005). Dessa forma, compreendemos que a obra sintetiza didaticamente um dos momentos da renovação, qual seja, a reflexão epistemológica sobre o passado, exigência para a reelaboração da Geografia que se intencionava produzir.

Vesentini (1984)<sup>67</sup> também propõe um caminho de superação da Geografia tradicional, no seu caso, traçado pela sub-área da Geografia Política. O autor identifica na Geografia Política tradicional uma naturalização a-histórica do Estado-nação, uma vez que o território é concebido como um espaço natural apropriado pelo Estado. As noções de função, sítio e situação, capitais naturais e artificiais, litorâneas e interiores, são de acordo com Vesentini (1984) insuficientes para explicar a complexidade de relações imbricadas entre a sociedade, o Estado e a cidade-capital – seu objeto de estudo.

O objetivo da pesquisa de Vesentini (1984) é compreender as condições político-ideológicas que engendraram a construção da nova capital do Brasil, a cidade de Brasília, e qual foi o papel do espaço nesse processo. A análise do espaço geográfico como construção social historicamente determinada é incompatível com os subsídios teórico-metodológicos já consolidados da Geografia Política, e por isso deixam de apreender justamente o conteúdo social e histórico pretendido. Assim, o autor se propõe a pensar não somente sobre o objeto em si mas também sobre a abordagem que deve ser dada à esse objeto:

Nessas condições, julgamos que um estudo sobre a implantação de Brasília deveria implicar numa reconstrução, ao menos parcial, da abordagem geográfica do político. E como etapa necessária desse empreendimento surge a apreensão crítica da geografia política, com a análise de seus pressupostos e de suas teorias e noções mais comuns utilizadas para enfocar o tema cidade-capital. (VESENTINI, 1984, p.8)

Se trata, portanto, da renovação da Geografia Política. Tal renovação se dá na compreensão de que os homens, historicamente determinados, produzem o espaço geográfico. Trata-se de analisar o espaço geográfico como social, dialeticamente fruto e condição do trabalho humano nas relações dos homens entre si, constituídos como sociedade, e com a

---

<sup>67</sup> A tese intitula-se *A capital da geopolítica (um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília)* e foi orientada por Manoel Fernando Gonçalves Seabra.

natureza. Para Vesentini (1984), o espaço é constantemente transformado pela ação humana, remodelado em função da história e da luta de classes.

Sob essa perspectiva, o autor compreende que a construção de Brasília e conseqüente transferência da capital federal não é explicável por nenhuma teoria geral da cidade-capital, mas sim “(...) pelas determinações específicas da *situação* que lhe deu origem, mais como política que como necessidade, e sobre a qual ela – a nova capital – reversivamente passou a influenciar na condição de obra consumada.” (VESENTINI, 1984, p.27-28). Para tanto, a pesquisa empreende um estudo da história de Brasília, do projeto de desenvolvimento do governo de Juscelino Kubitschek, do espaço urbano e da concepção urbanística da nova capital, da relação entre o plano piloto e as cidades satélites para assim construir uma reflexão sobre as determinações históricas – políticas, econômicas e sociais – da interiorização da capital revestida pelo discurso de integração do território.

Nesse trajeto, Vesentini (1984) desenvolve que a geopolítica é o discurso do Estado capitalista sobre o espaço geográfico, um conhecimento que visa garantir a soberania do Estado nacional sobre seu território:

Em resumo, a geopolítica é o discurso, indissociável de propostas de ação do poder político, que procura representar o ponto de vista de um Estado nacional sobre a construção do espaço, tanto ao nível dos interesses desse Estado na ordem internacional como ao nível dos arranjos espaciais no interior do país. Ao assumir, por princípio, a perspectiva do Estado nacional e ao obliterar a divisão do social, considerando o Estado como acima dos interesses particulares, esse discurso mostra-se como instrumento de dominação, como saber e técnica de ação política apropriados ao exercício do poder (via espaço) dos grupos ou da classe que detém a hegemonia no conjunto do Estado. (VESENTINI, 1984, p.84)

Vesentini (1984), com esta conclusão, inverte os postulados da Geografia tradicional, pois desnaturaliza a relação entre Estado e território, revelando que esta é construída socialmente e historicamente, e que, sob o modo de produção capitalista, a dominação territorial possui conteúdos específicos que se realizam por meio de ações políticas das classes que dominam o Estado e que visam manter os seus interesses privados. A Geografia Política, nessa visão, se torna fundamental para a compreensão da luta de classes, motor da história. Essa conclusão revela também que Vesentini (1984) atribui uma responsabilidade social ao trabalho do geógrafo, identificando no conhecimento geográfico uma potencialidade dialética: tanto a possibilidade da dominação quanto a da transformação<sup>68</sup>. O enigma da geopolítica trata, portanto, da práxis.

---

<sup>68</sup> O autor também identifica essa potencialidade dialética na prática da docência, por meio da sua própria experiência como professor no curso supletivo do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e

A mencionada potencialidade dialética da Geografia (VESENTINI, 1984) é, a nosso ver, um diálogo do autor com a obra de Yves Lacoste, a qual destaca justamente que a ciência geográfica é utilizada pelos donos do poder para exercer a dominação, mas que pode ser também instrumento de conhecimento para aqueles que desejam transformar a realidade. Para Vesentini (1984), a geopolítica de Yves Lacoste e de seus colaboradores da revista *Hérodote* parte do princípio de que a Geografia sempre serviu para fazer a guerra, ou seja, para fins político-estratégicos de dominação. O conhecimento do espaço, no entanto, pode ser invertido e direcionado contra os donos do poder, e assim este permitiria melhor compreender o mundo para transformá-lo. Se trata da famosa elaboração: saber pensar o espaço para saber nele se organizar (LACOSTE, [1988] 2005).

Vesentini ([1988] 2005) considera que a obra de Yves Lacoste, especificamente o livro *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, foi seguramente uma das mais importantes análises críticas da ciência geográfica, expondo idéias controversas e polêmicas, porém originais e necessárias para o debate sobre a crise da Geografia. A obra teria sido fundamental também para o fomento da renovação na Geografia brasileira, pois fornecia subsídios para a crítica da Geografia tradicional:

Há cerca de dez anos atrás, quando este trabalho na sua versão primeira circulou entre nós, geógrafos brasileiros, vivenciávamos então um confronto entre tradicionalistas e adeptos de uma Geografia nova ou crítica. As idéias lacosteanas, bem ou mal, por via direta ou, principalmente e infelizmente, indireta (...) desempenharam um importante papel de fomento da renovação, de subsídios para a crítica da Geografia tradicional e tentativas de construção de um saber geográfico comprometido com as lutas sociais por uma sociedade mais justa e democrática. (VESENTINI, [1988] 2005, p.11-12).

Percebemos que Vesentini (2005) identifica na obra de Lacoste (2005) um caminho de crítica à Geografia tradicional que serviu de inspiração para os geógrafos brasileiros insatisfeitos com a sua disciplina. Essa crítica da Geografia tradicional, assim, aparece como denominador comum de um movimento de renovação que se desenvolveu em diversos países – como a França, a Espanha, os EUA e o Brasil - e com muitas perspectivas teóricas e

---

Diadema, no estado de São Paulo, em meados da década de 1970. Nessa ocasião, Vesentini reproduziu não apenas o conteúdo usual, mas também textos e debates sobre distribuição de renda, direito de greve, papel dos sindicatos, lutas operárias, degradação ambiental, capitalismo e democracia. Essas reflexões seguiram o autor durante toda a sua experiência como professor do ensino básico, dando um novo tratamento à questões políticas e sociais (VESENTINI, 1988). A nosso ver, essa experiência é grandemente responsável pela interpretação que Vesentini (1985) desenvolveu sobre o movimento da Geografia crítica, definindo que este foi protagonizado por professores do ensino básico que eram também estudantes de pós-graduação que, ao refletirem sobre a sua própria prática, renovaram a sua disciplina. A título de curiosidade, destacamos que nos anos de 1975 e 1976 o autor ministrou aulas de Geografia para um expoente sindicalista, futuro Presidente do Brasil, Luís Inácio da Silva (VESENTINI, 1988).

metodológicas, conforme discutimos no primeiro capítulo. No entanto, compreendemos que foi na Geografia brasileira que essa renovação, quando encaminhada por uma perspectiva marxista, adotando o materialismo histórico e dialético, se constituiu como uma *ruptura* com a Geografia tradicional, pois transformaram-se não apenas as questões e o temário da disciplina, mas principalmente o seu aporte teórico-metodológico, ou seja, o seu caminho de explicação da realidade.

O trajeto que realizamos por dentro das dissertações e teses defendidas no Departamento de Geografia da USP nos permite ver que essa ruptura deslocou o objeto da ciência pois atribuiu novos conteúdos aos conceitos e categorias da análise geográfica. Afirmamos, com isso, que a perspectiva do materialismo histórico e dialético atribuiu outro significado às noções de *natureza*, de *homem*, de *sociedade*, o que redefiniu os termos da relação entre o homem e a natureza, entre a sociedade e o espaço. Quanto ao objeto, este deixa de ser o lugar, a região, a cidade, para ser a *relação* entre a sociedade e o espaço, a qual, mediada pelo trabalho, é necessariamente dialética. Como consequência dessa dialética, transforma-se o entendimento do próprio espaço, que deixa de ser absoluto para ser construção social, produção social. Formam-se, portanto, as bases de uma Geografia crítica.

### ***3.6. O papel do Boletim Paulista de Geografia e da Associação dos Geógrafos Brasileiros na construção e circulação da crítica da Geografia***

Também no Boletim Paulista de Geografia, publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção São Paulo<sup>69</sup>, encontram-se elementos desse processo de ruptura da Geografia brasileira. Consideramos que o BPG foi um veículo do debate sobre a Geografia crítica, visto que nele foram publicados diversos textos sobre a história da disciplina e a sua renovação (ANDRADE, 1977; SANTOS, 1982; SILVA, 1983; OLIVEIRA, 1977; PORTO-GONÇALVES, 1978) e também da própria Geografia crítica, apresentando questões e propostas inovadoras para a ciência geográfica (OLIVEIRA, 1978; 1981; 1982; PORTO-GONÇALVES; AZEVEDO, 1982; SANTOS, 1977; SILVA, 1973).

A nosso ver, é possível perceber, através dos textos publicados nesse periódico, uma série de tensões e propostas que se somam e se articulam àquelas que encontramos nas teses. Por isso, com o objetivo de empreender uma interpretação dos antecedentes da Geografia crítica também no BPG (SILVA, 1983), analisamos alguns textos que consideramos síntese desse

---

<sup>69</sup> No capítulo 7 dessa dissertação consta uma análise mais detalhada da história do periódico, incluída na discussão sobre a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros e sua relação íntima com o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

processo. Selecionamos, dentro do mesmo recorte temporal das dissertações e teses, os artigos, notas e resenhas dando preferência aos autores cujos trabalhos de formação também foram analisados, visando com isso criar um diálogo entre as duas formas de publicação - tese e artigo.

No entanto, consideramos fundamental começar destacando que o estabelecimento desse diálogo entre as teses e o BPG através dos mesmos autores é pertinente pois a seção São Paulo da associação sempre esteve em relação intrínseca com o Departamento de Geografia da USP, desde a sua fundação (conforme está exposto no capítulo 7 deste trabalho) até os dias atuais. Vê-se, a título de exemplo, que entre 1964 e 1985 a seção São Paulo teve 11 diretores diferentes<sup>70</sup>, dos quais apenas 2 não eram professores do Departamento de Geografia. Dentre os 6 diretores do BPG<sup>71</sup>, para o mesmo período, todos eram ligados ao Departamento, seja como professores, em 4 casos, seja como estudantes, em 2 casos. Ainda neste período, foram publicados no boletim 121 textos – entre artigos, notas e resenhas – dos quais 64 foram escritos por professores do Departamento de Geografia da USP. Do total de 22 números publicados, apenas 2 não possuem textos de professores do mesmo Departamento. Também estão descritas, na sessão *Noticiário* do boletim, diversas atividades que se desenvolveram no Departamento de Geografia da USP, como defesas de teses e congressos.

Uma dessas atividades do Departamento de Geografia que queremos destacar está publicada no boletim de número 46, de dezembro de 1971. Nele, Goldenstein e Rossini (1971) apresentam os resultados de uma pesquisa coletiva empreendida por alunos e professores do Departamento nos anos de 1962 e 1963 que analisou o bairro industrial do Jaguaré em diversos aspectos: dados de circulação, atividade industrial, população e funções do bairro. O estudo do uso do solo no bairro do Jaguaré se inicia pela retificação do rio Pinheiros e conseqüente divisão da área retificada em lotes industriais e residenciais. A vida de relações do bairro é analisada, principalmente, pelos dados de circulação, que discutem se o Jaguaré seria ou não um bairro de passagem (GOLDENSTEIN; ROSSINI, 1971). A nosso ver, este estudo possui uma estrutura de monografia urbana, que busca, através da enumeração de dados sobre o lugar, explicar aquele fragmento em sua totalidade, ou seja, a sua existência em si mesmo. A descrição da

---

<sup>70</sup> Entre 1964 e 1985, os diretores da sessão São Paulo da AGB foram: Fernando Flávio Marques de Almeida (1964), Nelson de La Corte (1964-1966), Manoel Fernando Gonçalves Seabra (1967; 1974-1974; 1980-1981), Bernardo Issler (1968), Vincenzo R. Bochicchio (1968-1969), Augusto Titarelli (1969-1970), José Bueno Conti (1970-1972), José Ribeiro de Araújo Filho (1974-1976), Rosa Ester Rossini (1976-1980), Maria Regina Cunha de Toledo Sader (1982-1984) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1984-1986).

<sup>71</sup> Entre 1964 e 1985, os diretores do Boletim Paulista de Geografia foram: José Ribeiro de Araújo Filho (1964-1968), Gil Sodero de Toledo (1971), Vincenzo R. Bochicchio (1972-1974), Myrna T. Rego Viana (1976; 1980-1981), José Marinho Gusmão Pinto (1976-1978), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1982-1984) e Manoel Fernando Gonçalves Seabra (1984-1986).

paisagem e a análise do sítio, da situação e da vida de relações do fragmento são as etapas da investigação, que se conclui com uma interpretação sobre as diferentes funções urbanas daquele lugar expressas nos diversos usos do solo.

Diferentemente da pesquisa de Goldenstein e Rossini (1971), Silva (1973) empreende um estudo de caráter teórico sobre a industrialização, que objetiva debater a necessidade de se compreender o fenômeno nas suas especificidades em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para o autor, a tipologia que se usa no Brasil para explicar a industrialização, elaborada muitas vezes na Europa, não está de acordo com a realidade brasileira:

A tipologia geográfica no que diz respeito à industrialização foi elaborada recentemente, na Europa, e vem sendo aplicada às condições brasileiras. Na medida em que a industrialização possui aspectos gerais e uniformes essa tipologia é útil e sua aplicação a outras áreas do globo é viável. Resta, contudo, muita imprecisão na conceituação, o que torna difícil sua aplicação. (SILVA, 1973, p.99)

Assim, Silva (1973) identifica a necessidade de se precisar os conceitos para melhor explicar o caminho do desenvolvimento da atividade industrial nos países subdesenvolvidos, cuja história é diferente dos países desenvolvidos.

A nosso ver, este artigo já aponta uma renovação, pois identifica uma insuficiência na disciplina para explicar um determinado fenômeno. A busca pela superação dessa insuficiência trilha o caminho para a elaboração de outras explicações através de novos métodos e teorias.

O ano de 1976 marca uma transformação importante no boletim: a mudança da capa do BPG e do logotipo da associação. A nova apresentação gráfica do número 51, publicado em junho de 1976, revela que a transformação transborda o conteúdo da publicação. Os artigos e textos renovadores, assim, ganham também uma nova forma. Nesse momento, dois alunos do Departamento compunham a direção do boletim, Myrna T. Rego Viana e José Marinho Gusmão Pinto. Juntamente à eles, Armen Mamigonian fazia parte da comissão redatorial. No editorial, Viana (1976, p.5-6) assim define essa renovação:

Certamente, o que primeiro despertará a atenção dos leitores do Boletim Paulista de Geografia, será sua nova apresentação gráfica. Entretanto, de nada valeriam as inovações introduzidas em sua capa e diagramação interna se estas não correspondessem a proposições de modificação também em seu conteúdo. (...) Uma política editorial foi definida levando em consideração as necessidades e problemas que a Geografia e demais ciências humanas enfrentam no presente momento, bem como as contribuições que os geógrafos podem e devem dar ao conhecimento da realidade, qualquer que seja o nível ou o setor em que atuam. (...) O presente volume do Boletim Paulista de Geografia pretende somar-se aos anteriores no serviço que estes prestaram à Geografia. Apresenta-se, entretanto, com algumas mudanças (na aparência e na essência) em função das exigências de uma nova conjuntura.

Compreendemos que essa transformação revela o processo de ruptura da própria disciplina, já em movimento, e evidencia as intenções de renovação expondo-as como uma necessidade da conjuntura histórica e social. O boletim, dessa forma, sintetiza a necessidade da renovação, renovando-se tanto na forma quanto no conteúdo.

Consideramos que é Oliveira (1977; 1978; 1981) o autor que evidencia, através de artigos publicados no BPG, o movimento da ruptura crítica, empreendendo mais uma vez uma ruptura metodológica na análise geográfica. Já em 1977, antes mesmo da sua tese de doutorado, Oliveira (1977) elabora uma crítica à uma obra do geógrafo francês Pierre George, partindo do materialismo histórico e demonstrando uma contradição interna à obra de George. Para Oliveira (1977), há em *Geografia Econômica* um choque teórico-metodológico entre a escolha dos conceitos e a operacionalização destes: apesar de utilizar conceitos do materialismo histórico para explicar o econômico, estes não estão dialeticamente articulados, pois se relacionam através do “método histórico da economia” (OLIVEIRA, 1977, p.44). Essa incompatibilidade é fundamental já que revela uma leitura não dialética da realidade, visto que não incorpora a contradição como o motor da história e portanto da explicação do modo de produção. Assim, Oliveira (1977) elabora não apenas uma crítica à Pierre George mas um outro caminho de interpretação do econômico, que se fundamenta na contradição, a qual só pode ser explicada dialeticamente.

Oliveira (1978; 1981) empreende essa interpretação dialética do econômico em dois outros artigos: um sobre a especulação imobiliária e outro sobre a relação entre agricultura e indústria no Brasil. No primeiro, Oliveira (1978) desvenda a ideologia do caos urbano para explicar a lógica da especulação imobiliária. Para o autor, a renda fundiária seria a chave de explicação para o déficit habitacional em São Paulo, que aparece a princípio como caos, mas que é produzido pela lógica da especulação. Já no segundo artigo, Oliveira (1981) busca compreender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção na formação social brasileira recente, a partir da subordinação da renda da terra ao capital. A nosso ver, se trata de um aprofundamento do debate apontado na sua tese (OLIVEIRA, 1978) sobre a relação dialética entre produção, circulação, distribuição e consumo com o objetivo de analisar as especificidades brasileiras do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Compreendemos que este trabalho é fundamental pois, assim como as pesquisas monográficas, utiliza-se de uma quantidade massiva de dados estatísticos sobre produção, investimentos e renda das mais diversas áreas da produção agrícola. No entanto, a análise empreendida através dos dados visa demonstrar o processo contraditório de desenvolvimento do modo de produção, que revela a raiz das relações entre agricultura e indústria no Brasil pela sujeição da renda da

terra ao capital. Com isso, este trabalho de Oliveira (1981) efetivamente evidencia uma ruptura, pois confere um novo significado ao empírico, utilizando-o dialeticamente com os instrumentos de uma teoria que evidencia o contraditório na realidade.

O artigo já citado anteriormente de Porto-Gonçalves (1978) é, a nosso ver, um dos mais emblemáticos do movimento de ruptura crítica. O autor parte do pressuposto de que todo trabalho científico é fruto do contexto histórico no qual é produzido, portanto determinado por condições históricas, sociais e políticas específicas. É papel das ciências compreender e explicar os problemas concretos desse contexto histórico e social e, para o autor, a Geografia não estaria cumprindo esse papel. Porto-Gonçalves (1978) considera que, nesse processo, o que se coloca em questão é a própria cientificidade da Geografia, questionamento que tem a aparência de uma crise da ciência. Compreendemos que o argumento central deste artigo é a constatação de uma realidade em movimento, determinada pela dinâmica do capital que se espacializa através de processos como a divisão do trabalho, o imperialismo e o colonialismo, definindo um desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção. A Geografia, com seu aporte positivista tradicional, não cumpriria a tarefa de desvendamento desses processos. Dessa constatação, surge a exigência de uma outra Geografia: “Os fatos são teimosos e estão aí a exigir de nós uma compreensão que possa efetivamente nortear uma prática que leve à superação desses problemas. Se as teorias dos geógrafos não explicam e não compreendem os fatos, pior para as teorias!” (PORTO-GONÇALVES, 1978, p.6). A exigência colocada é aquela de uma reformulação das teorias da Geografia, visando adequá-las à um novo tempo, à uma outra interpretação que evidencie a realidade em movimento.

Consideramos, assim, que o Boletim Paulista de Geografia foi um dos veículos do debate da renovação, tanto por publicar artigos pioneiros na sua abordagem temática, teórica e metodológica, quanto por publicar reflexões sobre a renovação em si, sobre a crise da Geografia, as insuficiências e desafios da disciplina. O BPG, portanto, é uma síntese da própria associação, que foi lugar de debate intenso sobre os rumos da ciência geográfica no Brasil. A AGB canalizava parte do debate político interno à disciplina no período (MOREIRA, 2000a; OLIVEIRA, 2000, PORTO-GONÇALVES, 2000), revelando que a entidade era, desde a sua origem, um espaço destinado ao debate de idéias e à produção científica.

### ***3.7. A ruptura metodológica na Geografia brasileira: síntese à guisa de conclusão***

Assim Vesentini (1984, p.1) abre a sua tese de doutorado: “Começa a se tornar lugar-comum a afirmativa de que o espaço geográfico é produzido e reproduzido pelos homens em suas relações entre si e com a natureza. Produto da – e, ao mesmo tempo, condição material

para a – práxis inter-humana sob determinadas peculiaridades de tempo histórico, ele é, outrossim, um espaço social”. Apenas cinco anos antes, Oliveira (1978) e Carlos (1979) sintetizavam, pioneiramente no Brasil, os fundamentos teóricos e metodológicos desse entendimento de espaço como construção social. Entendimento que, conforme a elaboração de Vesentini (1984), rapidamente consolidou-se, tornando-se mesmo uma afirmação rotineira.

A análise das dissertações e teses empreendida neste capítulo evidencia, a nosso ver, o processo de consolidação dessa compreensão da relação entre sociedade e espaço. Essa análise permite ver que tal entendimento foi construído a partir de um longo processo, que se inicia com uma insatisfação com a Geografia, a identificação de uma crise da disciplina, fruto da sua incapacidade de desvendamento de uma realidade que havia passado e estava passando por uma série de transformações, tornando obsoletos diversos conceitos e construções da ciência geográfica; a busca por novas abordagens teóricas e metodológicas, muito diferentes entre si, que fossem capazes de superar a crise da Geografia; a escolha que alguns autores fizeram pela abordagem marxista, pelo materialismo histórico e pela compreensão dialética da realidade, associada ao desejo de transformação de uma sociedade politicamente e intelectualmente oprimida por um regime que transformava os rumos do Brasil e da ciência, alterando profundamente os centros da reflexão sobre o próprio país – as universidades; a elaboração de novos conteúdos para os conceitos, categorias e objeto da Geografia, denominando essa nova elaboração de *crítica*, com o objetivo de diferenciá-la daquela anterior, a qual foi retrospectivamente denominada de *tradicional* – tudo aquilo que os jovens geógrafos e militantes, insatisfeitos, não queriam ser: tradicionais.

Esse amplo processo, que diferenciamos em três momentos distintos – ruptura crítica, ruptura política e ruptura metodológica – não são etapas, ou fases, e portanto não constituem uma periodização. Estes momentos seriam apenas um recurso analítico que tinha como objetivo associar os fatores *internos* e *externos* do movimento da renovação crítica, o qual apresentou-se, a nosso ver, não como uma continuidade na história da Geografia, mas como uma ruptura com uma tradição consolidada do pensamento geográfico que remonta, no Brasil, à institucionalização da disciplina por meio da instauração do primeiro curso superior de Geografia no país na Universidade de São Paulo, em 1934.

A partir da análise das dissertações e teses, consideramos que essa ruptura se deu ao consolidar, primeiro, um novo entendimento da relação homem – natureza, e segundo, ao reelaborar a relação entre a Geografia e a História.

A Geografia tradicional, de cunho positivista, realiza uma naturalização dos fenômenos humanos por compreender a ciência geográfica como aquela do contato entre o domínio da

natureza e o domínio da humanidade. O homem é visto como um dos diversos elementos da paisagem, como um dado do lugar (MORAES, 2005a). Essa concepção estabelece os termos da relação entre o homem - não a sociedade – e a natureza – não o espaço - criando uma ciência natural dos fenômenos humanos. Para Moraes (2005a, p.41) “Tal perspectiva naturalista aparece com clareza no fato de buscar esta disciplina a compreensão do relacionamento entre o homem e a natureza, sem se preocupar com a relação entre os homens”. O materialismo histórico permite inverter essa relação, e com isso compreender que o espaço é um produto social.

Essa compreensão do espaço como construção social, como *produção* social, essencialmente dialética, atribui conteúdos sociais ao próprio espaço. Dentre eles, as classes sociais. O espaço que, sob o modo de produção capitalista, é produzido por uma sociedade dividida em classes, é produto também da luta de classes. Quando se compreende que a luta de classes é o motor da história, como fizeram Oliveira (1978), Moraes (1983), Damiani (1984), Vesentini (1984), esta adquire uma outra importância na análise das determinações da produção social do espaço. Muda, portanto, o conteúdo da relação entre espaço e tempo, entre Geografia e História: se trata de um espaço socialmente produzido por uma sociedade dividida em classes, cujo movimento é dado pelas suas próprias contradições, que se realizam espacialmente.

Ambos os movimentos mencionados são fruto do entendimento de que o *trabalho* é a mediação necessária entre o homem e a natureza. É o trabalho que transforma simultaneamente e dialeticamente tanto um quanto outro. Consideramos, portanto, que é essa mediação a responsável por redirecionar as reflexões e questões de pesquisa na Geografia brasileira, fundamentando assim a ruptura crítica.

As próximas etapas dessa dissertação visam compreender dois momentos que, a partir do que foi exposto até aqui, seriam os fundamentos dessa produção geográfica uspiana que consolidou a ruptura crítica na Geografia brasileira: primeiro, a obra de Yves Lacoste, considerada como disparadora de uma série de debates sobre a disciplina, sendo mesmo um primeiro diagnóstico da crise da Geografia; e a obra de Pierre Monbeig, professor que teria trazido para a Universidade de São Paulo a Escola Francesa de Geografia.

Pretendemos, com as análises a seguir, compreender alguns aspectos do diálogo entre a Geografia brasileira e a Geografia francesa que se deu na Universidade de São Paulo a partir de destes dois momentos que, a nosso ver, foram fundamentais para a construção da crítica que consolidou a ruptura metodológica que demonstramos neste capítulo.

## PARTE II

### A CONSTRUÇÃO DE UMA AUTOCRÍTICA DA ESCOLA FRANCESA DE GEOGRAFIA E SEUS ECOS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Nesta seção do trabalho empreendemos a análise do primeiro momento que fundamenta, conforme argumentamos anteriormente, a construção de uma ruptura crítica na Geografia brasileira. No capítulo 4 realizamos uma interpretação sobre parte da obra do geógrafo francês Yves Lacoste, buscando na sua leitura sobre o subdesenvolvimento e no seu diagnóstico sobre a crise da Geografia alguns elementos de diálogo com o movimento da renovação no Brasil. No capítulo 5 empreendemos a análise da obra *La Géographie Active*, organizada por Pierre George, referência recorrente, citada em diversos momentos e considerada como um dos pilares de um processo de renovação da própria Escola Francesa de Geografia, que ecoou no Brasil e no Departamento de Geografia da USP. O objetivo dessa etapa da exposição é debater dois autores que fundamentam, na produção geográfica uspiana do período da ditadura civil-militar, a construção de uma Geografia crítica.

Comprendemos que Yves Lacoste e Pierre George reivindicam, cada um à sua maneira, uma ciência geográfica que seja capaz de interpretar as transformações da realidade, e por isso intencionam produzir uma teoria da Geografia que analise o próprio movimento do real. Consideramos que essa construção se constitui como uma autocrítica da Escola Francesa de Geografia justamente por enfatizar a mudança, e não a permanência. Ambos os autores também são responsáveis por incorporar à essa escola novos temas e perspectivas que dialogam com a interpretação de uma realidade em constante transformação. Trataremos destes aspectos a seguir.

#### 4. Yves Lacoste e a elaboração de uma teoria geográfica da estratégia

Diversos autores que analisamos anteriormente (MORAES, 2005a; MOREIRA, 2000b; 2008, OLIVEIRA, 1978; VESENTINI, 1984) citam o geógrafo Yves Lacoste e sua obra como parte fundamental do movimento de ruptura crítica na Geografia brasileira. Seja como inspiração, como disparador de um debate, como crítica à Escola Francesa de Geografia, as obras de Lacoste são uma constante na produção geográfica uspiana durante as décadas de 1970 e 1980.

Nas dissertações e teses defendidas no período o geógrafo é citado em 19 trabalhos<sup>72</sup>, sendo que as obras que constam como referência são *Les pays sous-développés* (apenas em francês), *Geografia do subdesenvolvimento* (em português e em francês) e o já mencionado *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* (também em português e em francês). A obra de Lacoste também foi debatida na AGB, mais especificamente em publicação sobre os métodos de pesquisa em Geografia<sup>73</sup>. Consta, nesta publicação, uma tradução de um artigo publicado na revista *Hérodote* que debate o método do trabalho de campo em Geografia. A proposta deste artigo de Lacoste (1985) é, fundamentalmente, denunciar a ideologia mistificadora de alguns trabalhos em Geografia e apresentar uma proposta de transformação dessa ideologia, propondo que a metodologia do trabalho de campo é aquela que cria uma relação democrática entre o pesquisador e o objeto.

Para Moreira (2008), a obra *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* enumera um rol de problemas e proposições que foram a base do processo de renovação no Brasil. O autor considera que livro é responsável por identificar uma questão epistemológica na Geografia referente ao mito da sua unidade – a dicotomia homem-meio – que significa uma fragilidade discursiva da disciplina, a qual se reflete na ingenuidade da neutralidade da ciência.

Moraes (2005a) considera que foi Lacoste quem formulou a crítica mais radical da Geografia, colocando a disciplina como um instrumento de dominação de classe, dotado de alto potencial ideológico e prático. A Geografia assumiria, a partir de Lacoste, um conteúdo político explícito quando definida como a prática social em relação à superfície terrestre.

Oliveira (1978) fundamenta em Lacoste e na revista *Hérodote* a possibilidade de se fazer uma Geografia “contra os nossos inimigos” (OLIVEIRA, 1978, p.483): se a ciência geográfica

<sup>72</sup> São eles: Araújo Filho (1967; 1968), Neves (1971), Rossini (1971), Campos (1972), Danelli (1978), Grabois (1978), Oliveira (1978), Carlos (1979), Silva (1979), Marangoni (1982), Pazera Junior (1982), Callai (1983), Moraes (1983), Rodrigues (1983), Sposito (1983), Martinelli (1984), Schifino (1984) e Vesentini (1984).

<sup>73</sup> Nos referimos à publicação *Seleção de Textos*, n.11, de 1985, com introdução de Oliveira (1985).

é instrumento de dominação de classe, pode ser também instrumento de luta. Para Vesentini (1984), esse entendimento da Geografia como instrumento de luta significa que a ciência geográfica é capaz de desvendar o discurso do Estado capitalista sobre o espaço, revelando as suas estratégias de dominação. Para o autor, o primeiro geógrafo a demonstrar a existência desse discurso teria sido Yves Lacoste.

Percebemos, assim, que dentre os autores brasileiros que analisamos, existem diversas interpretações sobre o trabalho de Lacoste. No entanto, todas caminham na direção de identificar, na obra deste geógrafo, o momento disparador do movimento de crítica à Geografia, desnudando suas questões epistemológicas que seriam, de fato, essencialmente políticas.

Neste capítulo, nosso objetivo é analisar parte da obra de Yves Lacoste – especificamente os livros citados pelos autores brasileiros nas dissertações e teses – para compreender qual foi a crítica que esse autor empreendeu à Geografia e quais foram os seus fundamentos.

#### **4.1. Yves Lacoste, herdeiro e pensador do terceiro mundo**

No posfácio da primeira edição de *La géographie ça sert, d'abord, à faire la guerre*, Brabant, Giblin e Ronai (1976) evidenciam que a intenção original e fundamental da obra de Lacoste (1976e) é explicitar o conteúdo político da análise geográfica, afirmando que a questão importante a se fazer é *para quem e para quem serve a Geografia*. Para os autores, Lacoste (1976e) desenvolve uma argumentação epistemológica fundamental: a relação entre o sujeito que está produzindo o conhecimento geográfico – o próprio geógrafo –, e o sujeito pesquisado – as práticas sociais em relação ao espaço - deve ser transformada, revelando os conteúdos políticos dessa relação. Tal preocupação, no entanto, estaria intimamente relacionada com o contexto econômico e político da França no período:

Era chocante que os escritos geográficos não dessem conta nem das lutas de liberação nacional, nem do agravamento das condições de existência no terceiro mundo, nem do imperialismo. A projeção sobre as formações sociais dominadas por um método regional, o privilégio conferido aos fatores naturais nas cadeias de causalidade e o papel particular dos geógrafos no processo de colonização impunham reflexão. (BRABANT; GIBLIN; RONAI, 1976, p.182-183)<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> Tradução nossa. No original: “Il était frappant que les écrits géographiques ne rendaient compte ni des luttes de libération nationale, ni de l’aggravation des conditions d’existence dans le tiers monde, ni de l’impérialisme. La projection sur des formations sociales dominées d’une méthode régionale, le privilège conféré aux facteurs naturels dans le chaînes de causalité, le rôle particulier des géographes dans le processus de colonisation imposait réflexion” (BRABANT; GIBLIN; RONAI, 1976, p.182-183)

Seriam, portanto, as revoluções de liberação colonial, o imperialismo, o maio de 1968 e a crise da universidade francesa<sup>75</sup> que impunham a criação de uma nova Geografia, produzida por sujeitos inseridos nas realidades sociais em conflito, capaz de explicar todas as transformações dessa realidade. Compreendemos que o trabalho de Yves Lacoste é produto dessa exigência, e é justamente a sua preocupação com a questão colonial e o subdesenvolvimento que o estabelece como um pensador do terceiro mundo (LACOSTE, 1979; 2010).

A nosso ver, Yves Lacoste é um intelectual preocupado com as questões do subdesenvolvimento e da colonização porque é, também, um herdeiro do terceiro mundo. Filho de um geólogo francês responsável pela exploração de petróleo no Marrocos, na época uma colônia francesa<sup>76</sup>, Lacoste nasceu em Fez em 1929, onde passou a sua infância e adolescência (LACOSTE, 2010; 2012). Criado portanto em uma sociedade colonial, dentro dos quadros intelectuais e bem pagos do país, o autor aproximou-se das questões e problemas concernentes ao terceiro mundo:

Acredito que essas ideias explicam que desde a minha juventude eu tenha uma grande atenção sentimental com o Marrocos, e um pouco mais tarde, mesmo que totalmente diferente, com a Argélia; e em seguida meu interesse pelo conjunto de países liberados das dominações coloniais, em condições muito diversas uns dos outros. Mas foi somente a partir dos anos 1960 que esse interesse se transformou em uma preocupação teórica. (LACOSTE, 2012, p.15)<sup>77</sup>

A questão colonial é, portanto, um tema emocionalmente próximo à Lacoste que transformou-se, ao longo de sua formação intelectual, em um objeto de pesquisa e investigação científica. O autor cursou Geografia no Institut de Géographie da Sorbonne, em Paris, e fez um mestrado sobre a geomorfologia do Marrocos, inspirado no trabalho do seu pai geólogo, Jean

---

<sup>75</sup> Valenti (2003) considera que a crise da universidade francesa se refere à uma insatisfação estudantil com a estrutura centralizada do ensino superior na França durante a década de 1960, a qual desencadeou em movimentos que exigiam mais vagas nas universidades e a democratização do ensino. O movimento de maio de 1968 evidenciaria essa insatisfação direcionada ao governo do general Charles de Gaulle, constituindo-se, devido à sua grande magnitude e importância, não apenas uma crise universitária mas também uma crise de civilização, refletindo uma sociedade que questiona os seus valores sociais tradicionais.

<sup>76</sup> A ocupação francesa no norte da África data da segunda metade do século XIX, do império de Napoleão III. O Marrocos foi o último país do continente africano a ser ocupado pela França, em 1912, e o primeiro a declarar independência, em 1955. A ocupação francesa na região foi responsável por reestruturar a produção agrícola local com o objetivo de atender ao mercado metropolitano, utilizando-se da grande maioria das terras cultiváveis que foram obtidas através da expropriação das tribos nativas (EL-ALAOUI, 2011; SAMPAIO, 2013).

<sup>77</sup> Tradução nossa. No original: “Ces idées expliquent – je crois – que depuis ma jeunesse j’aie porté une grande attention sentimentale au Maroc, puis un peu plus tard, au cas, si totalement différent, de l’Algérie ; et ensuite mon intérêt pour l’ensemble des pays libérés des dominations coloniales, dans des conditions très différentes les unes des autres. Mais c’est seulement à partir des années 1960 que cet intérêt s’est inscrit dans des préoccupations théoriques.” (LACOSTE, 2012, p.15)

Lacoste. Após a aprovação no exame de *agrégation*<sup>78</sup>, mudou-se para a Argélia, onde foi professor de liceu entre 1952 e 1955. Lá o autor filiou-se ao partido comunista argelino, mas deixou-o em 1956, quando do agravamento dos conflitos naquele país.

Devido às suas posições anti-colonialistas, Lacoste foi obrigado a voltar à França em 1955, durante a guerra de independência da Argélia<sup>79</sup>, e tornou-se assistente de Pierre George na área de Geografia Humana do mesmo Institut de Géographie em que havia se formado (LACOSTE, 2012). Foi como assistente de Pierre George que Lacoste interessou-se pela Geografia Humana: “George foi um dos primeiros à considerar os fenômenos demográficos, as formas de crescimento urbano, as indústrias e aquilo que chamava de ‘os grandes tipos de organização econômica e social’ (em essência, os países capitalistas e os países socialistas)” (LACOSTE, 2012, p.25)<sup>80</sup>. Lacoste (2010) relata que desde a sua juventude foi próximo de Pierre George, inclusive mantendo relações de amizade com a sua família. Segundo o autor, essa relação se estreitou em 1964, momento da publicação da obra *La Géographie Active*, escrita em conjunto também com Bernard Kayser e Raymond Guglielmo. Para o autor, sua relação com Pierre George mantém um caráter de mestre e discípulo até 1968, quando discordam sobre o movimento de maio daquele ano. Pierre George teria se oposto ao movimento estudantil na época, desencadeando um afastamento entre os dois que durou até o final da década de 1990, quando Pierre George convidou Lacoste para coordenar a republicação do seu *Dictionnaire de Géographie* (LACOSTE, 2010; 2012).

Dessa forma, foi a partir da sua história no Maghreb e da convivência com Pierre George que o geógrafo iniciou uma carreira de estudos sobre o terceiro mundo e o subdesenvolvimento. Já em 1959 publicou o livro intitulado *Les pays sous-développés*, no qual traz uma perspectiva original de leitura das conquistas coloniais e do imperialismo em relação às condições de

---

<sup>78</sup> Na França, o exame de *agrégation* concede ao aprovado um título de ordem profissional que o permite ministrar aulas em liceus. Para a obtenção do título de *agrégé* é necessário ter um diploma universitário, licenciatura na disciplina pretendida e estágio comprovado de docência.

<sup>79</sup> A guerra de independência da Argélia (1954-1962) faz parte, segundo Lacoste (2010), de um amplo processo de descolonização que ocorreu na África após a Segunda Guerra Mundial. No caso da França, suas três colônias na região do Maghreb – Argélia, Marrocos e Tunísia - declararam independência entre as décadas de 1950 e 1960. A insurreição argelina de 1954 foi dirigida pelo grupo nacionalista *Front de Libération Nationale* (FLN) e desencadeou uma guerra de oito anos contra o exército francês. No caso do Marrocos e da Tunísia, Rivet (2001) considera que, diferentemente da Argélia, a independência foi negociada com o governo francês em 1956 por uma nova elite local que tinha os mesmos objetivos do colonizador, quais sejam, a construção de um Estado forte e a manutenção de uma ordem supratribal.

<sup>80</sup> Tradução nossa. No original: “George fut l’un des premiers à prendre en compte les phénomènes démographiques, les formes de croissance urbaine, les industries et ce qu’il appelait les ‘grands types d’organisation économique et sociale’ (en substance, les pays capitalistes et les pays socialistes).” (LACOSTE, 2012, p.25)

subdesenvolvimento. Essa obra obteve um grande sucesso editorial, com mais de 10 edições na França e tradução para 35 línguas até 2010 (LACOSTE, 2010). Na década seguinte, em 1965, a publicação de *Géographie du sous-développement* foi um aprofundamento do debate iniciado alguns anos antes. Nas palavras de Lacoste (2012, p.26), “Essas duas obras relativamente generosas suprimiram grande quantidade de geógrafos que não tinham o hábito de ver ‘em Geografia’ tantos fatores econômicos e políticos, quer fosse no passado quer fosse no presente”<sup>81</sup>.

O livro *Les pays sous-développés*, da coleção *Que sais-je?* publicado pela primeira vez em 1959 é um dos primeiros momentos em que o autor explicita essa preocupação (LACOSTE, 2012), empreendendo uma análise geográfica do terceiro mundo a partir da perspectiva da Geografia Ativa. Realizamos a leitura da 6ª edição do livro, publicada em 1979, e percebemos que há um comprometimento com a compreensão da situação do subdesenvolvimento de uma maneira não dualista, ou seja, não apenas em comparação com o seu outro, o desenvolvimento.

De acordo com Lacoste (1979), a utilização do termo subdesenvolvido se dá após a Segunda Guerra Mundial, sendo o conceito objeto de elaborações pouco rigorosas que o interpretaram ora ‘por dentro’, sublinhando as causas que parecem internas aos países, e ora ‘por fora’, atribuindo um papel primordial aos efeitos de dominação dos países imperialistas. O autor parte da crítica à diversas perspectivas de análise da situação do subdesenvolvimento, quais sejam: (i) os países subdesenvolvidos não dispõem do necessário, definido como aquilo que o conjunto da população precisa para viver, o que depende da evolução das estruturas econômicas, sociais e culturais; (ii) o subdesenvolvimento como manifestação da sub-produção, ou seja, é a insuficiência de forças produtivas ou de potencialidades naturais que causa o subdesenvolvimento, agravado pelo acelerado crescimento demográfico; (iii) o subdesenvolvimento como sinônimo de baixo valor do PIB per capita, ou seja, o PIB per capita serve não apenas como índice mas como explicação da situação de subdesenvolvimento; (iv) a utilização de um recurso comparativo entre os países subdesenvolvidos e a Europa pré-industrialização, o que definiria o terceiro mundo como atrasado, arcaico ou tradicional; (v) a ausência de industrialização como causa principal do subdesenvolvimento, consequência da colonização, sendo esta a definição do atraso; (vi) o subdesenvolvimento como dualismo econômico e social, causado pela desarticulação entre um setor moderno e industrializado da economia e outro setor atrasado e não industrializado; e finalmente (vii) o subdesenvolvimento

---

<sup>81</sup> Tradução nossa. No original: “Ces deux ouvrages assez généraux surprisent nombre de géographes, qui n’avaient pas l’habitude de voir prendre en compte ‘en géographie’ autant de facteurs économiques et politiques, qu’il s’agisse du passé et du présent.” (LACOSTE, 2012, p.26)

como resultado dos efeitos de dominação exercidos pelas potências imperialistas, que criam uma relação de exploração com os países subdesenvolvidos.

Para Lacoste (1979), existe uma grande diversidade e heterogeneidade dentre os países classificados como subdesenvolvidos. A análise da situação do subdesenvolvimento deve, em meio à essa heterogeneidade, encontrar as características comuns que formam o corpo explicativo de tal situação:

A construção de um conceito de ‘subdesenvolvimento’ em escala planetária repousa na hipótese de que, não obstante essa extrema diversidade de situações geográficas, é possível encontrar características comuns suficientemente importantes para desenhar, em um certo grau de abstração, os traços de uma situação global ou de um *conjunto de situações* global. (LACOSTE, 1979, p.11)<sup>82</sup>

Portanto, o autor busca compreender não apenas as diferenças entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, mas também as contradições internas aos próprios países em situação de subdesenvolvimento, visto que a modernização é um processo em si contraditório que não produz, necessariamente, a melhoria das condições de vida da população (LACOSTE, 1979).

Uma das características comuns do subdesenvolvimento seria o forte crescimento demográfico que diversos países sofreram durante o século XX. Para Lacoste (1979, p.32), “A ‘descoberta’ do subdesenvolvimento é contemporânea de um fenômeno realmente novo: o extraordinário crescimento da população mundial a partir do começo do século XX”<sup>83</sup>. Tal crescimento demográfico se deve principalmente à uma forte queda das taxas de mortalidade, em escala mundial, após o uso mais corrente de técnicas e tecnologias médicas e sanitárias a partir da segunda metade do século XX. Essas tecnologias médicas puderam diminuir a propagação de doenças contagiosas, evitando as epidemias que se tornam perigosas na medida em que a evolução dos transportes pode fazer com que estas não ficassem mais restritas aos países do terceiro mundo. Para Lacoste (1979, p.41), o crescimento demográfico não é a causa do subdesenvolvimento, mas é um agravante das contradições internas:

Se o crescimento demográfico não é a primeira causa do subdesenvolvimento, ele contribui intensamente com o desenvolvimento das contradições econômicas, sociais e políticas. (...) O crescimento populacional só é

---

<sup>82</sup> Tradução nossa. No original: “La construction d’un concept de ‘sous-développement’ au niveau planétaire repose sur l’hypothèse que, non obstant cette extreme diversité des situations géographiques, il est possible de trouver des caractéristiques communes suffisamment importantes pour dessiner, à un certain degré d’abstraction, les traits d’une situation globale ou d’un *ensemble de situations* globale.” (LACOSTE, 1979, p.11)

<sup>83</sup> Tradução nossa. No original: ““La ‘découverte’ du sous-développement est contemporaine de celle d’un phénomène tout à fait nouveau: l’extrodinaire augmentation de la population mondiale à partir du début du XXe siècle.” (LACOSTE, 1979, p.32)

excessivo em relação à um crescimento econômico restrito, e não poderia ter tido tal rapidez e engendrado tais dificuldades se a natalidade não tivesse sido gradativamente reduzida pelos efeitos do desenvolvimento econômico e social.<sup>84</sup>

Outro elemento fundamental para a compreensão do subdesenvolvimento, para o autor, é o desemprego. Nos países subdesenvolvidos houve um aumento sensível do potencial de produção, tanto agrícola quanto industrial. No entanto, isso aumentou também o desemprego: “Com a subutilização do potencial de produção nos países onde há tanto a se fazer para responder às crescentes necessidades dos homens, o agravamento do desemprego é realmente a manifestação mais evidente e mais monstruosa de uma contradição fundamental” (LACOSTE, 1979, p.96)<sup>85</sup>. O excedente estrutural de mão-de-obra, fruto do êxodo rural e dos desempregados urbanos, significa a estagnação ou mesmo a diminuição dos salários, gerando inflação e conseqüentemente mais miséria. A modernização, ou a expansão do capitalismo nos países subdesenvolvidos, significa portanto o acirramento das contradições, sendo a principal delas o desemprego (LACOSTE, 1979).

O argumento fundamental para a análise de Lacoste (1979) sobre o subdesenvolvimento se baseia, portanto, em uma crítica à definição do terceiro mundo como um conjunto de países arcaicos ou tradicionais: o subdesenvolvimento não é uma situação estática ou imóvel, pois as populações do terceiro mundo estariam vivendo grandes transformações de natureza social e demográfica desde a Segunda Guerra Mundial. O crescimento demográfico e o desemprego são as duas principais transformações recentes que abateram os países subdesenvolvidos, agravando as suas contradições internas e impedindo uma explicação estática do atraso como mote para a interpretação do subdesenvolvimento. Tais transformações seriam conseqüências da modernização capitalista:

Nos países ‘subdesenvolvidos’ deve-se constatar que as transformações são principalmente negativas para a maioria da população e que estas determinam o aparecimento e o agravamento das dificuldades que não eram conhecidas antes. Mas as transformações não são apenas negativas, elas são também

---

<sup>84</sup> Tradução nossa. No original: “Si l’accroissement démographique n’est pas la cause première du sous-développement, il contribue cependant puissamment au développement des contradictions économiques, sociales et politiques. (...) L’augmentation de la population n’est excessive que par rapport à une croissance économique restreinte, et l’essor démographique n’aurait pas pu prendre une telle vitesse et engendrer de telles difficultés si la natalité avait été progressivement réduite par les effets d’un développement économique et social.” (LACOSTE, 1979, p.41)

<sup>85</sup> Tradução nossa. No original: “Avec la sous-utilisation du potentiel de production dans des pays où il y a tant à faire pour répondre aux besoins croissants des hommes, l’aggravation du chômage est vraiment la manifestation la plus évidente et la plus monstrueuse d’une contradiction fondamentale.” (LACOSTE, 1979, p.96)

muito positivas. Assim, a única forma de considerá-las é apreendê-las enquanto contradições. (LACOSTE, 1979, p.95)<sup>86</sup>

A situação dos países subdesenvolvidos se caracterizaria, assim, pela contradição interna entre crescimento acelerado da população e a relativa estagnação econômica da produção, o que reduziria os recursos que essa população poderia dispor efetivamente. Tal desajuste entre o crescimento populacional e o crescimento econômico é novo na história da Humanidade. No passado, o baixo crescimento econômico era sinônimo de baixo crescimento demográfico. Essas mudanças aparecem nos países do terceiro mundo em que as relações capitalistas de produção tinham pouca relevância e as relações com a Europa e os EUA não eram significativas.

É importante destacar que, se é o início recente desse forte crescimento demográfico que provoca o aparecimento desse desequilíbrio interno, este resulta também fundamentalmente das estruturas econômicas, sociais e políticas, antigamente produzidas pela situação colonial, que freiam o aumento dos recursos que a população dispõe para sobreviver. (LACOSTE, 1979, p.103-104)<sup>87</sup>

Essa etapa de brusco desenvolvimento cumulativo dos desequilíbrios internos, agravados por condições externas, pode ser considerada como uma crise dialética dos países subdesenvolvidos, e portanto do capitalismo e da humanidade, já que estes países constituem a maior parte da população do planeta. A contradição do subdesenvolvimento é, dessa maneira, a contradição da modernização: enquanto a miséria do passado era equilibrada e durável, a miséria do subdesenvolvimento cresce juntamente ao crescimento demográfico desajustado com o crescimento econômico.

A nosso ver, a proposta de Lacoste (1979) é construir uma definição de subdesenvolvimento que contenha tanto a herança deixada por situações históricas anteriores quanto as transformações recentes que agravam os quadros de miséria. Para tanto, o autor analisou o processo de desenvolvimento de determinadas contradições fundamentais.

Consideramos que, em outro momento de sua obra, Lacoste (1972; 1976c) empreende justamente uma análise de uma situação de subdesenvolvimento evidenciando as contradições

---

<sup>86</sup> Tradução nossa. No original: “Dans les pays ‘sous-développés’, il faut bien constater que les changements sont principalement négatifs pour la grande majorité de la population et qu’ils déterminent l’apparition et l’aggravation des difficultés qu’elle ne connaissait pas auparavant. Mais les transformations ne sont pas que négatives, elles sont aussi très positives. Ainsi, la seule façon d’en rendre compte est de les appréhender en tant que contradictions” (LACOSTE, 1979, p.95)

<sup>87</sup> Tradução nossa. No original: “Il importe de souligner que, si c’est le démarrage récent de cette forte croissance démographique qui provoque l’apparition de ce déséquilibre interne, celui-ci résulte aussi fondamentalement des structures économiques, sociales et politiques, très anciennement mise en place dans la situation coloniale, qui freinent l’accroissement des ressources dont la population dispose pour vivre.” (LACOSTE, 1979, p.103-104)

da modernização: se trata do estudo que revelou o bombardeamento planejado dos diques do rio Vermelho por parte do exército norte-americano durante a Guerra do Vietnã (1955-1975).

Em 16 de agosto de 1972, Lacoste publica uma denúncia no jornal francês *Le Monde* na qual revela que o governo norte-americano, sob responsabilidade do presidente Richard Nixon, estaria empreendendo um genocídio no Vietnã do Norte a partir do bombardeamento deliberado dos diques de proteção do rio Vermelho. Nesse texto, Lacoste (1972) explica que entre abril e julho de 1972 os norte-americanos bombardearam mais de 80 pontos diferentes das obras hidráulicas do país, mais da metade concentradas na parte oriental do delta do rio Vermelho – área abaixo do nível das águas e onde se concentrava boa parte das vilas e cidades que seriam inundadas caso os diques se rompessem. Utilizando diversos recursos da análise geográfica, Lacoste (1972, p.1-2) explicita:

É possível considerar que a concentração de bombardeios nos diques da parte oriental do delta, que é também a região mais povoada e mais importante do ponto de vista agrícola, traduz o caráter deliberado desses ataques, pois estes se localizam onde os seus efeitos podem ser os mais graves.<sup>88</sup>

Consideramos que neste texto o autor denuncia a estratégia de guerra empreendida pelos norte-americanos e, quatro anos mais tarde, no primeiro número da revista *Hérodote*, Lacoste (1976c) explicita o raciocínio e a hipótese de pesquisa que fundamentaram a denúncia de 1972. Consideramos que o objetivo da reflexão sobre o bombardeamento dos diques no Vietnã, mesmo após o fim da guerra da Indochina, foi demonstrar as relações existentes entre a análise geográfica e a estratégia militar, indicando o problema da responsabilidade dos geógrafos frente aos seus temas de pesquisa e assim, conseqüentemente, revelar alguns comportamentos ideológicos. Para Lacoste (1976c), o mal causado pelo bombardeamento dos diques é revelador da função ideológica das representações geográficas, e por isso a análise desse caso se constitui tanto como uma denúncia da estratégia de guerra quanto uma reflexão sobre a importância do raciocínio geográfico para o próprio empreendimento da guerra.

Tal tema de pesquisa chegou à Lacoste pelas mãos de Jean Dresch<sup>89</sup>, em 1967, na época diretor do Institut de Géographie da Sorbonne, através de uma ampla documentação dada à

---

<sup>88</sup> Tradução nossa. No original: “Il est donc possible de considérer que la concentration des bombardements sur les digues dans la partie orientale du delta, qui est aussi la région la plus peuplée et la plus importante au point de vue agricole, traduit le caractère délibéré de ces attaques, puisque celles-ci se localisent là où leurs effets peuvent être les plus graves.” (LACOSTE, 1972, p.1-2)

<sup>89</sup> Jean Dresch é considerado por Lacoste (2010; 2012) um geógrafo anticolonialista, pensador e militante das lutas anti-coloniais no norte da África. Nascido em Paris em 1905, Dresch estudou na École Normale Supérieure entre 1926 e 1930 e desenvolveu suas pesquisas iniciais nas áreas de Geologia e Geografia Física a partir da orientação de Emmanuel de Martonne (1873-1955). Em 1928, Dresch começou uma pesquisa sobre a geomorfologia dos Pireneus para a obtenção do *diplôme d'Études supérieures* (atualmente o *mémoire* francês). Na

Dresch pelo próprio governo vietnamita sobre os bombardeamentos que o país estava sofrendo na guerra. Estudando a dinâmica fluvial do rio Vermelho, Lacoste (1976c) explica a geomorfologia fluvial do norte do Vietnã: a existência de elevações aluviais faz com que o delta do rio Vermelho corra acima, em 5 à 10 metros, de uma planície extremamente povoada, protegida por diques que impedem a inundação dessa planície.

A partir de um estudo sobre a geomorfologia do rio Vermelho – tendo como fonte fundamental o trabalho de Pierre Gourou<sup>90</sup> - e dos documentos sobre os locais bombardeados

---

ocasião, Albert Demangeon (1872-1940), ao regressar de uma viagem ao Maghreb, comunicou ao jovem normalien a existência de uma bolsa de estudos no Marrocos e convidou Dresch a desenvolver sua pesquisa no país, o qual decidiu estudar, seguindo a orienta o de De Martonne, a geomorfologia estrutural do maciço de Moulay Idriss e as formas de ocupa o tradicional do solo na região (DRESCH, 1986). Em 1930, Dresch tornou-se *agrégé* em História e Geografia e, a partir de 1931, se instalou na África do Norte onde permaneceu por dez anos trabalhando como professor no liceu muçulmano de Rabat, no Marrocos. No período, produziu sua *th se d' tat*, que teve como tema a evolu o do relevo do maciço central do Grande Atlas, e se engajou na militância política magrebina. Os trabalhos de campo para a sua pesquisa e também com os alunos do liceu tiveram forte impacto na forma o de Dresch, e o próprio afirma que foi nesse momento que se deparou com os problemas da coloniza o francesa (DRESCH, 1986). Entre 1931 e 1936, Dresch foi militante do partido socialista marroquino – o único autorizado no protetorado francês - e a partir de 1936 ele   um dos fundadores do Partido Comunista do Marrocos. Dresch redige diversos artigos para o periódico *L'espoir* em 1938 denunciando o colonialismo, tais como *Mis re marocaine* (14 maio de 1938), *Il faut lutter contre la mis re* (17 de setembro de 1938), *Une tribu victime de la colonisation* (11 de junho de 1938), e *La colonisation n'enrichit pas les travailleurs marocains* (23 de junho de 1938). Seu posicionamento político de esquerda e de apoio aos movimentos nacionalistas marroquinos são interpelados em 1940, quando a França ocupada pelos nazistas e administrada pelo general Vichy iniciou uma ampla persegui o aos comunistas – tanto na metrópole quanto nas suas colônias. Na ocasião, Dresch recebeu, no Marrocos, uma convoca o para ou retornar   França ou ser enviado ao campo de concentra o de Boudnib no Marrocos (DRESCH, 1989). No seu retorno   França, em 1941, ele se torna *Docteur às lettres* com a tese intitulada *Recherches sur l'évolution du relief dans le massif central du Grand Atlas, le Haouz et le Sous*, um trabalho de geomorfologia continental, além de uma tese secundária intitulada *Documents sur les genres de vie de montagne dans le massif central du Grand Atlas*. No ano de 1941 também foi encarregado do curso de Geografia da África do Norte, na Sorbonne. Todavia, atravessou um conjunto de persegui es políticas no processo de contrata o, mesmo com o apoio de seu mestre de Martonne, reconhecidamente vichysta (DRESCH, 1989). Durante o período da Segunda Guerra Mundial, ele participou ativamente da Resistência Francesa e permaneceu com sua crítica   coloniza o por intermédio de seus trabalhos geográficos. Publicou artigos na área de Geografia Física e também textos no periódico *La pensée* do Partido Comunista Francês, ao qual se filia após seu retorno   França, tais como *Declin du colonialisme* de 1945 e *Réflexions sur la géographie* de 1948 (CLERC, 2011). Dresch foi professor na Université de Caen (1942-1945), na Faculté des Lettres de Estrasburgo (1946-1948), na  cole Nationale de la France d'outre-mer (1947-1948) e finalmente, professor no Institut de Géographie da Sorbonne entre 1948 e 1977, ocupando as cadeiras de Geografia da Coloniza o e da África do Norte e de Geografia Física. Após 1945 ele   designado pelo Ministério das Col nias do governo provisório do general de Gaulle para investiga es e pesquisas sobre trabalho forçado na África colonial francesa, sobretudo nas regiões da Costa do Marf m, Alto-Volta (atualmente Burkina Faso) e na colônia britânica de Gold Coast (atualmente Gana). Ele produziu descri es da ocupa o do solo, análises sobre o crescimento urbano e o campo africano e sobre investimentos de capital nas regiões. Dresch descreveu essa experiência como mais um momento revelador dos problemas da coloniza o e do desenvolvimento específico dos países africanos (DRESCH, 1986). Na década de 1950 fez visitas e trabalhos de campo pela América Latina, África Central, Oriente Médio e Ir , União Soviética e China, redigindo sobre as práticas nefastas do colonialismo. O artigo de Dresch sobre a guerra da Argélia denominado *Le fait national alg rien* foi decisivo para a evolu o de uma perspectiva mais próxima do nacionalismo argelino por parte do PCF (LACOSTE, 1978). Clerc (2011) afirma que Dresch   o primeiro dentre os geógrafos franceses a tomar uma posi o anticolonialista no seio da intelectualidade. Em 1984, dez anos antes de sua morte, em entrevista ao jornal *L'Humanité*, Dresch afirmou que para ele seria “muito difícil ser um bom geógrafo e ser reacionário” (DRESCH, 1984).

<sup>90</sup> O trabalho de Pierre Gourou ao qual Lacoste (1976c) se refere   a sua tese de doutoramento, intitulada *Les paysans du delta tonkinois*, defendida em 1936 na França.

pelos norte-americanos, Lacoste vai à campo, no ano de 1972, com a seguinte hipótese: a aviação norte-americana não poderia atacar, explicitamente, todos os diques do norte do Vietnã. Seria necessário, portanto, analisar os diques como uma rede, e assim bombardear determinados locais selecionados, onde o conseqüente rompimento significaria a destruição mais grave. A escolha desses locais para o bombardeamento deveria seguir alguns critérios, pois os diques estão conectados em rede hierarquizada, e o delta do rio Vermelho é desigualmente ocupado. Era, portanto, fundamental sobrepor o mapa dos bombardeamentos ao mapa da rede de diques para revelar quais eram esses locais escolhidos. Com este novo mapa seria possível reconstruir o plano estratégico do governo norte-americano.

Em campo, Lacoste (1976c) conclui que o bombardeamento dos diques selecionados se deu através de explosões em distâncias determinadas, que não rompiam os diques imediatamente, mas que os danificavam estruturalmente. A seleção dos pontos que deveriam ser bombardeados seguiu três diferentes níveis de análise geográfica, que se articulam nos dados topográficos, hidrológicos e populacionais: as bombas foram, em grande parte, explodidas nas partes côncavas dos meandros dos rios, ou seja, nos locais onde a água corrente exerce maior pressão. Os bombardeamentos também visaram bloquear as eclusas, o que dificultaria a evacuação das águas de inundação em direção ao mar. Tais bombardeamentos foram amplamente realizados no final da estação seca, de forma que quando comessem as chuvas, os diques se romperiam “naturalmente” com a força das águas, inundando uma planície povoada por milhões de vietnamitas. Conforme explicita Lacoste (1976c, p.94), se tratava de uma tentativa de genocídio: “É necessário proclamar, desde já, que se os diques se romperem neste verão, a responsabilidade deste genocídio deve cair sobre o presidente Nixon, da mesma maneira como se este houvesse determinado um bombardeio atômico.”<sup>91</sup>

Consideramos que este trabalho de Lacoste (1972; 1976c) relaciona diretamente os dados físicos e os dados populacionais do lugar, a partir de uma pesquisa que integra informações de fontes primárias – os dados de bombardeamentos fornecidos pelo governo vietnamita -, fontes secundárias – o estudo de Pierre Gourou sobre as planícies do rio Vermelho – e o trabalho de campo, produzindo como resultado um mapa que comprova a hipótese levantada anteriormente no campo.

Quando retornou à França, após seu trabalho de campo no Vietnã, o resultado da pesquisa de Lacoste foi amplamente divulgado através de um relatório entregue às autoridades

---

<sup>91</sup> Tradução nossa. No original: “Il faut dès à présent proclamer que, si les digues se rompent cet été, la responsabilité de ce génocide doit peser sur le président Nixon, de la même façon que s’il avait ordonné un bombardement atomique” (LACOSTE, 1976c, p.94)

vietnamitas e do artigo publicado no jornal *Le Monde*, aqui mencionado anteriormente. No texto da Hérodote, Lacoste (1976c) define o plano de bombardeamento dos diques como uma “guerra geográfica”, pois não se tratava apenas de destruir ou modificar as relações ecológicas do lugar, mas sim de transformar amplamente a situação na qual viviam milhares de pessoas:

De fato, não se trata apenas de destruir a vegetação para obter resultados políticos e militares, de transformar a disposição física dos solos, de provocar voluntariamente novos processos de erosão, de modificar completamente determinadas redes hidrográficas para modificar a profundidade do aquífero (com o objetivo de secar os poços dos arrozais), de destruir os diques: se trata também de transformar radicalmente a divisão espacial do povoamento praticando, por diversas formas uma política de reagrupamento dos povoados isolados em uma urbanização forçada. Essas ações destrutivas não são apenas a consequência involuntária da enormidade de meios de destruição utilizados atualmente para uma certa quantidade de objetivos para a guerra tecnológica e industrial. Elas são também o resultado de uma estratégia deliberada e minuciosa na qual os diferentes elementos são cientificamente coordenados no tempo e no espaço. (LACOSTE, 1976c, p.114)<sup>92</sup>.

A Guerra do Vietnã, para o autor, marca uma nova etapa na história da guerra e da Geografia: pela primeira vez, comprova-se que métodos de destruição e de modificação do meio geográfico, tanto dos seus aspectos físicos quanto humanos, foram utilizados para destruir as condições geográficas indispensáveis à vida de milhões de pessoas.

A nosso ver, tais reflexões de Lacoste (1972; 1976c; 1979) evidenciam uma preocupação desnaturalizante, ou seja, diferentemente de uma perspectiva que analisa os homens como um dos elementos da paisagem, na interpretação do autor há uma relação entre a sociedade - não mais indivíduos - e o espaço - não mais a natureza – em que a primeira age sobre o segundo, transformando-o para as suas necessidades. Lacoste (1972; 1976c; 1979) utiliza amplamente dados econômicos para demonstrar que o domínio do espaço é uma ação política historicamente empreendida pela sociedade, cujo fundamento seria o processo de colonização, o qual determinou a forma da relação entre os países e cujo principal objetivo era o domínio do espaço. Consideramos que essas reflexões trazem novos conteúdos, temas e

---

<sup>92</sup> Tradução nossa. No original: “En effet, il ne s'agit pas seulement de détruire la végétation pour obtenir des résultats politiques et militaires, de transformer la disposition physique des sols, de provoquer volontairement de nouveaux processus d'érosion, de bouleverser certains réseaux hydrographiques pour modifier la profondeur de la nappe aquifère (pour assécher les puits et les rizières), de détruire les digues : il s'est agi aussi de modifier radicalement la répartition spatiale de peuplement en pratiquant par divers moyens une politique de regroupement dans les « hameaux stratégiques » et d'urbanisation forcée. Ces actions destructives ne sont pas seulement la conséquence involontaire de l'énormité des moyens de destruction mis en oeuvre aujourd'hui sur un certain nombre d'objectifs par la guerre technologique et industrielle. Elles sont aussi le résultat d'une stratégie délibérée et minutieuse dont les différents éléments sont scientifiquement coordonnés dans le temps et dans l'espace.” (LACOSTE, 1976, p.114)

abordagens para a Escola Francesa de Geografia, constituindo-se em uma perspectiva original de análise na disciplina.

Lacoste (2012) atribui ao trabalho de Pierre George e especialmente à Geografia Ativa a sua perspectiva original de análise geográfica. Para ele, caberia aos geógrafos a análise das interações entre o meio natural e as estruturas econômicas e sociais, participando mais ativamente da organização da sociedade. Também os movimentos de maio de 1968 são considerados por Lacoste (2012) como um marco para sua carreira de professor. A reforma universitária foi responsável pela criação de uma universidade experimental, na cidade de Vincennes<sup>93</sup>, na periferia de Paris, na qual Lacoste lecionou de 1968 até a sua aposentadoria.

Em 1976, Lacoste publica a primeira edição de *La géographie ça sert, d'abord, à faire la guerre*, que é, a nosso ver, a obra expoente da perspectiva original do autor frente às questões geográficas. Segundo Lacoste (2012), o livro foi objeto de escândalo e de diversas polêmicas entre os geógrafos. No entanto, foi a partir desta publicação que o geógrafo inaugurou uma reflexão epistemológica da ciência geográfica que se desenvolveu na direção da elaboração de uma concepção de geografia e de geopolítica:

Era necessário, acima de tudo, construir uma nova concepção da geopolítica e a diferenciar da Geografia. Certamente, não era possível opor-se à moda midiática da geopolítica que permanece ainda hoje um fenômeno essencialmente francês, sem grandes relações com uma crescente influência dos geógrafos. A geopolítica, como eu a defini, analisa e explica as rivalidades de poder sobre os territórios geográficos, quer sejam estes grandes ou pequenos, considerando com especial interesse os argumentos que colocam corretamente ou não os protagonistas, cada qual utilizando-se de *representações*, de *direitos históricos* mais ou menos antigos, para justificar as suas ações. (...) Em essência, a Geografia tal qual eu a compreendo é atualmente de grande utilidade para a análise de todos os conflitos geopolíticos, a substância de todas as rivalidades de poder sobre os territórios. (LACOSTE, 2012, p.46)<sup>94</sup>

<sup>93</sup> Nos referimos aqui à Université de Vincennes, atualmente Paris VIII: “Universidade criada depois de maio de 1968, localizada num subúrbio próximo de Paris, lugar onde se concentrou a nata do pensamento contestador e inovador da França naquela época. Podemos citar, entre os principais nomes que frequentavam Vincennes, Michel Foucault, Gilles Deleuze, François Lyotard, Jacques Lacan, François Châtelet e Yves Lacoste.” (ZANOTELLI, 2005, p.69).

<sup>94</sup> Tradução nossa. No original: “Il fallait surtout construire une conception nouvelle de la géopolitique et la distinguer de la géographie. Certes, il n'était pas possible de s'opposer à cette mode médiatique de la géopolitique qui reste encore aujourd'hui un phénomène essentiellement français, sans grands rapports avec une influence croissante des géographes. La géopolitique, telle que je la définis, analyse et explique des rivalités de pouvoirs sur des territoires géographiques, qu'ils soient de grande ou de petite taille, en prenant notamment en compte les arguments qu'avancent à tort ou à raison les protagonistes, chacun d'eux avançant des *représentations*, des *droits historiques* plus ou moins anciens, pour justifier son action. (...) En la matière, la géographie telle que je l'entends est aujourd'hui d'une utilité majeure pour l'analyse de tout conflit géopolitique, en substance de toute rivalité de pouvoirs sur des territoires” (LACOSTE, 2012, p.46).

Essa nova concepção deu frutos na fundação de uma Escola Francesa de Geopolítica, institucionalizada desde 2002 no Institut Français de Géopolitique, parte da Université de Paris VIII e sede da revista Hérodote. Nessa instituição, a perspectiva de análise geopolítica de Lacoste se reproduz até os dias atuais.

Consideramos pertinente destacar, nesse momento, que há uma relação fundamental entre a história pessoal de Yves Lacoste e seu interesse pelas questões do subdesenvolvimento e do terceiro mundo. A nosso ver, a história do autor se reflete nas suas escolhas e interesses de pesquisa, aproximando-o de temas até então ausentes ou pouco abordados pela Escola Francesa de Geografia. É importante notar, no entanto, que os países do terceiro mundo já haviam sido estudados pela Geografia anteriormente – vide a tese de Pierre Gourou sobre o delta do rio Vermelho, no Vietnã, defendida em 1936 -, mas não por uma perspectiva que visa superar a descrição dos lugares e a análise regional. Assim, compreendemos que Lacoste estabelece um outro objeto e um outro objetivo para a ciência geográfica, diferenciando-se dessa forma da Escola Francesa de Geografia. O principal momento de revelação dessa diferença se dá, a nosso ver, na obra *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, quando o autor elabora a sua crítica à Geografia Regional de Paul Vidal de La Blache. Desenvolveremos tal argumento a seguir.

#### **4.2. A região como conceito-obstáculo e a politização do discurso geográfico**

Em *La géographie ça sert, d'abord, à faire la guerre*, texto publicado em 1976, Lacoste empreende uma crítica veemente à Escola Francesa de Geografia a partir de uma discussão sobre o conceito de *região*, a qual o autor havia inaugurado no artigo intitulado *Pourquoi Hérodote? Crise de la géographie et géographie de la crise*, publicado alguns meses antes no primeiro número da revista Hérodote. Tanto o artigo quanto o livro foram objeto de intensas polêmicas nas comunidades geográficas francesa (LACOSTE, 2012; SANGUIN, 1983) e brasileira (MOREIRA, 2008) justamente por questionar a metodologia da análise regional, principal procedimento de pesquisa tanto na França quanto no Brasil (ABREU, 2014).

Nesta obra, o autor atribui a orientação da chamada Geografia Regional à Paul Vidal de La Blache – considerado por Lacoste (1976e, p.50) como o pai desta escola –, o qual teria introduzido a metodologia das descrições regionais aprofundadas. Para Lacoste (1976e), Vidal dá importância às permanências: tudo aquilo que se mantém nas paisagens durante longo período de tempo, o que é herança dos fenômenos naturais ou das evoluções históricas antigas, e ignora todas as transformações econômicas e sociais com menos de um século, as incluindo na categoria de “revolução industrial”. Tal método descritivo é, para o autor, exaustivo e

acrítico: “(...) esse método, que não provocava a crítica, conheceu um sucesso considerável no mundo inteiro e fez o renome da escola geográfica francesa. A geografia regional se impôs como a ‘geografia por excelência’.” (LACOSTE, 1976e, p.52)<sup>95</sup>. A démarche vidaliana seria, na verdade, um subterfúgio particularmente eficaz para impedir a apreensão das características espaciais das realidades econômicas, sociais e políticas dos lugares. Lacoste (1976e) argumenta que, ao apenas demonstrar a existência de regiões como individualidades ou personalidades, Vidal limita o papel do geógrafo ao detalhamento da fisionomia dessas regiões visando mostrar as interações harmoniosas entre as condições naturais e as heranças históricas. Tal procedimento teórico-metodológico tornou-se a forma máxima de pensamento geográfico e se consolidou como o principal procedimento da Escola Francesa de Geografia (LACOSTE, 1976e)<sup>96</sup>.

No entanto, Lacoste (1976e, p.53) compreende que a descrição regional como forma máxima do pensamento geográfico significa, de fato, uma única forma admissível de divisão do espaço, e conseqüentemente uma única escala de análise: “É um dos maiores obstáculos, que impede a colocação dos problemas da espacialidade diferencial, visto que se admite, sem discussão, uma única forma de se dividir o espaço”<sup>97</sup>. Dessa forma, as regiões de Vidal de La Blache aparecem como *dadas*, sendo que, em verdade, são apenas *uma* forma de se ver as coisas.

Em verdade, a descrição que Vidal faz da França, levando a crer que este apreende ‘tudo’ aquilo que é ‘importante’, é resultado de uma *estrita* porém *discreta* escolha de fatos; ele deixa encoberto o essencial dos fenômenos econômicos, sociais e políticos frutos de um passado recente. Por outro lado, e isso é o mais grave, essa descrição impõe uma única maneira de recortar o espaço, a qual não convém absolutamente ao exame das características espaciais de diversos fenômenos urbanos, industriais, políticos, por exemplo, justamente aqueles que Vidal não quis considerar. (LACOSTE, 1976e, p.55)<sup>98</sup>

<sup>95</sup> Tradução nossa. No original: “(...) cette méthode, qui ne provoqua pas de critique, connaît un succès considérable dans le monde entier et fait le renom de l’école géographique française. La géographie régionale est imposée comme la ‘géographie par excellence’.” (LACOSTE, 1976, p.52)

<sup>96</sup> No capítulo 7 desta dissertação analisamos como esse procedimento foi reproduzido na Geografia brasileira a partir do trabalho dos geógrafos pertencentes às missões estrangeiras de fundação da Universidade de São Paulo – Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig.

<sup>97</sup> Tradução nossa. No original: “C’est un des obstacles majeurs qui empêche de poser les problèmes de la spatialité différentielle, puisqu’on admet, sans discussion, une seule façon de découper l’espace.”

<sup>98</sup> Tradução nossa. No original: “En fait, la description que Vidal fait de la France, en laissant croire qu’il appréhende ‘tout’ ce qui est ‘important’, est le résultat d’une *stricte* mais *discrète* sélection des faits; elle laisse dans l’ombre l’essentiel des phénomènes économiques, sociaux et politiques issus d’un passé récent. D’autre part et c’est le plus grave, cette description impose une seule façon de découper l’espace et celle-ci ne convient pas du tout à l’examen des caractéristiques spatiales des nombreux phénomènes urbains, industriels, politiques, par exemple, ceux justement que Vidal n’a pas voulu prendre en considération.” (LACOSTE, 1976, p.55).

As regiões vidalianas são tomadas, portanto, como a única forma de divisão do espaço, real e analiticamente, ou seja, como as únicas configurações espaciais possíveis de serem analisadas pois seriam a síntese de diferentes fatores geográficos. Tal decupagem é a origem da chamada *região geográfica*, considerada como a única representação espacial fruto da síntese harmoniosa entre as heranças históricas e a natureza. Tal proposta se torna, para Lacoste (1976e), um importante conceito-obstáculo no momento em que impede que outras representações espaciais e outras escalas de análise sejam empreendidas no pensamento geográfico.

Para Lacoste (1976e), portanto, o procedimento da descrição exaustiva limitado à uma única escala de análise seria o principal responsável pela aparente inutilidade da Geografia. Tornando-se um estudo das diferentes regiões, a Geografia se constrói ideologicamente como um conhecimento desinteressado e despolitizado, escondendo a racionalidade estratégica do espaço.

Consideramos que é essa crítica de Lacoste (1976e) que estrutura a sua reflexão sobre a Geografia dos professores e a Geografia dos Estados-maiores: uma contradição entre aparência e essência cujo fundamento seria a obra de Vidal de La Blache. Para o autor, existem duas Geografias desde o final do século XIX: a primeira, dos professores, é um discurso ideológico cuja função inconsciente é esconder a importância estratégica do conhecimento do espaço, dissimulando a eficácia e o poder da análise espacial; já a segunda, dos Estados-maiores, é de origem antiga e se caracteriza por um conjunto de representações cartográficas e conhecimentos variados sobre o espaço, sendo um saber estratégico para as minorias que a utilizam como instrumento de poder.

A Geografia dos professores se caracteriza por ser um discurso pedagógico de tipo enciclopédico: “(...) enumeração dos elementos de conhecimento mais ou menos relacionados entre si por diversos tipos de raciocínio que possuem todos um ponto em comum: mascarar a sua utilidade prática na condução da guerra ou na organização do Estado.” (LACOSTE, 1976e, p.20)<sup>99</sup> e por isso é a única disciplina que parece não ter nenhuma utilidade prática fora do ambiente escolar. Tal aparência é justamente uma mistificação fundamental: a Geografia dos professores dissimula que o conhecimento geográfico pode ser um poder, e que certas representações do espaço podem ser meios de ação e instrumentos políticos, impondo a idéia

---

<sup>99</sup> Tradução nossa. No original: “(...) énumération d’éléments de connaissance plus ou moins liés entre eux par divers types de raisonnements qui ont tous un point commun: masquer leur utilité pratique dans la conduite de la guerre ou dans l’organisation de l’Etat.” (LACOSTE, 1976, p.20)

de que a Geografia não é um conhecimento racional e estruturado, que se trata apenas de conteúdo para decorar e nada para compreender<sup>100</sup>.

Trata-se, portanto, de uma função ideológica essencial da Geografia escolar e universitária: mascarar, a partir de procedimentos nada evidentes, a utilização prática da análise do espaço, especialmente a prática do poder. A aparência de inutilidade e neutralidade, assim, é a maior mistificação da disciplina. Entretanto, tal prática do poder é exercida pelos homens de Estado, sobretudo militares, e constitui a Geografia dos Estados-maiores. De acordo com Lacoste (1976e), a Geografia é um verdadeiro instrumento de poder para aqueles que estão no poder e por isso ela serve, antes de mais nada, para fazer a guerra:

Pois a Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra. Para todas as ciências, para todo saber deve ser posta a questão dos seus princípios epistemológicos; o processo científico é relacionado à uma história e deve ser visto em primeiro lugar como parte das relações com as ideologias e em segundo lugar como prática ou como poder. (LACOSTE, 1976e, p.7)<sup>101</sup>

Declarar que a Geografia serve para fazer a guerra significa, a nosso ver, dizer que ela serve, principalmente, para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce a sua autoridade. Problematiza-se, portanto, a *utilidade* do conhecimento produzido por essa disciplina. Consideramos que o autor, nessa reflexão, igualiza a utilidade da disciplina à sua prática, pois compreende que o conhecimento geográfico pode ser utilizado para diversos fins – para a dominação do espaço pelos donos do poder assim como para a luta contra os donos do poder. No entanto, a prática da disciplina, quando relacionada dialeticamente à sua teoria, revela não apenas uma utilidade, mas também o ponto de vista fundamental do qual deve partir a reflexão científica, quando esta se pretende materialista e dialética (OLIVEIRA, 1985). A prática, portanto, não é somente o engajamento político do conhecimento, é também uma etapa da pesquisa, empreendida em relação com o aporte teórico que sustenta a análise em desenvolvimento.

Consideramos que o livro de Lacoste (1976e) em tela pode ser lido como a construção de um debate epistemológico na Geografia que busca evidenciar a existência de uma contradição interna à disciplina – entre a prática do poder e o discurso ideológico que mascara

---

<sup>100</sup> Lacoste (2012) relata que foi ministrando aulas na Argélia que ele percebeu que associar os problemas políticos à Geografia era um meio de fazer com que os alunos se aproximassem mais da disciplina. A sua atividade como docente neste país teria sido um dos responsáveis por demonstrar o caráter enfadonho da Geografia (LACOSTE, 1976), e portanto um momento disparador da sua crítica à geografia dos professores (LACOSTE, 2012).

<sup>101</sup> Tradução nossa. No original: “Car la géographie sert, d’abord, à faire la guerre. Pour toute science, pour toute savoir doit être posée la question des préalables épistémologiques ; le processus scientifique est lié à une histoire et il doit être envisagé d’une part dans ses rapports avec les idéologies, d’autre part comme pratique ou comme pouvoir.” (LACOSTE, 1976, p.7)

esse poder – que se superaria a partir da elaboração de uma outra utilização da própria disciplina. Seguindo a proposta do autor, compreender que as relações espaciais são relações de força e de conflito transforma a finalidade da ciência: o objetivo é se apropriar das ferramentas da Geografia e as utilizar para outros fins, com outras estratégias, para a ensinar diferentemente. Dessa forma, se o conhecimento geográfico é utilizado pelos donos do poder, ele pode ser também repensado para servir contra os mesmos donos do poder. Essa inversão se daria, para Lacoste (1976e), em um movimento de desalienação, ou seja, na relação entre o ato de viver cotidianamente o espaço e o saber-pensar o espaço.

Para o autor, a realização dessa proposta exige o debate epistemológico, a reflexão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. Lacoste (1976e) afirma que há uma ausência quase total de debate teórico na disciplina, sendo que boa parte dos esforços teóricos empreendidos se restringiram à procurar a chamada unidade da Geografia: “(...) unidade afirmada no plano do princípio entre uma geografia ‘física’ e uma geografia ‘humana’ que são, em verdade, cada vez mais separadas na prática universitária.” (LACOSTE, 1976e, p.73)<sup>102</sup>. O autor argumenta que uma das tarefas fundamentais da Geografia é o estudo das interações espaciais entre fenômenos que são analisados separadamente por ciências muito diferentes entre si, o que implicaria no conflito constante entre os estatutos epistemológicos específicos de cada uma delas. Para Lacoste (1976e), o fato de a Geografia não lidar com esse conflito teórico – entre as metodologias das ciências humanas e das ciências naturais – faz da disciplina um conhecimento aparentemente pré-científico, cuja sobrevivência depende do estatuto que ela ocupa nas instituições escolares e universitárias. A Geografia Regional, ao invés de realizar a síntese por si mesma anunciada, apenas justapõe os conhecimentos reunidos através da extração de elementos de diferentes discursos científicos, reafirmando o problema epistemológico da Geografia.

É preciso constatar que na maioria dos casos, na maior parte dos cursos e dos manuais de ‘geografia regional’, essa análise das interações é em verdade uma enumeração em uma determinada ordem (1. Relevo, 2. Clima, 3. Vegetação, 4. Rios, 5. População, etc.) dos diferentes elementos do discurso emprestados de outras disciplinas que são justapostos uns aos outros. (LACOSTE, 1976e, p.82)<sup>103</sup>

<sup>102</sup> Tradução nossa. No original: “(...) unité affirmée au plan du principe entre une géographie ‘physique’ et une géographie ‘humaine’ qui sont, en fait, de plus en plus séparées dans la pratique universitaire.” (LACOSTE, 1976, p.73)

<sup>103</sup> Tradução nossa. No original: “Or il faut bien constater que dans la plupart des cas, dans la majorité des cours et des manuels de ‘géographie régionale’, cette analyse des interactions est en fait une énumération dans un certain ordre (1. relief, 2. climat, 3. végétation, 4. fleuve, 5. population, etc.) des différents éléments de discours empruntés aux autres disciplines qui sont juxtaposés les uns aux autres.” (LACOSTE, 1976, p.82)

A solução desse imbróglio epistemológico não está, para Lacoste (1976e), na construção de uma Geografia marxista. Para o autor, o marxismo engendrou uma transformação epistemológica que resultou na politização evidente das ciências sociais, mais especificamente na História, na Sociologia e na Economia Política – mas não na Geografia.

Lacoste (1976e) destaca que, na obra de Karl Marx, há um silêncio em relação aos problemas espaciais. Existem grandes referências ao tempo e à história, mas poucas ao espaço:

O que impressiona, no seio dos textos mais conhecidos, não é tanto a ausência de interesse pelos problemas geográficos, mas a irrupção em uma problemática globalmente aespacial de raciocínios geográficos, grosseiramente deterministas. (...) O silêncio de Marx sobre a geografia é mais difícil de se explicar pois, à época na qual este escrevia, os problemas espaciais estavam já no primeiro plano das preocupações políticas dos militares prussianos e dos industriais do Ruhr, e a geografia enquanto representação racional do mundo já havia se desenvolvido na Universidade de Berlim, sendo uma das suas jóias, e que o sistema capitalista já se organizava em escala internacional dominando formações sociais extremamente diferentes, de acordo com os lugares. (LACOSTE, 1976e, p.97-98)<sup>104</sup>

A influência do marxismo na Geografia se daria não na elaboração científica em si, mas sim na prática política dos geógrafos de esquerda. De acordo com Lacoste (1976e), não basta utilizar o instrumental conceitual do marxismo para se desenvolver uma Geografia marxista, pois a simples reprodução de um discurso importado de outras disciplinas não constitui uma crítica epistemológica à Geografia vidaliana – de fato, essa operação reafirma a justaposição de conhecimentos díspares que não explicam as situações geográficas. No entanto, a compreensão de que a Geografia aparece como um discurso mistificador, alienante da sua própria função estratégica, redireciona a análise do espaço para as práticas sociais que se realizam espacialmente, e tal démarche poderia se beneficiar da elaboração marxista.

A nosso ver, o debate epistemológico introduzido por Lacoste (1976e) se baseia em uma redefinição do objeto da Geografia, procedimento empreendido a partir da introdução de um conteúdo político no temário da disciplina. O autor define que o objeto da ciência geográfica seria a existência de diversas práticas sociais (políticas, militares, econômicas e ideológicas) em relação ao espaço terrestre (LACOSTE, 1976e, p.96). O objeto, assim, é a *relação*, e não o

---

<sup>104</sup> Tradução nossa. No original: “Ce qui frappe, au sein même des textes les plus achevés, ce n’est pas tant l’absence d’intérêt pour les problèmes géographiques que l’irruption dans une problématique globalement a-spatiale de raisonnements géographiques, grossièrement déterministes. (...) Le silence de Marx quant à la géographie est d’autant plus difficile à expliquer qu’à l’époque où il écrit les problèmes spatiaux sont déjà au premier plan des préoccupations politiques des militaires prussiens et des industriels de la Ruhr, que la géographie en tant que représentation rationnelle du monde a déjà pris son essor à l’Université de Berlin, dont elle est un des plus beaux fleurons, et que le système capitaliste s’organise à l’échelle internationale en dominant des formations sociales extrêmement différentes, selon les pays.” (LACOSTE, 1976, p.97-98).

lugar. A análise das relações supera a escala do lugar, pois exige uma interpretação que não se restringe à uma totalidade fechada, como aquela da região. Dessa forma, a crítica do conceito de região, conforme definido pela Escola Francesa de Geografia, se constitui no caminho de diferenciação deste autor de tal escola.

Essa interpretação foi considerada, por muitos geógrafos franceses, como uma radicalização desnecessária e equivocada na disciplina. Lacoste (2012) relata o episódio em que um professor do Institut de Géographie teria queimado o livro e o jogado na lixeira em sala de aula, para demonstrar não apenas a sua discordância mas também o seu desprezo pelo conteúdo da obra.

Além da primeira edição francesa de 1976, analisamos também duas outras edições desta obra: uma em português, a 10ª edição, de 2005, traduzida pela professora Maria Cecília França a partir da terceira edição francesa, de 1985, revisada em relação à primeira edição<sup>105</sup>; e outra em francês, a mais recente, publicada em 2012 com um novo prefácio e novas observações feitas pelo autor em cada capítulo do texto original<sup>106</sup>.

Percebemos que, nas edições seguintes à de 1976, Lacoste (2005; 2012) gradativamente ameniza as críticas que havia formulado na primeira edição da década de 1970, especialmente aquelas direcionadas à Paul Vidal de La Blache e à sua Geografia Regional. Lacoste (2012) define a sua crítica à Vidal como *um pouco forte*, dizendo primeiramente que o método da descrição regional era, na verdade, uma forma de produzir material de ensino e um conjunto de descrições da França que os professores de Geografia pudessem reproduzir; e também que foi apenas em 1978 que tomou conhecimento do texto *La France de l'Est*, um verdadeiro trabalho de geopolítica de Vidal que havia sido ignorado pela Escola Francesa de Geografia.

Quando escrevi este livro eu imputava essa permanência da exclusão dos fenômenos políticos do campo da geografia à influência considerável exercida por Vidal de La Blache sobre a escola geográfica francesa: após sua morte, o 'modelo vidaliano' foi reproduzido pelo ensino de seus discípulos, que se tornaram os mestres da Geografia universitária francesa até a Segunda Guerra Mundial. De 1976 para cá, fui levado a modificar profundamente esta explicação e eu não posso deixar de republicar este trabalho sem chamar a atenção sobre o último livro de Vidal de La Blache, *A França de Leste*,

<sup>105</sup> Essa tradução, com primeira edição de 1988 e apresentação à obra escrita por Vesentini (2005), não é a primeira versão do texto, em português, a circular entre os geógrafos brasileiros. O professor Ariovaldo U. de Oliveira relatou em entrevista a existência de uma versão pirata, cópia da tradução portuguesa do livro de 1977, que circulou no Brasil por meio da AGB: "Nós da AGB São Paulo fizemos a edição que nós chamávamos de Capitão Gancho, que era uma edição pirata da edição portuguesa do livro do Lacoste".

<sup>106</sup> Nesta edição mais recente, de 2012, os adendos ao texto se referem à primeira edição. Ou seja, é uma edição mais próxima da primeira, de 1976, do que da segunda (1982) e da terceira (1985). Os adendos estão explicitamente separados do texto original, sendo, portanto, uma versão ampliada da primeira edição, e não uma revisão da primeira edição, como no caso das duas seguintes publicadas nos anos 1980.

publicado em 1916 e totalmente desconhecido da quase totalidade dos geógrafos franceses de hoje. (LACOSTE, 2005, p.115)

O autor argumenta que, nesta obra, Vidal de La Blache faz uma análise geopolítica da região da Alsácia e Lorena, indo diretamente de encontro ao seu próprio modelo de Geografia Regional. Declarando que não havia lido este último trabalho do pai da Geografia francesa antes de escrever o seu “pequeno livro azul”<sup>107</sup>, em 1976, Lacoste (2005, p.115) faz a sua *mea culpa* e autocrítica afirmando que esta obra de Vidal analisa as relações entre as diversas partes do espaço e as questões políticas e militares. Lacoste (2005) justifica que esse outro raciocínio geográfico presente neste trabalho de Vidal, tão diferente dos seus textos anteriores, não é uma descrição geográfica de tipo universitário, mas sim a demonstração geopolítica de um raciocínio político: “Não se trata de descrever e de explicar os fenômenos julgados dignos de serem tratados, levando-se em consideração tradições da corporação, (...) mas de demonstrar que a Alsácia e a Lorena, anexadas pelo Império alemão em 1871, devem ser anexadas à França.” (LACOSTE, 2005, p.117). Percebe-se que, para Lacoste (2005), este trabalho de Vidal versa justamente sobre o conflito entre poderes em um determinado território – objeto maior da sua concepção de geopolítica. Dessa forma, *La France de l’Est* é, segundo Lacoste (2012), um livro fundador de uma Geografia próxima da geopolítica, que evidencia uma mudança no posicionamento político do seu autor e que teria definido um caminho muito diferente para a Escola Francesa de Geografia se não tivesse sido ignorado pelos geógrafos.

Já sobre a possibilidade de desenvolvimento de uma Geografia marxista, ou das aproximações da ciência geográfica com o materialismo histórico, Lacoste (2005; 2012) mantém a interpretação de que a teoria marxista é a-espacial, e por isso incompatível com a análise geográfica. Lacoste (2005) explicita, no entanto, que a impossibilidade de uma Geografia marxista não significa que os geógrafos que se posicionam à esquerda não possam ser, ideologicamente, alinhados com o marxismo ou com o pensamento marxista. A reflexão estabelece, portanto, uma diferença clara entre ciência e ideologia: de um lado a análise geográfica, com seu objeto e métodos próprios; e do outro a ideologia marxista, que fundamenta as escolhas políticas dos geógrafos, a sua prática e militância, mas não a sua *démarche* teórica.

Consideramos essa reflexão de Lacoste (1976e; 2005; 2012) conflitante, e mesmo contraditória, com a sua própria denúncia da Geografia dos Estados-maiores e da Geografia dos professores e com a proposta de análise geográfica que o autor empreende a partir das críticas

---

<sup>107</sup> Lacoste (2010) relata que, devido à cor da capa do livro, a obra foi assim apelidada por outros geógrafos, especialmente aqueles que discordavam do seu conteúdo.

à Escola Francesa de Geografia que elencamos até aqui. Compreendemos que a crítica de Lacoste (1976e) se baseia fundamentalmente na ausência de conteúdo político nas análises espaciais, ou na separação entre a política e a Geografia. No nosso entendimento, a obra de Lacoste (1976e; 1979; 1993; 2005; 2012) buscou justamente demonstrar a relação intrínseca entre a Geografia e a política, inclusive refundando na Escola Francesa de Geografia a geopolítica. Nos parece, dessa maneira, contraditório que o autor negue a princípio e mesmo *a priori* o pensamento marxista, considerando-o inclusive incompatível com a ciência geográfica, por este ser na sua compreensão a-espacial.

A nosso ver, essa dicotomia entre ciência e ideologia evidencia que a crítica empreendida por Lacoste (1976e) à Escola Francesa de Geografia não se constitui como uma ruptura, semelhante àquela empreendida pelos geógrafos brasileiros no mesmo período. Se trata, no caso de Lacoste (1976e), de uma renovação dos conteúdos da disciplina a partir da proposta do engajamento político da finalidade do conhecimento geográfico, e não da reformulação das suas bases teórico-metodológicas.

Essa crítica de Lacoste (1976e), mesmo não se constituindo como uma ruptura, inaugurou um debate sobre as finalidades, objetivos e abordagens pertinentes à ciência geográfica. Consideramos que a revista *Hérodote* foi – e ainda é – o principal veículo de debate e de divulgação dessa perspectiva, em torno da qual se consolidou um grupo de geógrafos que empreende diversas pesquisas ainda nessa perspectiva de entendimento da Geografia política. A seguir, analisaremos alguns aspectos que a nosso ver são fundamentais para a compreensão da proposta de Lacoste (1976e) que estão presentes na mencionada publicação.

#### ***4.3. Hérodote, a inauguração de uma guerrilha epistemológica***

Fundada em 1976 por Yves Lacoste, a revista *Hérodote* foi gestada no pós-1968, na Université de Vincennes (ZANOTELLI, 2005), e segundo Ortega (1977) realizava uma análise crítica das implicações políticas e militares e suas relações com o poder, a partir do saber geográfico. A revista é publicada até os dias atuais, e desde sua fundação até meados de 2015 já foram lançados 157 números. Dirigida por Yves Lacoste e Béatrice Giblin, pode-se considerar que *Hérodote* é um sucesso editorial: quatro números anuais, publicados pela editora La Découverte – antiga François Maspero –, com tiragem de 3.500 exemplares – semelhante à revistas como *Géo* e *National Geographic* (LACOSTE, 2010) – distribuídos para livrarias e bibliotecas, tanto na França quanto no exterior, incluindo seus 1.200 assinantes em 2015 (IFG, 2015).

O nome do periódico é uma homenagem ao filósofo grego Heródoto, que segundo Lacoste (1976a; 2010) foi o ponto de partida do raciocínio geográfico. Para o fundador, Heródoto representa a contradição inaugural da Geografia: informar a estratégia e justificar a dominação (no caso, ateniense).

Em 1976, no primeiro número da revista, o editorial anuncia que o objetivo de Hérodote é tratar das relações entre a teoria e a prática, das funções estratégicas e ideológicas do conhecimento geográfico, da necessidade política de se saber-pensar o espaço. O subtítulo, *stratégies – géographies – idéologies*, evidenciava a existência de diversas estratégias e ideologias, assim como diversas formas de ser geógrafo, e portanto diversas Geografias, cada uma de acordo com a sua função estratégica e ideológica (LACOSTE, 2010). Em 1983 a revista muda de subtítulo, tornando-se *Hérodote: revue de géographie et de géopolitique*, adotando o termo geopolítica para evocar a necessidade de se explicar as novas problemáticas que as configurações territoriais do momento exigiam: “A revista, cujas orientações do início são cada vez mais pertinentes, contribuiu para a evolução de idéias, propondo progressivamente novas análises, uma vez que os grandes esquemas ideológicos de antigamente entram gradativamente no passado.” (LACOSTE, 2010, p.137)<sup>108</sup>. A escolha do termo se deu pois este passou a ser enormemente utilizado pela grande mídia, como o jornal *Le Monde*, no início dos anos 1980, para tratar das guerras e conflitos territoriais. Lacoste (2010, p.138) argumenta que foi fundamental se inserir no debate sobre a geopolítica naquele momento de utilização corrente do termo, que se desenrolava sem a devida reflexão científica sobre o seu significado, visando estabelecer um adensamento teórico da semântica jornalística: “Era importante para nós demonstrar que não se poderia abordar seriamente os problemas geopolíticos sem fazer referência à geografia e à história”<sup>109</sup>.

Com o objetivo de esmiuçar os mecanismos ideológicos que dissimulam a relação entre o saber geográfico e o poder, a revista se tornou, segundo Ortega (1977), o meio de debate e manifestação de alguns geógrafos franceses que começaram a se ocupar das relações entre teoria e prática, das funções ideológicas e estratégicas do saber geográfico, da necessidade política de se saber-pensar o espaço, produzindo um conhecimento que pudesse ser utilizado pelos cidadãos. Esse conhecimento, constituído como um saber geográfico, deveria se

---

<sup>108</sup> Tradução nossa. No original: “La revue, dont les orientations de départ sont apparues de plus en plus pertinentes, a contribué à l’évolution des idées, en proposant progressivement des analyses nouvelles, puisque les grands schémas idéologiques d’antan entraient peu à peu dans le passé.” (LACOSTE, 2010, p.137)

<sup>109</sup> Tradução nossa. No original: “Il nous importait au contraire de démontrer qu’on ne pouvait sérieusement aborder les problèmes géopolitiques sans faire référence à la géographie et à l’histoire” (LACOSTE, 2010, p.138)

configurar – explícita e radicalmente – como um instrumento para a compreensão dos problemas e das contradições espaciais, refletindo sobre os diversos tipos de discursos e sobre as diversas formas de representação do espaço.

De acordo com Lacoste (1976d), a revista corresponderia ao projeto de elaborar os problemas da Geografia em função das estratégias, das práticas militares, políticas e econômicas em relação ao espaço e em função das ideologias, das representações do espaço, que se expressariam no plano do conhecimento, da escola, da estética e da mídia. Não se tratava exclusivamente de atacar uma Geografia com o objetivo de construir outra, mas sim de ampliar a capacidade de analisar o espaço, de saber pensar o espaço – que é, essencialmente, um saber estratégico. Deste modo, a Geografia estaria no seio de todos os problemas políticos, e o conhecimento das diferentes formas de representação do espaço como um instrumento de poder fundamentaria a disciplina como esse saber estratégico.

Assim, muitos dos artigos publicados em *Hérodote* versam sobre diversos conflitos políticos em inúmeros lugares do mundo, nas mais diferentes escalas: já discutimos o primeiro deles, escrito por Lacoste (1976c) sobre a Guerra do Vietnã. Outros autores escreveram sobre a Guerra no Chipre; a Revolução Cubana; o golpe de Estado no Chile; a situação e os conflitos agrários no Maranhão, Brasil; a separação da Catalunha, Espanha; além de muitos processos de descolonização na África e na América Latina. Há também diversos textos de epistemologia da ciência geográfica, debatendo a utilização dos conhecimentos do espaço; o ensino de Geografia, escolar e universitário; a importância da leitura da paisagem para o pensamento geográfico; as relações entre Geografia Humana e Geografia Física; a definição da Geografia como uma ciência social; as relações entre a Geografia e a História, o espaço e o tempo; e a pesquisa de campo.

Em torno de Lacoste, primeiro diretor da revista, estava a secretaria de redação formada por jovens alunos ou professores: Michel Abhervé, Olivier Bernard, Jean-Michel Brabant, Béatrice Giblin, Maurice Ronai e Thomas Varlin. E o grupo de discussão era formado por colegas de Lacoste que aceitaram ler e debater os textos que seriam publicados na revista, fazendo comentários sobre suas leituras e/ou publicando reflexões originais: Claude Bataillon, Marcel Bélanger, Jean Cabot, François Châtelet, Pasquale Coppola, Michel Coquery, André Decouflé, Jean Dresch, Christian Descamps, Lucio Gambi, Jean-Claude Giblin, Raymond Guglielmo, Georges Jalabert, Bernard Kayser, Rodolphe de Konninck, Jan Kleinpenning, Camille Lacoste-Dujardin, Dominique Lecourt, Albert-Paul Lentin, Gérard Mairet, Alain Mamou-Mani, Alain Manier, Mohamed Naciri, Christian Palloix, Jean Piel, Alejandro

Piqueras, Jean-Bernard Racine, Alain Reynaud, Michel Rochefort, Milton Santos, Jean Tricart e Jean-Pierre Vigier.

A partir desse grupo de discussão, Hérodote introduziu a polêmica – elemento que Lacoste (1976e) havia considerado inexistente no debate geográfico francês - tanto no conteúdo quanto na forma da revista, inserindo às vezes como observações de lateral de página e às vezes no final dos artigos os comentários que os leitores fizeram sobre cada texto. Tal postura impõe, a nosso ver, uma dinâmica diferente ao que está sendo debatido, pois explicita que os temas não estão fechados e que toda pesquisa é passível de crítica.

O primeiro artigo da Hérodote de janeiro/março de 1976 – o primeiro número da revista – intitula-se *Pourquoi Hérodote?* e é o momento em que Lacoste (1976d) elabora a sua célebre afirmação: a Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra. Esse artigo foi depois ampliado e deu origem ao pequeno livro azul, *La géographie ça sert, d'abord, à faire la guerre*, que já analisamos. É, portanto, a partir do artigo publicado em Hérodote que a polêmica se inicia, e depois dela a resposta do autor ampliando o debate para o livro.

Neste artigo, Lacoste (1976d) afirma que a Geografia é um conhecimento dos militares e dos Estados, destinado sempre aos seus comandantes e apenas após a institucionalização universitária da disciplina, destinada aos professores. Sem perder o seu papel como ferramenta de poder, a Geografia dos Estados-maiores se dissimulou à sombra da Geografia dos professores, escolar e universitária, exclusivamente voltada para a produção de teses e descrição dos lugares.

Para questionar a função ideológica da Geografia, Lacoste (1976d) começa a sua reflexão evidenciando que o conhecimento acumulado sobre os lugares, produto da Geografia universitária, não é sem propósito e serve justamente aos fins da Geografia dos Estados-maiores, portanto tem conseqüências políticas imediatas que não podem passar ao largo do sujeito-pesquisador. Para o autor, “Os geógrafos devem estar conscientes de que ao analisarem os espaços (mesmo que pelas suas características ‘físicas’) estão fornecendo informações que permitem a ação sobre os homens e mulheres que vivem nesses espaços.” (LACOSTE, 1976d, p.38)<sup>110</sup>. Com isso, a Geografia se revela como um discurso com grande função ideológica, mas que se apresenta como o inverso da própria ideologia, pois não se remete aos grandes debates filosóficos e não questiona o papel da descrição minuciosa dos lugares e suas populações. A Geografia se torna uma cortina de fumaça: “A geografia dos professores funciona como uma

---

<sup>110</sup> Tradução nossa. No original: “Les géographes doivent être conscients qu’en analysant des espaces (même sous le seul angle de leurs caractéristiques ‘physiques’) ils fournissent des renseignements qui permettent d’agir sur les hommes et les femmes qui vivent dans ces espaces.” (LACOSTE, 1976, p.38)

cortina de fumaça que permite dissimular aos olhos de todos a eficácia das estratégias políticas e militares, assim como as estratégias econômicas e sociais, que uma outra geografia permite à alguns outros de implementar” (LACOSTE, 1976d, p.16)<sup>111</sup>.

As representações espaciais cumpririam um papel fundamental na afirmação dessa cortina de fumaça, pois seriam construções ideológicas que escondem a importância do pensamento estratégico espacial. A Geografia escolar, portanto, dissimularia a ideia de que o saber geográfico pode ser um poder, que determinadas representações do espaço podem ser meios de ação e instrumentos políticos, impondo como consequência a impressão de que tudo que se refere à Geografia não é um conhecimento científico, muito menos um conhecimento estratégico aplicado pelo poder político. Para Lacoste (1976d), a ausência de polêmica entre os geógrafos seria a evidência da transformação de um saber estratégico em um discurso apolítico e inútil, míope e abstrato, que não identifica os aspectos geográficos dos conflitos políticos.

O autor inclui o pensamento marxista nessa miopia em relação às questões espaciais. Lacoste (1976d) admite que o marxismo provocou uma transformação significativa em diversas disciplinas, como na História e na Economia Política, assim como determinou o desenvolvimento da polêmica epistemológica interna à elas. No entanto, o mesmo não ocorreu na Geografia, pois, conforme já discutimos, o pensamento marxista teria se mostrado indiferente aos problemas espaciais.

No entanto, foram os geógrafos de esquerda que identificaram os limites do discurso geográfico proposto por Vidal de La Blache, sendo os primeiros a recusar a distância entre a Geografia e as outras ciências sociais abordando e estudando os fenômenos urbanos e industriais. Lacoste (1976d) considera que este movimento se deu com a Geografia Ativa, a partir, primordialmente, da obra de Pierre George.

É também nesse texto que Lacoste (1976d) evidencia a sua questão epistemológica fundamental: não se trata de definir o que é a Geografia, mas sim de saber à quem ela pode servir. Para o autor, o geógrafo não pode estar alheio à esta questão, pois ela definiria toda a sua escolha de objeto e metodologia de pesquisa. Lacoste (1976d) considera que esta é, na verdade, uma contradição fundamental da pesquisa em ciências sociais: o problema não diz respeito somente à relação entre o pesquisador e o poder, mas inclui as pessoas que vivem no

---

<sup>111</sup> Tradução nossa. No original: “La géographie des professeurs fonctionne comme un écran de fumée qui permet de dissimuler aux yeux de tous l’efficacité des stratégies politiques et militaires, mais aussi des stratégies économiques et sociales, qu’une autre géographie permet à quelques-uns de mettre en oeuvre” (LACOSTE, 1976, p.16).

lugar ao qual a pesquisa se refere. Isso seria, portanto, um problema tanto político quanto moral, pois todo geógrafo pode ser um agente de informações potencialmente apropriáveis pelo poder.

Dresch (1976), em uma nota de leitura, polemiza com Lacoste (1976d) afirmando que a Geografia não mascara somente as estratégias de poder do Estado, mas sim o poder de classe, que domina o Estado: “[a *Geografia*] mascara particularmente o poder potencial de classe. Ela estabelece, conseqüentemente, um raciocínio elementar, errôneo, que ela impõe como o único raciocínio possível.” (DRESCH, 1976, p.18)<sup>112</sup>. O grupo de geógrafos de Toulouse<sup>113</sup> radicaliza a crítica de Lacoste (1976d), caminhando na trilha da reflexão de Dresch (1976), e afirmando que a institucionalização da Geografia fez dela uma ciência humana, mas raramente social, pois a esvaziou de conteúdos políticos, econômicos e sociais reais. Para o grupo,

O que interessa às ciências sociais são as relações entre os homens, as classes sociais e as relações de exploração. Se o espaço, e quando o espaço, é um meio ou um mediador dessas relações (situação cada vez mais freqüente), quando é a dimensão que as classes dominantes utilizam para a realização do lucro, os Estados nas suas lutas e seus conflitos, então estudemos e integremos o espaço. (GRUPO DE GEÓGRAFOS DE TOULOUSE, 1976, p.66)<sup>114</sup>

Consideramos que a crítica de Lacoste (1976d), nesse primeiro momento, se referia, especialmente, à Geografia como instrumento estratégico do poder político. No entanto, as notas de Dresch (1976) e do grupo de geógrafos de Toulouse (1976) evidenciam que essa crítica, apesar de importante, não atinge o fundamento das relações de classe que dominam a economia e a política, e portanto o poder do Estado. Sem discutir quem está no poder e porquê, essas classes dominantes se reproduzem também a partir do conhecimento geográfico, ideologicamente dissimulado para manter a sua reprodução.

Na visão de Reynaud (1976), o mérito do texto de Lacoste (1976d) é a desmistificação de um tipo de Geografia. O autor inclusive utiliza o termo *Geografia Crítica* para denominar a atitude de Lacoste (1976d): “A *geografia crítica*, que busca compreender e revelar os

---

<sup>112</sup> Tradução nossa. No original: “Elle [a *Geografia*] masque tout particulièrement le pouvoir potentiel de classe. Elle établit, cependant, un raisonnement élémentaire, erroné, qu’elle impose comme le seul raisonnement possible.” (DRESCH, 1976, p.18)

<sup>113</sup> O grupo de geógrafos de Toulouse foi, de acordo com Bataillon (2001), um grupo de pesquisa sobre o mundo rural da Université de Toulouse, coordenado por Bernard Kayser.

<sup>114</sup> Tradução nossa. No original: “Ce qui interesse les sciences sociales, ce sont d’abord les rapports entre les hommes, les classes sociales et les rapports d’exploitation. Si l’espace, et quand l’espace, est un moyen ou un médiateur de ces rapports (situation de plus en plus fréquente), quand il est la dimension qu’utilisent les classes dominantes dans la réalisation du profit, les Etats dans leurs lutttes et leurs conflits, alors étudions et intégrons l’espace.” (GRUPO DE GEÓGRAFOS DE TOULOUSE, 1976, p.66).

mecanismos sócio-políticos (...) tem preocupações sociais, origem da sua tendência à contestação.” (REYNAUD, 1976, p.140)<sup>115</sup>.

Santos (1976) é um dos colaboradores de Hérodote que realizou a leitura do texto de Lacoste (1976d), e sua crítica se refere majoritariamente à reflexão sobre as relações entre a Geografia e o marxismo: “Como negar o caráter espacial de categorias como natureza humanizada, natureza socializada, segunda natureza? Estas não são outra coisa que a noção de espaço social, tal qual o ‘possibilismo’ nunca pode ou quis definir.” (SANTOS, 1976, p.137)<sup>116</sup>. Santos (1976) também considera que os geógrafos discutem a Geografia – supostamente a ciência, mas em verdade uma palavra vazia de conteúdo – e se esquecem de discutir o objeto da ciência, o espaço. Nessa situação, a definição de espaço se perde, e conseqüentemente também a Geografia, que perde o seu objeto e a sua característica de disciplina espacial<sup>117</sup>.

Poncet (1976), também debatendo as relações entre Geografia e marxismo, argumenta que uma Geografia crítica e marxista deve se inserir em um outro nível filosófico do debate epistemológico e ideológico pois, para o autor, a dualidade entre a Geografia dos Estados-maiores e a Geografia dos professores é reducionista. O importante seria revelar não a dualidade mencionada, mas a contradição existente entre uma visão de mundo, uma utilização da ciência em função dos interesses de classe e os resultados caóticos dessa utilização. Para Poncet (1976), a situação não muda apenas apelando para a consciência dos geógrafos, mas sim abolindo o reino dos exploradores.

No entendimento de Guglielmo (1976), a revista Hérodote deve responder à necessidade de uma crítica radical da Geografia e da prática universitária. O autor define o projeto de Hérodote não como mais uma revista de Geografia, e sim como uma revista política que trata dos aspectos espaciais dos problemas políticos. Guglielmo (1976) aborda a questão da relação entre o sujeito e o objeto na pesquisa acadêmica e as suas conseqüências com o poder: “Não se trata de ser um pesquisador especializado que estuda as pessoas que lutam; se trata de estudar

---

<sup>115</sup> Tradução nossa. No original: “*La géographie critique*, qui cherche à comprendre et à démontrer les mécanismes sócio-politiques (...) a des préoccupations sociales, d’où sa tendance à la contestation.” (REYNAUD, 1976, p.140).

<sup>116</sup> Tradução nossa. No original: “Comment refuser le caractère spatial des catégories comme celles de nature humanisée, nature socialisée, nature seconde ? Cela n’est pas autre chose que la notion d’espace social, tel que le « possibilisme » n’a jamais pu ou voulu le définir.” (SANTOS, 1976, p.137)

<sup>117</sup> Consideramos pertinente destacar que essa reflexão de Santos (1976) demonstra que a sua elaboração sobre a crise da Geografia, fruto de uma disciplina que não reflete sobre o seu objeto, já estava em construção. Tal reflexão se repete na sua clássica elaboração sobre a Geografia viúva do espaço, publicada em 1978 em *Por uma Geografia nova*: “É por isso que tantos geógrafos discutem tanto sobre a Geografia – uma palavra cada vez mais vazia de conteúdo – e quase nunca do espaço como sendo o objeto, o conteúdo da disciplina geográfica. Conseqüentemente, a definição deste objeto, o espaço, torna-se difícil e a da Geografia, impossível” (SANTOS, [1978] 2004, p.119).

uma luta em comum com as pessoas que a vivem ao seu lado.” (GUGLIELMO, 1976, p.73)<sup>118</sup>. A relação entre sujeito e objeto deve ser superada a partir da inserção do pesquisador na luta das pessoas e do lugar, para assim não analisar a questão apenas como um objeto visto por um especialista do exterior, mas sim se colocando ao lado e à serviço daqueles que lutam, do seu movimento e de suas pautas. A questão se refere, para Guglielmo (1976), à maneira como os geógrafos lidam com a relação dialética entre a teoria e a prática, indo além do debate sobre apropriação do conhecimento pelo poder.

Outras críticas evidenciam que no debate interno à Hérodote alguns autores viam a proposta de Lacoste (1976d) como demasiadamente radical, ou mesmo desmedida. Beaujeu-Garnier (1976), por exemplo, avalia que se estiver correta a afirmação de que a Geografia serve para fazer a guerra, conseqüentemente todas as ciências estariam condenadas, pois podem servir igualmente para fins estratégicos que estão para além da decisão do pesquisador. Cabot (1976) também considera que o fato de as pesquisas poderem ser apropriadas pelo poder não é suficiente para impedir ou paralisar a própria pesquisa científica. O autor argumenta que a conseqüência do resultado da pesquisa não é responsabilidade do pesquisador, pois o seu trabalho se limita à produzir informações.

Ainda em 1976, mas já no quarto número de Hérodote, Lacoste (1976b) discute a questão da reprodução ideológica das classes sociais no ambiente escolar. O autor argumenta que a burguesia não se mantém no poder apenas dominando o aparelho de Estado, mas sim reproduzindo um conjunto de idéias e sentimentos impostos à outras classes. Uma das bases fundamentais dessa dominação, ou da reprodução dessa hegemonia, seria a ideologia nacional e a independência. O ensino de História e Geografia se constituiria como o principal veículo dessa ideologia: “É na escola, onde se impôs a unidade lingüística (...) que foi inculcada a concepção burguesa de independência e de unidade nacional: negação das solidariedades de classe para além das fronteiras.” (LACOSTE, 1976b, p.26)<sup>119</sup>. Mais uma vez, portanto, se trata de identificar a função política da Geografia, dessa vez no ambiente escolar.

A denominada Geografia dos professores seria fruto de uma despolitização do discurso geográfico, forjado objetivo e científico em razão da propagação, a partir da universidade, das concepções de Vidal de La Blache, as quais influenciam fortemente os professores de História

---

<sup>118</sup> Tradução nossa. No original: “Il ne s’agit pas d’être le chercheur spécialisé qui étudie des gens en lutte; il s’agit d’étudier une lutte en commun, avec des gens qui la vivent à vos côtés.” (GUGLIELMO, 1976, p.73).

<sup>119</sup> Tradução nossa. No original: “C’est à l’école, où est imposée l’unité de langue (...) que fut inculquée la conception bourgeoise de l’indépendance et de l’unité nationales: négation des solidarités de classe au-delà des frontières.” (LACOSTE, 1976, p.26)

e Geografia do ensino secundário (LACOSTE, 1976b). Dresch (1976, p.30) assim comenta a análise de Lacoste (1976b): “Vidal de La Blache é o responsável por uma geografia regional que por mais astuciosa que fosse bloqueou, em um quadro natural ou feudal, os estudos dos verdadeiros fenômenos de regionalização, aqueles relacionados ao desenvolvimento do capitalismo.”<sup>120</sup>

Lacoste (1976b) conclui que se deve buscar uma outra forma de ensinar Geografia, com outros conteúdos e outras representações espaciais, visando destruir a idéia de uma disciplina neutra, apolítica e objetiva, de forma a demonstrar sua importância enquanto saber estratégico e discurso ideológico. Cada cidadão deve ser capaz de pensar o espaço em termos políticos e assim compreender e contestar as representações e ideologias que lhe são impostas.

Um dos movimentos novos e fundamentais que pudemos observar em Hérodote é a inserção do conflito como o principal conteúdo a ser analisado pela Geografia. Contrariamente à observação e valorização das permanências, conforme pregava a Escola Francesa de Geografia a partir do trabalho de Paul Vidal de La Blache, transformar o conflito em conteúdo espacial pode ser considerado como uma ruptura em relação à elaboração vidaliana. Esse elemento é fruto da proximidade de Yves Lacoste com a Geografia Ativa, que já propunha uma perspectiva diferenciada de interpretação da dinâmica espacial, mais baseada no movimento do que na permanência.

Percebemos, a partir da leitura de parte da obra de Lacoste (1976e; 1979; 1993; 2010; 2012) e da revista Hérodote, que o ano de 1976 é um momento de debate intenso, inaugurado por uma proposta de ciência geográfica que é fruto de uma nova realidade social e institucional após os movimentos de 1968. Uma das intenções formais da revista era inserir a polêmica e o debate epistemológico na Escola Francesa de Geografia, e consideramos que isso se cumpriu na segunda metade da década de 1970, não apenas na França mas também no Brasil. Ao longo do seus quarenta anos de existência, consideramos que Hérodote inaugurou e produziu uma nova reflexão em Geografia, voltada para a compreensão dos conflitos políticos e das determinações espaciais desses conflitos. Compreendemos que a revista foi a materialização de um projeto de Yves Lacoste para a ciência geográfica, o qual tinha como principal objetivo explicitar que a Geografia, que o conhecimento do espaço, é um instrumento estratégico do poder. Assim, elaborar uma teoria geográfica da estratégia seria a forma de estabelecer a relação

---

<sup>120</sup> Tradução nossa. No original: “Vidal de La Blache est le responsable d'une géographie régionale qui pour astucieuse qu'elle était a bloqué dans un cadre naturel ou féodal, l'étude des vrais phénomènes de régionalisation, ceux qui sont liés au développement du capitalisme.” (DRESCH, 1976, p.30)

entre o espaço e o poder, observando essa relação a partir dos conflitos em torno da ocupação dos territórios.

No entanto, a nosso ver, essa proposta de Lacoste (1976b; 1976c; 1976d; 1976e; 1979; 1993; 2010; 2012) não supera uma concepção de espaço absoluto, presente na Escola Francesa de Geografia. O autor não compreende que o espaço seja uma construção social, ou mesmo um produto da sociedade, e sim que a sociedade age sobre o espaço, configurando-o conforme o seu interesse. Na obra de Lacoste (1976b; 1976c; 1976d; 1976e; 1979; 1993; 2010; 2012), as categorias fundamentais da Geografia - tais como homem, natureza, sociedade, espaço, relações sociais, paisagem – permanecem, apenas transforma-se o seu conteúdo e a maneira de relacioná-las entre si. Essa transformação é empreendida pelo autor por atribuir um conteúdo político à essas categorias, evidenciando que o espaço é objeto e palco de conflitos territoriais. Nesse processo, Lacoste (1976a; 1976b; 1976c; 1976d; 1976e; 1979; 1993; 2010; 2012) filia-se diretamente à Geografia política, renovando assim essa sub-área da disciplina, e produzindo até mesmo uma equivalência entre a totalidade da ciência geográfica e essa sub-área: se todas as relações espaciais tem um conteúdo político, portanto a Geografia é sempre Geografia política.

Dessa maneira, consideramos que a Geografia política de Lacoste não é dialética pois não empreende uma análise contraditória e dialética da relação entre sociedade e espaço. A nosso ver, essa leitura produziu-se no Brasil, conforme analisamos anteriormente nas dissertações e teses. Assim, concordamos com os autores (MORAES, 2005a, MOREIRA, 2008; VESENTINI, 1985) que argumentam que a obra de Lacoste (1976e) constituiu uma denúncia, um momento disparador de uma discussão epistemológica na disciplina. No entanto, não foi o próprio Yves Lacoste que realizou a ruptura apontada na sua denúncia, e sim os geógrafos brasileiros que superaram esse momento da crítica e consolidaram uma interpretação dialética na ciência geográfica.

Conseqüentemente, compreendemos que justamente por não empreender uma ruptura com a Escola Francesa de Geografia, Lacoste (1976a; 1976b; 1976c; 1976d; 1976e; 1979; 1993; 2010; 2012) está muito mais próximo de uma leitura da Geografia Ativa do que da interpretação dialética dos geógrafos brasileiros. Assim, realizaremos agora uma leitura dessa obra de Pierre George, Yves Lacoste, Raymond Guglielmo e Bernard Kayser tendo em vista tal argumento.

## 5. Pierre George e a prática do geógrafo ativo

Lacoste (2010; 2012) atribui grande importância, para a sua carreira de geógrafo, à sua relação intelectual e pessoal com Pierre George, explicitando que tanto a revista *Hérodote* quanto o livro *La géographie ça sert, d'abord, à faire la guerre* são frutos de uma perspectiva de Geografia Ativa concebida por este professor. Conforme já mencionamos, Lacoste era assistente de Pierre George no Institut de Géographie no momento em que é elaborada e publicada a obra *La Géographie Active*, que analisaremos neste capítulo.

Pierre George<sup>121</sup> começou a lecionar no Institut de Géographie da Sorbonne em 1948, já com uma longa experiência como professor de liceu e como professor universitário. Bataillon (2006) descreve um professor de fala firme e clara, que integra à sua Geografia Humana a Economia, a Sociologia e a Demografia. Pierre George demonstrava, para o autor, uma grande segurança: o mundo era inteligível e ele sabia como interpretá-lo.

A interpretação georgeana é considerada original em diversos aspectos e para diferentes campos de análise, caminhando desde uma modificação epistemológica até mudanças na forma de tratamento de determinadas questões nas subdisciplinas da Geografia. Guglielmo (2008) argumenta que a Geografia Humana desenvolvida por Pierre George tem como princípio o estudo das forças produtivas fundamentado na consideração de que o homem é produtor e consumidor, antes de ser um homem habitante. Nos termos de Guglielmo (2008), essa modificação de perspectiva “introduziu uma verdadeira revolução na Geografia” até então produzida. Manzagol e Hamelin (2008) afirmam que outra transformação realizada por George refere-se à necessidade da Geografia não se reduzir à simples classificação “d’armoirs régionales”, mas sim de produzir uma “geografia humana geral”. Lacoste (2006) afirma que George produz uma ampliação da escala de análise, enfatizando a importância do plano mundial a fim de compreender os “sistemas econômicos e sociais” referentes ao sistema capitalista e ao sistema socialista.

Nas diversas áreas da Geografia, portanto, Pierre George introduz modificações na interpretação de determinados processos. Na análise do processo de industrialização, buscando caracterizar as relações entre espaço e indústria, George ressalta que esta tornou-se a principal

---

<sup>121</sup> Nascido em Paris em 1909, Pierre George se licenciou em História e Geografia na Sorbonne em 1929, tendo concluído sua agrégation em 1930 e defendido a tese de doctorat d’État em 1936, sob orientação de André Cholley, intitulada *La région du Bas-Rhône, étude de géographie régionale*. Foi professor no Institut de Géographie da Paris I entre 1948 e 1977, tendo nesse período lecionado temporariamente em diversas outras universidades ao redor do mundo, principalmente na América Latina: Buenos Aires e La Plata, na Argentina; Valparaíso, no Chile; Caracas, na Venezuela; Cidade do México, no México; e Salvador e São Paulo, no Brasil (JOLY, 2013).

atividade do homem e um elemento essencial na transformação da Geografia Humana. Pierre George insistiu também sobre a importância do desenvolvimento econômico-industrial para definir um espaço geograficamente, seja um Estado ou uma região (GUGLIELMO, 2008). Nos estudos de Geografia Urbana, Boyer (2008) enfatiza que George produz a interpretação de que a cidade é o elemento organizador do espaço regional colocando em relevo o conceito de polarização em detrimento da homogeneização das regiões, de acordo com o método vidaliano clássico da Escola Francesa de Geografia, passando dos estudos de monografias urbanas para uma análise centrada nas redes urbanas. Conforme ressalta Vieillard-Baron (2001), Pierre George foi o primeiro geógrafo a utilizar o conceito de *segregação* em artigo de 1950 intitulado *Études de banlieue*, numa perspectiva de denúncia das questões sociais da periferia parisiense. Kayser (1964) destaca que George realiza uma interpretação da Geografia Rural que evidencia as relações econômicas dos efeitos da dinâmica do mercado na chamada agricultura de subsistência. George problematiza os dilemas econômicos da superprodução de alimentos em um mundo de centenas de milhões de famintos e o papel nefasto da especulação no campo. O papel do geógrafo rural seria o de contribuir como especialista de síntese e de convergências geográficas para que a população rural possa tomar consciência dos problemas agrários e decidir, a partir das contribuições do geógrafo, a melhor forma de resolvê-los. Nas análises sobre a Geografia da população, Pourtier (2008) afirma que Pierre George verifica os limites do conceito de gênero de vida insistindo na indissociabilidade entre a Geografia da população e a Geografia sistemática das forças produtivas. Mesmo em discussões sobre o conceito de técnica e sobre questões ambientais, Dupuy (2008) e Veyret (2008) afirmam a originalidade no tratamento e na abordagem temática.

Pode-se constatar, analisando a bibliografia de Pierre George, uma vastidão temática dentro das subdisciplinas da ciência geográfica e também a construção de um diálogo da Geografia com outras áreas do conhecimento. Constata-se ainda uma ampla interpretação de aspectos geográficos em escala mundial nas suas análises dos sistemas econômicos e sociais e na produção de manuais e dicionário de Geografia. Em tal imensidão bibliográfica, verificamos que Pierre George acentuou as interações das relações sociais e espaciais a partir do que ele considera como uma Geografia “sociológica” [*sociologique*], buscando o estudo diferencial da diversidade dos fatos sociais e das combinações sociais do mundo em obras como *Une géographie sociale du monde*, de 1946; *Panorama du monde actuel*, de 1963; *Sociologie et Géographie*, de 1966; *Sociétés en mutation*, de 1980; e *Géographie des inégalités*, de 1981. O autor se debruçou também em análises específicas sobre o campo em *Géographie agricole du monde*, de 1946 e *La campagne, le fait rural à travers le monde*, de 1956; e sobre a cidade em

*La ville, le fait urbain à travers le monde*, de 1952; sobre a indústria em *Géographie industrielle du monde*, de 1947 e *L'ère des techniques: constructions ou destructions?*, de 1974; sobre a Geografia da população em *Introduction à l'étude géographique de la population du monde*, de 1951; *Études sur les migrations de population*, de 1952; *Population et peuplement*, de 1969; *Les migrations internationales*, de 1976; *Populations actives, introduction à une géographie du travail*, de 1978; e *Géopolitique des minorités*, de 1984; sobre a Geografia econômica em *Les grands marchés du monde*, de 1952 e *Géographie de la consommation*, de 1963. Pierre George também produz diversos manuais das subdisciplinas tais como *Précis de géographie économique*, de 1956; *Précis de géographie urbaine*, de 1961; *Précis de géographie rurale*, de 1963 e *Géographie de la population*, de 1965; além de um dicionário de Geografia *Dictionnaire de la géographie*, de 1970 (atualizado em 2006 por Fernand Verger).

Para citar alguns trabalhos de epistemologia da Geografia, sobretudo aqueles que se referem à Geografia Ativa, destacam-se *La géographie active*, de 1964, *L'action humaine: étude géographique*, de 1968; *L'illusion quantitative en géographie*, de 1972; *À propos de la «géographie active»*. *Réflexion sur la responsabilité des géographes*, de 1982.

Pierre George realizou também diversas análises regionais, particularmente sobre a França em *La région du Bas-Rhône, étude de géographie régionale*, de 1935; *Géographie économique et sociale de la France*, de 1938, *Les Pays de la Saône et du Rhône*, de 1941 e *À la découverte du pays de France: La Nature et les Travaux des Hommes*, de 1946. O Leste europeu e a Europa Central também são tema de sua reflexão em *Le problème allemand en Tchécoslovaquie (1919-1946)*, de 1947; *L'économie de l'Europe centrale slave et danubienne*, de 1949 e *L'Europe centrale*, de 1954. Pierre George também disserta sobre o Canadá em *La géographie du Canada*, de 1986; especialmente sobre a região de Quebec em *Le Québec*, de 1979. A União Soviética é particularmente objeto de reflexões de Pierre George em *L'Économie de l'U.R.S.S. – “Que sais-je ?”*, de 1945; *L' U.R.S.S.*, de 1947; e *Géographie de l'U.R.S.S. - “Que sais-je ?”*, de 1963.

Além dessa extensa gama de publicações, Pierre George também acumulou diversos cargos universitários e acadêmicos ao longo de sua carreira: foi diretor do Institut de Géographie da Sorbonne e da Biblioteca Geográfica Internacional<sup>122</sup>; foi presidente da seção de Geografia do Comitê de Trabalhos Científicos e Históricos; foi diretor do comitê editorial

<sup>122</sup> Nessa instituição, Pierre George era incumbido, desde 1938, de realizar a análise das publicações em língua eslava. Por esse motivo, o geógrafo inicia seus estudos de russo, conhecimento que o auxiliará nas diversas pesquisas que empreendeu sobre a União Soviética e os países do leste europeu (LACOSTE, 2006; MANZAGOL; HAMELIN, 2008; PEDROSA, 2013). Lacoste (2006) enfatiza que Pierre George era o responsável pelos artigos referentes à União Soviética no periódico da UGI denominado *Bibliographie géographique internationale*.

dos *Annales de Géographie* e também membro da diretoria da *Presses Universitaires de France* (LACOSTE, 2006; DI MÉO, 2008; JOLY, 2013; PEDROSA, 2013).

Segundo Escolar e Moraes (1989), durante as décadas de 1940 e 1950 houve um processo de aproximação de alguns geógrafos franceses ao marxismo, dentre eles Jean Tricart<sup>123</sup>, Jean Dresch e Pierre George. Essa aproximação se deu por uma via essencialmente prática, ou seja, na busca de uma inserção das formações acadêmicas e do conhecimento geográfico na atividade partidária. Pierre George foi membro do Comitê de intelectuais antifascistas e do Partido Comunista Francês (PCF), ao qual se filiou em 1936 (PAILHÉ, 1981), que possuía, na sua estrutura organizacional, diversas células de especialização profissional –

---

<sup>123</sup> Com 685 publicações traduzidas para mais de quinze línguas, Jean Tricart recebeu um reconhecimento unânime pelas suas contribuições originais na área da Geomorfologia, conforme destacam as homenagens rendidas à ele na ocasião de seu falecimento em 2003, pelas revistas *Géomorphologie: relief, processus, environnement* (MAINGUET, 2003), Revista Brasileira de Geomorfologia (CARDOSO, 2003) e *Cuaternario y Geomorfología* (PÉREZ ALBERTI, 2003). Todavia, impressiona a notória ausência e ocultamento de sua militância marxista em tais homenagens, de seus aportes na produção de uma “geomorfologia marxista” e a importância do materialismo dialético para a fundamentação de uma Geografia Física em articulação direta com a sociedade, além do apagamento do comprometimento social com a ciência e com a prática que o geógrafo realizou durante sua trajetória. Ressaltamos que a Geografia Física de Jean Tricart inovou com conceitos como geomorfologia dinâmica, morfologia climática, teoria da ecodinâmica e teoria da ecogeografia, que constituem produtos diretos de sua trajetória como intelectual marxista, conforme enfatiza Pailhé (2003). Em uma perspectiva epistemológica, portanto, Tricart deve ser considerado justamente como o introdutor da dialética nas reflexões da Geografia Física (MOREIRA, 2003). Nascido em 1920 em Montmorency, realizou sua graduação na Sorbonne e tornou-se agrégé de História e Geografia em 1943, sendo André Cholley o orientador de sua tese d’État intitulada *La partie orientale du Bassin de Paris, étude morphologique*, defendida em 1947. Em 1945, Tricart tornou-se professor assistente da prestigiosa cátedra de Cartografia do Institut de Géographie da Sorbonne depois de ter ficado alguns meses na clandestinidade devido à ocupação nazista na França e a perseguição aos militantes comunistas. Membro do Partido Comunista Francês, de acordo com Bataillon (2006) era considerado pelo conjunto de seus colegas de época como um geógrafo dinâmico, atento, inteligente e exigente, se destacando, apesar de sua juventude, visto que se torna professor da Sorbonne com apenas 25 anos de idade. Tricart era apelidado de *terrorista* por aqueles que consideravam a firmeza de suas convicções marxistas como proselitismo (BATAILLON, 2006). Tricart publicou textos também na área dos estudos urbanos e publicou contribuições importantes para o período no periódico do PCF, *La pensée*. No artigo *La géomorphologie et la pensée marxiste* (1953), baseado na *Dialética da Natureza* de Engels, o autor argumenta sobre o caráter nefasto da geomorfologia especulativa e sobre a prática dos geomorfólogos burgueses, que consideram a descrição (abstrata) do modelado do relevo como suficiente. Tricart considerava que a geomorfologia era praticada por estes cientistas seguindo o paradigma das ciências ditas puras, efetuando o descolamento da sociedade que ocupa e produz o relevo. Além disso, Tricart (1953) preocupa-se em se contrapor à essa geomorfologia burguesa, em evidenciar a possibilidade da práxis do geomorfólogo marxista que mobiliza o conhecimento científico em relação à prática e que estuda os aspectos da formação do relevo articulados às interações sociais que propiciam constantes transformações na paisagem. O conhecimento geomorfológico, nesse sentido, voltaria-se para a proteção contra avalanches, a prevenção nos escorregamentos do solo e para a compreensão dos processos erosivos que afetam sobretudo os camponeses e a população urbana mais pauperizada (TRICART, 1953). Uma tarefa essencial da geomorfologia marxista seria, dessa forma, desmistificar e evidenciar os fetiches do discurso ideológico da geomorfologia especulativa, uma das múltiplas frações da ciência burguesa. Destaca-se também que, a partir de 1948, Tricart desenvolve sua carreira na Universidade de Estrasburgo, onde aprofunda os seus estudos sobre as relações entre os aspectos físicos do espaço e a produção social do homem, desenvolvendo as relações entre a Geomorfologia, a Hidrologia e a Pedologia e a Geografia Humana, preocupando-se em estabelecer como centro de suas análises a interação e a dinâmica entre natureza e sociedade. Os geógrafos brasileiros Milton Santos e Aziz Nacib Ab’Saber consideravam-se discípulos e prolongadores de partes de suas idéias.

uma delas, de Geografia. A atividade atribuída aos geógrafos dessa célula se resumia à um trabalho de assessoria empírica para a direção do partido, fundamentalmente o fortalecimento da informação referente às distintas regiões francesas. A aproximação dos geógrafos ao marxismo, portanto, foi fruto de uma demanda prática, e não do esclarecimento teórico desses geógrafos (ESCOLAR; MORAES, 1989; PAILHÉ, 1981).

Assim, apesar da sua filiação ao PCF e da sua prática político-partidária, a Geografia de Pierre George não era, efetivamente, uma Geografia marxista. De acordo com Escolar e Moraes (1989), Pierre George se filia à Escola Francesa de Geografia e produz uma radicalização dos pressupostos da reflexão possibilista ao empreender uma Geografia essencialmente empirista que raramente explicita os seus pressupostos epistemológicos e metodológicos. Para os autores, Pierre George mantém a análise dos quadros regionais fechados, procedimento clássico da Escola Francesa de Geografia, porém incorporando à estes quadros um aprofundamento da discussão econômica. “A geografia humana de Pierre George é, em seu núcleo teórico, essencialmente uma geografia econômica.” (ESCOLAR; MORAES, 1989, p.179)<sup>124</sup>. O econômico em Pierre George seria, para Escolar e Moraes (1989) e Oliveira (1977), um campo explicativo autônomo que possui primazia sobre a estruturação dos demais campos da vida social – o político, o sociológico e o cultural. Essa característica seria fruto da sua influência marxista que, inserida na sua postura acrítica em relação à Geografia francesa, produz uma Geografia de postura militante em um contexto de uma ciência apolítica (ESCOLAR; MORAES, 1989).

Para Pailhé (1981), Pierre George sintetiza um distanciamento característico dos geógrafos franceses marxistas: o distanciamento entre a prática geográfica e a postura política. Haveria, na obra de Pierre George, uma tentativa de conciliação entre o possibilismo e o marxismo nas diversas menções à ação humana sobre as condições naturais – o meio físico seria concebido, assim, como potencial para as forças produtivas. Dessa forma, as relações sociais se tornariam elemento determinante da estruturação do meio físico.

Bataillon (2006) considera que a obra *La Géographie Active* (GEORGE; LACOSTE; GUGLIELMO; KAYSER, 1964) evidencia uma abordagem positivista do marxismo, que compreende que o planejamento territorial – especialmente regional – deva ser racionalizado, cabendo à uma Geografia Humana ativa o papel de racionalizar a intervenção. Partimos agora

---

<sup>124</sup> Tradução nossa. No original: “La geografia humana de Pierre George es, en su núcleo teórico, esencialmente una geografia económica” (ESCOLAR; MORAES, 1989, p.179)

para uma análise da mencionada obra, com o objetivo de compreender justamente o papel da ação do geógrafo no planejamento.

### 5.1. *A Geografia Ativa, um legado crítico?*

Publicada em 1964, a obra *La Géographie Active*, coordenada por Pierre George, foi um trabalho conjunto do geógrafo com os colegas e alunos Yves Lacoste, Raymond Guglielmo<sup>125</sup> e Bernard Kayser<sup>126</sup>. Segundo Bataillon (2006), não se trata de uma obra coletiva, fundamentada em discussões empreendidas com igualdade entre os autores. O trabalho teria sido inteiramente concebido por Pierre George, o qual teria distribuído tarefas e temas entre os outros três geógrafos, e em seguida organizado a exposição dos textos. Entretanto, Bataillon (2006) considera que há uma coerência entre todos os momentos da obra e seus autores frente às suas concepções de mundo e de sociedade, conferindo à *La Géographie Active* um aspecto inovador para a ciência geográfica na época.

A obra se divide em quatro partes, sendo a primeira escrita por George, a segunda por Lacoste, a terceira por George e Guglielmo e a quarta e última por George e Kayser. O objetivo do texto era se opor à uma Geografia aplicada, conduzida em função de objetivos econômicos, sociais e urbanísticos que buscam soluções técnicas a partir de dados geográficos, propondo não a inércia da ciência, ou sua paralisia política, mas sim o comprometimento social e científico do geógrafo frente aos problemas do presente (LACOSTE, 1976d). Segundo Lacoste (2010, p.76-77), é nessa obra que Pierre George sistematiza, pela primeira vez, o objeto e os métodos da Geografia, destacando a importância do estudo das *situações*:

Foi implicitamente contra essa moda da ‘geografia aplicada’ que Pierre George escreveu sua ‘geografia ativa’, apresentando em cerca de quarenta páginas o que não havia sido feito até então: o objeto e os métodos da geografia, considerada como um saber global que combina tudo o que na história, nas ciências naturais e nas ciências humanas forma a superfície terrestre. Ele destacava que o verdadeiro objeto da geografia é o estudo das situações – do ponto de vista ‘físico e humano’ –, dentro de uma démarche prospectiva.<sup>127</sup>

<sup>125</sup> Raymond Guglielmo (1923-2011) era licenciado em Geografia e agregé em Geografia desde 1952. Não defendeu uma tese de doutorado. Foi professor do ensino secundário e professor-assistente na Universidade de Vincennes, Paris VIII. Foi militante do Partido Comunista Francês entre 1940 e 1968 (JOLY, 2013).

<sup>126</sup> Bernard Kayser (1926-2001) licenciou-se em Geografia em 1948, obteve a agrégation em 1949 e defendeu seu doctorat d’État, sob orientação de Pierre George, em 1958, com uma tese intitulada *Campagnes et Villes de la Côte d’Azur*. Foi professor do ensino secundário e da Universidade de Toulouse (JOLY, 2013).

<sup>127</sup> Tradução nossa. No original: “C’est implicitement contre cette vogue de la ‘géographie appliquée’ que Pierre George écrivit sa ‘géographie active’, en présentant en une quarantaine de pages ce qui n’avait encore jamais été fait jusqu’alors, l’objet et les méthodes de la géographie, considérée comme un savoir global combinant tout ce qui dans l’histoire, les sciences naturelles et les sciences humaines forme les étendues terrestres. Il soulignait que

Na primeira parte do livro, de caráter mais explicitamente metodológico, George (1964) desenvolve que o progresso da Geografia acompanhou o processo de descoberta da Terra. Uma etapa de relatos de viagem e expedições marítimas foi responsável pela elaboração dos primeiros mapas e pela descrição detalhada do planeta. A partir dessas descrições teria surgido a pesquisa em Geografia, a qual, nesse momento, analisava situações de causalidade formulando leis geográficas. Para George (1964), a elaboração de leis geográficas sobre as relações complexas entre os dados físicos e as formas de organização da vida humana dá origem ao determinismo.

Durante meio século a Escola Francesa de Geografia teria buscado o seu lugar, segundo o autor, entre o determinismo geográfico e a teoria do acaso histórico. O trabalho de Paul Vidal de La Blache representaria a consolidação da segunda perspectiva, através da interpretação das relações entre a natureza e a história para se compreender as combinações econômicas e sociais do presente. Isso se empreendeu, diferentemente do determinismo, sem a elaboração de leis geográficas. Para George (1964), a intenção da obra de Vidal é explicativa, pois propõe hipóteses interpretativas utilizando-se de argumentos históricos em relação aos dados observados empiricamente.

George (1964) percebe portanto essa perspectiva da Escola Francesa de Geografia como estritamente explicativa, diferente tanto de um determinismo geográfico quanto de uma Geografia utilitária, aplicada, que serve à diversas finalidades determinadas por argumentos pseudo-científicos. A Geografia aplicada teria desaparecido com a originalidade e a singularidade, ou mesmo a essência, da Geografia. O geógrafo deixa de responder à sua própria definição - ser o homem da síntese - e passa a realizar apenas um trabalho técnico, apropriado por agentes de execução. O autor, assim, explicita a existência de uma dualidade entre uma Geografia sem compromisso utilitário, desinteressada e explicativa; e uma Geografia prática que se coloca à serviço de aparelhos militares e econômicos de dominação dos territórios.

George (1964, p.10-11) destaca o caráter de ciência humana da Geografia, frente à sua vertente aplicada:

O espaço terrestre é objeto de estudo geográfico na medida em que é, sob qualquer forma, um meio de vida ou uma fonte de vida, ou uma passagem indispensável para se atingir um meio de vida ou uma fonte de vida. Dessa definição decorrem as características específicas da pesquisa geográfica. Ela deixa para as ciências da natureza o estudo físico da matéria, a sistemática e a biologia dos organismos vivos na medida em que estes estudos se fixam no conhecimento estrito da matéria, das plantas e dos animais. Ela se reserva, ao

---

le véritable objet de la géographie est l'étude de situations – envisagée du point de vue 'physique' et 'humaine' -, et ce dans une démarche prospective.” (LACOSTE, 2010, p.76-77)

contrário, a descoberta e a interpretação de todas as *relações* que contribuem para a constituição de um complexo ou de um equilíbrio entre a dinâmica e a inércia de um meio, a dinâmica e a inércia das coletividades humanas residentes nesse meio onde se aplicam as suas iniciativas. (...) A geografia aparece assim como uma ciência do espaço em função daquilo que oferece ou traz para os homens, e como uma ciência da conjuntura e do culminar das sucessões de conjunturas.<sup>128</sup>

A Geografia fica portanto definida como uma ciência do espaço. No entanto, seus métodos são diferentes daqueles das ciências naturais do espaço. A Geografia recorre aos métodos dessas ciências adaptando-os às suas necessidades específicas, ou seja, visando reconhecer os fenômenos sempre em relação uns aos outros, e não apenas em si mesmos. Sendo mais sintética do que as outras ciências do espaço, a Geografia é o resultado e o prolongamento da História: a história das técnicas fornece a chave de entendimento das modificações das relações entre as coletividades humanas e o meio. Essa história revela o desenvolvimento desigual das técnicas ao redor do mundo e, no caso dos países subdesenvolvidos, permite compreender como aquele lugar passou de uma situação de atraso para outra de subdesenvolvimento. O geógrafo, assim, se torna um historiador do presente, utilizando os recursos e materiais semelhantes ao historiador, mas analisando a situação atual (GEORGE, 1964).

O objeto da aplicação dos métodos geográficos é o conhecimento das *situações*, conceito definido por George (1964, p.17-18) como:

Uma situação é o resultado, em um determinado momento – que é por definição o momento presente em geografia – de um conjunto de ações que se opõem, que se moderam, ou que se reforçam e subsistem aos efeitos de aceleração, de freagem ou de inibição de parte dos elementos duráveis do meio e das seqüelas das situações anteriores. Essa situação é fundamentalmente caracterizada pela totalidade de dados e fatores específicos de uma porção do espaço que é (...) um espaço planejado, uma herança, quer dizer, um espaço natural humanizado.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> Tradução nossa. No original: “L’espace terrestre est objet de l’étude géographique dans la mesure où il est, sous une forme quelconque, un milieu de vie ou une source de vie, ou un indispensable passage pour accéder à un milieu de vie ou à une source de vie. De cette définition découlent les caractères spécifiques de la recherche géographique. Elle laisse aux sciences de la nature l’étude physique de la matière, la systématique et la biologie des organismes vivants dans la mesure où ces études se fixent pour fin la connaissance stricte de la matière, des plantes et des animaux. Elle se réserve au contraire le déchiffrement et l’interprétation de tous les *rappports* contribuant à la constitution d’un complexe ou d’un équilibre entre la dynamique et l’inertie d’un milieu, la dynamique ou l’inertie des collectivités humaines résidant dans ce milieu ou y appliquant leurs initiatives. (...) La géographie apparaît ainsi comme une science de l’espace en fonction de ce qu’il offre ou apporte aux hommes, et comme une science de la conjoncture et de l’aboutissement des successions de conjonctures.” (GEORGE, 1964, p.10-11),

<sup>129</sup> Tradução nossa. No original: “Une situation est la résultante, à un moment choisi – qui est par définition le moment présent en géographie – d’un ensemble d’actions qui se contrarient, se tempèrent ou se renforcent et subissent les effets d’accélération, de freins ou d’inhibition de la part des éléments durables du milieu et des

Esse espaço humanizado se definiria como espaço geográfico quando modelado em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais e dos sistemas de relação, se tornando ele mesmo uma *situação*. O estudo de uma situação pode proceder de uma concepção comparativa ou de uma concepção ativa: no primeiro caso, se trata da pesquisa da explicação, ou por um processo de análise de todos os fatores da situação ou por um processo de descrição e medida dos mecanismos de cada um dos fatores. O resultado é uma qualificação da situação através do método comparativo, constituindo uma análise das relações e uma descrição dos dados da produção, do consumo e suas relações, cujo conhecimento pode contribuir para uma administração racional do espaço ou para a delimitação de regiões. Já o segundo caso seria a orientação de pesquisa que conduz para uma Geografia ativa, resultado das circunstâncias, da extrema mobilidade das situações atuais. Nas palavras de George (1964, p. 25), “O objeto da geografia ativa é perceber as tendências e as perspectivas de evolução em curto prazo, medir em intensidade e em projeção espacial as relações entre as tendências de desenvolvimento e seus antagonistas, definir e avaliar a eficácia dos freios e dos obstáculos”<sup>130</sup>.

Assim, seria através da perspectiva da Geografia ativa e da atitude sintética que os geógrafos superariam os métodos analíticos estritamente especializados, referentes às disciplinas específicas. Para George (1964), o geógrafo é aquele que possui os ensinamentos e conhecimentos necessários para a concepção global dos conjuntos e das relações, sendo portanto o agente da coordenação entre os conhecimentos especializados, o intermediário natural entre as técnicas e a política. Nesse trajeto da síntese o autor define a problemática da Geografia:

O problema específico da geografia é estudar, no interior de um espaço definido, todas as relações de causalidade entre os fenômenos de consumo no sentido mais amplo do termo (...) e os fenômenos de produção, de determinação dos grupos homogêneos de evolução sincrônica e correlativa, os isolando dos simples traços de coincidências circunstanciais, e fazer aparecer as contradições e as sobrevivências inibidoras. (GEORGE, 1964, p.27-28)<sup>131</sup>.

---

séquelles des situations antérieures. Cette situation est fondamentalement caractérisée par la totalité des donnés et facteurs spécifiques d’une portion d’espace qui est (...) un espace aménagé, un héritage, c’est-à-dire un espace naturel humanisé.” (GEORGE, 1964, p.17-18)

<sup>130</sup> Tradução nossa. No original: “L’objet de la géographie active est de percevoir les tendances et les perspectives d’évolution à court terme, de mesurer en intensité et en projection spatiale les rapports entre les tendances de développement et leurs antagonistes, de définir et d’évaluer l’efficacité des freins et des obstacles.” (GEORGE, 1964, p. 25)

<sup>131</sup> Tradução nossa. No original: “Le problème spécifique de la géographie est d’étudier, à l’intérieur d’un espace défini, tous les rapports de causalité entre les phénomènes de consommation au sens le plus large du terme (...) et les phénomènes de production, de déterminer les groupes homogènes d’évolution synchrone et corrélative, de les

O estudo das relações orgânicas entre os diversos elementos da produção e do consumo e a sua projeção sobre o espaço permitiria definir os mecanismos e os procedimentos da regulação destes elementos. Caberia à Geografia, dessa maneira, estabelecer a relação entre produção e consumo para explicar o crescimento das necessidades dos grupos humanos e as formas de satisfação dessas necessidades em diferentes lugares do mundo. Esse tipo de análise diferencial é, para George (1964), essencialmente geográfica pois analisa diversos dados em muitas escalas diferentes, e verifica a relação entre as modificações quantitativas e qualitativas de um mesmo elemento ou dado da realidade.

Para o autor, um dos primeiros objetivos da Geografia regional seria definir e delimitar as regiões, partindo do princípio de que toda ação humana ocorre em um quadro material bem definido e delimitado. Todo recorte regional corresponderia à um equilíbrio de forças, presente ou passado, que se exprimiria através de uma hierarquia de regiões. Visto que nenhuma região é um meio fechado, o geógrafo poderia mesmo definir as necessidades, as possibilidades e as opções da vida de relações: a região, antes delimitada, fica guiada pela consideração da conjuntura de relações. Nesse processo, a Geografia regional se torna ativa:

Partindo da noção dinâmica de situação, que consiste em definir uma região como um conjunto de ações de intensidades variáveis suscetíveis de contribuir com diversas formas de equilíbrio, fica fácil definir a função, aqui absolutamente decisiva e insubstituível, do geógrafo. Este é o cientista melhor colocado para diagnosticar, em cada momento de uma evolução complexa, o papel de cada fator, a finalidade e a intensidade de cada ação, e para indicar os remédios, ou seja, os meios de intervenção para desbloquear um freio, deslocar ou abater um obstáculo, liberar um processo evolutivo, bloquear um processo destrutivo. Fica evidente que, se ele [*o geógrafo*] tem a responsabilidade do diagnóstico, se ele compartilha a posologia com os representantes das ciências econômicas e sociais, não lhe pertence a tomada de decisão e a aplicação das soluções, e isso quanto mais recorrentemente uma situação atual apresente diversas virtualidades de evolução de acordo com as diferentes influências em seus mecanismos. Uma escolha se impõe frente a cada situação. Essa escolha comporta certas vantagens, o sacrifício de certos privilégios. Ela é portanto política. Aqui se encontra a linha de demarcação entre a geografia ativa e perspectiva e a ação administrativa. Mas um não seria válido sem o outro. (GEORGE, 1964, p.33-34)<sup>132</sup>

---

isoler des simples faisceaux de coïncidences circonstanciées, et de faire apparaître les contradictions et les survivances inhibitrices.” (GEORGE, 1964, p.27-28).

<sup>132</sup> Tradução nossa. No original: “En partant de la notion dynamique de situation, qui consiste à définir une région comme un ensemble d’actions d’intensité variables susceptibles de contribuer à plusieurs formes d’équilibre, il est facile de définir la fonction, ici absolument décisive et irremplaçable, du géographe. C’est l’homme de science le mieux placé pour diagnostiquer, en chaque moment d’une évolution complexe, le rôle de chaque facteur, la finalité et l’intensité de chaque action, et pour indiquer les remèdes, c’est-à-dire les moyens d’intervenir pour débloquent un frein, déplacer ou abattre un obstacle, libérer un processus évolutif, bloquer un processus destructif. Il reste évident que, s’il a la responsabilité du diagnostic, s’il partage celle de la posologie avec les représentants des sciences économiques et sociales, il ne lui appartient pas de prendre les décisions et d’appliquer les remèdes, et

Para George (1964), a responsabilidade social e científica do geógrafo no século XX provêm da urgência e da importância das necessidades que resultam da revolução demográfica. A pressão brutal do crescimento demográfico em todo o mundo evidencia as fissuras das construções teóricas elaboradas no decorrer do século XIX e exige a elaboração de novos planos, de novas teorias – entre elas, a Geografia ativa. É nesse contexto que se desenvolvem as três partes seguintes do livro, sobre os países subdesenvolvidos (LACOSTE, 1964), os países industrializados (GEORGE; GUGLIELMO, 1964), e a região como objeto de estudo e de intervenção (GEORGE; KAYSER, 1964).

Lacoste (1964) inicia sua reflexão explicitando que os países subdesenvolvidos seriam a evidência de que os elementos da análise geográfica variam de acordo com cada situação, com cada lugar do ecúmeno. Se antes a explicação geográfica se baseava nos gêneros de vida, conjuntos de adaptações coerentes e estáveis aos meios naturais, a civilização moderna acelerou um processo de desvanecimento dessa estabilidade, transformando todas as relações.

(...) a partir do impulso dado por Vidal de La Blache, a geografia francesa se prendeu à análise das combinações relativamente harmoniosas e equilibradas que foram progressivamente realizadas na Europa ocidental, entre as estruturas econômicas e sociais e o meio geográfico organizado pelos homens. (...) O subdesenvolvimento é uma combinação catastrófica, um conjunto de distorções e de círculos viciosos, um imbricamento de desequilíbrios, uma gama de diversas características submetidas à uma evolução acelerada. (LACOSTE, 1964, p.47-48)<sup>133</sup>

Para compreender o subdesenvolvimento, Lacoste (1964) propõe que a Geografia considere e analise as diferenças sociais e econômicas entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, buscando as explicações relacionais das situações específicas de cada país subdesenvolvido. Segundo o autor, a Geografia foi durante toda a primeira metade do século XX uma ciência da observação e da explicação das combinações entre as condições naturais, a herança da história e a ação dos homens. A Geografia ativa, no entanto, poderia superar esse estado contemplativo da ciência e contribuir na organização de combinações geográficas novas

---

ceci d'autant plus que, le plus souvent, une situation actuelle presente plusieurs virtualités d'évolution selon que l'on influe différemment sur ses mécanismes. Un choix s'impose en face de chaque situation. Ce choix comporte l'octroi de certains avantages, le sacrifice de certains privilèges. Il est donc politique. Là se situe la ligne de démarcation entre la géographie active et perspective et l'action administrative. Mais l'une serait sans fondement valable sans l'autre" (GEORGE, 1964, p.33-34).

<sup>133</sup> Tradução nossa. No original: "(...) à partir de l'impulsion donnée par Vidal de La Blache, la Géographie française s'est attachée à l'analyse des combinaisons relativement harmonieuses et équilibrées qui ont été progressivement réalisées en Europe occidentale, entre les structures économiques et sociales et le milieu géographique aménagé par les hommes. (...) Le sous-développement est, hélas, une combinaison catastrophique, un faisceau de distorsions et de cercles vicieux, une imbrication de déséquilibres, une gamme de caractères hétéroclites, soumis à une évolution accélérée." (LACOSTE, 1964, p.47-48)

que levem ao desenvolvimento do terceiro mundo, ou à transformação das situações de subdesenvolvimento. A nosso ver, essa reflexão de Lacoste (1964) é complementar àquela publicada pela primeira vez em 1959, em *Les pays sous-developpés*: permanece o entendimento de que o subdesenvolvimento deve ser compreendido em relação com o desenvolvimento, sendo seu par complementar. Entretanto percebemos que há uma diferença fundamental entre os dois textos, qual seja, a incorporação de uma perspectiva de ação do geógrafo frente à situação de subdesenvolvimento. A Geografia ativa, assim, para Lacoste (1964) significa também a possibilidade de uma intervenção por meio do planejamento, visando transformar as condições do subdesenvolvimento.

George e Guglielmo (1964), na terceira parte do livro, abordam diretamente a possibilidade do planejamento a partir da questão da concentração industrial, discutindo os problemas da distribuição desigual dos diferentes setores da indústria nos países desenvolvidos e constatando que os desequilíbrios regionais e a concentração industrial transformam e degradam as condições de habitat e de vida da população do local. A associação, característica do século XX, entre concentração industrial e aglomeração urbana seria, para os autores, uma das questões que se colocam para o planejamento regional.

George e Guglielmo (1964) identificam um problema de concentração industrial na França, constatação que constitui o ponto de partida da sua reflexão sobre a necessidade de um planejamento regional. Toda localização industrial seria, para os autores, fruto da combinação de dois fatores, essencialmente: disponibilidade de energia e matéria prima e dinamismo demográfico. Qualquer intervenção que vise racionalizar a distribuição geográfica das indústrias deveria consistir em modificar a forma como esses fatores se combinam, favorecendo alguns aspectos frente a outros e promovendo um equilíbrio no desenvolvimento regional.

George e Guglielmo (1964), portanto, atribuem um papel primordial à Geografia, pois consideram que cabe à esta disciplina a elaboração de um projeto político que vise a distribuição racional da atividade industrial. Através do estudo comparativo de diversos casos concretos, chega-se à evolução histórica do processo de concentração industrial, movimento que permitiria analisar tendências e assim organizar um desenvolvimento regional mais harmonioso.

Já na quarta e última parte do livro, George e Kayser (1964) empreendem uma análise da divisão regional da França para demonstrar a necessidade de se redefinir o conceito de região. Os autores assim definem a região pelo seu caráter concreto e pela sua relatividade histórica: a coesão espacial de uma região seria dada pelas relações entre os habitantes daquela região, que criam uma organização econômica e social específica. Toda região se organizaria em torno de um centro e se relacionaria em um conjunto nacional, ou seja, com outras regiões.

Caberia ao geógrafo, assim, analisar e planejar o desenvolvimento regional tendo em vista a vida de relações de cada conjunto homogêneo. Para os autores,

‘Porção do espaço terrestre’, qualquer que seja a forma considerada e a utilidade atribuída, a região é em todos os casos um fenômeno geográfico. O geógrafo a pode definir, explicar, é tentado a delimitar. Nessas démarches, ele é *ativo*, tecnicamente indispensável, socialmente útil; ele assume com máxima plenitude e fidelidade a vocação fundamental da ciência. (GEORGE; KAYSER, 1964, p.303)<sup>134</sup>

Percebemos que essa concepção de região se reflete no trabalho de Petrone (1972), especialmente no seu projeto de pesquisa empreendido no Instituto de Geografia da USP sobre a organização regional do estado de São Paulo, que já analisamos anteriormente. Petrone (1972) se preocupa em identificar a organização do espaço do estado de São Paulo a partir do seu quadro regional, e propõe que isso se realize pelo estudo da dinâmica regional do estado. Assim como George e Kayser (1964), Petrone (1972) compreende que toda região deve ser entendida através do seu centro, que é sempre um núcleo urbano, e das suas relações com as outras regiões. A dinâmica populacional e as atividades econômicas definem a homogeneidade característica de uma região, que, no entanto, é sempre analisada pela sua vida de relações com as outras regiões. Entretanto, diferentemente dos geógrafos franceses, Petrone (1972) não propõe a intervenção do geógrafo no planejamento do desenvolvimento regional. Com isso, a nosso ver, o geógrafo brasileiro revela que incorpora a metodologia de investigação da Geografia ativa sem incorporar a sua prática, ou seja, a própria *ação*.

Consideramos pertinente analisar com mais cuidado a relevância do trabalho de Pierre George na Geografia da Universidade de São Paulo, especialmente nas dissertações e teses defendidas entre 1964 e 1985, período ao qual se refere esta pesquisa.

## **5.2. Pierre George e a Universidade de São Paulo**

A obra de Pierre George é referência recorrente nas dissertações e teses defendidas no Departamento de Geografia da USP entre 1964 e 1985. Dos 218 trabalhos defendidos no período, 96 citam no mínimo uma obra do geógrafo francês. A variedade das obras citadas é coerente com a sua extensão: *Précis de géographie économique; Précis de géographie rurale; La campagne; Précis de géographie urbaine, L’action humaine; Les méthodes de la*

---

<sup>134</sup> Tradução nossa. No original: “‘Portion d’espace terrestre’, quelle que soit la façon dont on la considère et l’utilité qu’on lui assigne, la région est en tout cas un phénomène géographique. Le géographe peut le définir, l’expliquer, est tenté de le delimitar. Dans ces démarches, il est *actif*, techniquement indispensable, socialement utile ; il assume avec le maximum de plenitude et de fidélité la vocation fondamentale de la science.” (GEORGE; KAYSER, 1964, p.303)

*géographie; Aire métropolitaine, conurbation ou région industrielle? Le cas de São Paulo; La géographie active* (todos estes em francês e em português); *Géographie et Histoire; La ville, le fait urbain a travers le monde* e *Dictionnaire de Géographie* (apenas em francês); e *Conferências no Brasil* e *Geografia e Sociologia* (apenas em português). A obra de Pierre George está presente durante todo o período analisado, com ao menos um trabalho por ano – com exceção de 1965 e 1966 – citando o autor. Consideramos pertinente destacar que, dos 40 trabalhos orientados por Pasquale Petrone, 28 citam o geógrafo francês e o tomam como referência, além da sua própria tese de livre-docência.

Pierre George também esteve na USP ministrando aulas no Instituto de Geografia, em abril e maio de 1968<sup>135</sup>. Nesse curso, o geógrafo orientou uma pesquisa sobre a área metropolitana da cidade de São Paulo, a partir da qual produziu o texto *Aire métropolitaine, conurbation ou région industrielle? Le cas de São Paulo*, que foi apresentado em seminário do CNRS (*Centre Nationale de la Recherche Scientifique*) em 1969, na França. O trabalho de Pierre George se constitui, portanto, como uma referência metodológica na produção do Departamento de Geografia da USP.

Para Carlos (1993), Moraes (2005a) e Santos (1980), a Geografia de Pierre George é responsável por atribuir um caráter eminentemente social à disciplina. De acordo com Carlos (1993), Pierre George foi o primeiro a constatar a extrema mobilidade das situações atuais, conduzindo a um estudo ativo capaz de guiar as ações do planejamento. Já Moraes (2005a) considera que a proposta da Geografia ativa “(...) era a de executar um tipo de análise que colocasse a descoberto as contradições do modo de produção capitalista, nos vários quadros regionais. Ensejava assim uma Geografia de denúncia de realidades espaciais injustas e contraditórias” (MORAES, 2005a, p.124).

Explicando as regiões não apenas pela sua forma e funcionalidade, mas também através das contradições sociais nelas presentes, George (1964) teria desenvolvido a idéia do espaço como base da vida social, organizado de acordo com as atividades econômicas. Ao introduzir pioneiramente alguns conceitos marxistas na discussão geográfica, o autor teria empreendido uma conciliação entre a análise regional e o instrumental conceitual do materialismo histórico,

---

<sup>135</sup> É pertinente destacar que Pierre George estava em São Paulo na ocasião das revoltas estudantis de maio de 1968 na França. De acordo com Lacoste (2012), Pierre George considerou como extremamente violentas e desnecessárias as atitudes do movimento estudantil na época, opondo-se a este. Segundo Pedrosa (2013), quando retornou à França no segundo semestre de 1968, Pierre George teria negado a possibilidade de dialogar e negociar com os estudantes do Institut de Géographie aspectos da reforma universitária em andamento, preferindo isolar-se em sua casa de campo, o que o teria afastado, definitivamente, de diversos dos seus alunos – entre eles Yves Lacoste – e dos movimentos sociais de esquerda.

discutindo as relações de produção, de trabalho e as forças produtivas em suas manifestações regionais. Com tal procedimento, Moraes (2005a, p.124) defende que Pierre George e seus estudos “(...) tiveram um papel significativo, pois abriram novos horizontes para os geógrafos, ao apontarem uma perspectiva de engajamento social, de atuação crítica”.

Justamente sobre a relação de Pierre George com o marxismo, Santos (1980) argumenta que mesmo fiel à tradição da Geografia Humana francesa, o geógrafo conseguiu estabelecer pioneiramente a importância das estruturas sócio-econômicas na explicação geográfica. Algumas de suas obras, especialmente sobre Geografia da população e Geografia urbana, possuem uma abordagem social que abarca a dinâmica dos sistemas sócio-econômicos com as estruturas da produção. Na mesma direção, Pailhé (1981) considera que Pierre George inseriu na Escola Francesa de Geografia, a partir das suas posições marxistas, as bases para o desenvolvimento de determinadas sub-áreas da disciplina, tais como Geografia da população, Geografia social e Geografia urbana.

É nos estudos urbanos de Pierre George que Damiani (2012) percebe uma perspectiva crítica claramente desenhada, visto que este autor defende a introdução de elementos de sociologia urbana na perspectiva geográfica ao compreender que as relações sociais são determinantes da estrutura dos meios urbanos. Analisando a obra *Geografia Urbana* do geógrafo francês, Damiani (2008) identifica neste autor a superação da tradição de se pensar o meio geográfico e suas diferenciações pela luz da Escola Francesa de Geografia, especialmente através do conceito de gênero de vida. O uso da noção de divisão social do trabalho, centrando o debate sobre o desenvolvimento das atividades produtivas e sua organização espacial, significou o reconhecimento das abstrações concretas características do mundo moderno. O trajeto teórico desse reconhecimento seria a superação, também, de uma concepção absoluta de espaço:

Neste livro, Pierre GEORGE, mesmo de modo não pensado plena e conceitualmente, exercita a metamorfose do espaço absoluto em espaço relativo. Ele se divide nesses dois pertencimentos da Geografia: a Geografia tradicional, antropológica, e a Geografia contemporânea, que deve conter uma concepção social da historicidade e da espacialidade modernas. (DAMIANI, 2008, p.168)

Um dos momentos de tal superação seria a consideração da complexidade das formas econômicas de meados do século XX, quando George identifica a realização do homem não como habitante das cidades, mas como produtor e consumidor. Ao analisar a cidade como um organismo urbano, o autor incorpora a perspectiva da cidade como obra humana, transformando fundamentalmente os termos da relação entre o homem e a natureza. Nesse trajeto, George

realiza um importante movimento de interpretação da relação entre os processos econômicos e suas conseqüências geográficas:

Aqui um movimento importante no texto é aquele de introduzir os modernos processos econômicos e as configurações geográficas resultantes e pressupostos dos mesmos processos (...). Assim, as repartições geográficas chegam à regionalização dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como momentos necessários do moderno processo de desenvolvimento econômico. (DAMIANI, 2008, p.165)

Ainda sobre a relação entre os processos econômicos e suas conseqüências geográficas, George formula uma tese sobre o desenvolvimento das cidades que Damiani (2008) define como *crítica*: o crescimento das cidades, cujo motor é a industrialização, conduz à impossibilidade de habitar a própria cidade enquanto um projeto coletivo, visto que esta está sob o privilégio da economia. Assim, preservando uma perspectiva de organicidade da cidade ao utilizar instrumentos conceituais ambíguos, George anuncia os limites do urbano na sociedade capitalista moderna, anunciando simultaneamente os limites das concepções geográficas sobre a relação entre o homem e a natureza. Portanto, para Damiani (2008, p.182), “[*Pierre George*] enaltece os condicionantes naturais, como significativos à Geografia Humana; se desfaz deles, através do que seria o meio geográfico produzido, como identidade do progresso dos conhecimentos e das práticas humanas e sociais, civilizatórias”.

A Geografia de Pierre George e de seus contemporâneos franceses foi, portanto, uma nova influência desta escola nacional no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, sendo a concepção de organização do espaço basilar para a formação dos geógrafos brasileiros naquele momento. Damiani (2008; 2012) considera que a busca de Pierre George por uma concepção de totalidade dos processos geográficos demonstra uma busca pelo movimento dos processos sociais, redefinindo portanto a Geografia como uma ciência das transformações, do movimento, e não das permanências, como aquela de Vidal de La Blache.

Assim, consideramos que a obra deste autor evidencia um primeiro movimento fundamental interno à Escola Francesa de Geografia: na primeira metade do século XX, e graças à obra e ao legado de Paul Vidal de La Blache, a Geografia se desenvolveu descrevendo e explicando os dados estáveis da paisagem, as permanências. No nosso entendimento, a proposta da Geografia ativa identifica que a realidade está em movimento, e que portanto apenas uma ciência em movimento seria capaz de explicá-la.

No entanto, a análise da produção dos geógrafos franceses que foram ao Brasil lecionar na Universidade de São Paulo na década de 1930 – Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig – revela que a Geografia já havia se deparado com a necessidade de explicação do movimento da

realidade. Consideramos que o trabalho de Monbeig (1935; 1952) demonstra já nas décadas de 1930 e 1940 a impossibilidade de se aplicar no Brasil, tal qual na França, o método de análise regional da Escola Francesa de Geografia. Desenvolveremos esse argumento nos capítulos que seguem.

**PARTE III**

**PIERRE MONBEIG E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: SOBRE A  
GEOGRAFIA FRANCESA E O SEU DESEMBARQUE NO BRASIL**

O nosso objetivo nesse momento da dissertação é compreender como os fundamentos da Escola Francesa de Geografia chegaram à Universidade de São Paulo e como, nesta instituição, foram interpretados e desenvolvidos.

Para tanto, iniciamos a reflexão destacando que as relações científicas entre a França e o Brasil, na área da Geografia, remetem ao século XIX, e depois de empreendermos um entendimento panorâmico sobre essas relações nos dedicamos à compreender como esta, já construída, se consolidou através da fundação da Universidade de São Paulo em 1934. A vinda dos professores estrangeiros para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de tal universidade, organizados em uma missão de ensino e pesquisa, é também objeto de nossa investigação. Em seguida, debatemos brevemente a trajetória pessoal de Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig – os mestres franceses que vieram à USP para a construção da cátedra de Geografia - para nos determos mais adiante no legado que estes levaram ao Brasil sob o título de Escola Francesa de Geografia. Destacamos a importância da Associação dos Geógrafos Brasileiros, fundada também em 1934, que se constituiu como um lugar do debate acadêmico através das suas Assembléias e publicações.

## 6. A Universidade de São Paulo e a missão estrangeira: aspectos da circulação de saberes entre a França e o Brasil

O estabelecimento do contexto da circulação de saberes entre Brasil e França a partir do século XIX, a escolha dos intelectuais para a missão universitária francesa em São Paulo e as tarefas dos “missionários” no Brasil na década de 1930 são os objetos da análise que desenvolvemos a seguir.

Um vasto conjunto de autores se debruçou sobre as relações e transferências culturais e intelectuais franco-brasileiras (GUILLEMIN, 1979; MARTINIÈRE, 1982; PERRONE-MOISÉS, 2013) no âmbito das missões universitárias francesas (ARANTES, 1989; 1994; PEIXOTO, 1991; PETITJEAN, 1996; FERREIRA, 2005; LEFÈVRE, 1990; 1993) e nas relações estabelecidas entre a Geografia e os geógrafos de ambos os países (FERRETTI, 2014; FERREIRA, 2000; BORZACCHIELLO DA SILVA, 2010; THÉRY 2008; DROULERS, 2008; ANGOTTI-SALGUEIRO, 2006; NOGUEIRA, 2013, VALVERDE, 1989). Destacamos inicialmente que, para um entendimento mais profícuo dos fundamentos políticos, sociais e culturais da vinda de professores franceses para a fundação de novas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil, devemos inserir estes casos num quadro amplo de circulação de saberes entre Brasil e França. Tal circulação está imersa em alguns aspectos centrais: i) a busca por ampliação de espaço de dominação cultural e imposição ideológica francesa; ii) a procura de referências em outras nações européias para a consolidação do Estado-nação brasileiro e os seus fundamentos científicos para a produção de uma história nacional e ocupação e exploração do território; e iii) a ampliação de relações de poder e hegemonia por parte das elites dirigentes brasileiras no processo de aproximação com a cultura, ciência, ensino, língua e “civilização” francesas (fundamentalmente no Rio de Janeiro no decorrer do século XIX e paulatinamente em São Paulo, sobretudo a partir do início do século XX). Tais processos remontam ao início do século XIX, com mais ou menos força a depender do aspecto ressaltado<sup>136</sup>.

### 6.1. O processo de conquista ideológica francesa no ultramar: desbravamento e imposição

A presença intelectual francesa no Brasil, como referência central para a importação de

---

<sup>136</sup> Não negligenciamos, entretanto, que o Brasil é alvo de interesses colonialistas pela França desde o século XVI. Para um aprofundamento dessas discussões ver Andrade (2007), Daher (2007) e Pallazzo (2002). O trabalho de Meyer (1980) sobre as constantes redescobertas do Brasil é também uma fonte imprescindível.

ideologia, se consolida no decorrer do século XIX<sup>137</sup> (MARTINIÈRE, 1982; PEIXOTO, 1991; BAREL, 2002; FERREIRA, 2000). Podemos verificar esse processo, em uma primeira aproximação, por intermédio da realização de um conjunto de missões artísticas, científicas e culturais representados, por exemplo, pela missão francesa de 1816 que se estabeleceu no Brasil regido por D. João VI que contava com pintores, como Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, além de exploradores, naturalistas e artistas<sup>138</sup> (SCHWARCZ, 2009). Essas missões tinham o objetivo de projetar a imagem da colônia alçada à condição de capital do Império português, a partir de 1808, e, após a independência, ampliar as referências sobre o Brasil na Europa através das tintas francesas. Santos (2003) enfatiza também a ampla circulação de cientistas, intelectuais e viajantes para o Brasil durante os anos 1800, tais como Auguste de Saint-Hilaire, Charles Ribeyrolles, Charles Expilly, dentre muitos outros, que produziram descrições e relatos de viagens que foram lidos e apreciados na França. Bastos (2008) e Guillemín (1979) ressaltam também as ações francesas na área do ensino através de ordens religiosas e da criação de escolas privadas laicas. Guillemín (1979) constata, por exemplo, que entre 1850 e 1900 é criado, principalmente no Rio de Janeiro, um conjunto de escolas francesas cuja característica é a presença de um diretor francês, com a eventual existência também de professores franceses. Boa parte das aulas eram ministradas na língua francesa e com materiais escolares produzidos na França ou traduzidos integralmente. Bastos (2008) resalta, ao analisar o ensino e os materiais escolares franceses adotados no Brasil durante o século XIX, que a utilização desse material visava a expansão do domínio da língua francesa pelas elites. A fluência na língua era uma credencial de status cultural significativo para a oligarquia brasileira. Assim, formar as futuras gerações de herdeiros do patrimônio da elite rentista brasileira, a partir do que era considerado como vanguarda “civilizatória” da educação, era um signo importante

---

<sup>137</sup> Não só no Brasil, mas em outros pontos da América Latina, como atestam os textos reunidos na obra de Laissus (1995). O próprio conceito de América Latina é uma invenção francesa, forjada no império de Napoleão III pouco antes da expedição militar e científica da França no México na década de 1860, conforme demonstra Martinière (1982). Essa “ideologia latina”, como percebe Diniz (2007), tem como objetivo ampliar o domínio francês nas Américas e se desenvolveu como tentativa de conter o expansionismo estadunidense sobre o continente americano no século XIX.

<sup>138</sup> No que tange às relações artísticas franco-brasileiras, Simioni (2005) apresenta uma mirada interessante sobre o processo de fluxo contrário, ou seja, a presença de artistas brasileiros na França durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, a fim de compreender os fundamentos dessa relação e a consolidação da influência francesa nas formas de fazer e estudar arte dos brasileiros. Simioni (2005) constata que até 1855 Roma era vista como o berço do classicismo, constituindo-se como o principal destino dos estudantes estrangeiros, dentre eles alguns brasileiros. “Mas, aos poucos, a capital italiana cedeu espaço para Paris, alçada à condição de metrópole cultural do século XIX. A cidade-luz concentrava o mais notável conjunto de instituições artísticas de outrora, como o enciclopédico Museu do Louvre, a escola de formação de artistas acadêmicos mais reputada mundialmente – École des Beaux-Arts (EBA) – e o espaço por excelência de consagração dos artistas: o afamado Salon anual. Paralelamente a essas imponentes instituições, publicamente governadas, havia toda uma rede de ateliês de artistas e escolas particulares que orbitavam o sistema oficial” (SIMIONI, 2005, p. 343).

para a reprodução do capital das elites<sup>139</sup>. Pode-se inserir ainda nesse levantamento sobre a presença intelectual francesa no Brasil a criação da Aliança Francesa no Rio de Janeiro em 1886, instituição para o ensino de língua e civilização francesas, apenas dois anos depois de sua inauguração em Paris (FERREIRA, 2005).

Mas a consolidação do modelo francês de civilização, intelectualidade e cultura se espalha para além do domínio da língua. É fundamental ressaltar que para as elites intelectualizadas da recente nação brasileira no século XIX, a França, e especialmente Paris, representava um símbolo fecundo de modernidade. A França representava a antítese do atraso da sociedade e do território brasileiro, funcionando assim como um semióforo<sup>140</sup>, nos termos colocados por Chaui (2000). Destacamos apenas que, no plano científico, o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX podem ser descritos como momento de intenso contato com a França: as idéias representadas pelo evolucionismo, darwinismo e materialismo tornam-se referências fundamentais para os cientistas brasileiros (PEIXOTO, 1991).

Não cabe aos limites desse trabalho retomar com toda profundidade a consolidação da dominação ideológica francesa, sobretudo na colonização do imaginário das elites brasileiras a partir do século XIX, mas de certo constatamos que os objetivos de construção do Estado-nação, e do próprio sentido de produção da nação brasileira por uma elite que buscava a importação ideológica como possível porta de entrada na modernidade européia, se coaduna com os objetivos franceses de expansão econômica nas Américas e de imposição ideológica de seu modelo de civilização.

Essas relações e transferências político-culturais franco-brasileiras (de certo, bastante assimétricas), podem ser observadas também no âmbito da Geografia produzida no século XIX e no início do século XX a se destacar, brevemente, quatro momentos que nos parecem reveladores: o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Imperial Colégio de Pedro II e a circulação de intelectuais interessados nos saberes geográficos, professores de Geografia e geógrafos entre França e Brasil. Vejamos agora tais relações.

Criado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) revela um momento fundamental das relações entre França e Brasil, especialmente no estabelecimento de

---

<sup>139</sup> Peixoto (1991, p.27-28) argumenta que “(...) os grandes nomes do café, por exemplo, Martinho Prado, Elias Chaves bem como o Barão de Piracicaba, ao lado de outras figuras de sua geração, formam-se em Paris, ou pelo menos, estabelecem fortes elos com a cidade. Tal trânsito se mantém e até se intensifica no século XX”.

<sup>140</sup> Schwarcz (2009) capta com acuidade essa análise nas declaração de D. Pedro II, o imperador “intelectual”, sobre suas percepções acerca da França e do Brasil: para este, a primeira é “a pátria da minha inteligência”, a segunda é “a pátria do meu coração e do meu nascimento”.

uma referência aos estudos que se definem como de cunho geográfico pelo menos até o último quartel do século XIX. A Geografia produzida pelo IHGB se realiza a partir de um modelo estabelecido desde o século XVIII de que a Geografia era necessária, fundamentalmente, para o entendimento da História, subordinando-se a esta como “disciplina auxiliar” (PEREIRA, 2004). Entretanto, nos termos estabelecidos por Guimarães (1988, p.14) História e Geografia são articuladamente indispensáveis para o projeto de nação que o IHGB objetivava realizar:

A história é (...) o meio indispensável para forjar a nacionalidade. Já pela adjetivação presente em seu nome Histórico e Geográfico, fica claro o projeto da instituição de trabalhar com o instrumental da história e da geografia. Na verdade, cada uma dessas matérias forneceria os dados imprescindíveis para a definição do quadro nacional em vias de esboço; história e geografia enquanto dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado.

Segundo Guimarães (1988), a Geografia do IHGB era essencial para a produção, consolidação e veiculação de uma “história nacional”. A realização das atividades de cunho geográfico eram, fundamentalmente, a análise e produção da cartografia do território brasileiro, estudos sobre as questões de fronteira, detalhados estudos corográficos, produção de roteiros de viagem e estabelecimento de explorações. Mas para além de figurar como uma das instituições que contribuíram decididamente para a produção da história da nação brasileira (GUIMARÃES, 1988; MORAES, 1991; PEREIRA, 2004), o IHGB é uma das instituições do século XIX que realiza no Brasil a Geografia que se produz na França.

Guimarães (1988), Schwarcz (1989), Carraro (2003) e Mary (2005) observam que o IHGB é criado aos moldes do *Institut Historique de Paris* e se articula aos objetivos do Império no que tange à implantação do Estado nacional brasileiro e à produção de uma nação<sup>141</sup>. Nesse momento, no Brasil monárquico, estava em jogo a consolidação do Império nos aspectos políticos, territoriais e sociais, e o IHGB cumpre um papel essencial (GUIMARÃES, 1988; SCHWARCZ, 1989; PEREIRA, 2004). Assim, o IHGB se insere na busca de produções e referências intelectuais para garantir e viabilizar a identidade própria brasileira no conjunto mais amplo das nações. Ao estabelecer as conexões e a circulação de saberes entre o IHGB e o

---

<sup>141</sup> Carraro (2003) argumenta que, desde a fundação em 1834, o *Institut Historique de Paris* recebeu inúmeros brasileiros, dentre os quais alguns dos principais representantes políticos do Império. Estes participaram das atividades do *Institut*, fato que inspirou a criação do IHGB apenas quatro anos após o surgimento do instituto francês. Nesse sentido, segundo a autora pode-se argumentar sobre a influência do *Institut Historique* em intelectuais brasileiros em meados do século XIX, especialmente demonstrando a circulação de saberes científicos numa forma de produzir História e Geografia importada da França. Constatamos que isso de fato se articula com os interesses do Império e das oligarquias brasileiras no processo de constituição nacional: descrever o território como uma das formas de “nacionalizar” a nação.

*Institut Historique de Paris*, constatamos que tais relações ganham profundidade analítica se inseridas no amplo processo de busca de hegemonia da França, em diversos níveis, no que se refere ao empreendimento expansionista francês sobre os recentes Estados independentes das Américas. Assim, estão em pauta, articuladamente, tentativas de dominação econômica, sujeição política e imposição social de ideologia civilizatória. O modelo de civilização francesa é alçado como referência da vida social e do trabalho intelectual no IHGB, e tomado como horizonte de expectativas daquilo que o Brasil deveria ser. Guimarães (1988) estabelece que um dos papéis fulcrais do IHGB é certamente auxiliar na produção da imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos. Nesse sentido, veicula-se no Brasil, a partir dos intercâmbios entre as duas instituições, a forma de produzir ciência, de descrever o *terrain* e de analisar a Geografia articulada à História.

O papel da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) é também estratégico para se observar essa imposição ideológica, fruto de transferências culturais entre França e Brasil, sobretudo, no que se refere ao processo de autonomização da Geografia como um conhecimento científico<sup>142</sup> (PEREIRA, 2004). A SGRJ foi fundada em 25 de fevereiro de 1883, portanto criada quase meio século depois do IHGB. Seus quadros sociais contavam com a presença de “homens de letras e estudiosos de diversas instituições, impregnados pelo espírito nacionalista dado às ciências” (CARDOSO, 2005, p.80). Os membros eram principalmente advogados, médicos, engenheiros civis e militares que compartilhavam a idéia do utilitarismo da ciência e da crença no progresso da nação brasileira (PEREIRA, 2004; CARDOSO, 2005). Além disso, Schwarcz (1989) enfatiza que dos 27 sócio-fundadores, 22 pertenciam às camadas superiores da administração pública ocupando altos cargos como conselheiros de Estado, senadores, juízes e desembargadores, além de pertencentes às Forças Armadas. Para esses sujeitos, um misto de intelectuais e burocratas do Estado, era fundamental conhecer o Brasil, mas sua inspiração era européia, fortemente vinculada à forma de produzir o saber geográfico na Alemanha e na França.

A criação da SGRJ se articula ao movimento de enquadrar o Brasil no assim chamado “mundo civilizado” e consistia decididamente em inserir o país nos trilhos da modernidade econômica (PEREIRA, 2004), segundo o padrão europeu. Nesse processo seria fundamental modernizar o país (CARDOSO, 2005), viabilizá-lo racialmente (SANTOS, 2010), civilizar o território e seu conjunto de espaços vazios (MACHADO, 1995) e construir um aparelho militar

---

<sup>142</sup> Em diálogo com tal argumentação, Cardoso (2005, p.83) afirma que “Com a criação da SGRJ buscava-se legitimar o conhecimento geográfico a partir de um lugar apropriado, ou seja, resguardando para si um espaço único e exclusivo”.

e administrativo nacional que produzisse uma nação aos moldes da sociedade europeia<sup>143</sup> (PETITJEAN, 1996). É notório, nesse processo, observar as relações estabelecidas entre a *Société de Géographie de Paris* fundada em 1821 e a SGRJ. A *Société* parisiense, inicialmente uma instituição de pesquisa e erudição de saberes geográficos, a partir de 1871 funcionou como importante suporte institucional ao movimento neocolonial francês (LEJEUNE, 1992; BERDOULAY, 2008). É justamente a partir da década de 1870 que a *Société* amplia vertiginosamente o seu número de membros e suas relações com o exterior. Nos termos de Lejeune (1992, p.161)

(...) em um primeiro período, a *Société de Géographie* é única e parisiense – este é mesmo o seu nome: Sociedade de Geografia de Paris, e não da França – enquanto que no momento da Terceira República as Sociedades são plurais e mesmo bastante numerosas, o corte sendo anterior ao Ano terrível (1870-1871) e ao impulso colonial dado por Léon Gambetta. A *Société* única dos dois primeiros terços do século passado é uma sociedade de pensamento, uma sociedade de notáveis românticos. É no momento da pluralidade de Sociedades de Geografia que estas são, nitidamente, colonialistas.<sup>144</sup>

A argumentação oficial para justificar o apoio da *Société* ao empreendimento colonial era que “‘a honra nacional’, a ‘prosperidade comercial’ e os ‘interesses da ciência’ se confundiam” (BERDOULAY, 2008, p.51)<sup>145</sup>. Tal associação entre instituição de pesquisa e Estado foi reproduzida no momento de fundação e de consolidação da SGRJ durante o século XIX e na primeira metade do século XX.

<sup>143</sup> Santos (1996; 2010) argumenta que não é fortuito que especialmente no final do século XIX tenha tomado ampla projeção no Brasil os estudos de antropologia física (a maioria baseada em autores franceses e nas produções da *Société d'Anthropologie de Paris*, fundada em 1859) veiculados principalmente pelo Museu Nacional. Tal forma de fazer antropologia física, baseada na craniologia (medição de crânios e análises de arcada dentária) associava idéias evolucionistas às análises de cunho racial. Assim, sob tal perspectiva, os índios eram considerados como pertencentes aos níveis mais baixos da hierarquia das raças, e se encontravam fadados ao desaparecimento e extinção completa, fruto de sua “inferioridade física e moral” e sua “baixa propensão ao progresso racial”. De acordo com Santos (1996) ecoavam ainda as principais teses de determinismo racial importadas da França, que aprazia os ouvidos da intelectualidade brasileira, familiarizada que estava com as noções de inferioridade dos não-europeus professadas por Henry Buckle, Arthur de Gobineau ou Louis Agassiz, entre outros, autores que escreveram linhas pouco lisonjeiras acerca da constituição racial do Brasil. Além disso, as teses do branqueamento, veiculadas pelo então diretor do Museu Nacional João Baptista de Lacerda e posteriormente discutidas por Edgar Roquette Pinto, afirmavam que “o Brasil era um país racialmente viável por sua população estar no caminho de vir a se constituir numa raça branca (latina). Para tanto, havia de superar certos obstáculos. O primeiro era quanto ao destino dos índios e negros; e destes, em particular, cujos vícios foram inoculados na raça branca e nos mestiços” (SANTOS, 1996, p. 6).

<sup>144</sup> Tradução nossa. No original: “(...) dans une première période, la Société de Géographie est unique et parisienne - c'est même son nom : Société de géographie de Paris, et non de France - alors qu'au temps de la Troisième République les Sociétés sont plurielles et même fort nombreuses, la coupure étant d'ailleurs antérieure à l'Année terrible (1870-1871) et à l'impulsion coloniale donnée par Léon Gambetta. La Société unique des deux premiers tiers du siècle passé est une société de pensée, une société de notables romantiques. Ce n'est qu'au temps de la pluralité de Sociétés de géographie que ces dernières sont, et avec netteté, colonialistes.” (LEJEUNE, 1992, p.161)

<sup>145</sup> Tradução nossa. No original: “‘l'honneur national’, la ‘prosperité commerciale’ et les ‘intérêts de la science’ se confondaient” (BERDOULAY, 2008, p.51)

No que se refere ao modo de funcionamento da SGRJ, Pereira (2004) enfatiza que esta apresenta semelhanças com os objetivos gerais e as prerrogativas institucionais do IHGB. No entanto, a SGRJ apresentava um conjunto de inovações frente às formas de atuação e programas de conhecimento. Tais inovações podem ser observadas a partir das concepções e práticas de exploração geográfica desenvolvidas pela instituição, que constituíram sua principal preocupação no final do século XIX. Ou seja, conhecer, explorar e ocupar o território eram elementos fundamentais. Cardoso (2005, p.81) ressalta que as sociedades de Geografia

De uma maneira geral, (...) possuíam características em comum, ou seja, a participação em congressos, a troca de correspondências com congêneres estrangeiras, principalmente européias. Além disso, pretendiam divulgar o conhecimento científico, por meio de intercâmbio de publicações, tais como revistas, boletins, além de dicionários, monografias e mapas. No fundo, caracterizavam-se pelos serviços prestados ao Estado, pois as informações levantadas auxiliavam tanto no reconhecimento do território quanto da natureza de cada região. Com a criação da SGRJ buscava-se legitimar o conhecimento geográfico a partir de um lugar apropriado, ou seja, resguardando para si um espaço único e exclusivo. Na verdade, o IHGB não negligenciava os estudos geográficos; todavia, seu projeto de atuação estava intimamente ligado às demandas do aparelho estatal comprometido com o projeto de uma “memória nacional”, e à geografia cumpria o papel de auxiliar o IHGB nesta tarefa.

Pereira (2004) observa que a SGRJ era um lugar de autonomização da Geografia como área de conhecimento, e acreditamos que a produção dessa autonomização é possível de ser observada se compreendermos a circulação de saberes geográficos no momento de consolidação da assim chamada Escola Francesa de Geografia entre 1870 e 1914 (BERDOULAY, 2008). Ou seja, há uma articulação entre o processo de consolidação do conhecimento científico no Brasil, anterior à fundação das universidades, com a imposição ideológica de uma Geografia que se consolida na França. O Colégio Pedro II auxilia a constatação dessa análise.

Cabe destacar, a partir da exposição de Vlach (1988), Sampaio *et al.* (2012) e Rocha (2014) outro momento fulcral das transferências culturais francesas para a nascente nação brasileira: a importação do modelo dos liceus franceses. Nesse processo de produção de uma cópia do ensino secundário francês, representado pela criação do Imperial Colégio de Pedro II em 1837, que visava a ilustração das elites brasileiras, a Geografia foi incorporada na grade de disciplinas fundamentalmente porque já era parte constitutiva das matérias escolares consolidadas no programa educacional francês. Importava-se, assim, em um só golpe o modelo escolar de formação das elites, a grade de matérias que deveriam ser cursadas e o conjunto de

materiais escolares franceses<sup>146</sup>.

Segundo Vlach (1988) a obrigatoriedade do ensino da Geografia importado do modelo francês adotado pelo Colégio Pedro II institucionalizou a disciplina na escola secundária brasileira, sobretudo a forma de saber e fazer geográficos realizados na França, essencialmente como uma matéria de caráter mnemônico, enciclopédico e descritivo. Novamente, a aliança de interesses econômicos, políticos e sociais entre Brasil e França se entrecruza com intencionalidades claramente diversas, mas com métodos semelhantes, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Por exemplo, a descrição enciclopédica dos lugares é fundamental para a formação de uma identidade comum num território naquele momento produzido por uma ocupação ainda pouco articulada e fragmentária, num movimento de arranjo entre as oligarquias que tem como objetivo comum manter sob controle os vastos fundos territoriais para futuras apropriações (MORAES, 2002). Essa forma de descrição é também funcional para a taxonomia da conquista imperialista dos territórios, momento em que o Estado francês começava a se lançar em uma nova rodada de colonização na África e na Ásia a fim de se alçar como concorrente do Império Britânico e, na América Latina, com a finalidade de bloquear o expansionismo americano.

Rocha (2014, p.17) argumenta sobre os sentidos e a presença da Geografia nos currículos franceses e brasileiros:

A presença da geografia no ensino ministrado pelas escolas francesas vinha, portanto, atender aos interesses deste público ávido em ampliar os conhecimentos acerca de um mundo que, em função do expansionismo imperialista europeu, começava a ser explorado (em todos os sentidos). Nem uma evidência nos faz pensar que ao ser inserido no Brasil, quando da “transplantação” do modelo curricular francês realizada nas primeiras décadas do século XIX, o ensino desta disciplina tenha inicialmente tido aqui outra finalidade que não fosse a de fornecer informações genéricas, verdadeiramente enciclopédicas, de um mundo em franco processo de expansão. Lembremos que também o curso secundário no Brasil tinha um nítido caráter de formação geral.

Ressaltamos mais uma vez que a transplantação de um saber enciclopédico coaduna-se com uma certa erudição das elites (por isso o caráter da “formação geral”) e sobretudo com a associação de interesses ideológicos de naturezas diferentes, mas com métodos semelhantes entre França e Brasil, conforme assinalamos acima. Ou seja, a finalidade enciclopédica da Geografia tinha um sentido explícito de exploração e reconhecimento do território a ser

---

<sup>146</sup> Bastos (2008) constatou, em análise sobre os programas das matérias do colégio Pedro II ao longo do século XIX, que os currículos de Geografia, História Antiga, História da Idade Média, História Moderna e Contemporânea e Química são absolutamente semelhantes ao que era ensinado nos liceus franceses.

ocupado politicamente, socialmente e economicamente.

Entretanto, a circulação de saberes geográficos entre Brasil e França não fica restrita às instituições. É importante ressaltar, como faz Ferretti (2014), o papel de professores e intelectuais que circulam entre os dois países.

Ferreti (2014) destaca, por exemplo, um episódio que demonstra a recepção entusiástica da produção intelectual francesa no Brasil retomando o ambiente de acolhida calorosa de Élisée Reclus, o primeiro renomado geógrafo francês que visita o país em 1893. Reclus é recebido por diversas instituições importantes para as elites intelectuais do período, como a SGRJ, o IHGB e a Academia Brasileira de Letras. Além disso, seu capítulo referente ao Brasil na *Nouvelle Géographie universelle* é traduzido para o português pelo Visconde de Rio Branco e por Ramiz Galvão. Ferretti (2014, p.4) argumenta sobre a aparente contradição na recepção de um geógrafo anarquista pelas elites nacionais:

(...) o geógrafo anarquista não é percebido nem como o funcionário de uma potência colonial nem como um cientista eurocêntrico. Sua grande admiração pela sociedade brasileira após a abolição do império e da escravidão o fizeram ver o Brasil como o berço da miscigenação universal que, na sua opinião, deveria acabar com o racismo. A utilização por parte da diplomacia brasileira da sua Geografia para resolver as controvérsias fronteiriças com a Argentina, a França e a Grã-Bretanha (Ferreti, 2013 e 2014), comum portanto à outras repúblicas sul-americanas como a Colômbia (Ramirez Palacios, 2010), parece confirmar essa suposição.<sup>147</sup>

Valverde (1989), Velut (2009), Claval (2012) e Ferretti (2014) destacam também a presença do geógrafo francês Pierre Denis no Brasil na década de 1900 e enfatizam a importância de seu trabalho que, durante as primeiras décadas do século XX, foi a principal referência em francês sobre o Brasil.

Valverde (1989, s/p), analisando o papel de Denis, afirma que

Na mesma época, Pierre Denis aplicou ao Brasil o que havia de melhor na ciência geográfica francesa. Encarregado de escrever o volume *Amérique du Sud* da coleção *Géographie universelle* dirigida por Vidal de La Blache, seus conhecimentos da geografia geral e regional do Brasil se revelam tão impressionantes que a parte consagrada ao nosso país foi em seguida reeditada em um volume separado. De fato, *Le Brésil* pode ser considerado como a melhor síntese sobre a geografia brasileira escrita até hoje por um único autor. O trabalho monumental de Denis, entretanto, não é limitado à essa obra. Ele

<sup>147</sup> Tradução nossa. No original: “(...) le géographe anarchiste n’est pas perçu là-bas comme le fonctionnaire d’une puissance coloniale ni comme un savant européocentrique. Sa grande admiration pour la société brésilienne après l’abolition de l’empire et de l’esclavage lui fait envisager le Brésil comme le berceau de la miscégénéation universelle qu’à son avis devait en finir avec le racisme ; l’utilisation par la diplomatie brésilienne de sa géographie pour résoudre ses controverses frontalières avec Argentine, France et Grande-Bretagne (Ferretti, 2013 et 2014), commune d’ailleurs à d’autres républiques sud-américaines comme la Colombie (Ramirez Palacios, 2010), semble confirmer cette supposition.” (FERRETI, 2014, p.4)

publicou, em 1909, a primeira edição de um outro livro, *Le Brésil au XX<sup>e</sup> siècle*, no qual analisa, com bastante profundidade, os aspectos fundamentais da geografia humana e social do Brasil. Pela primeira vez, um estudo de geografia agrária brasileira evocava as questões relativas às condições de trabalho em relação com o uso do solo<sup>148</sup>.

Ferretti (2014, p.5) corrobora com essa hipótese de Valverde (1989) e assinala a relevância das obras de Denis: “Nos anos seguintes, é um outro geógrafo francês, Pierre Denis (1883-1951), que viaja pela América Latina para a realização da sua tese sobre a Argentina, país onde ensina de 1912 à 1914. Sua monografia sobre o Brasil (Denis, 1909) permanece por muito tempo como a referência sobre o país em francês”<sup>149</sup>.

Analisando as relações entre os dois países pelo fluxo contrário - brasileiros que ensinam ou produzem Geografia no Brasil e que vão para a França durante o século XIX - é importante retomar as articulações que se realizam pela via institucional. Primeiro, conforme já relatamos há uma circulação de saberes entre o IHGB e o *Institut Historique de Paris*, e figuras influentes irão buscar referências para a produção de saberes na França durante as décadas de 1830 à 1850, tais como D. J. Gonçalves de Magalhães, A. Porto Alegre e Sales Torres Homem (CARRARO, 2003). Outro momento fundamental seria a troca estabelecida entre os membros da SGRJ e as instituições francesas. Analisando os representantes das quatro comissões científicas da SGRJ verificam-se estreitas relações de alguns de seus membros com a França: na Comissão de Geografia Física, Antônio Luís von Hoonholtz - o barão de Tefé - era membro do *Institut de France* e da *Société de Géographie Commerciale de Paris*; na Comissão de Geografia Política Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho participou de atividades na *Société de Géographie de Paris* durante sua longa estadia na Europa; na Comissão de Geografia Matemática podemos citar Manoel Pereira Reis, responsável pela determinação da posição geográfica de diversos pontos do território brasileiro e astrônomo do Imperial Observatório Astronômico, que se relaciona com os métodos de cartografia francesa; e na

---

<sup>148</sup> Tradução nossa. No original: “A la même époque, Pierre Denis appliqua au Brésil ce qu’il y avait de mieux dans la science géographique française. Chargé d’écrire le volume « Amérique du Sud » de la collection Géographie universelle dirigée par Vidal de La Blache, ses connaissances de la géographie générale et régionale du Brésil se révélèrent être si impressionnantes que la partie consacrée à notre pays a ensuite été rééditée en volume séparé. En effet, Le Brésil peut être considéré comme la meilleure synthèse sur la géographie brésilienne écrite jusqu’à aujourd’hui par un seul auteur. L’œuvre monumentale de Denis ne s’est cependant pas limitée à cet ouvrage. Il a publié, en 1909, la première édition d’un autre livre *Le Brésil au XX<sup>e</sup> siècle* dans lequel il analysait, avec beaucoup de profondeur, les aspects fondamentaux de la géographie humaine et sociale du Brésil. Pour la première fois, une étude de géographie agraire brésilienne évoquait les questions relatives aux conditions de travail en relation avec l’utilisation du sol.” (VALVERDE, 1989, s/p)

<sup>149</sup> Tradução nossa. No original: “Dans les années suivantes, c’est un autre géographe français, Pierre Denis (1883-1951), qui voyage en Amérique latine pour sa thèse sur l’Argentine, pays où il enseigne de 1912 à 1914. Sa monographie sur le Brésil (Denis, 1909) reste pour longtemps la référence francophone sur le pays.” (FERRETI, 2014, p.5)

Comissão de Geografia Americanista pode-se destacar Ladislau de Souza Neto, formado em ciências naturais na Sorbonne e diretor-geral do Museu Nacional. Souza Neto também foi convidado para organizar a parte sobre culturas indígenas da Amazônia (denominada de *Casa Inca*) durante a Exposição Universal de Paris em 1889.

A trajetória de Delgado de Carvalho, que foi professor no Colégio Pedro II a partir de 1920, é o exemplo mais elucidativo da aplicação no Brasil durante as primeiras décadas do século XX dos novos métodos aprendidos da Escola Francesa de Geografia. Filho de brasileiros, Delgado de Carvalho nasceu em Paris em 1884, e passou toda sua infância e parte da juventude na Europa, tendo residido na França, na Inglaterra e na Suíça (PEREIRA, 2009; PENHA, 2009). A longa permanência na Europa, possibilitada pela boa situação financeira da família, lhe proporcionou uma formação erudita, iniciada no internato dos Dominicanos em Lyon e completada, em Paris, na *École Libre de Sciences Politiques* (COELHO, 2009). Delgado de Carvalho se diplomou em Paris com o estudo *Le Brésil Meridional: Étude économique sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*, em 1910.

Para o Brasil, este trabalho representa, nos termos de Coelho (2009), as bases da formação francesa em Geografia do início do século XX, momento em que o historicismo figurava como alternativa ao positivismo e ao evolucionismo, fundamentos da ciência europeia do final do século XIX. A recém-formada Escola Francesa de Geografia explicava a realidade a partir de sua historicidade, sendo o meio compreendido através da descrição das suas individualidades históricas. Utilizava-se também do naturalismo, para o qual a sociedade é vista como um complexo orgânico, revelador da influência do meio físico sobre os homens e a organização social (COELHO, 2009; MACHADO, 2009; PEREIRA, 2009). Sob essa perspectiva foram referências centrais na formação de Delgado de Carvalho as obras de Vidal de la Blache e Elisée Reclus. A partir do estudo regional, Delgado de Carvalho analisou em *Le Brésil Meridional* as características naturais e humanas, enfocando os aspectos econômicos. Estudando a influência do homem sobre o meio, idealizou cinco regiões naturais para o Brasil, algo considerado complexo pelos intelectuais da época, devido às dimensões e à diversidade cultural do país. Neste trabalho o autor conferiu uma unidade ao Brasil a partir da sua Geografia, o que correspondia aos anseios de criação de uma identidade nacional.

Estruturado sob os moldes da escola de Geografia francesa, o livro apresenta uma nova abordagem metodológica que o diferencia dos trabalhos etnográficos, puramente descritivos, dominantes no país. Delgado de Carvalho introduz uma visão totalizadora do território brasileiro, articulando-a ao eixo central da vertente de investigação da escola francesa - os estudos regionais. Assim, o “*Le Brésil Méridional*” é um clássico estudo regional sobre a porção sul do Brasil, uma típica monografia regional desenvolvida

dentro dos padrões estabelecidos pela Geografia regional francesa, que só se tornaria paradigma da Geografia brasileira a partir da década de 1930. (MACHADO, 2009, p.60)

Entretanto, apesar dessas articulações mencionadas, ressaltamos que a principal imagem que se tem na França sobre o Brasil, no final do século XIX e início do século XX, foi produzida pelo sociólogo Gustave Le Bon (MANOR, 1980). Nos seus livros, Le Bon avançara, a partir de 1881, sobre a tese de que os brasileiros iriam entrar logo em um processo de “negritização” e de “degenerescência” psíquica e fisiológica inevitáveis. De acordo com Manor (1980), o mesmo Gustave Le Bon acrescentaria que o Império teria sido para o Brasil a única chance de bloquear as forças destrutivas, “óbvias” num povo produto da “miscigenação” [*brasságe*], e sofrendo de “taras incuráveis”. Conforme já argumentamos essas teses ecoavam nas elites oligárquicas que se esforçavam na divulgação dos perigos do não-branqueamento da população brasileira. O francês Max Leclerc, contemporâneo de Le Bon, é o primeiro jornalista europeu que cobriu a queda do Império brasileiro e escreveu em *Lettres du Brésil*

(...) que o regime republicano recém-instituído era só uma “fachada frágil” que devia rapidamente desmoronar, mormente por causa da discrepância entre os meios cultos, associados à nova empresa republicana, e a imensa maioria do povo brasileiro - incapazes os primeiros de ter uma visão real do potencial da sua sociedade, incapaz o segundo de ter uma visão clara de sua posição, de seus deveres cívicos, de seus direitos. (MANOR, 1980, p.128-129)

Esses argumentos são aqui colocados porque, de acordo com Manor (1980), a Sorbonne no início do século XX irá se mostrar sensível à necessidade de aprofundamento da reflexão sobre os meios tropicais, oferecendo cursos sobre as sociedades e as regiões latino-americanas, a partir dos geógrafos Pierre Deffontaines e Edouard Demolins (MANOR, 1980). Esse fato irá mais tarde pesar na seleção de Deffontaines para a primeira missão rumo à Universidade de São Paulo em 1934.

De fato, no início do século XX, mais precisamente em 1908, as relações acadêmicas franco-brasileiras atingiram um outro patamar fruto sobretudo da criação, pela Universidade de Paris, do *Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour le développement des relations avec l'Amérique Latine*, com o explícito objetivo de dar continuidade e aprofundar as relações intelectuais entre a França e a América Latina, conforme analisaram minuciosamente Martinière (1982), Peixoto (1991), Lefèvre (1990; 1993), Ferreira (2005) e Cordeiro (2008), e sobretudo com o interesse de “expansão ultramarina” da universidade e da ciência francesa no exterior, para utilizar a acepção de Arantes (1994). Martinière (1982, p.55) retoma o programa do *Groupement*: “Manter e desenvolver as afinidades intelectuais entre os latinos da América e os da França, organizar uma colaboração metódica das Universidades e

Grandes Escolas francesas e americanas, tornar a América Latina conhecida na França”.

Conforme Lefèvre (1990), Peixoto (1991) e Droulers (2008) observaram, Georges Dumas foi um sujeito central na aproximação entre os interesses de constituição das universidades e faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil e a expansão política e ideológica da França, nesse momento à plenos pulmões em sua política imperialista. Dumas era um eminente médico, professor da Sorbonne (catedrático em Psicologia Experimental), onde dirige a partir de 1886 o laboratório de Psicologia Patológica da Clínica de Doenças Mentais da Faculdade de Medicina. Além disso era *agrégé* em Filosofia e doutor em Letras. Desde de 1907 esse intelectual e professor universitário francês participava ativamente das atividades do *Groupement* e é o responsável pelas suas ações empreendidas no Brasil<sup>150</sup>.

Lefèvre (1990) enfatiza que, auxiliado pelo *Fonds pour l'Expansion Universitaire et Scientifique de la France à l'Etranger*, criado em 1912, e depois pelo *Service des Œuvres françaises à l'Etranger*, a partir de 1919, Georges Dumas, em estreita colaboração com os dirigentes (e as elites dirigentes) em São Paulo e no Rio de Janeiro, cria os *Instituts franco-brésiliens de Haute Culture* do Rio de Janeiro (1922) e de São Paulo (1925). Segundo as argumentações de Lefèvre (1993), Peixoto (1991) e Ferreti (2014), essas instituições mantêm estreitas relações com a *Université de Paris* e é através delas que o ensino superior francês se impõe paulatinamente como o modelo a ser importado pelo Brasil.

No entanto, Ferreira (2005) afirma que no começo da década de 1930, apesar da França parecer preparada para impor no campo universitário brasileiro sua influência e consolidar sua hegemonia intelectual, um conjunto de dificuldades nas relações comerciais entre Brasil e França, fruto das tensões entre o governo de Getúlio Vargas e os interesses franceses, associado aos objetivos de países como a Alemanha e a Itália em ampliar suas influências nas novas universidades que estavam sendo criadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, parece colocar em xeque essa hegemonia. Ferreira (2005) constata que os franceses liderados por Dumas não mediram esforços para permanecer na vanguarda da influência político-ideológica no Brasil.

Com a criação da Universidade de São Paulo em 1934 as tensões quanto à seleção e

---

<sup>150</sup> Peixoto (1991) afirma que a origem dos contatos de Dumas com o Brasil remonta aos anos de 1907-1908 quando ele é convidado por um de seus alunos brasileiros para dar conferências no Rio de Janeiro e em São Paulo. Paul Appell, que era presidente do conselho do *Groupement* (e que posteriormente tornou-se reitor) ao tomar conhecimento da viagem pede a Dumas que viabilize a atuação do *Groupement* no país. As relações se intensificam no final da década de 1910 quando Dumas retorna ao Brasil como médico do Exército e, além de participar da criação do Hospital Franco-brasileiro, detalha o processo de surgimento de liceus franceses no Brasil. Durante a década de 1920 Dumas passa longas temporadas no Brasil acompanhando as atuações das instituições francesas que desenvolvem atividades no Brasil e se articula com o governo paulista e com o grupo do jornal *O Estado de São Paulo*, que é o embrião da futura Universidade de São Paulo (CARDOSO, 1982). Dumas atrai nesse período anterior à fundação da USP um conjunto de intelectuais franceses para conferências e atividades no Brasil.

recrutamento dos professores estrangeiros demonstraram a via de mão dupla estabelecida nas relações entre França e Brasil. De um lado, a França que prepara um verdadeiro aparato institucional (PEIXOTO, 1991) para manutenção e ampliação da sua hegemonia intelectual, científica e cultural, visando também o estreitamento de relações econômicas (MARTINIÈRE, 1985), e de outro as demandas das elites brasileiras ciosas de ilustração, modernização e formação de quadros dirigentes.

Assim, ao retomar em panorama a circulação de saberes e as transferências intelectuais franco-brasileiras, concordamos com a hipótese de Cordeiro (2008) que afirma que um dos capítulos que ficou mais à sombra das análises acerca das transferências culturais entre França e Brasil é justamente o profundo interesse dos franceses em expandir suas relações acadêmicas como meio para produzir ciência e influenciar ideologicamente a formação das elites brasileiras.

Ao analisar a fundação das instituições de ensino superior de Filosofia e de Ciências Humanas no Brasil, ou seja, na busca pela “certidão de nascimento” da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP na década de 1930, Arantes (1989, p.138) argumenta que “(...) principiamos a importar, peça por peça, um Departamento Francês de Filosofia, quer dizer, juntamente com as doutrinas consumidas ao acaso dos ventos europeus e dos achados de livraria, São Paulo importou a própria usina que as produzia em escala acadêmica”.

## **6.2. Universidade de São Paulo: o projeto e a sua realização**

Em 25 de janeiro de 1934 é promulgado o decreto estadual de criação da Universidade de São Paulo. Idéia configurada no interior do jornal *O Estado de São Paulo*, na década de 1920, Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo concebiam uma instituição de ensino que fornecesse os quadros de professores para o magistério secundário no Brasil e que unificasse os cursos básicos e faculdades independentes que já existiam na cidade (CANDIDO, 1992).

Na data mencionada é juridicamente fundada a USP, a partir da integração de cinco escolas já existentes (Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Escola Superior de Agricultura e Faculdade de Farmácia e Odontologia) e criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL)<sup>151</sup>, a qual congregava os cursos superiores de Física,

---

<sup>151</sup> Hey e Catani (2009, p.64-65) afirmam que “(...) nesse momento, a então criada e instalada FFCL representava a concepção de seus fundadores entendida como instituição que deveria conter todas as virtudes que eram atribuídas à Universidade como um todo, o lugar do ‘refúgio do espírito crítico e objetivo’, ‘do universal’, ‘da cultura livre e desinteressada’. Era entendida como o lugar adequado, no qual seriam formados os novos quadros de dirigentes capazes de superar a visão profissional e técnica que caracterizava os cursos superiores dominantes

Química, Matemática e Estatística, Biociências, Psicologia, Educação, História e Geografia, Ciências Sociais, Letras e Filosofia (MENDES, 1978).

Os objetivos de tal Universidade, segundo seu ato de fundação, eram: i) promover, através da pesquisa, o progresso da ciência; ii) transmitir, através do ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida; iii) formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base, científica ou artística; e iv) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes através de cursos, conferências, palestras, e também através da difusão pelo rádio, filmes científicos e similares (MENDES, 1978).

Segundo Rodrigues (2011), Arantes (1994) e Chaui (2001), a criação da Universidade de São Paulo pode ser interpretada como uma resposta de um setor da elite paulistana às derrotas políticas que esta enfrentava desde o rearranjo oligárquico da Revolução de 1930. A nova Universidade seria, na sua concepção fundante, formadora das elites dirigentes responsáveis por recuperar o papel de São Paulo nas diretrizes da vida moderna cultural e intelectual no Brasil. Para Fernandes (1984, p.17)

Os “ideais dos fundadores” eram, sob muitos aspectos, retrógrados e desaguavam numa água morna, num imobilismo cultural, cuja principal motivação consistia em realimentar as elites das classes dominantes com os “progressos do saber”, isto é, sua mira se voltava para a dominação cultural, realidade que era dissimulada sob véus mais ou menos fantasiosos de *européizar* (ou *norte-americanizar*) a formação intelectual e humanística dos estudantes universitários.

Com vistas na formação de uma nova elite paulistana, os fundadores partiram à Europa em busca inicialmente de professores renomados em suas áreas de atuação e posteriormente de professores jovens e dispostos à ministrar aulas na recém-criada universidade brasileira. Um critério fundamental para a contratação desses professores estrangeiros foi o seu país de origem e conseqüente ideologia política: como a Itália e a Alemanha estavam sob regimes totalitários, os professores – principalmente das Humanidades – vieram da França, uma democracia atuante na época. De acordo com Candido (1992, p.23), essa escolha “(...) mostra o senso liberal dos criadores da Universidade, homens ligados à elite social e intelectual, mas infensos ao totalitarismo”. Esse processo, no entanto, ocorreu sob fortes tensões, que retomaremos posteriormente.

As elites mentoras da criação da FFCL/USP equiparam a instituição sobretudo com docentes franceses (PEIXOTO, 1991; PETITJEAN, 1996; RODRIGUES, 2013). A nova

faculdade compunha-se de três seções: Filosofia, Ciências e Letras. Dentro da segunda seção, a de Ciências, haviam cinco subseções, sendo a última delas, História e Geografia, composta de cinco cadeiras. Dentre elas, duas eram ocupadas por franceses: *Geografia Física e Humana e História da Civilização*.

Para a cátedra de Geografia<sup>152</sup> vieram ao Brasil o professor Pierre Deffontaines, que permaneceu em São Paulo durante o segundo semestre de 1934, sendo substituído pelo professor Pierre Monbeig, que permaneceu no país entre 1935 e 1946.

Na cadeira de História inicialmente instalou-se Émile Coornaert, sendo substituído em 1935 por Fernand Braudel, que permaneceu até 1937, sendo substituído por Jean Gagé em 1938. Também chegam na missão francesa de 1934 Étienne Borne, para a cátedra de Filosofia, e Paul Arbousse-Bastide, para a cátedra de Sociologia, sendo o primeiro substituído por Jean Maugüé e o segundo irá dividir a cátedra com Claude Lévi-Strauss em 1935. Em 1938, Roger Bastide substituiu Lévi-Strauss. Para uma compreensão mais detalhada desse percurso trataremos das diferenças entre os três momentos das missões francesas, da seleção e das tarefas dos missionários.

### **6.3. A missão francesa na USP: sobre a seleção e as tarefas dos professores-missionários no Brasil**

A criação da Universidade de São Paulo, capitaneada por Armando Sales de Oliveira, se associa diretamente aos interesses da burguesia intelectualizada paulista, liderada por Julio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo* e responsável por um conjunto de artigos na década de 1920 sobre as necessidades de melhorias na educação e fundação da Universidade que representasse a “comunhão paulista”, e pelos intelectuais e artistas mais influentes da época.

Cordeiro (2008) destaca que a década de 1930 é marcada pela efervescência do Brasil como um país novo, mas com amplo potencial de superar o atraso de sua formação social. A intenção dessa aristocracia era forjar um “Brasil de tipo paulista”, com São Paulo sendo simultaneamente um pólo aglutinador da cultura intelectual e universitária e, posteriormente, irradiador da modernidade aos sertões atrasados da nação<sup>153</sup>, revelando assim um misto de

<sup>152</sup> “Fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, entre as suas cadeiras figurou uma dedicada à *Geografia*. Em 1939, desdobrou-se ela em duas outras: a de *Geografia Física* e a de *Geografia Humana*. A partir de 1942, uma terceira passou a ter existência autônoma: a de *Geografia do Brasil*.” (AZEVEDO e SILVEIRA, 1949, p.76).

<sup>153</sup> Jackson (2007, p.117-118) argumenta sobre o contexto da época: “Em São Paulo, o arranjo histórico dado pela supremacia econômica do estado – impulsionada pelo processo de industrialização e crescimento dos centros

afirmação nacionalista e justificativa ideológica, conformando uma pujante ideologia geográfica<sup>154</sup>.

A USP, especialmente a FFCL, foi pensada como um projeto liberal de formação fundado na cultura e na ciência destinadas à ilustração das elites e à formação dessa elite para a educação do “povo”. De acordo com Sereza (2005) e Garcia (2002), na escala da organização educacional, o povo receberia o ensino primário, as classes médias o secundário e somente as elites alcançariam o ensino superior. Segundo Azevedo (1954), Azevedo e Silveira (1949) e Petrone (1993; 1994), o Departamento de Geografia funcionou, nos seus primeiros anos, como um curso de excelência na formação de professores para o ensino primário e secundário, realizando a sua função social, pensada no projeto liberal de fundação da USP e da FFCL.

Esse liberalismo de viés conservador se associaria, contraditoriamente, à outro viés de cunho democrático e progressista, sintetizado na premissa de iguais condições para a formação de uma intelectualidade nacional. Por isso, o recrutamento de estudantes deveria ser realizado “democraticamente”. Todavia, a perspectiva conservadora não conseguiu atrair para a FFCL, logo nos anos inaugurais, grande parte dos filhos das elites. Estes ainda preferiam as escolas tradicionais que foram incorporadas à USP, quais sejam, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito e a Escola Politécnica. Nesse sentido, a Universidade que havia sido produzida para os filhos da burguesia foi ocupada apenas parcialmente por estes, mas também por estudantes de outras classes sociais, muitas vezes filhos das famílias que nunca haviam freqüentado a universidade e filhos de imigrantes, alguns deles de famílias já mais estabelecidas economicamente mas que não conseguiam acessar as escolas tradicionais (SEREZA, 2005; MARTINS, 1995). Estes, democraticamente portanto, acessaram a FFCL. Nas palavras de Petrone (1993, p.14), “Criou-se a USP também para uma elite, dentro de uma perspectiva ideológica-liberal. Acontece que dentro desse vigoroso instrumento cresceu a Faculdade de Filosofia, que deu novo sentido aos objetivos iniciais.”

Segundo Lévi-Strauss (1990), a criação da USP é a consolidação do projeto da burguesia para equalizá-la à cultura européia. Para o autor, emerge na FFCL uma situação conjuntural de resistência ao monopólio da burguesia: estudantes vindos das classes modestas,

---

urbanos durante a República Velha – e pelas derrotas políticas sofridas em 1930 e 1932 possibilitou o investimento político na reforma educacional que teve como pilar a criação da Universidade de São Paulo em 1934 e, nela, da FFCL. Também a criação da ELSP (1933) resultou desse contexto. Imaginavam os mentores das duas escolas que as elites nelas formadas constituiriam quadros políticos e técnicos envolvidos na retomada da hegemonia política do país por São Paulo”.

<sup>154</sup> Esse processo é representado, por exemplo, pelo brasão da nova universidade. O lema em latim **Scientia Vincet** - pela ciência vencerás – anunciava, desde então, os propósitos da instituição.

homens e mulheres já engajados na vida profissional e que desconfiam dos grandes burgueses que fundaram a universidade passam a ouvir, discutir e, por vezes, a ensinar os mestres europeus. "Nós nos encontrávamos entre dois campos: de um lado gente preciosa, de outro os servidores da classe dominante" (LÉVI-STRAUSS, 1990).

Candido (1992) define esse novo sentido ao explicitar que esta Faculdade foi responsável por iniciar, em São Paulo, uma nova era do pensamento social, ao deslocar o objeto dos estudos sobre a sociedade das camadas dominantes para as camadas oprimidas da população.

Na Faculdade de Filosofia, predominou inicialmente o interesse pela construção de um saber teórico o mais sólido possível, dentro da fraqueza cultural do meio. Mas desde o começo alguns professores efetuaram estudos concretos sobre realidades básicas da sociedade brasileira: habitat, moradia, zonas pioneiras, transporte, distribuição no espaço, crenças e práticas populares, populações ditas primitivas, etc. Entre esses professores, menciono como exemplo os geógrafos Georges [*sic*] Deffontaines, Pierre Monbeig e, durante algum tempo o famoso Emmanuel De Martonne; o antropólogo Claude Lévi-Strauss; o sociólogo Roger Bastide." (CANDIDO, 1992, p.23)

A FFCL, portanto, com o passar dos anos, após a sua fundação, se tornou uma centralidade que reunia pesquisas e trabalhos sobre o homem comum no Brasil e sua condição, conforme já mencionamos anteriormente, iniciando assim uma tradição de pensamento crítico que operou uma silenciosa revolução intelectual ao transformar os eixos e as bases para o estudo da sociedade brasileira. Dessa forma, a Faculdade de Filosofia da USP se cria na confluência do pensamento progressista dos professores estrangeiros com a crescente consciência política de seus discípulos (CANDIDO, 1992).

Segundo Candido (1992), Chaui (2001), Giannotti (1986), Hirano (1992) e Martins (1999), a fundação da Universidade de São Paulo e principalmente da sua célula *mater*, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi um dos acontecimentos mais importantes da história da cultura brasileira<sup>155</sup>. Para Petrone (1994, p.3), a contribuição da FFCL ao desenvolvimento cultural brasileiro se deu, principalmente, por associar, pela primeira vez no país, ensino e pesquisa, inaugurando assim uma postura "decididamente nova e, sem exagero, revolucionária." Para Azevedo (1954), a fundação da USP marca um dos eventos mais importantes na história do pensamento geográfico brasileiro, pois registrou o primeiro curso superior de Geografia no país, constituindo assim a sua institucionalização.

---

<sup>155</sup> Ressaltamos que Florestan Fernandes afirmava que a criação da Universidade de São Paulo constituiu um acontecimento de conseqüências sociais e culturais muito mais radical do que a Semana de Arte Moderna de 1922. (MARTINS, 1995).

Cabe destacar que a cidade de São Paulo de meados dos anos 1930 e início dos anos 1940 possuía um circuito político e intelectual bastante restrito à região central, que concentrava os equipamentos culturais diversos, e, dentre eles, a FFCL, que aos poucos ganhou importância nesse contexto (ARANTES, 1994; RODRIGUES, 2011; PRIETO, 2013).

Conforme expusemos acima, esses interesses liberais se associavam a uma marcante presença francesa nas elites intelectualizadas. No entanto, o contexto da década de 1930 marca um acirramento dos interesses de outros Estados no processo de amplas modificações pelo qual atravessava o sistema educacional brasileiro.

Ferreira (2005), analisando a documentação do consulado francês no Brasil (principalmente verificando as correspondências enviadas e recebidas pelo cônsul francês em São Paulo, J. Pingaud, em fevereiro de 1934) constata as pressões que o interventor paulista Armando Salles estava sofrendo de grupos italianos para o aumento da influência na seleção dos professores para a criação das universidades, sobretudo a USP:

“Os italianos estimam que não podem se contentar com duas cadeiras que lhe serão oferecidas, que as oito cadeiras reservadas para nossos compatriotas nas novas universidades de Letras, Ciências, Filosofia e Física devem ser devolvidas por direito, especialmente aquelas de Letras, visto que eles são cerca de 500.000 aqui, que contribuíram para a prosperidade de São Paulo e representam a mais antiga civilização latina.” Em outro documento, o mesmo Pingaud declarava: “É, em conclusão, nossa influência no Brasil, nossa própria civilização, que nós apostamos. Se trata de ganhar a partida; é preciso jogar rápido”<sup>156</sup>. Ainda nesse documento, o diplomata afirmava que chegará o momento de recuperar, rapidamente, a influência francesa perdida no Brasil. (FERREIRA, 2005, p.229)

Essa competição internacional no jogo de influências para a seleção dos professores que iriam compor a missão universitária no Brasil chegou até o Ministério das Relações Exteriores da França, instituição que mostrou preocupação com as pressões italianas no estabelecimento das mudanças educacionais do ensino universitário que o Brasil atravessava na década de 1930. Ferreira (2005) demonstra que também em fevereiro de 1934 Julio de Mesquita Filho se endereçou a Georges Dumas<sup>157</sup> recomendando como interlocutor brasileiro o professor

<sup>156</sup> Tradução nossa. No original: “Les italiens estiment qu’ils ne peuvent se contenter de deux chaires qui leur seront accordées, que les huit chaires réservées à nos compatriotes dans les nouvelles universités des Lettres, Sciences, Philosophie e Physique, doivent leur revenir de droit, notamment celles des Lettres, puisqu’ils sont environ 500.000 ici, ont contribué à la prospérité de São Paulo, et représentent la civilisation latine la plus ancienne.” e “C’est, en conclusion, notre influence au Brésil, notre propre civilisation, que nous jouons. Il s’agit de gagner la partie; il faut jouer vite.”

<sup>157</sup> Ferreira (2005) argumenta que Georges Dumas se alçava como um interlocutor privilegiado por um conjunto de características fundamentais. Conforme já discutimos, Dumas conhecia a realidade brasileira e era próximo das elites dominantes. Além disso, ele foi *normalien* (estudou na *École Normale Supérieure*) e era também professor da Sorbonne, o que possibilitava um excelente trânsito para recrutar nomes respeitados por diferentes instituições francesas. Além disso, Dumas era especialista na filosofia comteana, o que se articulava com parte significativa

Theodoro Ramos, da Escola Politécnica, para, em parceria com Dumas, colaborar com o sucesso da delicada missão de escolha de professores franceses. Essas negociações chegaram mesmo ao reitor da *Académie de Paris* e presidente do *Conseil de l'Université à la Sorbonne*, M. Chartely. Ou seja, constata-se uma rede de relações que evidenciam o interesse francês em garantir uma presença privilegiada no processo de criação das universidades brasileiras e na seleção dos docentes.

Mas é fundamental destacar, de acordo com Peixoto (1991) e Lefèvre (1990; 1993) que, se analisarmos o grupo de franceses que veio para a USP a partir de 1934 é possível distinguir três momentos distintos nos quais as características dos selecionados, o momento em que se encontravam na carreira acadêmica e as contribuições à universidade e a ciência parcelar no Brasil foram bastante diferentes.

Lefèvre (1990, p.3) constata que a primeira missão de 1934 foi assim desenvolvida:

Theodoro Augusto Ramos, encarregado de recrutar na Europa os professores da jovem Universidade de São Paulo criada pelo decreto de 25 de Janeiro de 1934, em verdade, reuniu-se em Roma com seu amigo G. Dumas que conseguiu impor seis franceses dentre os quinze professores engajados (com 4 italianos, 3 alemães, 1 português e 1 espanhol). Os alemães e os italianos dividem as cadeiras de ciências exatas e naturais.<sup>158</sup>

Destaca-se que as ações de Dumas possibilitaram que as cadeiras de mais prestígio - aquelas de ciências humanas e sociais - fossem reservadas na missão de 1934 aos mestres franceses. De acordo ainda com Lefèvre (1990), Georges Dumas e Jean Marx (assistente de Dumas na escolha dos docentes) se precaveram na seleção dos missionários observando que as convicções ideológicas dos professores selecionados não se chocassem com o meio liberal e católico das elites paulistas. Nesse sentido, os docentes católicos eram maioria. Além disso, as escolhas de Dumas eram feitas sobre “os talentos confirmados”, que deveriam seduzir o público paulista e principalmente as autoridades do governo de Armando Salles de Oliveira. Peixoto (1991) enfatiza que vieram ao Brasil professores titulares da Universidade, nomes já conhecidos na França, que permaneceram por um curto período (de seis meses à um ano) para inaugurar as cátedras de filosofia, ciências humanas e letras em 1934.

De acordo com Lefèvre (1990, p.3-4), os selecionados apresentam as seguintes

---

do meio intelectual brasileiro bastante próximo do positivismo.

<sup>158</sup> Tradução nossa. No original: “Theodoro Augusto Ramos, chargé de recruter en Europe les professeurs de la jeune Université de São Paulo créée par décret le 25 janvier 1934 est en effet rejoint à Rome par son ami G. Dumas qui réussit à imposer six Français sur les quinze enseignants engagés (avec 4 Italiens, 3 Allemands, 1 Portugais et 1 Espagnol), les Allemands et les Italiens se partageant les chaires de sciences exactes et naturelles.” (LEFÈVRE, 1990, p.3)

características:

A cadeira de Literatura Francesa foi confiada à um antigo conferencista dos *Instituts de Haute Culture* franco-brasileiros: Robert Garric da Universidade de Lille. George Dumas recorreu, para garantir seus cursos de sociologia, à seu aluno P. Arbousse-Bastide. Pelos diversos laços que mantinha com Henri Hauser, seu amigo e discípulo na *École Normale Supérieure*, ele inicia uma relação com os historiadores que se reuniam no seu entorno e na jovem Escola dos Anais fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. Foi assim que Emile Coornaert, que colaborava com os Anais desde 1932 foi recrutado para ocupar a cadeira de História. Pierre Deffontaines, do *Institut Catholique de Lille* foi encarregado dos cursos de Geografia. Etienne Borne e Michel Berveiller, ambos da Universidade de Paris, foram ensinar o primeiro Filosofia e o segundo Letras Clássicas.<sup>159</sup>

Todos os franceses selecionados gozavam de certo prestígio e renome em suas áreas de docência e pesquisa, à exceção de Paul Arbousse-Bastide, que era na verdade sobrinho de Georges Dumas (PEIXOTO, 1991).

Num segundo momento, em 1935, foram convidados jovens *agrégés*, em geral professores de liceu sem experiência no ensino superior, com contratos de 3 anos, conforme destacam Peixoto (1991) e Lefèvre (1990). São eles:

Fernand Braudel, discípulo preferido de Lucien Febvre, que realizava uma tese sobre o Mediterrâneo na época de Felipe II, foi nomeado para a cadeira de História. Claude Lévi-Strauss, então professor de Filosofia no liceu de Versailles, beneficiou do desdobramento da cadeira de sociologia de P. Arbousse-Bastide. Foi à Etnologia e à Etnografia que este pode se dedicar (não sem quaisquer problemas com P. Arbousse-Bastide que preferia que Lévi-Strauss ensinasse somente a Sociologia). (...) foram também recrutados o geógrafo Pierre Monbeig, o filósofo Jean Maugüé e o literato Pierre Hourcade. Pierre Monbeig, genro do matemático Paul Janet com o qual George Dumas tinha realizado um ciclo de conferências no Brasil em 1925, preparava uma tese sobre as Ilhas Baleares. Ligado à Escola dos Anais e mais particularmente à Henri Hauser, [Monbeig] realizou um trabalho fundamental, histórico e geográfico, e colaborou com revistas científicas, traduções e obras para a descoberta do Brasil na França. Jean Maugüé, jovem *normalien*, ensinava Filosofia no liceu de Montluçon e, conforme relata em *Les Dents Agacées*, viu na proposta de G. Dumas uma tábua de salvação inesperada. (...) Maugüé parece, pelo legado que deixou, ter sido uma das figuras mais marcantes dessa missão. Pierre Hourcade teve a pesada tarefa de suceder R. Garric, muito apreciado no Brasil, onde desfrutava de uma grande e já antiga reputação de conferencista e de professor. Contudo P. Hourcade conseguiu,

<sup>159</sup> Tradução nossa. No original: “C’est à un ancien conférencier des Instituts de Haute Culture franco-brésiliens que l’on confie la chaire de littérature française: Robert Garric de l’Université de Lille. Georges Dumas fit appel, pour assurer les cours de sociologie, à son élève P. Arbousse-Bastide. Par les nombreux liens qu’il entretenait avec Henri Hauser, son ami et condisciple à l’Ecole Normale Supérieure, il entra en rapport avec les historiens qui se groupaient autour de lui et de la jeune école des Annales fondée en 1929 par Lucien Febvre et Marc Bloch. C’est ainsi qu’Emile Coornaert qui collaborait aux Annales depuis 1932 fut recruté pour occuper la chaire d’Histoire. Pierre Deffontaines, de l’Institut Catholique de Lille fut chargé des cours de Géographie. Etienne Borne et Michel Berveiller, tous deux de l’Université de Paris vinrent enseigner, le premier la philosophie, le second les lettres classiques.” (LEFÈVRE, 1990, p.3-4)

em poucos meses, com pouquíssimos meios técnicos e financeiros, criar um verdadeiro centro de estudos franceses no qual a atividade se manifestava pela publicação de um boletim em que apareciam memórias, trabalhos, monografias e estudos de literatura comparada franco-brasileira. Foi necessário esperar o ano seguinte, 1936, para que a Universidade de São Paulo criasse um curso de Economia. François Perroux, jovem e brilhante professor da faculdade de direito de Lyon foi encarregado de tal curso. (LEFÈVRE, 1990, p.5)<sup>160</sup>

Desse grupo, destacando-se a Filosofia e as Ciências Humanas, percebemos que alguns tiveram seus contratos renovados, como Pierre Monbeig e Jean Maugüé, e outros foram substituídos em 1938 por Roger Bastide e Jean Gagé. Os professores que permaneceram após 1938 puderam ser auxiliados mais de perto por assistentes brasileiros e ficaram um período maior no Brasil, até o final da Segunda Guerra Mundial (1945). De acordo com Peixoto (1991) a eclosão da guerra foi um fato determinante para a permanência prolongada de alguns professores e pela interrupção de novas contratações.

Assim, a constituição do ensino superior de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo<sup>161</sup> sintetiza uma ligação estreita entre Brasil e França. A partir de agora, no próximo capítulo, nos deteremos na estadia dos missionários geógrafos: Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig.

---

<sup>160</sup> Tradução nossa. No original: “Fernand Braudel, disciple préféré de Lucien Febvre, lancé dans une thèse sur la Méditerranée au temps de Philippe II, fut nommé à la chaire d’histoire. Claude Lévi-Strauss, alors professeur de philosophie au lycée de Versailles, bénéficia du dédoublement de la chaire de sociologie de P. Arbousse-Bastide. C’est en fait à l’ethnologie et à l’ethnographie qu’il allait pouvoir s’adonner (non sans quelques problèmes avec P. Arbousse-Bastide qui préférait que Lévi-Strauss enseignât uniquement la sociologie). (...) furent également recrutés le géographe Pierre Monbeig, le philosophe Jean Maugüé et le littéraire Pierre Hourcade. Pierre Monbeig, gendre du mathématicien Paul Janet avec qui Georges Dumas avait accompli un cycle de conférences au Brésil en 1925, préparait une thèse sur les Baléares. Lié à l’École des Annales et plus particulièrement à Henri Hauser, il réalisa un travail fondamental, historique et géographique, et participa par ses collaborations aux revues scientifiques, ses traductions, ses ouvrages à la découverte du Brésil en France. Jean Maugüé, jeune normalien enseignait la philosophie au lycée de Montluçon et, comme il le retrace ans *Les Dents agacées*, vit dans la proposition de G. Dumas une bouée de sauvetage inespérée. (...) Maugüé semble, par le souvenir qu’il y a laissé, constituer une des figures les plus marquantes de cette mission. Pierre Hourcade, quant à lui, eut la lourde charge de succéder à R. Garric très apprécié au Brésil où il jouissait d’une grande et déjà ancienne réputation de conférencier et de professeur. Néanmoins P. Hourcade réussit en quelques mois, avec très peu de moyens techniques et financiers, à créer un véritable centre d’études françaises dont l’activité se manifesta par la publication d’un bulletin où paraissaient mémoires, travaux, monographies et études de littérature comparée franco-brésilienne. Il fallut attendre l’année suivante, 1936, pour que l’Université de São Paulo dispense un cours d’économie. François Perroux, jeune et brillant professeur de la faculté de droit de Lyon en fut chargé.” (LEFÈVRE, 1990, p.5)

<sup>161</sup> Não ignoramos que ocorreram missões estrangeiras também para a criação de universidades no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, mas estas não são objeto da pesquisa aqui desenvolvida.

## 7. A permanência da mudança: as especificidades da produção científica em Geografia na periferia do capitalismo

Neste capítulo, discutiremos a produção científica em Geografia na Universidade de São Paulo a partir, principalmente, de parte da obra de Pierre Monbeig sobre o Brasil, contida em algumas publicações da Associação dos Geógrafos Brasileiros e na sua tese de doutorado intitulada *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, defendida na França em 1949. Consideramos que essa análise é pertinente na medida em que revela os caminhos do desenvolvimento da tradição de pesquisa monográfica na USP, através do trabalho de um dos seus mestres. Nesse trajeto, a nosso ver, demonstra-se que a metodologia da Geografia regional clássica se depara com as especificidades do desenvolvimento do capitalismo na periferia, adaptando-se à uma outra realidade para poder explicá-la.

### 7.1. Pierre Deffontaines: missionário da Geografia Francesa

Pierre Deffontaines nasceu em Limoges em 1894. Formou-se em Direito na *Université de Poitiers* em 1916 e apresentava profundo interesse pelos estudos da pré-história. A relação de Deffontaines com a Geografia se estabelece primordialmente no final da década de 1910 e é marcada pelo impacto das leituras e dos contatos acadêmicos e pessoais com Jean Brunhes, o qual se tornará seu mestre (PINCHEMEL, 2011; DELFOSSE, 2000). Deffontaines frequentou os cursos de Brunhes no *Collège de France*, além das disciplinas de Albert Demangeon e Emmanuel De Martonne na Sorbonne. Formou-se em História e Geografia e obteve um DES (equivalente ao *master* francês atual) sob orientação de Demangeon, e a *agrégation* em História e Geografia em 1922 (DELFOSSE, 2000).

Nos anos seguintes a sua formação, Deffontaines galgou uma carreira no magistério superior francês: foi bolsista da Fundação Thiers entre 1922 e 1925, professor e diretor do Instituto de Geografia na Faculdade Católica de Lille de 1925 à 1939, *chargé de cours* de Geografia pré-histórica na *École d'Antropologie* de Paris e obteve o doutorado em Geografia pela Sorbonne em 1932 com uma tese sob direção de A. Demangeon intitulada *Les hommes et leurs travaux dans les pays de la Moyenne Garonne, Agenais et Bas-Quercy, Lille*. De 1932 a 1937 foi secretário geral da Sociedade de Geografia de Lille (DELFOSSE, 2000; FERREIRA, 1998; 2000).

Além de sua intensa atividade intelectual, Ferreira (1998) destaca que Deffontaines era um militante católico bastante atuante. Ele integrava o grupo católico de Robert Garric,

professor de literatura francesa na Sorbonne e missionário na USP em 1934. Garric foi o criador das *Equipes Sociales*, movimento católico voltado para os jovens “(...) que tinha como propósito promover o intercâmbio educacional entre a juventude intelectual e a juventude popular (...) de forma que uma possa aprender com a outra” (FERREIRA, 1998, p.381).

Deffontaines iniciou seu contato com o Brasil e com a América Latina na década de 1930. A escolha do geógrafo de Limoges para a missão francesa de 1934 é resultado da seguinte conjuntura: apesar de uma carreira bastante consistente, em 1934 Deffontaines ainda não tinha um posto na universidade pública francesa, pois havia sido preterido em concursos nas universidades de Poitiers e Rennes (FERREIRA, 1998). Ferreira (1998) argumenta que o duplo caráter da formação intelectual de Deffontaines produziu a dificuldade de ascender a um posto no ensino superior francês: ao mesmo tempo que havia realizado sua formação na Sorbonne sob a orientação de Demangeon, Deffontaines tinha uma explícita vinculação com o método de Brunhes, e objetivava formular uma Geografia Humana ligada às causalidades religiosas e espirituais, o que se relaciona diretamente a sua militância católica. A oportunidade de atuar no Brasil se desenhava como uma possibilidade real de difundir seus métodos, tornar-se um missionário pioneiro, travar contatos no Brasil e adquirir mais prestígio na França. Assim, a relação pessoal com Robert Garric na militância católica aliada ao momento da carreira em que se encontrava - reconhecido, mas sem o posto que almejava - alçaram Deffontaines à condição de missionário ideal para a cátedra de Geografia Humana e Física.

Deffontaines chegou em São Paulo em maio de 1934 e começou seus cursos no mês seguinte. Em novembro, Deffontaines relata ao *Service des Oeuvres françaises à l'Étranger*, dirigido por Jean Marx, sua intensa atividade intelectual na docência e na pesquisa. Lefèvre (1993), analisando as correspondências de Deffontaines, observa que o geógrafo relatou que nesses meses de trabalho já havia fundado uma Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), que se reunia em torno dele a cada quinze dias. Também acompanhava diversas expedições geográficas e trabalhos de campo com estudantes, já havia criado uma revista que reunia trabalhos da associação – a revista *Geografia* -, e orientava diversas pesquisas dos estudantes brasileiros. Além disso, Deffontaines argumenta que já havia produzido um conjunto de publicações que dotava o público francês de informações sobre o Brasil. De acordo com Lefèvre (1993), o geógrafo de Limoges descobre o Brasil para si, para a França e para os próprios brasileiros num só tempo.

Rapidamente o geógrafo francês descobre o Brasil e o faz descobrir aos brasileiros, mas o faz descobrir, igualmente, aos seus compatriotas. Ele não abandona a sua missão de professor e diretor do Departamento de Geografia: no final de 1934, contam-se onze trabalhos ou pequenas teses de Geografia

local, as quais ele garantiu a orientação paralelamente aos seus cursos e às suas conferências públicas. É nestes termos que analisa, ele próprio, o objetivo e o resultado de sua presença no Brasil: “eu possuía já, no meu entorno, uma boa pequena equipe de geógrafos comprometidos com o reconhecimento de seu país... Veja que eu dei ao meu ensino uma dupla orientação: aprender a Geografia para criar os professores dessa disciplina e desenvolver as vocações de geógrafos exploradores comprometidos com o reconhecimento desse imenso Brasil ainda pouco estudado, e foi essa orientação que me deu mais gratificações aqui”. (LEFÈVRE, 1993, p.26)<sup>162</sup>

Nos termos do próprio Deffontaines, assim, se tornam explícitos seus objetivos como missionário. Além de ensinar e orientar pesquisas acadêmicas, seria fundamental também o processo de formação de futuros professores articulado à formação de futuros pesquisadores, geógrafos exploradores, de um Brasil muito pouco estudado pelos próprios brasileiros. Ferreira (1998) argumenta que outro objetivo do geógrafo missionário era de articular-se aos católicos brasileiros e promover a criação de congêneres das *Equipes Sociales* no país.

Os diários da esposa de Deffontaines, Mme. Geneviève Claro Deffontaines, relatam a vida familiar e especialmente as atividades intelectuais e profissionais do marido, constituindo-se em uma fonte interessante de pesquisa para verificar a trajetória de Pierre Deffontaines. Tais diários, escritos em dez volumes entre 1928 e 1938, esboçam um panorama da vida em São Paulo durante o ano de 1934. Ferreira (1998) analisou meticulosamente esse material e observa que Mme. Deffontaines relata o sucesso de seu marido entre os brasileiros:

Eu recebo boas notícias de Pierre que aqui compartilho. Suas conferências são um verdadeiro sucesso e ele possui uma colaboração muito interessante com seus estudantes, orientando-os em diversos temas de estudo da Geografia Humana. (...) Ele me envia belas fotos, é um feliz geógrafo, mas um pai infeliz... muito tempo separado dos seus filhos pequenos. A separação é difícil, nós oferecemos tudo ao Bom Deus e nos reconfortamos com boas cartas. Já solicitei a ele a tradução para o português do seu livro *L'homme e la forêt*, com fotos do Brasil. [Júlio de] Mesquita disse que nenhum professor teve já tanto sucesso como ele em São Paulo. (DEFFONTAINES, 1934 *apud* FERREIRA, 1998, p.385-386)<sup>163</sup>

<sup>162</sup> Tradução nossa. No original: “Bref, le géographe français découvre le Brésil, le fait découvrir aux Brésiliens, mais entend également s’attacher à le faire découvrir à ses compatriotes. Il n’en délaisse pas pour autant sa mission d’enseignement et de direction du département de géographie : fin 1934, il recense onze mémoires ou petites thèses de géographie locale, dont il a assuré l’orientation parallèlement à ses cours et à ses conférences publiques. C’est en ces termes qu’il analyse lui-même l’objectif et le résultat de sa présence au Brésil : « j’ai maintenant autour de moi une bonne petite équipe de géographes attachés à la reconnaissance de leur pays... Vous voyez que j’ai donné à mon enseignement une double orientation : apprendre la géographie pour faire des professeurs de cette matière et développer les vocations de géographes explorateurs attachés à la connaissance de cet immense Brésil encore si mal étudié, et c’est de cette orientation qu’on m’a le plus de gratitude ici ».” (LEFÈVRE, 1993, p.26)

<sup>163</sup> Tradução nossa. No original: “Je reçois de bonnes nouvelles de Pierre que nous partageons, ses conférences sont un vrai succès, et il a une très intéressante collaboration avec ses étudiants, les oriente vers divers sujets d’étude de géographie humaine (...) il m’envoie de très belles photos, il est un heureux géographe mais un malheureux papa... trop longtemps séparé de ses petits enfants. La séparation est dure, nous l’offrons ensemble au Bon Dieu en nous réconfortant par de bonnes lettres. On lui a demandé de traduire son livre sur ”l’homme et la

É interessante observar que o diário tinha a intenção, nos termos de Ferreira (1998), de relatar as atividades intelectuais do marido e de servir de referência de valores e moral católica para os filhos do casal, que inclusive recebiam as versões impressas dos diários escritos por Mme. Deffontaines. Destaca-se do trecho do diário o sucesso de Deffontaines tanto com os alunos quanto com as elites dirigentes.

No final do ano de 1934 Pierre Deffontaines retorna para a França. Ele regressará ao Brasil em 1936 na missão universitária francesa para a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), à época no Rio de Janeiro. A cátedra de Geografia Física e Humana da USP foi em seguida ocupada pelo jovem Pierre Monbeig, em 1935. Ferretti (2014) argumenta que essa troca, no entanto, não ocorre sem ruídos. O sociólogo Paul Arbousse-Bastide, nas correspondências analisadas por Ferretti (2014), revela não simpatizar com o geógrafo de Limoges. No final de 1935, Arbousse-Bastide afirma que o geógrafo, com a sua decisão de não retornar à São Paulo naquele ano, mostrou-se um *initiateur*, o que revelaria sua incapacidade de construir uma situação estável na Universidade. Ao mesmo tempo Deffontaines teria deixado seus colegas e alunos numa situação bastante desconfortável. Em um dos relatórios de Arbousse-Bastide, que era considerado o chefe da missão, o sociólogo argumenta sobre o caso:

Ano passado, M. Deffontaines, no momento de deixar São Paulo e depois de ter conhecido verdadeiro sucesso, afirmou que contava voltar não em 1935, mas em 1936. Por isso, seus amigos paulistas contavam firmemente com ele. Quando os jornais anunciaram sua nomeação no Rio [*de Janeiro*], os paulistas ficaram ou céticos ou decepcionados. Se, por outro lado, M. Deffontaines retornasse à São Paulo, a situação ficaria muito delicada. De início, ele voltaria não mais para começar, mas para continuar. Deffontaines é, acima de tudo, um *initiateur*. Mas ele também encontraria no seu lugar M. Monbeig, professor de Geografia Humana. No fim das contas, me pergunto se ele não preferiria (com vistas apenas à eficácia da missão) que M. Deffontaines ficasse no Rio e viesse à São Paulo para dar algumas conferências. (ARBOUSSE-BASTIDE, 1935 *apud* FERRETTI, 2014, p. 5-6)<sup>164</sup>

Deffontaines acompanha a formação da Geografia universitária no Rio de Janeiro em 1936, permanecendo no Brasil até 1938. Em 1939 se torna diretor do *Institut Français de*

---

fôret” en portugais, avec photos du Brésil. Mesquita lui dit qu’aucun professeur n’a encore réussi comme lui à Saint-Paul.” (DEFFONTAINES, 1934 *apud* FERREIRA, 1998, p.385-386)

<sup>164</sup> Tradução nossa. No original: “L’an dernier, M. Deffontaines, au moment de quitter São Paulo, et après avoir connu un franc succès, a affirmé qu’il comptait revenir non en 1935, mais en 1936. Par suite, ses amis paulistes comptaient fermement sur lui. Quand les journaux annoncèrent sa nomination à Rio, les Paulistes furent ou sceptiques ou déçus. Si d’autre part M. Deffontaines revenait à São Paulo, la situation y serait très délicate. D’abord il y viendrait non plus pour commencer, mais pour continuer. Or, Deffontaines est surtout un initiateur. Mais surtout il y trouverait M. Monbeig, qui lui aussi est professeur de géographie humaine (...) En fin de compte, je me demande s’il ne vaudrait pas mieux (l’efficacité de la mission étant la seule en vue) que M. Deffontaines reste à Rio quitte à venir donner quelques conférences à São Paulo.” (ARBOUSSE-BASTIDE, 1935 *apud* FERRETTI, 2014, p. 5-6)

*Barcelone*, onde contribui com a consolidação da Geografia na Espanha. Em 1948 vai para Quebec, no Canadá, formar o *Institut de Géographie* da *Université Laval*, e volta para a Espanha em 1967 quando se torna professor do Departamento de Geografia em Barcelona, até 1974. Ou seja, Deffontaines se consolida como o missionário oficial da Geografia Francesa.

## **7.2. Pierre Monbeig e os caminhos de uma Geografia francesa produzida no Brasil, sobre o Brasil**

Retornando ao Brasil da década de 1930, aporta em São Paulo Pierre Monbeig, geógrafo francês nascido em 1908, que atuou como professor na recém fundada Universidade de São Paulo entre 1935 e 1946. Licenciado em Geografia e História pela Universidade de Paris em 1927, Monbeig chegou no Brasil aos 27 anos de idade para assumir a cátedra de Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na dita universidade brasileira.

Monbeig foi catedrático de Geografia Humana, presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros, autor de diversos trabalhos sobre o Brasil - especialmente sobre o estado de São Paulo - e é considerado por Ab'Saber (1994), Abreu (2014) e Nogueira (2013) um dos fundadores da Geografia brasileira, ou um grande incentivador da produção científica em Geografia no Brasil. Durante a sua permanência no país, Pierre Monbeig orientou diversas pesquisas e teses de doutoramento de jovens geógrafos que mais tarde tornaram-se professores do Departamento de Geografia Humana da USP, consolidando com isso um grupo de discípulos que compartilhava dos termos da sua Geografia Humana. Dentre eles mencionamos Ary França, Renato da Silveira Mendes, José Ribeiro de Araújo Filho, Nice Lecocq Müller e Pasquale Petrone (AB'SABER, 1994; NOGUEIRA, 2013).

### **7.2.1. Trajetória pessoal e formação científica: o jovem Monbeig**

Licenciando-se em História e Geografia na Universidade de Paris durante os anos 1920, Pierre Monbeig se disse seduzido pelo trabalho de campo, pelas excursões realizadas com seus professores Albert Demangeon e Emmanuel De Martonne. Seu gosto pelas questões de ordem política, econômica e social direcionaram sua atenção para a História Contemporânea e para a Geografia Humana (MONBEIG, 1991).

De acordo com Droulers (1991), Monbeig deve a sua concepção de ciência geográfica à Paul Vidal de La Blache, o grande mestre fundador da escola francesa de Geografia (DROULERS, 1991; MORAES, 2005a; MOREIRA, 2007; PEREIRA, 2012; HAESBAERT; 2012). Tendo sido aluno de Demangeon e De Martonne, dois discípulos de Vidal, Monbeig portanto se insere diretamente na filiação dessa grande escola vidaliana e se forma na tradição

das grandes teses regionais, ou das monografias regionais (DROULERS, 1991). Segundo a autora,

A inserção de sua ação na tradição da Escola Francesa de Geografia se exprime na importância dada não somente à História como elemento explicativo, mas também à descrição minuciosa das paisagens e dos homens, enfocando particularmente a caracterização dos tipos e personagens da sociedade local. Eram os princípios que Vidal de La Blache havia praticado no seu *Tableau de La Géographie de La France*. (DROULERS, 1991, p. 37)<sup>165</sup>

Formado (o mais jovem geógrafo com diploma de *agrégation* da França, aos 21 anos), Monbeig partiu para a Espanha, onde começou uma tese sobre as Ilhas Baleares, na linha da Geografia Humana da época, listando as paisagens e realizando estudos sobre a história dos lugares (MONBEIG, 1991).

Revel-Mouroz (1991) demonstra que entre 1930 e 1934, no começo de sua carreira, Monbeig abordou temas de Geografia econômica - como o mercado e o fluxo comercial de produtos - dando ênfase às questões da economia espanhola. No entanto, “Essa inclinação de Pierre Monbeig por uma verdadeira Geografia econômica que não seja uma nomenclatura de produtos nem uma elocubração de escritório sobre estatísticas, se manifesta também pela atenção que ele dá aos processos e impactos financeiros” (REVEL-MOUROZ, 1991, p.161)<sup>166</sup>. Os primeiros trabalhos de Monbeig, portanto, foram textos que tratavam da Espanha e de suas questões econômicas<sup>167</sup>. Ferras (1991) argumenta que estes primeiros trabalhos do geógrafo francês se compunham essencialmente de pesquisas de campo e referências à história, visto que o país, na época, sofria da falta de dados estatísticos.

Em 1935 Monbeig recebe o convite para lecionar no Brasil:

<sup>165</sup> Tradução nossa. No original: “L’inscription de son action dans la tradition de l’école française de géographie s’exprime dans l’importance accordée non seulement à l’histoire comme élément explicatif, mais aussi à la description minutieuse des paysages et des hommes avec, en particulier, l’accent porté sur la caractérisation des types et personnages de la société locale. C’étaient les principes que Vidal de La Blache avait mis en pratique dans son *Tableau de La Géographie de La France*.” (DROULERS, 1991, p. 37)

<sup>166</sup> Tradução nossa. No original: “Ce penchant de Pierre Monbeig pour une véritable géographie économique qui n’est pas une nomenclature de produits ni une élocubration *de cabinets* sur des statistiques, se manifeste également par l’attention qu’il porte aux processus et impacts financiers” (REVEL-MOUROZ, 1991, p.161)

<sup>167</sup> A título de exemplo, destacamos dentre os trabalhos da “obra espanhola” (FERRAS, 1991) de Monbeig um texto publicado em 1933 sobre a reforma agrária na Espanha. Neste trabalho, o autor identifica a existência de uma questão agrária, que se revela a partir da enorme concentração de terras, fruto das políticas ditatoriais do governo de Primo de Rivera. O novo governo republicano, instaurado em abril de 1931, insere a realização de uma reforma agrária dentre as suas pautas principais (MONBEIG, 1933 *apud* FERRAS, 1991, p.75), e Monbeig analisa, neste texto em questão, as políticas empreendidas pelo novo governo para a realização de tal reforma. Compreendemos que este texto é importante pois demonstra a preocupação do autor com a ausência de dados estatísticos e informações oficiais sobre a Espanha, problema que irá se repetir no Brasil, e que também será identificado por Monbeig durante sua estadia na USP, conforme veremos mais à frente neste trabalho.

Hauser me solicitou uma resposta dentro de quarenta e oito horas para partir em 10 ou 15 dias ao Brasil, como professor de História. Na origem dessa proposta chocante estava um outro dos velhos senhores da universidade daqueles tempos, o filósofo e psicólogo George Dumas, que era um homem de confiança dos brasileiros e que havia sido encarregado por eles de recrutar jovens professores. George Dumas se dirigiu aos seus amigos, dentre eles Hauser, que era um dos seus camaradas da Escola. Hauser pensou em mim, e eu respondi que não era historiador. Hauser me disse: ‘Isso não faz nenhuma diferença, para ir ao Brasil você conhece tão bem a História quanto qualquer outro’. Minha esposa esperava um segundo bebê para algumas semanas após a data de partida. (...) Eu não iria perder a oportunidade de ir passar o que pensava ser seis meses no Brasil. (...) Naquele momento, me diziam que o contrato seria de dois anos, e na verdade eram três, mas nós éramos jovens, e então eu assinei o contrato. (MONBEIG, 1991, p.29)<sup>168</sup>

Vindo portanto para ficar apenas três anos, Monbeig e sua família ficaram até 1946, quando voltaram para a França.

Substituindo o professor Pierre Deffontaines ao assumir a cátedra de Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Pierre Monbeig tomou parte na construção do ensino superior em História e Geografia no Brasil, compondo assim o segundo grupo de professores estrangeiros contratados para lecionar na recém fundada universidade. Além da cátedra mencionada, Monbeig também assumiu a presidência da Associação dos Geógrafos Brasileiros, sobre a qual trataremos a seguir.

### 7.2.2. *A Associação dos Geógrafos Brasileiros, uma entidade acadêmico-cultural*

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) foi fundada no mesmo ano da criação do primeiro curso superior de Geografia no Brasil – 1934 - no seio da recém formada Universidade de São Paulo. A associação nasceu intimamente relacionada à universidade, fundada pelo professor Pierre Deffontaines. Segundo Azevedo (1954, p.49) “O ano de 1934 tem um significado muito grande para a Geografia em nosso Estado porque registrou, quase simultaneamente, dois acontecimentos decisivos: a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros.”

---

<sup>168</sup> Tradução nossa. No original: “Hauser me demandait une réponse dans les quarante-huit heures pour partir dans les 10 ou 15 jours au Brésil, comme professeur d’Histoire. A l’origine de cette étonnante proposition, il y avait un autre des vieux messieurs de l’Université de ce temps-là, le philosophe et psychologue Georges Dumas, qui était l’homme de confiance des Brésiliens, et qui avait été chargé par eux de recruter de jeunes professeurs. George Dumas s’est adressé à ses amis, dont Hauser, qui était l’un de ses camarades de l’École; Hauser a pensé à moi, j’ai répondu que je n’étais pas historien. Hauser m’a dit : ‘Ça n’a aucune espèce d’importance, pour aller au Brésil tu connais aussi bien l’Histoire qu’un autre’. Et ma femme attendait un second bébé pour quelques semaines après la date qu’on me fixait comme départ. (...) Je n’allais pas rater l’occasion d’aller passer ce que je croyais être six mois au Brésil. (...) A ce moment-là, on me disait que le contrat serait de deux ans, en fait il était de trois, mais nous étions jeunes, et j’ai donc signé le contrat.” (MONBEIG, 1991, p.29)

Ao redor portanto da cadeira de Geografia da USP, Deffontaines, juntamente à Caio Prado Jr, Luís Flores de Moraes Rego e Rubens Borba de Moraes, fundava “uma associação de âmbito nacional fora da Capital da República, (...) que anteviu o papel reservado a São Paulo no campo da Geografia brasileira.” (AZEVEDO, 1954, p.52).

Petrone (1994, p.144) também compreende que há uma íntima relação entre as duas instituições em questão, não só no momento da sua fundação, mas no seu crescimento:

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, fundada em São Paulo, foi a primeira entidade voltada para uma Geografia científica. Não se trata, com a afirmação acima, de menosprezar ou menoscabar o que já existia, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico, no Rio de Janeiro, em São Paulo, ou em outras partes do país. Mas é que as atividades dessas entidades tinham outro significado, embora freqüentemente de inegável importância, e sobre isso parece que não caibam dúvidas. (...) Parece-me importante, também, o fato de tal entidade ter surgido em São Paulo, de certa forma no bojo da Faculdade de Filosofia, e que tenha crescido sempre estreitamente vinculada à Universidade. Cabe insistir, embora autônoma, entidade particular e, portanto, não oficial, a Associação dos Geógrafos Brasileiros funcionou sempre em sintonia com a USP. Foram muitos os alunos da Universidade que tiveram a oportunidade de crescer intelectualmente freqüentando a Associação.

O primeiro estatuto da AGB, de dezembro de 1934, define que a entidade tem por fins: a realização de reuniões periódicas para se discutir algum tema de Geografia brasileira; a organização de excursões para estudo; a constituição de uma biblioteca especializada em Geografia; e a publicação de um periódico também especializado em Geografia (SEABRA, 2008).

A primeira revista da associação chamava-se *Geografia*, sendo publicados 4 números entre 1935 e 1936. Depois, o *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros* substituiu a revista anterior entre 1941 e 1944 (AZEVEDO, 1954; SEABRA, 2008). Desde 1949, a seção regional São Paulo<sup>169</sup> publica o *Boletim Paulista de Geografia*.

De acordo com Seabra (2008), diversos dos textos publicados na revista *Geografia* eram o resultado das comunicações que os associados apresentavam e debatiam nas reuniões quinzenais da entidade. Essas comunicações eram registradas em ata pelo secretário da AGB, Caio Prado Jr, e depois publicadas no periódico editado pela associação.

---

<sup>169</sup> Em 1945 há uma reorganização da entidade, que se desdobra em seções regionais: “Mantendo sua sede na capital paulista, desdobra-se já em três *seções regionais*: a de São Paulo, a do Rio de Janeiro e a do Paraná, achando-se em vias de instalação mais outras três – a de Pernambuco, a de Minas Gerais e a de Santa Catarina.” (AZEVEDO, 1954, p. 52). Desde então a AGB realiza reuniões periódicas de âmbito nacional. As Assembléias Gerais da AGB, que se iniciaram em 1946, aconteceram anualmente, com poucas exceções, até 1970, quando uma reforma no estatuto da associação transformou essas assembléias em Encontros Nacionais de Geógrafos (MONTEIRO, 1980), que ocorrem atualmente a cada dois anos. Segundo Monteiro (1980, p.15), a instalação de seções regionais e a realização das assembléias anuais marcam uma expansão da entidade, ou a sua “cruzada de difusão nacional”.

O conteúdo das comunicações publicadas varia em torno de diversos aspectos geográficos do território brasileiro, desde notas de viagem e excursões à diversos estados (Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Maranhão e Goiás), observações de formações geomorfológicas diversas (chapadas, serras), fatores geológicos, fitogeográficos e climáticos. No entanto, o tema mais recorrente é o estado de São Paulo: aspectos físicos, povoamento, distribuição da propriedade fundiária, imigração, indústria e divisão regional. No segundo número da revista está publicado o primeiro esboço de divisão regional do estado de São Paulo, trabalho realizado por Pierre Deffontaines. Prado Jr (1935, p.117) assim apresenta o texto em questão:

O trabalho do Prof. Deffontaines é a primeira tentativa científica de divisão regional do Estado que se faz entre nós. Será inútil encarecer a utilidade de um tal estudo: a divisão regional é um primeiro passo necessário em qualquer estudo sério de geografia local, uma base imprescindível para o conhecimento geográfico de um país. (...) Há neste trabalho do Prof. Deffontaines, sem dúvida, pontos a serem retocados e mesmo alterações a serem introduzidas. Mas em conjunto pode-se dizer que é obra definitiva e que certamente prestará serviços relevantes não só aos estudiosos da matéria, mas principalmente ao ensino da geografia em nossas escolas.

Deffontaines apresentou este seu estudo em reunião de dezembro de 1934, a última de que teria participado antes de retornar à França. Inclusive, está registrado na ata desta reunião que o Prof. Deffontaines sugeriu que a divisão regional do estado de São Paulo deveria ser tema de intensa dedicação e trabalho da AGB, de forma que os associados se debruçassem sobre aspectos de sua preferência particular de estudo (SEABRA, 2008).

Sendo substituído por Pierre Monbeig em 1935, consta na ata da reunião realizada em 18 de março daquele ano a primeira presença do novo catedrático em Geografia da FFCL. Prado Jr (*apud* SEABRA, 2008, p.29) assim introduz o novo professor aos colegas agebeanos: “(...) a Associação, como fruto do ensino de Geografia inaugurado em São Paulo pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, precisa contar sempre entre seus elementos de maior destaque com o catedrático desta cadeira, a quem competia uma verdadeira obrigação inata de a orientar”.

É no entorno da AGB que Pierre Monbeig publica seu primeiro texto sobre o Brasil, intitulado *A zona pioneira do Norte-Paraná*, no terceiro número da revista *Geografia*. Esse texto é fruto da comunicação científica que Monbeig apresentou em reunião de agosto de 1935, e aborda o estudo de uma região, o norte do estado do Paraná, discutindo os aspectos da sua colonização. Monbeig (1935) propõe, neste artigo, o aperfeiçoamento do quadro geral de classificação de regiões do estado de São Paulo elaborado por Deffontaines, o qual já mencionamos, e assim inicia esse aperfeiçoamento pelo estudo mais detalhado de uma região

que, apesar de pertencer administrativamente ao estado do Paraná é de fato uma região econômica paulista (MONBEIG, 1935). Após a introdução do tema do artigo, o autor inicia uma breve descrição de algumas características físicas do lugar: fertilidade do solo, vegetação, altimetria, precipitação e temperatura. “Assim se desenha o quadro no qual o homem dá batalha à floresta”, conclui Monbeig (1935, p.222) sobre o quadro físico. No entanto, em seguida, fica claro que a principal preocupação do geógrafo na análise do lugar em questão diz respeito aos aspectos do povoamento e da colonização. O artigo passa assim a descrever as aglomerações urbanas como centros de abastecimento local; as residências dos pequenos lavradores espalhadas pela mata, onde se faz a derrubada; o cultivo de milho, arroz, feijão, algodão e café, principalmente; a presença de imigrantes alemães e japoneses nas atividades agrícolas; enfim, trata da constituição de uma paisagem rural no norte do Paraná – a qual o autor já descreve como zona pioneira: “Quando se fala de ‘zona pioneira’, deve ter-se em vista que a zona é de policultura: traço distintivo da colonização atual da do último século ou dos princípios do século XX. É provável que o caráter tropical atenuado do clima e da vegetação é causa quase certa do fato” (MONBEIG, 1935, p.226).

Outra questão fundamental para Monbeig (1935), neste texto, é a distribuição dos lotes de terra desses pequenos lavradores, que seria determinada pelas vias de comunicação e pelo acesso às fontes de água. O sistema rodoviário, cuja amplitude estaria relacionada com as condições econômicas e técnicas de cada região, constituiria no norte do Paraná a estrutura agrária, revelando que a faixa pioneira se estabelece a partir da linha férrea, sendo o trilho um agente de povoamento (MONBEIG, 1935, p.231). O autor destaca que as aglomerações urbanas da região também estão dispostas de acordo com os trilhos da linha férrea, equidistantes umas das outras de forma a tornar mais eficiente o transporte dos bens agrícolas produzidos nos lotes. Essa regularidade seria fruto da comercialização das terras feita pela Companhia Terras do Norte do Paraná, responsável tanto pela construção da via férrea quanto pela comercialização dos lotes agrícolas e pela criação das aglomerações urbanas “artificiais” (MONBEIG, 1935). O autor assim conclui o seu artigo sobre a região:

Muito empirismo aplicado em grande escala e aplicado racionalmente, eis o que caracteriza a colonização do Norte do Paraná e a torna interessante: é uma colonização ‘planificada’ para usar-se um termo em voga. É também uma colonização – não mais de francos atiradores ou de associação familiar – mas do tipo de economia capitalista moderna (MONBEIG, 1935, p.236).

Destacamos este trecho por considerarmos que revela a intenção do autor ao analisar a região, demonstrando que a colonização capitalista moderna – ao menos naquele lugar – é resultado do empreendimento comercial de uma empresa, a companhia construtora da estrada

de ferro. Se trata, dessa forma, de uma empresa capitalista planejando o espaço, ou produzindo espaço – para usar-se um termo em voga.

A AGB tinha, entre seu quadro de associados, não somente geógrafos (de atividade ou, mais tarde, de formação), mas interessados nos temas geográficos em geral. Encontram-se entre seus filiados professores de Geografia, historiadores, engenheiros e militares, por exemplo (SEABRA, 2008). Destacamos dentre estes, no entanto, três professores não-geógrafos membros da missão estrangeira na USP: Claude Lévi-Strauss, que segundo atas participou de sete reuniões periódicas e publicou um texto na revista *Geografia*; Paul Arrousse-Bastide, que participou de três reuniões periódicas em 1935 e exerceu a presidência da associação durante o mesmo ano, após o retorno de Deffontaines à França; e Fernand Braudel, que participou de três reuniões periódicas também no ano de 1935 (SEABRA, 2008).

A partir deste quadro da Associação dos Geógrafos Brasileiros pretendemos mostrar a entidade como um ambiente destinado à realização do debate científico em Geografia na época. Compreendemos que a sua fundação e organização visavam a ampliação e o aprofundamento do temário geográfico, constituindo-se como um lugar de debate interdisciplinar sobre a Geografia do Brasil, intrinsecamente relacionado com a formação em História e Geografia que se iniciava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Como bem sintetiza Antunes (2009, p.1) “(...) é fato também que a história da AGB confunde-se com a história da institucionalização da Geografia universitária no Brasil pós-1930, e depois, portanto, com a própria Geografia brasileira.”

### *7.2.3. Especificidades e exigências da produção científica na periferia do capitalismo, ou a permanência da mudança*

Segundo Droulers (1991), Monbeig deve a sua concepção de ciência geográfica, assim como todos os geógrafos formados entre as duas grandes guerras mundiais, à Geografia de Paul Vidal de La Blache. Ele se inscreve na tradição da Escola Francesa de Geografia através da importância que dá, nos seus trabalhos, à História como elemento explicativo, à descrição detalhada das paisagens e dos homens e à conexão estabelecida entre os fatos de ordem física e os fatos de ordem humana, sempre tendo em vista a relação entre eles.

Se, por um lado, Pierre Monbeig foi formado na tradição das grandes teses regionais da Escola Francesa de Geografia (...), deve-se reconhecer, por outro lado, que sua obra vai bem além da simples descrição empírica para atingir um nível explicativo geral, escapando assim da crítica feita à essa tradição das

monografias regionais acusada, após 1945, de negligenciar os elementos explicativos. (DROULERS, 1991, p.36-37)<sup>170</sup>

A autora argumenta que, nesse processo, Monbeig produziu uma Geografia social e humanista, tornando o homem o centro de suas preocupações. O próprio Monbeig explicita as suas inclinações de tipo social: “(...) se nós nos direcionamos para a Geografia, e sobretudo para a Geografia econômica e humana, quando somos jovens, é porque, quase sempre, estamos comprometidos com certas preocupações de tipo social. E nos encontramos consolidando essas convicções pelo próprio fato de termos começado a fazer Geografia” (MONBEIG, 1991, p.33)<sup>171</sup>.

Queiroz (1991) argumenta que o trabalho de Monbeig se voltou essencialmente em direção à Geografia Humana através da descrição da organização do espaço sob a influência dos tipos de povoamento e das atividades dos indivíduos. No entanto, mais do que um estudo dos gêneros de vida, Monbeig explicitou as transformações de uma sociedade em movimento, uma vez que os conflitos humanos e as mudanças nos padrões de povoamento lhe pareciam fundamentais para se compreender a organização do espaço.

É portanto analisando profundamente essa realidade, superando a simples descrição física da cidade e da distribuição dos grupos sociais, partindo da utilização da História e da Sociologia, que Pierre Monbeig revelou os processos que permitiram uma melhor compreensão do que se passava. (QUEIROZ, 1991, p.63)<sup>172</sup>

Andrade (1991, p.54) também identifica na obra de Pierre Monbeig uma maior preocupação com o social, e inclusive mais ampla do que a própria Geografia Humana:

Há uma certa aproximação entre as suas formulações e as de Braudel, o grande historiador que conviveu com Monbeig em São Paulo. Vê-se no seu texto que Monbeig não se deixara dominar por uma preocupação com a ‘geograficidade’ que serviu de freio a numerosos geógrafos que se continham como bons positivistas em expandir o seu pensamento por áreas consideradas de outros especialistas, para evitar também a incursão dos mesmos nas áreas

<sup>170</sup> Tradução nossa. No original: “Si d’une part, Pierre Monbeig a été formé dans la tradition des grandes thèses régionales de l’école française de géographie (...), on doit reconnaître, d’autre part, que son oeuvre va bien au-delà de la simple description empirique pour atteindre un niveau explicatif général, échappant ainsi à la critique faite à cette tradition des monographies régionales accusée, après 1945, de négliger l’interaction des éléments explicatifs.” (DROULERS, 1991, p. 36-37)

<sup>171</sup> Tradução nossa. No original: “(...) si l’on s’oriente vers la géographie, et surtout vers la géographie économique et humaine, quand on est jeune, c’est, presque toujours, parce qu’on est attiré par certaines préoccupations de type social. Et on se trouve renforcé dans ses convictions par le fait même qu’on a commencé à faire de la géographie” (MONBEIG, 1991, p.33)

<sup>172</sup> Tradução nossa. No original: “C’est donc ainsi, en analysant en profondeur cette réalité, en dépassant la simple description physique de la ville et de la distribution des groupes sociaux en son sein, en partant de l’utilisation de l’histoire et de la sociologie, que Pierre Monbeig mit à nu des processus qui ont permis une meilleure compréhension de ce qui se passait.” (QUEIROZ, 1991, p.63)

que consideravam como próprias. Daí a grandeza da produção científica de Monbeig e a sua influência por uma grande ala de geógrafos brasileiros de posições científicas e políticas mais avançadas.

Ao chegar ao Brasil em 1935, substituindo Pierre Deffontaines, Monbeig iniciou seus estudos sobre o país e se consolidou como uma das maiores figuras da Geografia brasileira. Entre 1935 e 1946 – seu tempo de permanência na USP – Monbeig estruturou e consolidou a cátedra de Geografia Humana e contribuiu na criação das cátedras de Geografia Física e Geografia do Brasil, assumidas por João Dias da Silveira e Aroldo de Azevedo, respectivamente (ANDRADE, 1991).

De acordo com Abreu (2014), a Geografia brasileira esteve essencialmente ligada à Escola Francesa de Geografia desde a sua institucionalização no país, nos anos 1930, até os anos 1960. Os primeiros mestres – franceses, os professores-missionários – marcaram o auge de um intercâmbio científico intenso, que remete ao século XIX, conforme já discutimos. Para este autor o verdadeiro introdutor da Escola Francesa de Geografia no Brasil foi Delgado de Carvalho. A chegada dos mestres franceses não iniciou, mas impulsionou um entendimento que já havia se iniciado: “Se Delgado de Carvalho e outros foram precursores da chamada ‘Geografia Moderna’ no país, não há dúvida, entretanto, de que foi com a chegada dos mestres franceses que ela realmente se instalou com solidez no Brasil” (ABREU, 2014, p.62).

O primeiro mestre francês, Pierre Deffontaines, trouxe a defesa do estatuto de ciência natural para a Geografia: “Discípulo fiel de Brunhes, morto em 1930, Pierre Deffontaines traz em sua bagagem, ao chegar ao Brasil em 1934, toda esta opção preferencial pelo natural” (ABREU, 2014, p.59). Já Pierre Monbeig inaugurou uma tradição de estudos urbanos no Brasil, realizados nos moldes das chamadas monografias regionais. A monografia urbana seria a aplicação do método da Geografia Regional às cidades, uma síntese urbana, ou a “(...) integração analítica de dados físicos e humanos, objetivando com isso demonstrar a individualidade do ‘fato geográfico’” (ABREU, 2014, p.65) – no caso, a própria cidade. Para tanto, o trabalho de campo, através do contato direto com o lugar, a sua observação, era uma forma fundamental de obtenção de dados para a elaboração das monografias. Constituído-se assim como uma atividade de pesquisa e de aprendizado, este mestre também introduziu no Brasil a tradição da realização dos trabalhos de campo (ABREU, 2014).

Mencionamos anteriormente que Monbeig, ao escrever sobre a situação da Espanha nos anos 1930, evidencia uma ausência de dados estatísticos e informações sobre o país. O geógrafo também constata essa ausência quando chega ao Brasil. Consideramos, dessa forma, que a perspectiva de empreender largamente o método regional, tradicional da Escola Francesa de

Geografia, se insere justamente na proposta de produção de informações sobre o Brasil, especialmente sobre o estado de São Paulo. A produção das monografias regionais, por isso, teria como objetivo conhecer o país, produzir diretamente os dados que faltavam para o empreendimento da ciência geográfica.

Abreu (2014) e Seabra (2008) reconhecem que o método regional é definidor do caminho de pesquisa de diversos trabalhos de autores brasileiros na época, não somente durante a permanência dos professores franceses no Brasil mas também após a sua partida, até aproximadamente os anos 1960. Para Abreu (2014, p.71-72):

(...) é inegável que o método sugerido por Monbeig não apenas se afirmou na Geografia brasileira, como teve também um papel orientador fundamental na evolução subsequente dos estudos urbanos no país. É a partir dele, baseado nele, que a monografia urbana vai se generalizar como o estudo-padrão de Geografia Urbana no Brasil. Mas isso só ocorrerá de forma mais sistemática a partir da década de 1950, e sob a égide da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

E para Seabra (2008, p.74):

Não cabe aqui crítica nem à concepção de região então dominante na Geografia (e não apenas na ‘francesa’) nem ao uso da monografia regional como método de investigação. Mas cabe lembrar que parte significativa das teses defendidas no Departamento de Geografia, sem entrar no mérito de suas qualidades diferenciadas, tiveram essa característica, pelo menos até a década de 1960. Por outro lado, não é possível que isso tenha sido uma consequência imediata apenas da presença de Deffontaines. Monbeig, seu sucessor, que aqui ficou por mais de dez anos, também valorizava significativamente esse tipo de investigação em Geografia Humana. Ainda que sua tese principal (*Pionniers et Planteurs de São Paulo*), defendida na França no final dos anos 1940, não se enquadre bem na idéia de ‘monografia regional clássica’.

Realizando a análise da obra mencionada por Seabra (2008) no trecho anterior, percebemos tanto a filiação de Monbeig à Escola Francesa de Geografia quanto um certo distanciamento dessa tradição. Já nas primeiras páginas Monbeig (1952, p.9) exprime a impossibilidade de fazer deste seu estudo, *Pionniers et planteurs de São Paulo*, uma monografia regional: “As transformações são tão rápidas que tudo o que poderia ser escrito sobre elas já é História. Assim também é o próprio movimento que eu tentei descrever e explicar; não era possível fazer uma monografia regional e, mais do que um estudo de gêneros de vida, é aquele sobre uma sociedade em movimento que eu procurei fazer”.<sup>173</sup>

---

<sup>173</sup> Tradução nossa. No original: “Les transformations sont si rapides que tout ce qu’on peut en écrire est déjà de l’histoire. Aussi est-ce le mouvement même que j’ai tenté de décrire et d’expliquer ; il n’était pas possible de faire une monographie régionale et, plus qu’une étude de genres de vie, c’est celle d’une société en mouvement que j’ai cherché à faire” (MONBEIG, 1952, p.9)

O trabalho, que analisa a chamada franja pioneira do estado de São Paulo e norte do estado do Paraná, está estruturado em três partes: na primeira, Monbeig (1952) trata das condições naturais e históricas da marcha pioneira para o oeste; na segunda, trata dos homens e responsáveis pela marcha - os pioneiros e sua história até 1929; e na terceira e última parte trata das características da franja pioneira entre 1929 e 1949, data da defesa da tese.

Comprendemos que Monbeig (1952) identifica na franja pioneira e na marcha para o oeste a expansão e a transformação de um país jovem, cuja atividade econômica ainda se consolida, porém, em um ritmo acelerado de mudança. O próprio autor argumenta que o estado de São Paulo passou, em apenas três quartos de século, por processos que demoraram centenas de anos para se realizarem na Europa – nascimento e formação da paisagem rural, fundação e crescimento de cidades, construção de uma rede de comunicação, mistura de raças e elaboração de uma mentalidade regional.

É a partir da constatação da transformação que Monbeig (1952, p.294) demonstra o dinamismo da sociedade que observa, e desenvolve a hipótese de que a única permanência dessa nação recente é a mudança. O que definiria a franja pioneira seria, portanto, a permanência da transformação [*la permanence du changement*]. O próprio conceito de franja pioneira exprime a transformação constante: “A imprecisão do termo convém à essa região instável e incerta onde faixas de floresta subsistem às vezes longamente cercadas de culturas ou de pastagens enquanto que bem mais longe o solo dá as primeiras colheitas. É uma marcha fronteira que progride irregularmente e em direções confusas” (MONBEIG, 1952, p.147)<sup>174</sup>.

Com vista neste argumento, Monbeig (1952) inicia sua análise pelas condições naturais – relevo, clima, solo, paisagem vegetal – e é enfático ao afirmar que, mesmo que estas sejam favoráveis para a exploração pioneira, elas não são favoráveis em si mesmas, pois as condições naturais sempre são favoráveis em relação às necessidades e possibilidades técnicas da exploração humana. Nas palavras do autor, “Por mais dotada que seja, por mais rica que se apresente, uma zona ainda inatacada pelo povoamento moderno não possui, por ela mesma, uma virtude capaz de desencadear o avanço do pioneiro, nem de garantir o seu desenvolvimento. As qualidades intrínsecas apenas são qualidades na media em que correspondem às demandas e às possibilidades humanas” (MONBEIG, 1952, p.81)<sup>175</sup>.

---

<sup>174</sup> Tradução nossa. No original: “Le vague du terme convient davantage à cette région instable et incertaine où des pans de forêts subsistent parfois longtemps entourés de cultures ou de pâturages alors que bien plus loin le sol porte ses premières récoltes. C’est une marche frontière qui progresse irrégulièrement et dans des directions confuses.” (MONBEIG, 1952, p.147)

<sup>175</sup> Tradução nossa. No original: “Si bien douée soit-elle, si riche qu’elle se présente, une zone encore inattaquée par le peuplement moderne ne possède pas, par elle-même, une vertu capable de déclencher l’avance du défricheur,

Associadas às condições naturais, as condições históricas da marcha para o oeste também são tratadas pelo geógrafo. A expansão da produção de café sobre as áreas de terra roxa, na segunda metade do século XIX e início do século XX, se deu devido à existência de um capital de origem comercial que associado à presença de mão-de-obra e à expansão das redes de comunicação ocupou gradativamente o interior do estado de São Paulo, derrubando a floresta e transformando a paisagem.

Apesar de atribuir baixa importância às condições naturais em si, constatamos que Monbeig (1952) atribui enorme importância à História para formular a sua interpretação da franja pioneira. Assim, o autor desenvolve boa parte da sua tese em torno dos sujeitos desta – o indígena, o mineiro, o bandeirante, o grande fazendeiro, o grileiro, o comerciante de terras, o pioneiro, o imigrante -, das atividades econômicas exercidas por estes sujeitos – derrubada da mata, cultivo de café, algodão, cana-de-açúcar, arroz, grãos, criação de gado – e o papel crucial das companhias construtoras das estradas de ferro que, ao traçarem as vias de comunicação, determinavam o sentido da expansão e com isso os caminhos da marcha pioneira e também da especulação.

Apoiado nesse tripé (sujeitos, atividade econômica e vias de comunicação), Monbeig (1952) vai estabelecendo as relações entre estes três elementos ao longo dos séculos XIX e XX, sempre enfatizando o dinamismo da transformação de cada um deles, os novos conteúdos que adquirem no decorrer do processo histórico. A grande fazenda monocultora de café de fins do século XIX, por exemplo, foi substituída pela criação de algodão, cana-de-açúcar e gado após a crise de 1929. Transformando-se em uma empresa agrícola, a grande fazenda deixou de ser a residência de uma família rica para tornar-se mais uma dentre outras atividades econômicas de um mesmo empresário, agora homem de negócios na cidade. O surgimento de grandes empresas capitalistas de colonização, nos anos 1920, é responsável por novas formas de povoamento na expansão pioneira, baseada desta vez não em grandes fazendas mas em loteamentos interligados por uma estrada de ferro. De acordo com Monbeig (1952), a paisagem pioneira se torna mais heterogênea, ficando mais complexa conforme se transformam as relações entre os sujeitos e as suas atividades econômicas.

Compreendemos que é a partir do movimento dessas transformações que Monbeig (1952) identifica diversas especificidades da expansão pioneira no estado de São Paulo. Dentre elas, a importância da especulação como fator crucial dos vetores de expansão. É a partir da

---

ni d'assurer sa mise en valeur. Les qualités intrinsèques ne sont qualités que dans la mesure où elles correspondent aux demandes et aux possibilités humaines.” (MONBEIG, 1952, p.81)

valorização artificial do preço da terra e da falsificação de títulos de propriedade que o autor percebe que a propriedade privada da terra é um mecanismo de enriquecimento na franja pioneira (MONBEIG, 1952, p.125). A terra, quando vista como um valor patrimonial, se consolida como meio de especulação e conseqüentemente mecanismo de enriquecimento do seu proprietário. Monbeig (1952) também identifica, como especificidade da franja pioneira paulista, a associação direta do proprietário de terras e do capitalista comercial num mesmo sujeito – o grande fazendeiro. Segundo o autor, os chefes de algumas famílias paulistas eram grandes fazendeiros, dirigentes de bancos, donos de construtoras de ferrovias e possuíam cargos na administração pública. Ou seja, um único sujeito detinha poderes sobre a terra, o comércio, os bancos, os meios de transporte, a organização da mão-de-obra e o setor público. Para Monbeig (1952, p.123-124)

Até a última década, os grandes fazendeiros foram os diretores de São Paulo: o interesse coletivo era confundido com o seu interesse de classe. Esse fato sociológico se relaciona com a Geografia do movimento pioneiro. Os problemas de mão-de-obra, e conseqüentemente de povoamento, os das vias de comunicação, seus preços, foram considerados e tratados antes de tudo em função dos interesses dos fazendeiros. A marcha pioneira foi, portanto, seu negócio.<sup>176</sup>

Esse domínio completo dos grandes fazendeiros, que consolida o enriquecimento da burguesia paulista no início do século XX, seria responsável também pelo surgimento de uma consciência de classe que se mostra presente no fazendeiro médio. Não tão rico quanto o grande fazendeiro, este outro acredita compartilhar dos mesmos interesses e necessidades daquele:

O fazendeiro médio está longe de possuir a fortuna de um Prado, um Queiroz Telles, um Toledo Piza ou um Alves de Lima. Mas ele faz parte do sistema, compartilha a sua visão, sem perceber que, em mais de um ponto, seus interesses profundos não coincidem necessariamente com os deles. A massa de fazendeiros imitou os mais ricos, em uma escala mais modesta, se portando à frente para desmatar, comprando grandes áreas de vastos domínios florestais em que somente uma parte poderia ser transformada em cafezais. Eles também formam pequenas associações familiares e se agrupam entre parentes e amigos para reunir capitais e ter domínios vizinhos uns aos outros. Todos reclamam trabalhadores para as suas terras, e todos compartilham o mesmo espírito senhorial. Mas o fazendeiro médio não possui a independência econômica do grande fazendeiro: ele depende muito mais dos intermediários que compram seu café e o revendem aos exportadores. Não possuem a resistência financeira que o permitiria resistir em caso de crise econômica. Enquanto que as grandes fazendas, que representam o investimento de um capital considerável,

---

<sup>176</sup> Tradução nossa. No original: “Jusqu’à la dernière década, les grands fazendeiros furent en quelque sorte les directeurs de São Paulo ; l’intérêt collectif était confondu avec leur intérêt de classe. Ce fait sociologique se rattache à la géographie du mouvement pionnier. Les problèmes de main-d’oeuvre, et par suite le peuplement, ceux des voies de communication, ceux prix furent considérés et traités avant tout en fonction des intérêts des fazendeiros ; la marche pionnière fut d’abord leur affaire.” (MONBEIG, 1952, p.123-124)

resistem às depressões, a plantação média deve ser hipotecada ou vendida. Seu proprietário recomeça, portanto, a marcha. (MONBEIG, 1952, p.124)<sup>177</sup>

É com esta constatação sobre a resistência às crises econômicas que Monbeig (1952) também identifica que estas são, para os grandes proprietários, não somente momentos de prejuízos e perdas, mas também de abertura para novas formas e especialmente novos lugares para exploração e conseqüente acumulação:

Nascido no momento de consolidação da economia capitalista, o movimento de conquista dos planaltos ocidentais não parou de progredir apesar das crises inerentes ao sistema e mesmo devido à essas crises. As depressões econômicas que marcaram estes três quartos de século são parte das zonas pioneiras. Mas cada uma dessas depressões sucitou novas oportunidades que, a cada vez, reiniciaram o mecanismo. O dinamismo das frentes de povoamento paulista se confunde assim com o dinamismo da economia mundial. (...) A franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e das ambições dos locais e também dos estrangeiros. Isso será duramente afetado pelas crises, mas não é isso que, simultaneamente, permite recuperar rapidamente a sua vitalidade? (MONBEIG, 1952, p.106)<sup>178</sup>

O estudo realizado por Monbeig (1952) sobre a franja pioneira e o seu movimento constante de transformação aponta algumas das especificidades da expansão capitalista na periferia do sistema. A impossibilidade de realização de um *quadro* do estado de São Paulo, nos moldes de uma monografia regional, demonstra a dificuldade de se compreender a dinâmica da periferia do capitalismo com os instrumentos teóricos construídos para se compreender o seu centro. Nesse sentido, é possível argumentar que a perspectiva analítica das monografias regionais empreendida por Pierre Monbeig no Brasil e mesmo depois, sobre o Brasil, é um

---

<sup>177</sup> Tradução nossa. No original: “Le fazendeiro moyen est loin d’avoir toujours la fortune d’un Prado, d’un Queiroz Telles, d’un Toledo Piza ou d’un Alves de Lima. Mais il fait partie du système, il partage leurs façons de voir, sans percevoir que, sur plus d’un point, ses intérêts profonds ne coïncident pas forcément avec les leurs. La masse des planteurs a imité les plus fortunés, sur une échelle plus modeste, se portant en avant pour défricher, achetant des morceaux des vastes domaines forestiers dont une partie seulement pouvait être transformée en cafezais. Eux aussi forment des petites associations familiales et se groupent entre parents et amis pour reunir des capitaux et avoir des domaines voisins les uns des autres. Tous réclament des travailleurs pour leurs terres, et tous partagent le même esprit seigneurial. Mais le fazendeiro moyen n’a pas l’indépendance économique du grand planteur : il dépend beaucoup plus des intermédiaires qui lui achètent son café et le revendent aux exportateurs. Il n’a pas la résistance financière qui lui permettrait de tenir le coup en cas de crise économique. Alors que les grandes fazendas, qui représentent l’investissement d’un capital considérable, résistent aux dépressions, la plantation moyenne doit être hypothéquée ou vendue. Son propriétaire repart alors en avant” (MONBEIG, 1952, p.124).

<sup>178</sup> Tradução nossa. No original: “Né au moment de la mise en place de l’économie capitaliste, le mouvement de conquête des plateaux occidentaux n’a donc pas cessé de progresser malgré les crises inhérentes au système et même à cause de ces crises. Les dépressions économiques qui jalonnent ces trois quarts de siècle sont parties des zones pionnières. Mais chacune de ces dépressions a suscité des opportunités nouvelles qui, chaque fois, ont remonté le mécanisme. Le dynamisme des fronts de peuplement pauliste se confond ainsi avec le dynamisme de l’économie mondiale. (...) La frange pionnière est le point de rencontre des appétits et des ambitions des nationaux et aussi des étrangers. Cela lui vaut d’être durement touchée par les crises, mais n’est-ce pas en même temps ce qui permet de récupérer très vite sa vitalité?” (MONBEIG, 1952, p.106)

método, ou um instrumento de pesquisa, e não um objetivo em si. A realização de tais monografias foi uma forma de produzir informações sobre o país, sobre o estado, necessárias para a pesquisa dos aspectos geográficos da realidade em questão.

Dessa forma, compreendemos juntamente à Seabra (2008) e Abreu (2014) que a tradição inaugurada por Pierre Monbeig se insere na produção da Escola Francesa de Geografia, mas que, dialeticamente, revela também a impossibilidade de sua plena realização no Brasil, apontando assim o fundamento de uma produção geográfica que apesar de muito próxima e em diálogo constante entre os dois países se diferencia devido justamente às exigências teóricas impostas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo. Essa tradição da Escola Francesa de Geografia inaugurou, também no Brasil, uma perspectiva de estudo do *lugar*, a qual compreendemos estar presente até a década de 1970, vide o projeto de pesquisa e orientação de Petrone (1972). No entanto, a nosso ver, é justamente a partir do estudo do *lugar* que se revela a impossibilidade da plena realização dos estudos monográficos, que portanto se redefinem para criar uma explicação geográfica que dê conta das especificidades da periferia do capitalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“É muito difícil ser um bom geógrafo e ser reacionário”  
Jean Dresch*

Neste trabalho argumentamos que o movimento de renovação crítica na Geografia brasileira se consolidou como uma ruptura metodológica em relação à chamada Geografia tradicional, de cunho positivista e historicista, herdada da tradição da Escola Francesa de Geografia. Consideramos que essa ruptura se empreendeu devido às especificidades da realidade brasileira à época de tal movimento – o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 – referentes ao contexto político do país, que vivia sob os mandos e desmandos de uma ditadura civil-militar, e a aproximação que alguns geógrafos fizeram do marxismo, escolhendo o materialismo histórico e a dialética como caminhos de interpretação da realidade.

Estamos de acordo com Moraes (2000) quando este afirma que a crítica da Geografia tradicional no Brasil é genuinamente brasileira, produto do trabalho de uma nova geração de geógrafos: “Nós – eu, a Fani, o Wanderley – citamos os clássicos diretamente, ou seja, não tem geógrafo que nos oriente. Nós, com a nossa vivência e os fundamentos construímos tanto uma crítica da Geografia tradicional como uma proposição” (MORAES, 2000, p.144). Configura-se, com isso, uma teorização nova, fruto das condições e problemáticas específicas da periferia do capitalismo.

A nosso ver, a análise das dissertações e teses que empreendemos revela que os geógrafos brasileiros produziram uma leitura original da relação entre sociedade e espaço interpretando-a dialeticamente, movimento que transformou os fundamentos da disciplina, redefiniu o seu objeto e a sua démarche teórica. Destacamos que essa transformação é resultado do trabalho de uma geração que traduziu o compromisso social de transformação da realidade em uma reflexão teórica sobre essa realidade. A renovação da Geografia e a luta contra a ditadura constituem, portanto, dois momentos dialeticamente relacionados da práxis daqueles geógrafos.

O entendimento dessa práxis foi construído a partir do estudo dos trabalhos de formação – as dissertações e teses – articulado com a análise de diversos outros materiais e fontes, como memoriais, entrevistas, relatos e outras publicações científicas no âmbito da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Tal articulação visou explicitar que a própria ruptura é produto do trabalho de geógrafos que enquanto pesquisadores se entendiam como sujeitos comprometidos com a transformação da realidade. As pesquisas, portanto, constituem um momento do caminho

da renovação teórica da ciência geográfica. Os sujeitos que empreenderam essa renovação, suas práticas, são um outro momento.

A análise das dissertações e teses evidencia também um diálogo da Geografia brasileira com a Escola Francesa de Geografia através de diversos dos seus intelectuais. No entanto, consideramos que dois momentos desse diálogo constituem os fundamentos da ruptura metodológica realizada no Brasil: o primeiro refere-se à Geografia ativa de Pierre George e de Yves Lacoste e o segundo aos estudos brasilianistas de Pierre Monbeig.

No primeiro momento, Pierre George fundamenta, na Escola Francesa de Geografia, a incorporação de um caráter social à ciência geográfica, compreendendo que o geógrafo pode ter um papel ativo frente à realidade. A Geografia é, portanto, não apenas um caminho de descrição e explicação do mundo, como na tradição possibilista, mas também um caminho de ação. O conhecimento geográfico, assim, forneceria os instrumentos para a intervenção. Yves Lacoste, herdeiro da Geografia ativa, identifica que esse instrumental científico pode ser utilizado para diversos fins, e a partir dessa constatação empreende uma denúncia do caráter utilitarista da ciência geográfica, a qual serviria para a manutenção dos donos do poder. Compreendemos que essa denúncia, no entanto, se restringe à aplicação do conhecimento geográfico, e não aos fundamentos da sua produção. Para Lacoste (1976b; 1976c; 1976d; 1976e), bastaria inverter o sentido da aplicação do corpus de conhecimento que a disciplina possui e produz para resolver o seu problema. A denúncia desse autor, portanto, é estritamente política.

A nosso ver, no Brasil, a ruptura crítica incorpora tanto a perspectiva do papel ativo do trabalho do geógrafo de Pierre George quanto a denúncia de Yves Lacoste, superando-as: não se trata da aplicabilidade do conhecimento, e sim da sua capacidade de desvendar a essência dos processos. O materialismo histórico e dialético é o caminho que revela as contradições, as quais determinam o movimento da história e as relações sociais. Uma sociedade de classes, desigual, produz um espaço desigual, preenche das contradições do modo de produção capitalista. Para desvendar essas contradições foi necessário criar outras bases e fundamentos para a própria ciência. Não bastaria aplicar a Geografia com outro objetivo, era importante produzir uma outra Geografia.

No segundo momento, consideramos que os estudos de Pierre Monbeig sobre o Brasil já haviam, pioneiramente, identificado o constante movimento da realidade como objeto central da análise geográfica. Munido do instrumental da Geografia regional da Escola Francesa de Geografia, Pierre Monbeig percebeu a insuficiência deste instrumental para a explicação da realidade brasileira: tratava-se de uma teoria produzida por geógrafos europeus que visava

explicar a realidade europeia. Entretanto, não cabia para a periferia do capitalismo. O objeto do trabalho de Monbeig se desloca, conseqüentemente, do lugar – o estado de São Paulo – para o processo – a expansão da franja pioneira, que, evidentemente, se realiza no lugar. Compreendemos que esse movimento empreendido ainda na primeira metade do século XX já aponta a necessidade da superação dos estudos regionais, a qual foi realizada algumas décadas depois pela Geografia brasileira no movimento de ruptura metodológica.

A nosso ver, assim, a preocupação dos geógrafos brasileiros no momento da renovação centrou-se na explicação da realidade nacional (MORAES, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2000), o que exigia a construção de um outro instrumental teórico e metodológico para a disciplina (OLIVEIRA, 1982). Nesse processo, a análise espacial de cunho materialista trilhou o caminho do desvendamento das contradições da sociedade brasileira. Conseqüentemente e dialeticamente, portanto, transformou-se também a Geografia enquanto disciplina. Dessa forma, consideramos que a renovação da Geografia não era a primeira intenção do trabalho destes autores analisados, e sim um desdobramento da busca pelo desvendamento da realidade social - foi portanto uma certa despreocupação com a tradição disciplinar que renovou a própria disciplina.

O retorno à estes dois momentos que aqui analisamos como os fundamentos da ruptura metodológica empreendida pelos geógrafos uspianos evidencia, a nosso ver, a existência de um desenvolvimento desigual do pensamento geográfico. Consideramos que este é produto das determinações do contexto histórico e do lugar onde está sendo produzido. A perspectiva do desenvolvimento desigual evidencia que há uma relação dialética entre o movimento da realidade e o movimento do pensamento que caminha na superação da dicotomia entre uma perspectiva internalista e outra externalista de interpretação da história do pensamento geográfico (MACHADO, 2000). A dialética entre movimento da realidade e movimento do pensamento fundamenta-se na relação entre a herança disciplinar - a tradição - e as especificidades do lugar onde está sendo produzida, determinando os caminhos de aproximação da realidade.

A pesquisa que desenvolvemos, certamente, aponta outras diversas análises que não couberam no escopo e no fôlego desta pesquisa. Para citar algumas, a nosso ver seria fundamental analisar com profundidade o papel e a importância do trabalho do professor Milton Santos nesse contexto da renovação, relacionando a sua produção científica sobre o Brasil com o seu período de exílio durante a ditadura civil-militar brasileira; também seria importante empreender a análise mais aprofundada da produção científica do Departamento de Geografia da USP a partir dos trabalhos de autores como Manoel Fernando Gonçalves Seabra, Nelson de

La Corte, Gil Sodero de Toledo e Vincenzo R. Bochicchio, tradutores para o português da obra coordenada por Pierre George, *La Géographie Active*, que analisamos; centrar-se nos trabalhos orientados por Pasquale Petrone que estudaram diversos fragmentos do estado de São Paulo, conforme mencionamos, poderia revelar aspectos da construção de uma perspectiva de Geografia que, mesmo desenvolvendo estudos regionais, já apontava a suas fissuras; ou ainda analisar os trabalhos orientados pela professora Léa Goldenstein, que no período em questão orientou apenas mulheres; e também os trabalhos de pesquisa dos professores Aziz Nacib Ab'Saber e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro que, apesar de produzirem no campo da Geografia Física, desenvolveram teorias inovadoras e genuinamente brasileiras sobre a relação entre sociedade, espaço e natureza – a teoria dos domínios morfoclimáticos e a teoria do clima urbano, respectivamente - nas suas próprias áreas do conhecimento. Pensamos que um aprofundamento na história institucional do Departamento de Geografia também seria necessário, o qual poderia ser empreendido através da análise de documentos como as atas de reuniões do Conselho Departamental e da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). O Instituto de Geografia, suas publicações e pesquisas, poderia também, a nosso ver, constituir um objeto de investigação relevante para a compreensão da Geografia uspiana.

Consideramos também que a análise que empreendemos nesta pesquisa aponta a possibilidade de se refletir sobre a construção de uma escola paulista de Geografia, que produziu novas abordagens da produção do espaço, da questão agrária, da interpretação histórica e da política, consolidando sobre fundamentos marxistas uma Geografia Urbana, uma Geografia Agrária, uma Geografia Histórica e uma Geografia Política, respectivamente. Essas novas abordagens, a nosso ver, são fruto da preocupação com o desvendamento dos mecanismos de produção e reprodução do capitalismo como processos totalizantes, os quais se realizam espacialmente. Essa preocupação, assim, no movimento da renovação deslocou a questão central da Geografia de uma interpretação das relações entre o homem e a natureza ou entre a sociedade e o espaço para consolidar como sua problemática particular o papel do espaço na reprodução do capital. A análise do *lugar*, conseqüentemente, muda radicalmente de conteúdo, deixando de ser um objetivo em si para ser a síntese de múltiplas determinações. Realiza-se, com isso, a ruptura metodológica.

A crítica da Geografia crítica, a nosso ver, construiu-se sobre o desejo e a necessidade de se explicar a realização espacial do modo de produção capitalista. Esta revelou que as contradições movem a realidade, e que por isso deveriam constituir os temas de pesquisa, movendo também a investigação. O desvendamento dessas contradições, assim, adquire um

duplo caráter: de um lado, trata-se de um procedimento de pesquisa, de uma perspectiva de interpretação do real; de outro, e simultaneamente, constitui-se como um compromisso social, pois o pesquisador se vê enquanto sujeito dessa sociedade contraditória. O geógrafo crítico, portanto, sintetiza a dialética entre a teoria e a prática: trata-se, fundamentalmente, da práxis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, A. N. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v.8, n.22, 1994.
- ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garammond, 2014.
- ANDERSON, J. Foreword: this issue and next. **Antipode**, vol. 5, n. 3, 1973.
- ANDRADE, M. C. A construção da Geografia brasileira. **Finisterra**, XXXIV, 1999.
- ANDRADE, M. C. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007.
- ANDRADE, M. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, jun/1977.
- ANDRADE, M. C. Pierre Monbeig e o Brasil. In: THÉRY, H.; DROULERS, M. **Pierre Monbeig, un géographe pionnier**. Paris: Collection Travaux et Mémoires de l'IHEAL, 1991.
- ANDRADE, M. M. **Diadema** – uma área de expansão da indústria na metrópole paulistana. 1979. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FFLCH/USP. 1979
- ANGOTTI SALGUEIRO H. (Org.). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação**. São Paulo: Edusc, 2006.
- ANTUNES, C. F. O Contexto do surgimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na Geografia brasileira. In: II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 2009, São Paulo. **Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**. São Paulo, 2009.
- ARANTES, P. 1964, o ano que não terminou. In: TELLES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ARANTES, P. E. Certidão de nascimento. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 23, 1989, p.138-153.
- ARANTES, P. E. **Um Departamento Francês de Ultramar**. 1. ed. São Paulo: PAZ E TERRA, 1994.
- ARAÚJO FILHO, J. R. **O porto de Vitória**. 1968. Tese (Cátedra) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1968.
- ARAÚJO FILHO, J. R. **Santos: o porto do café**. 1967. Tese (Livre-Docência) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1967.
- ARRUDA, M. A. N. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Tempo Social** (USP. Impresso), v. 22, 2010, p. 9-27.

ARTIÈRES, P.; ZANCARINI-FOURNEL, M. **68, une histoire collective (1962-1981)**. Paris: La Découverte, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP (ADUSP). Ditadura e Resistência. **Revista ADUSP**, out/2009.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP (ADUSP). **O livro negro da USP – o controle ideológico na Universidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

AZEVEDO, A. A Geografia em São Paulo e sua evolução. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.16, mar/1954.

AZEVEDO, A. **Brasil, a terra e o homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 1970.

AZEVEDO, A.; SILVEIRA, J. D. O ensino de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.3, out/1949.

BAREL, A. B. D. **Um Romantismo a Oeste: Modelo Francês, Identidade Nacional**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

BASTOS, M. H. C. Manuais escolares franceses no imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 26 p. 39-58, Set/Dez 2008.

BATAILLON, C. Six géographes en quête d'engagement: du communisme à l'aménagement du territoire. Essai sur une génération. **Cybergeo: European Journal of Geography** [Online], 2006. Disponível em: < <http://cybergeo.revues.org/1739>>

BAUER, C. S. As políticas de memória e de esquecimento sobre as ditaduras argentina e brasileira através das lembranças dos golpes civil-militares. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, p. 1-16, jul/2011.

BEAUJEU-GARNIER, J. Vous avez réussi à me passionner, moi aussi. **Hérodote**, Paris, n.2, abril-jun/1976.

BENEDITO, M. **1968, por aí...** memórias burlescas da ditadura. 1 ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2008.

BERDOULAY, V. **La formation de l'école française de géographie (1870-1914)**. Paris: Éditions du CTHS, 2008.

BOMFIM, P. R. A. **A ostentação estatística** (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64). Tese (Doutorado) em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2007.

BORZACCHIELLO DA SILVA J. **França e a Escola Brasileira de Geografia: verso e reverso**. Fortaleza: UFC, 2010.

BOYER, J. C. Pierre George et la géographie régionale. Pierre George (1909-2006): un géographe témoin de son temps. Hommage des Annales de Géographie, **Annales de géographie**, v. 1, n.659, 2008, p. 12-14.

BRABANT, J. M.; GIBLIN, B.; RONAI, M. Postface. In: LACOSTE, Yves. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: François Maspero, 1 ed., 1976.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014.

CABOT, J. Nota marginal ao texto de Yves Lacoste, *Pourquoi Hérodote?*. **Hérodote**, Paris, n.1, jan-mar/1976.

CALLAI, H. C. **Trajetória de expropriação: o colono e a formação da região de colônias novas**. 1983. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1983.

CAMPOS, A. P. S. **A contribuição da Geografia ao planejamento educacional**. 1972. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1972.

CANDIDO, A. A Faculdade no centenário da abolição. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n.34, nov/1992.

CANDIDO, A. Faculdade de Filosofia completa 70 anos. **Informe FFLCH**. n. 8, fev/2004.

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. 6 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

CAPEL, H. Sobre clasificaciones, paradigmas y cambio conceptual en geografía. **El Basilico**, n.11, 1980.

CARDOSO, I. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v.17, n.2, 2005, pp. 93-107.

CARDOSO, I. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CARDOSO, L. P. C. Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 80-96, 2005.

CARDOSO, T. Homenagem a Jean Tricart (1920-2003). **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Uberlândia, ano 4, n. 2, 2003, pp.101-102

CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise Urbana**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. Os caminhos da geografia humana no Brasil. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 71, 1993.

CARLOS, A. F. A. **Reflexões sobre o espaço geográfico**. 1979. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1979

CARRARO, E. C. O Instituto Histórico de Paris: moralidade e ciência social. In: XI Congresso

Brasileiro de Sociologia, 2003, Campinas. **Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2003. p. 1-28.

CERON, A. O. A função da distância e os padrões de intensidade e uso da terra no modelo thuniano de localização. **Geografia**, v.1, n.2, 1976.

CERON, A. O. Conceitos econômicos básicos para a Geografia da Agricultura. **Geografia**, v.1, n.1, 1976.

CERON, A. O. Distância do mercado e intensidade do uso da terra como fatores de localização da força de trabalho agrícola no estado de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, n.50, 1976.

CHAUÍ, M. Marilena Chauí homenageada pela FFLCH. **Informe FFLCH**. n. 5, set/out 2003.

CHAUÍ, M. S. **Brasil - mito fundador e sociedade autoritária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHNAIDERMAN, B. Entrevista com Boris Chnaiderman. **Informe FFLCH**. n. 8, fev 2004.

CLAVAL, P. **Histoire de la Géographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1 ed. 1995.

CLAVAL, P. Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey. **Espaço e Economia** [Online], a.II, n.3, 2013.

CLAVAL, P. Un géographe méconnu : Pierre Denis. **Géographie et cultures** [Online], n. 84, 2012.

CLERC, P. **Tous colonialistes?** Les géographes français et l'idéologie coloniale. Comunicação no Colóquio "Quand l'injustice crée le droit: le procès des insurgés de Cayenne à Nantes en 1931". Archives départementales de Loire-Atlantique, 14 e 15 de abril, 2011.

CODATO, A. N. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: questões e debates**. Curitiba, n.40, 2004, pp.11-38

COELHO, E.; SANTOS, I. G. Para a história da Polop (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

COELHO, P. Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador. In: SANTOS, M. A. M. (Org.). **Geografia e Geopolítica: A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, pp. 105-116, 2009.

CORDEIRO, D. S. **A formação do discernimento: Jean Maugüé e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado) em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2008.

COSTA, E. V. Entrevista com Emilia Viotti da Costa. **Informe FFLCH**. n. 4, mar/2004.

COSTA, W. M.; MORAES, A. C. R. Algumas considerações acerca do objeto da Geografia Econômica. Fortaleza: **Anais do 3º Encontro Nacional de Geógrafos**, 1978.

COSTA, W. M. **O processo contemporâneo de industrialização** (um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista). 1982. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. 1982.

CUNHA, J. M. P. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em perspectiva**, v.19, n.4, 2005.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda** – o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DAHER, A. **O Brasil francês**. As singularidades da França Equinocial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAMIANI, A. L. A. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume Especial 30 Anos, 2012, pp.254-283

DAMIANI, A. L. **Espaço e Geografia**: observações de método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. 2008. Tese (Livre-Docência) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2008.

DAMIANI, A. L. **Na busca das favelas o encontro do “peão” que permanece**. As favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico siderúrgico. 1984. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1984.

DANELLI, G. **Aspectos da mobilidade espacial da população na região metropolitana da grande São Paulo** (um estudo de circulação numa paisagem urbana). 1978. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1978.

DELFOSSÉ, C. Biographie et bibliographie de Pierre Deffontaines (1894-1978), **Cybergeo: European Journal of Geography** [Online], 2000.

Di MÉO, G. Pierre George, géographe des sociétés humaines. Pierre George (1909-2006): un géographe témoin de son temps. Hommage des Annales de Géographie, **Annales de géographie**, v. 1, n.659, 2008, p.5-10.

DINIZ, D. C. B. O conceito de América Latina: uma visão francesa. **Caligrama** (UFMG), v. 12, p. 129-148, 2007.

DRESCH, J. Jean Dresch et le Maghreb. Entrevista. In: **Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée, Désert et montagne au Maghreb**, n.41-42, 1986. p. 19-26.

DRESCH, J. Jean Dresch, géographe humaniste. Entrevista. **L'Humanité**. L'actualité. 7 mar. 1984.

DRESCH, J. Jean Dresch, la géographie. Entrevista realizada por Jean-François Picard e Elisabeth Pradoura. **Cahiers pour l'histoire du CNRS**, Paris, n. 3, v. 1, 1989, p. 55-69.

DRESCH, J. Nota marginal ao texto de Yves Lacoste, *Pourquoi Hérodote?*. **Hérodote**, Paris, n.1, jan-mar/1976.

DRESCH, J. Un géographe au déclin des empires. **Hérodote**, Paris, 1979.

DROULERS, M. L'école française de géographie. In: THÉRY, H.; DROULERS, M. **Pierre Monbeig, un géographe pionnier**. Collection Travaux et Mémoires de l'IHEAL, 1991.

DROULERS, M. La "cible" de la formation de Pierre Monbeig. **Confins** [Online], n. 4, 2008.

DROULERS, M. Le développement de la géographie brésilienne. In: THÉRY, H.; DROULERS, M. **Pierre Monbeig, un géographe pionnier**. Collection Travaux et Mémoires de l'IHEAL, 1991.

DUPUY, G. Pierre George: un géographe à l'ère des techniques. Pierre George (1909-2006): un géographe témoin de son temps. Hommage des Annales de Géographie, **Annales de géographie**, v. 1, n.659, 2008, 22-27

EL ALAOUI, I. B. Les guerres de décolonisation en Afrique: diversité des stratégies et reconversion postcoloniale des structures. **Anais do XXXVII International Congress of Military History**, Rio de Janeiro, 2011.

ELIAS, B. A USP nos arquivos do Dops. **Revista ADUSP**, abr/1998.

ESCOLAR, M.; MORAES, A. C. R. Pierre George, compromisso político, fragilidade teórica y temática regional. **Anais do II Encontro de Geógrafos da America Latina**, Montevideu, 1989.

FERNANDES, F. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FERNANDES, L. L. **Bairros rurais do município de Limeira**: estudo geográfico. 1972. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1972.

FERRAS, R. L'Espagne des années trente. In: THÉRY, H.; DROULERS, M. **Pierre Monbeig, un géographe pionnier**. Collection Travaux et Mémoires de l'IHEAL, 1991.

FERREIRA, M. M. Diário Personal, autobiografía y fuentes de Pierre Deffontaines. **Historia, Antropología y Fuentes Orales**, Barcelona, n. 24, p. 95-106, 2000.

FERREIRA, M. M. Diário pessoal, autobiografía e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. **Oral history challenges for the 21st century** : proceedings [of the] X International Oral History Conference /Eds. Ilana Strozemberg...[et al]. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Casa Oswaldo Cruz, 1998, pp. 379-386.

FERREIRA, M. M. Les professeurs français et l'enseignement de l'histoire à Rio de Janeiro pendant les années 1930. In: CROUZET, F.; BONNICHON, P.; ROLLAND, D. (Dirs.). **Pour l'histoire du Brésil**. Paris: L'Harmattan, 2000. pp. 123-140.

FERREIRA, M. M. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 43, p. 227-246, abr./ maio/ jun., 2005.

FERRETI, F. Pierre Deffontaines et les missions universitaires françaises au Brésil : enjeux politiques et pédagogiques d'une société savante outremer (1934-1938). **Cybergeo : Revue européenne de géographie**, 2014.

FRANÇA FILHO, A. L. Considerações sobre a renovação crítica da Geografia Brasileira. **Geografia em Questão**, n.1, 2012, pp.11-27

FRANÇA FILHO, A. L. **O marxismo no pensamento geográfico da renovação: uma aproximação com Althusser**. 2009. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Universidade Federal Fluminense, 2009.

FRANÇA FILHO, A. L. Reflexões sobre a Renovação Crítica: A Presença de Althusser. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, 2010.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. A revolução quantitativa na Geografia e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.32, n.4, 1970.

GARBUGLIO, J. C. Seção de entrevistas com professores. **Informe FFLCH**. n. 8, fev 2004.

GARCIA, S. G. **Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

GEIGER, P. P. *et alli*. Distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**. ano 36, n.4, 1974.

GEORGE, P. Les Annales de Géographie. In: THÉRY, H.; DROULERS, M. **Pierre Monbeig, un géographe pionnier**. Collection Travaux et Mémoires de l'IHEAL, 1991.

GEORGE, P. Problèmes, doctrine et méthode. In: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **La géographie active**. 1. Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

GEORGE, P.; GUGLIELMO, R. Thèmes d'études de géographie active dans les pays industrialisés. In: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **La géographie active**. 1. Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **La géographie active**. 1. Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

GEORGE, P.; KAYSER, B. Géographie active de la région. In: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **La géographie active**. 1. Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

GEORGE, P.; VERGER, F. (Dir.). **Dictionnaire de la géographie**. 4 ed. atualizada. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

GIANNAZI, C. **Marcha contra o saber**. O golpe militar de 1964 e o AI-e na Universidade de São Paulo. São Paulo: Global, 2014.

GIANNOTTI, J. A. **A Universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GINTRAC, C. Géographie critique, Géographie radicale: comment nommer la géographie engagée? **Carnets de géographies**, n.4, 2012.

GOLDENSTEIN, L. **Estudo de um centro industrial satélite**: Cubatão. 1970. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1970.

GOLDENSTEIN, L.; ROSSINI, R. E. O bairro industrial do Jaguaré, SP. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.47, maio/1972.

GRABOIS, J. **Os anéis da dependência**: estudo geográfico da floricultura em Barbacena. 1978. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1978.

GRUPO DE GEÓGRAFOS DE TOULOUSE. D'un groupe de géographes toulousains. **Hérodote**, Paris, n.1, jan-mar/1976.

GUGLIELMO, R. Pierre George, promoteur de la géographie industrielle. **Cahiers de géographie du Québec**, v. 52, n.146, 2008, p. 255-259.

GUGLIELMO, R. Profession géographe: quelle action militante? **Hérodote**, Paris, n.4, out-dez/1976.

GUILLEMIN, A. **Un aspect de l'influence culturelle française au Brésil**: Les écoles françaises à Rio de Janeiro de 1808 a 1915. Paris: Université Paris III, 1979.

GUIMARÃES, M. L. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27

GUIMARÃES, O. **O papel das feiras livres no abastecimento da cidade de São Paulo**. 1968. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras /USP, 1968.

HAESBAERT, R. Filosofia, Geografia e crise da modernidade. **Revista Terra Livre**, n.7, 1990.

HAESBAERT, R. Vidal e a multiplicidade de abordagens regionais. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HEY, A. P.; CATANI, A. M. La Universidad de San Pablo (USP) y la formación de cuadros dirigentes. **Fundamentos en Humanidades**, San Luis, v. 19, p. 57-76, 2009.

HIRANO, S. Tradição e mudança social no Brasil. In: D'INCAO, M. A.; SCARABÔTOLO, E. F. (Orgs.). **Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.86-100.

INSTITUT FRANÇAIS DE GÉOPOLITIQUE (IFG). **L'école française de géopolitique à Paris 8**. 2015. Disponível em: < <http://www.geopolitique.net/institut/presentation>>.

JACKSON, L. C. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1940-1965). **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 19, p. 115-130, 2007.

JACKSON, L. C. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 65, 2007, p. 33-49.

JOLY, Gérard. **Dictionnaire biographique de géographes français du XXe siècle, aujourd'hui disparus**. Paris: PRODIG, 2013.

KAYSER, B. Le Précis de géographie rurale de Pierre George. **Annales de Géographie**, t.73, n.395, 1964, pp. 90- 92.

LACOSTE, Y. **A Geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 10 ed. Campinas: Papirus, 2005.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Seleção de Textos**, São Paulo, n.11, 1985.

LACOSTE, Y. Attention, géographie! **Hérodote**, Paris, n.1, jan-mar/1976a.

LACOSTE, Y. Brader la géographie... brader l'idée nationale? **Hérodote**, Paris, n.4, out-dez/1976b.

LACOSTE, Y. Enquête sur le bombardement des digues du fleuve Rouge (Vietnam, été 1972). Méthode d'analyse et réflexions d'ensemble. **Hérodote**, Paris, n.1, jan-mar/1976c.

LACOSTE, Y. **La géopolitique et le géographe**. Entretiens avec Pascal Lorot. Paris: Choiseul Éditions, 2010.

LACOSTE, Y. Les bombardements de digues sont délibérés. **Le Monde**, Paris, 16/ago/1972. Disponível em: < [http://abonnes.lemonde.fr/archives/article/1972/08/16/les-bombar...nts-de-digues-sont-deliberes\\_2398364\\_1819218.html?xtmc=&xtr=55](http://abonnes.lemonde.fr/archives/article/1972/08/16/les-bombar...nts-de-digues-sont-deliberes_2398364_1819218.html?xtmc=&xtr=55)>

LACOSTE, Y. Perspectives de la géographie active en pays sous-développé. In: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **La géographie active**. 1. Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

LACOSTE, Y. Pierre George, géographe. **Le Monde**. Disparitions. 18 set. 2006. Disponível em: <[http://www.lemonde.fr/disparitions/article/2006/09/18/pierre-george-geographe\\_814165\\_3382.html](http://www.lemonde.fr/disparitions/article/2006/09/18/pierre-george-geographe_814165_3382.html)>

LACOSTE, Y. Pourquoi Hérodote? Crise de la géographie et géographie de la crise. **Hérodote**, Paris, n.1, jan-mar/1976d.

LACOSTE, Y. Trente-six ans après... In: LACOSTE, Yves. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: La Découverte, 2012.

LACOSTE, Y. Un geographe anticolonialiste, Jean Dresch, **Hérodote**, Paris, n.11, 1978.

- LACOSTE, Yves (Dir.). **Dictionnaire de géopolitique**. 1 ed. Paris: Flammarion, 1993.
- LACOSTE, Yves. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: François Maspero, 1 ed., 1976e.
- LACOSTE, Yves. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: La Découverte, edição ampliada, 2012.
- LACOSTE, Yves. **Les pays sous-développés**. Que sais-je? 6 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.
- LAISSUS, Y. (org.) **Les naturalistes français en Amérique du Sud (XVIe – XIXe siècles)**. Paris: Éditions du CTHS, 1995.
- LAMEGO, M. **Práticas e representações da Geografia Quantitativa no Brasil: a formação de uma caricatura**. 2010. Tese (Doutorado) em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- LANGLAND, V. **Speaking of flowers: student movements and the making and remembering of 1968 in military Brazil**. Durham: Duke University Press, 2013.
- LEFEBURE, C. Jean Dresch. In: POUILLON, F. (Org.) **Dictionnaire des orientalistes de langue française**. Paris: Karthala, 2012, p. 335-337.
- LEFEBVRE, H. A pesquisa “marxista” – origem ou fundamento? In: \_\_\_\_\_. **A respeito do Estado: o modo de produção estatista**. Trad.: OSEKI-DÉPRÉ, I.; NASSER, A. C. A.; ANDRADE, M. M.; e OSEKI, J. H. 1978.
- LEFEBVRE, H. **O fim da História**. Lisboa: Dom Quixote, 1971.
- LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, H. **Méthodologie des sciences**. Paris: Anthropos, 2002.
- LEFÈVRE, J. P. Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930. **Vingtième Siècle – Revue d'Histoire**, n.38, abril/jun 1993.
- LEFÈVRE, J. P. Les professeurs français des missions universitaires au Brésil (1934-1944). **Cahiers du Brésil Contemporain**, Paris, 1990, n. 12, p. 1-10
- LEJEUNE, D. Les membres des Sociétés de géographie au XIXe siècle. **Communications**, n. 54, 1992. pp. 161-174.
- LELIS, G. A UnB e os militares: breve estudo sobre as relações entre a Universidade de Brasília e o regime autoritário brasileiro entre 1964 e 1965. **Revista Noctua**, Brasília, 2011
- LEMOS, A. I. G. **Um exemplo de processo de metropolização recente na periferia da grande São Paulo: o município de Itaquaquecetuba**. 1980. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1980.

LENCIONI, S. **Agricultura e urbanização**. A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. 1985. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1985.

LÉVI-STRAUSS, C.; ERIBON, D. **De Perto e de Longe**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b, pp. 66-91

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 92-111

MACHADO, L. O. História do pensamento geográfico no Brasil: elementos para a construção de um programa de pesquisa (entrevista). Rio de Janeiro: **Revista Terra Brasilis**, ano 1, n. 1, jan/jun 2000.

MACHADO, L. O. Origens do Pensamento Geográfico no Brasil. Meio Tropical, Espaços Vazios e a Idéia de Ordem. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORREA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 309-353

MACHADO, M. S. A Contribuição de Delgado de Carvalho aos estudos Geográficos Brasileiros a partir da obra "Le Brésil Meridional". In: **Geografia e Geopolítica: As Contribuições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 2009, p. 53-62.

MAINGUET, M. Hommage à Jean Tricart (1920-2003). In: **Géomorphologie: relief, processus, environnement**, Paris, jul-set/2003, v. 9, n.3, pp.191-195.

MAMIGONIAN, A. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. **Revista Terra Livre**. São Paulo, n.8, 1991.

MANOR, P. A imagem do Brasil na França no começo do século XX. **Estudios Latinoamericanos**, n. 6, 1980, pp. 127-132

MANZAGOL, C.; HAMELIN, L. E. Pierre George (1909-2006), un géant de la géographie: introduction. **Cahiers de géographie du Québec**, v.52, n.146, 2008, pp.231-233.

MARANGONI, A. M. M. C. **O governo planejador e as transformações do espaço brasileiro**. 1982. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1982.

MARTIN, J. Y. Une géographie critique de l'espace du quotidien. L'actualité mondialisée de la pensée spatiale d'Henri Lefebvre. **Journal of Urban Research** [Online], n.2, 2006.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1984.

- MARTINELLI, M. **Comunicação cartográfica e os atlas de planejamento**. 1984. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1984.
- MARTINIÈRE, G. **Aspects de la coopération franco-brésilienne**. Grenoble: Press Universitaire de Grenoble, 1982.
- MARTINIÈRE, G. **L'Amérique Latine et le latino-américanisme en France**. Paris: L'Harmattan, 1985.
- MARTINS, E. R. O Fundamento Geográfico do Ser. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 22, p. 33-45, 2007.
- MARTINS, J. S. Antonio Candido e a sociologia em São Paulo. In: AGUIAR, F. (Org.). **Antonio Candido: pensamento e militância**. São Paulo: Ed. Humanitas, 1999, pp. 296-298.
- MARTINS, J. S. O Professor Florestan Fernandes e Nós. **Tempo Social**, v. 7, n.1, 1995, p. 179-186.
- MARX, K. **O Capital**, Crítica da Economia Política. Livros I e II. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MARY, C. P. A geografia no Brasil nos últimos anos do Império. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, v. 3, pp. 156-171, 2005.
- MATHIAS, S.; CANDIDO, A.; DANTAS, C. A. B.; LYRA, C. B.; DURHAN, E. R.; CARDOSO, R. C. L. **Os acontecimentos da rua Maria Antônia (2 e 3 de outubro de 1968)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.
- MAUREL, M. C. Pierre George, témoin de son temps: la question allemande en Tchécoslovaquie. Pierre George (1909-2006): un géographe témoin de son temps. Hommage des Annales de Géographie, **Annales de géographie**, v. 1, n.659, 2008, p. 10-12
- MENDES, J. C. **A Universidade de São Paulo – sùmula de sua história**. São Paulo: Publicação ACIESP, 1978.
- MEYER, M. Um eterno retorno: as descobertas do Brasil. In: MEYER, M. **Os caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo, Edusp: 1980.
- MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. São Paulo: **Revista Geografia**, ano 1, n.3, 1935.
- MONBEIG, P. Les années de formation – un entretien avec Claude Bataillon. In: THÉRY, H.; DROULERS, M. **Pierre Monbeig, un géographe pionnier**. Paris: Collection Travaux et Mémoires de l'IHEAL, 1991.
- MONBEIG, P. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.
- MONTEIRO, C. A. F. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. São Paulo: IGEOP – USP Série Teses e Monografias n.37, 1980

MONTEIRO, C. A. F. A Geografia no Brasil ao longo do século XX: um panorama. **Borrador**, n.4, jul/2002.

MONTEIRO, C. A. F. O conflito metodológico na Geografia atual: um apelo à Filosofia da Ciência. São Paulo: **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v.XIX, 1978.

MORAES, A. C. R. Entrevista. In: SCARIM, P. C. **Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**. 2000. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 2000.

MORAES, A. C. R. Epistemologia e Geografia. São Paulo: **Revista Orientação** n. 6, 1985, pp. 75-79

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 19 ed. São Paulo: Annablume, 2005a.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. 4 ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

MORAES, A. C. R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 166-176, 1991.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005b.

MORAES, A. C. R. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel**. 1983. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1983.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. A Geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996. pp 111-130

MORAES, J. Q. Na Maria Antônia dos anos 60: a reforma da filosofia e a revanche dos golpistas. In: SANTOS, M. C. L. (Org). **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: Ed. Nobel, 1988, pp. 106-113

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar as máscaras sociais (ou para repensar a Geografia). **Revista Território Livre**, n. 1, 1979.

MOREIRA, R. Entrevista. In: SCARIM, P. C. **Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**. 2000. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 2000a.

MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos (a Renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988). **GEOgraphia**, ano II, n. 3, 2000b.

MOREIRA, R. Jean Tricart. **GEOgraphia**, Niterói, v.5, n.9, 2003, p.133-134.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, R. **O que é Geografia?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTTA, R. P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 48-65

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, G. R. **Mão-de-obra rural na área metropolitana de Porto Alegre: metodologia**. 1971. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1971.

NOGUEIRA, C. E. **O lugar da fronteira na Geografia de Pierre Monbeig**. 2013. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2013.

NOTICIÁRIO. Associação dos Geógrafos Brasileiros – seção São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.44, out/1967.

OLIVEIRA, A. U. A lógica da especulação imobiliária. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.55, Nov/1978.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 58, set/1981.

OLIVEIRA, A. U. Apresentação, ou de “na prática a teoria é outra” para a teoria na prática não pode e não deve ser outra. **Seleção de Textos**, São Paulo, n.11, 1985.

OLIVEIRA, A. U. É possível uma “Geografia Libertadora” ou será necessário partirmos para uma práxis transformadora? Reflexões iniciais. **Revista Território Livre**, n.1, 1979.

OLIVEIRA, A. U. Entrevista. In: SCARIM, P. C. **Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**. 2000. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, A. U. Espaço e Tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

OLIVEIRA, A. U. O econômico na obra “Geografia Econômica” de Pierre George: elementos para uma discussão. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, jun/1977.

OLIVEIRA, A. U. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen**. 1978. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1978.

OLIVEIRA, F. A expansão pós-1964: nova revolução econômica burguesa ou progressão das contradições? In: OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTEGA, N. La Geografía: discurso inútil o saber estratégico? **Agricultura y Sociedad**, n.5, 1977, pp 210-222

PAILHÉ, J. Pierre George, la géographie et le marxisme. **Espaces Temps**, v.18, n.20, 1981, pp.19-29.

PAILHÉ, J. Références marxistes, empreintes marxiennes, géographie française. **Géocarrefour**, v.78, n.1, 2003, p.55-60.

PALAZZO, C. L. **Entre mitos, utopias e razão: olhares franceses sobre o Brasil (séculos XVI a XVIII)**. 1. ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002.

PALMA FILHO, J. C. A educação brasileira nos últimos quarenta anos: de JK a FHC. **História da Educação**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica Ltda, 2003, p. 59-90.

PAZERA JR., E. **Caieiras: um município da faixa periférica da metrópole paulistana**. 1982. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1982.

PEDROSA, B. V. Pierre George, um ilustre desconhecido. **GEOgraphia**, v.15, 2013, pp.99-117.

PEDROSA, B. V. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil. Partes I e II. **Geosul**, Florianópolis, v.30, n.59, jan/jun 2015.

PEET, R. Editorial policy. **Antipode**, vol. 4, n. 2, 1972.

PEET, R. O desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p. 225-254.

PEET, R. Preface: access to essential public services. **Antipode**, vol. 3, n. 1, 1971.

PEIXOTO, F. **Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo**. 1991. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1991.

PEIXOTO, F. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. **Mana**, vol.4 n.1, Rio de Janeiro, abril 1998.

PENHA, E. A. Geografia Política e Geopolítica: A Contribuição de Delgado de carvalho e Therezinha de Castro. In: SANTOS, M. A. M. (Org.). **Geografia e Geopolítica: A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, pp. 105-116, 2009.

PEREIRA, S. N. De ciência auxiliar a saber autônomo: dois momentos da geografia brasileira no século XIX. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 24, p. 11-22, 2004.

PEREIRA, S. N. Delgado de Carvalho e o ensino de Geografia Política. Documentos para Disseminação. In: SANTOS, M. A. M. (Org.). **Geografia e Geopolítica: A Contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, pp. 105-116, 2009.

PEREIRA, S. N. Estado, Nações e Colonialismo: traços da Geografia Política vidaliana. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

PÉREZ ALBERTI, A. Jean Tricart, 1920-2003. Cuaternario y Geomorfología, **Revista de la Sociedad Española de Geomorfología y Asociación Española para el Estudio del Cuaternario**, Madrid, v. 17, n. 3-4, 2003, p. 6-8.

PERIDES, P. P. **Dois córregos: um exemplo de centro local**. 1971. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1971.

PERRONE-MOISÉS, L. **Cinco séculos de presença francesa no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

PETITJEAN, P. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo. In: HAMBURGER, A. I. *et all.* **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp, 1996.

PETRONE, P. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 1995.

PETRONE, P. As mudanças recentes da organização do espaço econômico do estado de São Paulo e suas repercussões nos quadros urbanos. **Caderno de Ciências da Terra**, Instituto de Geografia/USP, n.20, 1972.

PETRONE, P. Depoimento na cerimônia de entrega do título de Professor Emérito, em 25/09/1997. **Informe FFLCH**, n.11, maio/2004.

PETRONE, P. Experiências de colonização em uma área tropical: a Baixada da Ribeira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.42, jun/1965.

PETRONE, P. História do Pensamento Geográfico. São Paulo: **Borrador**, n.2, 1994.

PETRONE, P. O problema rodesiano. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.44, out/1967.

PETRONE, P. **Os aldeamentos paulistas e sua função de valorização da região paulistana: estudo de Geografia Histórica**. 1964. Tese (Livre-Docência) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1964.

PETRONE, P. Pasquale Petrone a Geografia na USP – depoimento. **Revista de Estudos Avançados**, n.22, 1993.

PINCHEMEL, P. Pierre Deffontaines (1894-1978). In: ROBIC M. C.; TISSIER J. L.; PINCHEMEL P. (Dirs.). **Deux siècles de géographie française: une anthologie**, Paris, Éditions du CTHS, 2011.

PINTAUDI, S. M. **Os supermercados na Grande São Paulo: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles**. 1981. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1981.

PONCET, J. Les géographes marxistes et Hérodote. **Hérodote**, Paris, n.2, abril-jun/1976.

PORTAL VERMELHO. **Brasil anistia e homenageia mulheres combatentes pela democracia**. 2012. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/177759-1>>

PORTO GONÇALVES, C. W. A Geografia está em crise. Viva a Geografia!. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 55, nov. 1978.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Entrevista. In: SCARIM, P. C. **Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**. 2000. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; AZEVEDO, N. M. A Geografia do Imperialismo: uma introdução. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, out/1982.

POURTIER, R. Pierre George et les questions de population. Pierre George (1909-2006): un géographe témoin de son temps. Hommage des Annales de Géographie, **Annales de géographie**, v. 1, n.659, 2008, p. 14-17.

PRADO, JR., C. Nota da Redação. In: DEFFONTAINES, P. Regiões e paisagem do estado de São Paulo. Primeiro esboço de divisão regional. São Paulo: **Revista Geografia**, ano 1, n.2, 1935.

PRIETO, G. F. T. **As origens antediluvianas do marxismo de Fernando Henrique Cardoso: notas sobre o Seminário Marx e Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. Trabalho Final de Disciplina (Temas do Pensamento Político Brasileiro – Programa de Pós Graduação em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

QUEIROZ, M. I. P. La recherche géographique au Brésil. In: THÉRY, H.; DROULERS, M. **Pierre Monbeig, un géographe pionnier**. Paris: Collection Travaux et Mémoires de l'IHEAL, 1991.

REGO, N. A unidade (divisão) da Geografia e o sentido da prática. **Revista Terra Livre**, n.2, 1987, pp.91-112

REIS FILHO, D. A. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986). In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J. **Revolução e Democracia. 1964...** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REVEL-MOUROZ, J. Géographie économique. In: THÉRY, H.; DROULERS, M. **Pierre Monbeig, un géographe pionnier**. Paris: Collection Travaux et Mémoires de l'IHEAL, 1991.

REYNAUD, A. De la géographie humaniste à l'intervention dans les élections municipales. **Hérodote**, Paris, n.2, abril-jun/1976.

RIBEIRO, G. Geografia Humana: fundamentos epistemológicos de uma ciência. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 30-47

RIDENTI, M. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. A. **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIVET, D. Retour sur la décolonisation de la Tunisie et du Maroc. **Enseigner la guerre d'Algérie et le Maghreb contemporain**. Actes de la DESCO, Université d'Été, 2001.

ROCHA, G. O. R. O Colégio Pedro II e a institucionalização da Geografia Escolar no Brasil Império. **GIRAMUNDO**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, pp.15-34, jan/jun 2014.

RODRIGUES, A. M. **Processo migratório e situação de trabalho da população favelada de São Paulo**. 1981. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1981.

RODRIGUES, L. S. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978)**. 2011. Tese (Doutorado) em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2011.

RODRIGUES, L. S. Armadilha à francesa: Homens sem profissão. **História da Historiografia**, v. 1, p. 85-103, 2013.

ROSSINI, R. E. **Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo**. 1975. Tese (Doutorado) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1975.

ROSSINI, R. E. **Serra Azul – o homem e a cidade**. 1971. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1971.

SADER, M. R. C. T. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1986. Tese (Doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1986.

SADER, M. R. C. T. **Evolução na paisagem rural de Itu, num espaço de 100 anos**. 1970. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1970.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida: Brasília, 1964-1965**. Brasília: Editora UnB, 2008.

SAMPAIO, A. A. M.; VLACH, V.; SAMPAIO, A. C. F. História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão. In: VASCONCELLOS, L. G. F.; SAMPAIO, A. A. M. (Org.). **Geografia e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2012, p. 31-48.

SAMPAIO, T. H. O discurso de Jean-Paul Sartre sobre o colonialismo francês e a Guerra de Independência da Argélia (1954-1962). **Filogênese**, Marília, v.6, v.1, 2013.

SANGUIN, A. L. À propos de la seconde édition de “La géographie ça sert, d’abord, à faire la guerre”. **Cahiers de géographie du Québec**, v.27, n.72, 1983, pp.467-474.

SANTOS, C. R. A. Viajantes franceses e modelos de colonização para o Brasil (1850-1890). **Revista do Mestrado de História** (Universidade Severino Sombra), Vassouras, v. 5, p. 45-61, 2003.

SANTOS, M. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. **Reflexões sobre a Geografia**. São Paulo: Edições AGB São Paulo, 1980.

SANTOS, M. Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, out/1982.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2004 [1978].

SANTOS, M. Silence de Marx? Silence des philosophes? Non, silence des géographes! **Hérodote**, Paris, n.2, abril-jun/1976.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, jun/1977.

SANTOS, R. V. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: Marcos Chor Maio; Ricardo Ventura Santos. (Org.). **Raça como Questão: História, Ciência e Identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010, p. 83-108.

SANTOS, R. V.; ROQUETTE-PINTO, E. **Os tipos brasileiros e o estigma da degeneração racial**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

SCARIM, P. C. **Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**. 2000. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, 2000.

SCARLATO, F. C. **A indústria automobilística no capitalismo brasileiro e suas articulações com o crescimento espacial na metrópole paulistana**. 1981. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1981.

SCHIFINO, A. C. **Uma abordagem das atividades agrárias: pequenos e médios proprietários rurais na região de Ouricuri, Pernambuco**. 1984. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1984.

SCHWARCZ, L. K. M. **Os Institutos Históricos e Geográficos**. Os guardiões de nossa história oficial. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989.

SCHWARCZ, L. K. M. **As barbas do Imperador**. 11a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARCZ, L. K. M. La Mission Française de 1816: un art académique et napoléonien sous les tropiques brésiliens. In: Christophe Belaubre; Jordana Dym; John Savage. (orgs.). **Napoléon et les Amériques**. Histoire atlantique et empire napoléonien. Paris: Méridiennes, 2009, p. 261-

284.

SCHWARZ, R. **Martinha versus Lucrecia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARZ, R. **Seqüências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEABRA, M. F. G. Caio Prado Jr e os primeiros anos da AGB. In: IUMATTI, P.; SEABRA, M. F. G.; HEIDEMANN, H. D. **Caio Prado Jr e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SEABRA, M. F. G. **Vargem Grande: organização e transformação de uma parte do cinturão-verde paulistano**. 1969. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1969.

SEABRA, O. C. L. **Os meandros do rio nos meandros do poder: o processo de valorização dos rios e das várzeas do Tietê e do Pinheiros na cidade de São Paulo**. 1987. Tese (doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1987.

SEABRA, O. C. L. **A muralha que cerca o mar – uma modalidade de uso do solo urbano**. 1979. Dissertação (mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1979.

SENADO FEDERAL. Subsecretaria de Informações. **Ato Institucional n.5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: <  
[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo\\_norma=AIT&data=19681213&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s)>

SEREZA, H. C. **Florestan: a inteligência militante**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVA, A. C. A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983 (as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica). São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, 1983.

SILVA, A. C. Características do espaço econômico industrial. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.48, Nov/1973.

SILVA, A. C. **A metrópole ampliada e o bairro metropolitano**. O caso de São Paulo: o bairro da Consolação. 1982. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. 1982.

SILVA, A. C. **Cinco paralelos e um meridiano**. Contribuição ao discurso geográfico teórico. 1979. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1979.

SILVA, A. C. **O litoral norte do estado de São Paulo (formação de uma região periférica)**. 1975. Tese (Doutorado) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1975.

SILVEIRA, F. R. **Poeira e sumo nos olhos dos que produzem: um estudo sobre o trabalhador rural, residente urbano e suas condições de vida no município de Bebedouro**. 1982. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1982.

SIMIONI, A. P. C. A viagem à Paris de artistas brasileiros no final do século XIX. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, p. 343-366, 2005.

SOUSA NETO, M. F. História da Pequena Crítica em Geografia no Brasil. In: MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 20 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

SOUZA, M. A. A. Rua Maria Antônia... In: SANTOS, M. C. L. (Org.). **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: Ed. Nobel, 1988, pp.102-105

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, E. S. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana**. 1983. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1983.

STARLING, H. **O aparato repressivo do regime militar**. Confêrencia proferida no Seminário 1964: 50 anos depois. CEBRAP, mar/2014

TELLES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

THÉRY, H. Claude Lévi-Strauss, Pierre Monbeig et Roger Brunet. **EchoGéo** [Online], n. 7, 2008. Acesso em 23 março 2015

TOLEDO, C. N. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, n.47, 2004, pp. 13-28.

TRICART, J. La géomorphologie et la pensée marxiste. **La Pensée**, Paris, n.45, 1953.

TROIN, J. F. Pierre George et la ville. Pierre George (1909-2006): un géographe témoin de son temps. Hommage des Annales de Géographie, **Annales de géographie** 2008, v. 1, n° 659, p. 18-20

VALENTI, C. Crise universitaire ou crise de civilisation? La crise de Mai 68 en France à travers la *Revue des Deux Mondes*. **Cercles**, Barcelona, n.6, 2003

VALVERDE, O. La coopération française dans la géographie brésilienne. In: MARTINIÈRE, G.; CARDOSO, L. C. **France Brésil, vingt ans de coopération (science et technologie)**. Éditions de l'IHEAL, 1989

VELUT, S. Pierre Denis e a Geografia da América do Sul. In: LEMOS, A. I. G.; GALVANI, E. (Orgs.). **Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig**, CLACSO, pp.193-212, 2009

VERDI, E. F. **O início da Geografia Radical: uma aproximação a partir de Harvey e Smith**. Trabalho de Graduação Individual (TGI) em Geografia. Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2012.

VESENTINI, J. W. Apresentação. In: LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 10 ed. Campinas: Papirus, 2005.

VESENTINI, J. W. Geografia Crítica e ensino. São Paulo: **Revista Orientação**, n.6, 1985.

VESENTINI, J. W. Geografia e discurso crítico (da epistemologia à crítica do conhecimento científico). São Paulo: **Revista do Departamento de Geografia**, v. 1, n. 1, 1990.

VESENTINI, J. W. O método e a práxis (notas polêmicas sobre Geografia Tradicional e Geografia Crítica). São Paulo: **Revista Terra Livre**, n. 2, 1987.

VESENTINI, J. W. O que é crítica. Ou: qual é a crítica da Geografia Crítica? **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.26, 2009.

VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica** (um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília). 1984. Tese (doutorado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1984.

VEYRET, Y. Pierre George, pionnier de l'environnement en géographie. Pierre George (1909-2006): un géographe témoin de son temps. Hommage des Annales de Géographie, **Annales de géographie** 2008, v. 1, n° 659, 27-31.

VIANA, M. T. R. Editorial. Por que mudar? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.51, jun/1976.

VIANA, M. T. R. **São Miguel Paulista, o chão dos desterrados** (um estudo de migração e de urbanização). 1982. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1982.

VIEILLARD-BARON, H. **Les Banlieues**, des singularités françaises aux réalités mondiales. Paris: Hachette Supérieur, 2001.

VLACH, V. R. F. **A propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1988.

WISNER, B. Preface. **Antipode**, vol. 2, n. 1, 1970.

ZANOTELLI, C. L. **Yves Lacoste: entrevistas**. São Paulo: Annablume, 2005.

[s.a.]. Bibliographie de Pierre George. **Cahiers de géographie du Québec**, v.52, n.146, 2008, p.355-357.

[s.a.]. Jean Dresch. Publications 1930-1986. In: **Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée**, Désert et montagne au Maghreb, n.41-42, 1986, p.27-42.

#### ***Documentos consultados:***

AB'SABER, A. N. **Memorial para concurso de Professor Livre-Docente**. 1965.

AB'SABER, A. N. **Memorial para concurso de Provimento de Cátedra**. 1968.

ANDRADE, M. M. **Memorial para concurso de Professor-Assistente**. 1988.

ARAÚJO FILHO, J. R. **Memorial para concurso de Professor Livre-Docente**. 1967.

- CARLOS, A. F. A. **Memorial para concurso de Professor-Assistente.** 1988.
- CARLOS, A. F. A. **Memorial para concurso de Professor Titular.** 2005.
- COSTA, W. M. **Memorial para concurso de Professor Livre-Docente.** 2005.
- COSTA, W. M. **Memorial para concurso de Professor Titular.** 2007.
- DAMIANI, A. L. **Memorial para concurso de Professor-Assistente.** 1988.
- DAMIANI, A. L. **Memorial para concurso de Professor Livre-Docente.** 2008.
- DAMIANI, A. L. **Memorial para concurso de Professor Titular.** 2009.
- FERNANDES, L. L. **Memorial para inscrição no Doutorado.** 1969.
- LENCIONI, S. **Memorial para concurso de Professor-Assistente.** 1988.
- MAMIGONIAN, A. **Memorial para concurso de Professor-Assistente.** 1988.
- MAMIGONIAN, A. **Memorial para concurso de Professor Livre-Docente.** 2004.
- MORAES, A. C. R. **Memorial para concurso de Professor-Assistente.** 1988.
- MORAES, A. C. R. **Memorial para concurso de Professor Titular.** 2004.
- OLIVEIRA, A. U. **Memorial para concurso de Professor-Assistente.** 1988.
- OLIVEIRA, A. U. **Memorial para concurso de Professor Livre-Docente.** 1997.
- OLIVEIRA, A. U. **Memorial para concurso de Professor Titular.** 1997.
- ROSSINI, R. E. **Memorial para concurso de Professor Titular.** 1991
- SADER, M. R. C. T. **Memorial para concurso de Professor Assistente.** 1988.
- SEABRA, O. C. L. **Memorial para concurso de Professor-Assistente.** 1988
- SEABRA, O. C. L. **Memorial para concurso de Professor Livre-Docente.** 2003.
- SILVA, A. C. **Memorial para concurso de Professor Titular.** 1989.
- SOUZA, M. A. A. **Memorial para concurso de Professor Livre-Docente.** 1989.
- SOUZA, M. A. A. **Memorial para concurso de Professor Titular.** 1995.
- VESENTINI, J. W. **Memorial para concurso de Professor-Assistente.** 1988.

PROCESSO 46.1.70.8.1: referente à inscrição para doutorado em Geografia do Brasil de Aroldo Edgard de Azevedo (1946)

PROCESSO 46.1.18.8.0: referente à inscrição no doutoramento em Geografia do Brasil do prof. José Ribeiro de Araújo Filho (1946)

PROCESSO 48.1.8.8.6: referente à inscrição no doutoramento em Geografia Física do prof. Aziz Nacib Ab'Saber (1948)

PROCESSO 51.1.1548.8.8: referente ao concurso para provimento da cátedra de Geografia Humana ao prof. Ary França (1951)

PROCESSO 56.1.392.8.9: referente à inscrição no doutoramento da prof. Wanda Silveira Navarra (1956)

PROCESSO 65.1.459.8.5: referente ao concurso para provimento do cargo de professor livre-docente ao prof. Aziz Nacib Ab'Saber (1965)

PROCESSO 65.1.519.8.8: referente ao concurso para o provimento do cargo de professor livre-docente ao prof. Pasquale Petrone (1965)

PROCESSO 67.1.479.8.8: referente à inscrição no doutoramento do prof. Nelson de La Corte (1967)

PROCESSO 68.1.578.8.7: referente ao concurso para provimento da cátedra de Geografia do Brasil ao prof. José Ribeiro de Araújo Filho (1968)

PROCESSO 68.1.588.8.2: referente ao concurso para provimento do cargo de professor livre-docente ao prof. Aziz Nacib Ab'Saber (1968)

PROCESSO 68.1.920.8.7: referente à inscrição no doutoramento do prof. Mario De Biasi (1968)

PROCESSO 69.1.2303.8.6: referente à inscrição no doutoramento em Geografia Humana da prof. Maria Regina Cunha Toledo Sader (1969)

PROCESSO 70.1.944.8.6: referente à inscrição no doutoramento da prof. Liliana Laganá Fernandes (1970)

PROCESSO 75.1.36632.1.2: referente à contratação da prof. Odette Carvalho de Lima Seabra (1975)

PROCESSO 88.1.1316.8.6: referente à inscrição do prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira no concurso para provimento do cargo de professor-assistente (1988)

PROCESSO 88.1.1317.8.2: referente ao concurso para provimento do cargo de professor-assistente à prof. Maria Regina Cunha de Toledo Sader (1988)

PROCESSO 88.1.1298.8.8: referente ao concurso para o cargo de professor-assistente da prof. Odette Carvalho de Lima Seabra (1988)

PROCESSO 89.1.869.8.2: referente ao concurso para livre-docência da prof. Maria Adélia Aparecida de Souza (1989)

PROCESSO 89.1.1122.8.8: referente ao concurso para provimento do cargo de professor titular à Armando Correa da Silva (1989)

PROCESSO 95.1.1246.8.5: referente ao concurso para o cargo de professor titular da prof. Maria Adélia Aparecida de Souza (1995)

PROCESSO 97.1.706.8.4: referente ao concurso para provimento do cargo de professor livre-docente ao prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1997)

PROCESSO 97.1.2789.8.4: referente ao concurso para provimento do cargo de professor titular ao prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1997)

PROCESSO 2003.1.2780.8.3: referente ao concurso para livre-docência da prof. Odette Carvalho de Lima Seabra (2003)

## ANEXOS

Apresentamos neste *Anexo* as tabelas referentes ao levantamento de todos os trabalhos – dissertações de mestrado, teses de doutorado, livre docência e cátedra – que foram apresentados e defendidos no Departamento de Geografia da USP entre 1964 e 1985. Conforme mencionamos no capítulo 3, verifica-se que neste período foram defendidos 218 trabalhos, sendo destes 147 mestrados, 55 doutorados, 11 teses de livre-docência e 2 teses de provimento de cátedra, além de 3 trabalhos sem essa informação disponível.

O levantamento apresentado a seguir foi realizado a partir de quatro bancos de dados: a central de bibliotecas da USP, através do sistema Dedalus; a central de arquivamento de dissertações e teses da FFLCH, através do Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH); a lista de trabalhos defendidos na Geografia Humana, presente no site do programa de pós-graduação referido; e a lista de trabalhos defendidos na FFCL e depois na FFLCH, desde 1937, presente no site da FFLCH. Organizamos esse levantamento em tabelas anuais, elencando o nome do autor do trabalho, o título do trabalho, o nível para o qual foi apresentado (mestrado, doutorado, livre docência ou cátedra), o nome do orientador, os códigos de referência Dedalus e CAPH – caso existam – e alguns destaques da bibliografia de alguns trabalhos que consideramos importante apontar.

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1964

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Petrone, Pasquale	Os aldeamentos paulistas e sua função de valorização da região paulistana: estudo de geografia histórica	LD		721712	sem informação	Tese apresentada à cadeira de Geografia Humana. Na bibliografia: FERNANDES, F. <i>A organização social dos Tupinambás</i> e <i>Aspectos do povoamento de São Paulo no século XVI</i> . GEORGE, P. <i>Géographie et Histoire</i> . PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo; Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo</i> e <i>O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo</i>

Trabalhos defendidos no DG/USP  
1965

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Nível</b>	<b>Orientador</b>	<b>Dedalus</b>	<b>Tombo CAPH</b>	<b>Observações</b>
Pegaia, Uyvão Antonio	A rede bancária da cidade de São Paulo: aspectos geográficos		Azevedo, Aroldo de	721573	sem informação	Na bibliografia: PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> . FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil</i>

Trabalhos defendidos no DG/USP  
1966

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Nível</b>	<b>Orientador</b>	<b>Dedalus</b>	<b>Tombo CAPH</b>	<b>Observação</b>
Penteado, Antonio Rocha	Belém do Pará: estudo de geografia urbana	LD		sem informação	476A	Tese apresentada à cadeira de Geografia do Brail. Na bibliografia: RECLUS, E. <i>Nova Geografia Universal e Estados Unidos do Brasil</i>

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1967

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Araújo Filho, José Ribeiro de	Santos: o porto do café	LD		721654	429A	Tese apresentada à cadeira de Geografia do Brasil. Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>O café e a industrialização</i> . DELFIM NETTO, A. <i>Problema do café e acordo internacional e O problema do café no Brasil</i> . FERNANDES, F. <i>O café na evolução de São Paulo</i> . GEORGE, P. <i>Précis de géographie économique; Geografia Econômica e Précis de géographie rurale</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LACOSTE, Y. <i>Les pays sous-développés e Géographie du sous-développement</i> . PRADO JR, C. <i>O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo</i> . RECLUS, E. <i>Estados Unidos do Brasil</i> .
Müller, Nice Lecocq	Contribuição ao estudo do fato urbano e da organização do espaço no Vale do Paraíba, estado de São Paulo	LD		721701	409A	Tese apresentada à cadeira de Geografia Humana. Na bibliografia: BERRY, B. J. L. <i>Recent studies concerning the role of transportation in the space economy</i> . GEORGE, P. <i>Introduction à l'étude géographique de la population du monde; La ville: le fait urbaine a travers le monde e Précis de géographie urbaine</i> . HOLANDA, S. B. <i>Expansão paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII e Caminhos do sertão</i> . PRADO JR, C. <i>O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo</i> .
Fernandes, Liliana Laganá	O bairro rural dos Pires: estudo de Geografia Agrária	M	Muller, Nice Lecocq		580A	O trabalho foi publicado em 1971 pela <i>Série Teses e Monografias</i> . Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de Géographie rurale e La campagne, le fait rurale a travers le monde</i> .
Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	O ritmo hibernal da frente polar e as chuvas na fachada sub-tropical atlântica do Brasil: contribuição metodológica à análise geográfica dos tipos de tempo no Brasil	D	Ab'Saber, Aziz Nacib		508A	GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i>

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1968

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Araújo Filho, José Ribeiro de	O porto de Vitória	Provimento de cátedra		714751	413A	Tese apresentada para o concurso de Provimento da cadeira de Geografia do Brasil. Na bibliografia: BASTIDE, R. <i>Brasil, terra de contrastes</i> . DELFIM NETTO, A. <i>O problema do café no Brasil</i> . FURTADO, C. <i>Desenvolvimento e subdesenvolvimento; Formação econômica do Brasil e Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina</i> . GEORGE, P. <i>Geografia econômica e Précis de géographie économique</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . KAYSER, B. <i>Les divisions de l'espace géographique dans les pays sous-développés</i> . LACOSTE, Y. <i>Géographie du sous-développement e Les pays sous-développés</i> . PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo</i> .
Guimarães, Olmária	O papel das feiras livres no abastecimento da cidade de São Paulo	M	Petrone, Pasquale	721682	sem informação	O trabalho foi publicado na <i>Série Teses e Monografias</i> em 1969. Na bibliografia: CASTRO, J. <i>Geografia da Fome</i> .
Penteado, Antonio Rocha	O sistema portuário de Belém	Provimento de cátedra		721343	319A	Tese apresentada para o concurso de Provimento da cadeira de Geografia do Brasil. Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Geografia econômica</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1969

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Nível</b>	<b>Orientador</b>	<b>Dedalus</b>	<b>Tombo CAPH</b>	<b>Observações</b>
Seabra, Manoel Fernando Gonçalves	Vargem Grande: organização e transformação de uma parte do cinturão-verde paulistano	M	Petrone, Pasquale	721723	158A	Na bibliografia: PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> .
Vieira, Yara Regina Martins	Evolução agrária na periferia de Buenos Aires no século XX	M	Ab'Saber, Aziz Nacib	721738	722A	
Senoi, Lourdes Emico	Sho-mura, aspectos agrários de uma área do Japão	sem informação	Petrone, Pasquale	721724	sem informação	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>La campagne, le fait rurale a travers le monde</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1970

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Abreu, Adílson Avansi de	A colonização agrícola holandesa no estado de São Paulo: Holambra I	M	Mendes, Renato da Silveira	721611	750A	
Almeida, Elsinoe Elisa Ract de	Votuporanga e Fernandópolis: duas áreas da Alta Araraquarense	M	Petrone, Pasquale	721651	717A	Na bibliografia: PRADO JR, C. <i>Distribuição da propriedade fundiária rural do estado de São Paulo.</i>
Goldenstein, Léa	Estudo de um centro industrial satélite: Cubatão	D	Petrone, Pasquale	721615	628A	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil e Mudanças sociais na América Latina.</i> GEORGE, P. <i>L'action humaine e Les méthodes de la géographie.</i> GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa.</i> GUGLIELMO, R. <i>La petrochimie dans le monde.</i> SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana.</i> A tese foi publicada em 1972 na <i>Série Teses e Monografias</i> com o título "A industrialização da baixada santista - estudo de um centro industrial satélite"
Sader, Maria Regina Cunha de Toledo	Evolução da paisagem rural de Itú, num espaço de 100 anos	M	Muller, Nice Lococq	721721	576A	Na bibliografia: COSTA, E. V. <i>Da senzala à colônia.</i> DELFIM NETTO, A. <i>Uma análise da agricultura brasileira.</i> FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil.</i> KAYSER, B. <i>Économies et sociétés rurales dans les régions tropicales.</i> PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil e A agricultura subdesenvolvida.</i>
Coelho, Arnaldo Guido de Souza	Ecologia e potencial de estudos com base nas modernas técnicas do sensoriamento remoto	M	Ab'Saber, Aziz Nacib	721667	565A	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1971

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Becker, Olga Maria Schild	Guaíba: comportamento de uma parcela da área metropolitana de Porto Alegre	M	Petrone, Pasquale	721657	730A	Na bibliografia: BEAUJEU-GARNIER, J.; CHABOT, G. <i>Traité de Géographie urbaine</i> . GEORGE, P. <i>Compêndio de Geografia Urbana</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> .
Copstein, Gisela	Tapes, cidade arrozeira na planície lagunar gaúcha	M	Petrone, Pasquale	721669	723A	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Alguns problemas do estudo geográfico da população</i> . SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana</i> .
Modenesi, May Christine	Contribuição à geomorfologia da região de Itu-Salto: estudo de formações superficiais	M	Queiroz Neto, José Pereira de	721697	732A	
Neves, Gervásio Rodrigo	Mão-de-obra rural na área metropolitana de Porto Alegre: metodologia	M	Ab'Saber, Aziz Nacib	721703	724A	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>Modelos de desenvolvimento</i> . FERNANDES, F. <i>Asociologia numa era de revolução social</i> . FURTADO, C. <i>A pré-revolução brasileira e Formação econômica da América Latina</i> . GEORGE, P. <i>La campagne; Géographie rurale e A ação do homem</i> . LACOSTE, Y. <i>Perspectivas da geografia ativa em país subdesenvolvido</i> . LEFEBVRE, H. <i>Problème de sociologie rurale e Les classes sociales dans les campagnes</i> . PRADO JR, C. <i>Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil e A revolução brasileira</i> . SINGER, P. <i>Conjuntura e desenvolvimento e Desenvolvimento econômico e evolução urbana</i> .
Perides, Paulo Pedro	Dois córregos: um exemplo de centro local	M	Petrone, Pasquale	721711	725A	Na bibliografia: BEAUJEU-GARNIER, J.; CHABOT, G. <i>Traité de Géographie urbaine</i> . GEORGE, P. <i>La ville: le fait urbain a travers le monde; Précis de Géographie urbaine; Reflexos sobre a noção de região em Geografia e sua aplicação; Cidades, redes urbanas, região e Les méthodes de la Géographie</i> . KAYSER, B. <i>La domination urbaine; A região como objeto de estudo da Geografia e As divisões do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos</i> .
Rossini, Rosa Ester	Serra azul: o homem e a cidade	M	Araújo Filho, José Ribeiro de	721720	718A	Na bibliografia: BEAUJEU-GARNIER, J. <i>Trois milliards d'hommes (traité de démographie)</i> . GEORGE, P. <i>La ville: le fait urbain a travers le monde e Précis de Géographie urbaine</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LACOSTE, Y. <i>Geografia do subdesenvolvimento</i> . SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1971

Faria, Wilson de	Contribuição ao estudo da pecuária em Barretos	M	Muller, Nice Lococq	721672	728A	Na bibliografia: PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> .
Tarifa, José Roberto	Sucessão de tipos de tempo e variação do balanço hídrico no sudoeste paulista	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	721736	sem informação	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1972

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Abreu, Adílson Avansi de	Estruturação de paisagens geográficas no médio Vale do Jaguari-Mirim	D	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	721603	198A	
Campos, Antonio Pedro de Souza	A contribuição da geografia ao planejamento educacional	D	Petrone, Pasquale	721662	320A	Na bibliografia: BERRY, B. J. L. <i>Grandes regiões e tipos de agricultura no Brasil</i> . FAISSOL, S. <i>Métodos quantitativos na Geografia</i> . FREYRE, G. <i>Casa grande e senzala e Sobrados e mocambos</i> . FURTADO, C. <i>Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina</i> . GEORGE, P. <i>A ação do homem; Geografia econômica; Les méthodes de la Géographie; Panorama do mundo atual e Sociologia e Geografia</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . IANNI, O. <i>Estado e planejamento econômico no Brasil</i> . LACOSTE, Y. <i>Geografia do subdesenvolvimento</i> .
Conti, José Bueno	A circulação secundária e o efeito orográfico na gênese regional das chuvas: o exemplo de ENE Paulista	D	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	721853	359A	
Cruz, Olga	A Serra do Mar e o litoral na área de Caraguatatuba, SP: contribuição à geomorfologia tropical	D	Ab'Saber, Aziz Nacib	721855	389A	Tese de doutoramento em Geografia Física.

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1972

Dantas, José	Sertãozinho: uma sociedade dependente da agro-indústria açucareira	D	sem informação	721610	sem informação	Na bibliografia: BASTIDE, R. <i>Les mythes nationaux an Amerique Latine</i> . BEIGUELMAN, P. <i>Pequenos estudos de ciência política</i> . MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do Rio Bonito e O caipira, a sua cultura</i> . CARDOSO, F. H. <i>Capitalismo e escravidão e Situação e comportamento social do proletariado</i> . FERNANDES, F. <i>Caracterização estrutural da sociedade de classes dependente e Sociedade de classes e subdesenvolvimento</i> . LUKACS, G. <i>Histoire et conscience de classe (essais de dialectique marxiste)</i> . MARX, K. <i>El Capital (livros I e II)</i> . MARX, K.; ENGELS, F. <i>La ideologia alemana</i> . POULANTZAS, N. <i>Poder político y clases sociales en el Estado capitalista</i> . PRADO JR, C. <i>Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil e História econômica do Brasil</i> . SINGER, P. <i>Desenvolvimento e crise</i>
De Biasi, Mário	Tipologia de sítios urbanos do Vale do Paraíba, SP: estudo de cartografia geográfica por cartas de declividade	D	Libault, André	721638	633A	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Les fleuves et l'évolution des peuples e Précis de Géographie urbaine</i> . PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo e História econômica do Brasil</i> .
Fernandes, Liliana Laganá	Bairros rurais do município de Limeira: estudo geográfico	D	Petrone, Pasquale	721673	383A	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de géographie rurale</i> . HOLANDA, S. B. <i>As colônias de parceria e Prefácio a Tomaz Devatz - memórias de um colono no Brasil</i> . MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida</i> . PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo; Distribuição da propriedade fundiária rural do estado de São Paulo; História econômica do Brasil e Evolução política do Brasil e outros estudos</i> .
França, Maria Cecília	Pequenos centros paulistas de função religiosa	D	Muller, Nice Lecocq	721676	228A	Tese defendida em 1972, publicada na <i>Série Teses e Monografias</i> em 1975. Na bibliografia: BASTIDE, R. <i>Éléments de sociologie religieuse</i> . CARDOSO, F. H.; IANNI, O. <i>Cor e mobilidade em Florianópolis</i>

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1972

Gallego, Lucy Pinto	Tipos de tempo e poluição atmosférica no Rio de Janeiro: um ensaio em climatologia urbana	D	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	721605	269A	
Lemos, Amália Inês Geraiges de	Cotia e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana	M	Petrone, Pasquale	721684	663A	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Compêndio de geografia urbana; Geografia econômica e Geografia de la población</i> . PRADO JR, C. <i>Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo</i> . COSTA, E. V. <i>Cotia e Itapeceira da Serra: subúrbios agrícolas</i> .
Marques, Moacyr	Prioridades para eletrificação rural em São Paulo: critérios quantitativos e geoestatísticos para a definição da hierarquia de regiões-base	M	Petrone, Pasquale	721688	670A	Não possui bibliografia.
Mizubuti, Satie	Itaboraí: estudos de geografia urbana	M	Petrone, Pasquale	721696	703A	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Cidade, rede urbana e região e Compêndio de geografia urbana</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo</i> .
Motta, Ilse Hildegard Haupt	O uso da terra no município de Marília	D	Petrone, Pasquale	721699	274A	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de géographie rurale</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> . SINGER, P. <i>População e desenvolvimento</i> .
Nakagawara, Yoshiya	As funções regionais de Londrina e sua área de influência	D	Petrone, Pasquale	721616	361A	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de géographie urbaine</i> .
Navarra, Wanda Silveira	O uso da terra em Itatiba e Morungaba: permanência e mudança na organização do espaço agrário, 1956-1966	D	Petrone, Pasquale	721606	376A	Na bibliografia: MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida</i> . GEORGE, P. <i>La campagne, le fiat rurale a travers le monde; Précis de géographie rurale e Conferências no Brasil</i> . PRADO JR, C. <i>Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo e Problemas de povoamento e a divisão da província rural</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1972

Rodrigues, João Antonio	Façonismo na indústria têxtil de Americana	M	Penteado, Antonio Rocha	721718	sem informação	[não foi consultado; não encontramos nenhum exemplar na biblioteca da FFLCH, do CAPH e da AGB]
Seabra, Manoel Fernando Gonçalves	As cooperativas agrícolas mistas do estado de São Paulo: estudo de geografia econômica	D	Petrone, Pasquale	721608	360A	
Oliveira, Maria Niejda Leite de	Embu e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana	M	Petrone, Pasquale	721705	540A	Na bibliografia: COSTA, E. V. <i>Cotia e Itapeceira, subúrbios agrícolas</i> . GEORGE, P. <i>Aire metropolitaine, conurbation ou région industrielle? Le cas de São Paulo</i> . HOLANDA, S. B. <i>Capelas antigas de São Paulo</i> . PRADO JR, C. <i>O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo e Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo</i> .
Titarelli, Augusto Humberto Vairo	Vale do Parateí: estudo geomorfológico	D	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo		268A	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1973

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Nível</b>	<b>Orientador</b>	<b>Dedalus</b>	<b>Tombo CAPH</b>	<b>Observações</b>
La Corte, Nelson de	A estrutura da indústria no estado de São Paulo - uma proposição de uso da cartografia como método de pesquisa	D	Petrone, Pasquale	717381	242D	Na bibliografia: BERRY, B. J. L. <i>A method for deriving multifactor uniform regions</i> . GEORGE, P. <i>Tendences nouvelles de la localisation des industries à l'intérieur des agglomérations urbaines</i> .
Nakashima, Paulo	Estudo das formações superficiais na área de Campinas - Viracopos (SP) e suas relações com a evolução geomorfológica e os solos	M	Queiroz Neto, José Pereira de	721702	82N	
Rodrigues, Adyr Aparecida Balestreri	O bairro do Tanque - Atibaia (SP): um exemplo da contribuição da colonização japonesa para a evolução do meio rural paulista	M	Mendes, Renato Silveira	721717	56N	Na bibliografia: MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do rio bonito</i> . COSTA, E. V. <i>Cotia e Itapeçerica da Serra, subúrbios agrícolas</i> .
Soares, Olga Maria Machado	Bases ecológicas da atividade agrária em Loanda (PR)	M	França, Maria Cecília	721732	21N	
Souza, Marcos José Nogueira de	Geomorfologia do Vale do Choró (CE)	M	Ab'Saber, Aziz Nacib	721734	90N	
Toledo, Gil Sodero de	Tipos de tempo e categorias climáticas na bacia do Alto Tietê (1968). Ensaio metodológico	D	Ab'Saber, Aziz Nacib	717384	241D	
Coltrinari, Lylian Zulma Doris	Contribuição à geomorfologia da região de Guaratinguetá-Aparecida	D	Ab'Saber, Aziz Nacib	721668	6N	

Trabalhos defendidos no DG/USP  
1974

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Barbieri, Evandro Biassi	Ritmo climático e extração do sal em Cabo Frio	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	721656	66N	
Bray, Silvio Carlos	A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura da laranja	M	Araújo Filho, José Ribeiro de	721660	92N	Na bibliografia: BERRY, B. J. L. <i>Amostragem geográfica</i> . FERNANDES, F. <i>O método de interpretação funcionalista na sociologia e Funcionalismo e análise científica na sociologia moderna</i> . GEORGE, P. <i>La campagne; Geografia econômica; Geografia rural; Sociologia e Geografia e Geografia agrícola do mundo</i> . PRADO JR, C. <i>Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil</i> .
Martins, Olimpio Beleza	O uso do solo no município de Presidente Bernardes	M	Petrone, Pasquale	721691	38N	
Tavares, Antonio Carlos	Clima local de Campinas: introdução ao estudo do clima urbano	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	721737	95N	
Tarifa, José Roberto	Fluxos polares e as chuvas da primavera-verão no estado de São Paulo: uma análise quantitativa do processo genético	D	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	721735	103N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1975

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Albuquerque, Maria José Nonato Cavalcanti de	Tubarão: um exemplo brasileiro de porto especializado	M	Araújo Filho, José Ribeiro de	721649	51N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Geografia econômica e A ação do homem</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> .
Almeida, Elsinoe Elisa Ract de	A organização espacial do setor metropolitano ocidental de São Paulo	D	Ab'Saber, Aziz Nacib	721650	25N	Na bibliografia: COSTA, E. V. <i>Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas</i> . GEORGE, P. <i>La ville, le fait urbain travers le monde; Précis de Géographie urbaine e Áreas metropolitanas, conurbação ou região industrial. O caso de São Paulo</i> . PRADO JR, C. <i>O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo e Nova contribuição para o estudo geográfico de São Paulo</i> . SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana</i> .
Gallo, Jaques	Participação dos entrepostos de pesca e pontos de desembarque no abastecimento da cidade de São Paulo	M	Ab'Saber, Aziz Nacib	721677	176BN	
Martinelli, Marcelo	A distribuição de poisson aplicada ao estudo da área de "mar de morros": uma experiência de aplicação de um modelo probabilístico em Geomorfologia	M	Petrone, Pasquale	722143	41N	
Megale, Januario Francisco	Banicultura no litoral paulista: um estudo de geografia econômica	M	Araújo Filho, José Ribeiro de	721693	110N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Existe-t-il une Géographie Appliquée?</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . PRADO JR, C. <i>Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo e A questão agrária no Brasil</i> . MARTINS, J. S. <i>A adoção de práticas agrícolas e tensões sociais</i> .
Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	Teoria e clima urbano	LD		721613	333A	Na bibliografia: BASTIDE, R. <i>Usos e sentidos do termo estrutura</i> . GEORGE, P. <i>La ville: le fait urbain a travers le monde</i> . HARVEY, D. <i>Explanation in Geography</i> .
Poltroniéri, Ligia Celoria	Difusão espacial da citricultura no estado de São Paulo	M	Goldenstein, Léa	721714	77N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1975

Queiroz Neto, José Pereira de	Pedogênese no planalto atlântico: contribuição à interpretação paleogeográfica dos solos da Mantiqueira Norte Ocidental	LD		721715	sem informação	
Ribeiro, Antonio Giacomini	Consumo de água em Bauru: o tempo cronológico e o metereológico aplicados na elaboração de subsídios à previsão de água	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	721716	40N	
Rossini, Rosa Ester	Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo	D	Araújo Filho, José Ribeiro de	721719	5N	Na bibliografia: BERQUO, E. <i>Crescimento populacional (histórico e atual) e componentes do crescimento (fecundidade e migrações)</i> . MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida</i> . CASTRO, J. <i>Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição</i> . GEORGE, P. <i>População e povoamento; A ação do homem; Geografia da população; Précis de géographie urbaine; Questions de géographie de la population e La ville: le fait urbain travers le monde</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> . QUIJANO, A. <i>Notas sobre el concepto de marginalidad social</i> . SINGER, P. <i>Economia política da urbanização e Desenvolvimento econômico e evolução urbana</i> .
Silva, Armando Correa da	Litoral norte do estado de São Paulo (formação de uma região periférica)	D	Mattos, Dirceu Lino de	721726	24N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Problemas, doutrinas e método; Sociologia e Geografia e Geografia econômica</i> . KAYSER, B. <i>As divisões do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos</i> . CARDOSO, F. H. <i>O modelo político brasileiro</i> . GEORGE, P. <i>A ação do homem</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil; A revolução brasileira e História e desenvolvimento</i> . SINGER, P. <i>O "milagre brasileiro": causas e consequências</i> . FERNANDES, F. <i>A função social da guerra na sociedade tupinambá</i> . FURTADO, C. <i>A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1975

Goldenstein, Léa	Aspectos da reorganização do espaço brasileiro face novas relações de intercâmbio - uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização da madeira por indústrias de celulose	LD		721679	sem informação	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>O modelo político brasileiro e outros ensaios; Mudanças sociais na América Latina</i> . CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. <i>Dependência e desenvolvimento na América Latina</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . MANDEL, E. <i>L'apogée du néo-capitalisme et ses lendemains</i> . MARTINS, J. S. <i>O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário</i> . OLIVEIRA, F. <i>A economia brasileira: crítica à razão dualista</i> . SINGER, P. <i>As contradições do "milagre"</i>
Santos, Maria Juraci Zani dos	A importância da variação do ritmo pluviométrico para a produção canavieira na região de Piracicaba (SP)	M	Conti, José Bueno	721722	87N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1976

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Aguiar, Marília Barros de	O relevo e a estrutura na região de Dona Catarina - SP	M	Queiroz Neto, José Pereira de	721647	205N	
Carvalho, Adilson	Solos da região de Marília: relações entre a pedogênese e a evolução do relevo	D	Queiroz Neto, José Pereira de	721663	203N	
Merino, Graça Maria Ferreira	Nazaré Paulista em suas relações com a região bragantina e a grande São Paulo	M	Petrone, Pasquale	717297	209N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>La ville: le fait urbain a travers le monde e Précis de Géographie urbaine.</i>
Yamashita, Yoshie	Colônia Esperança - Araçongas (PR): aspectos da organização do espaço agrário	M	Araújo Filho, José Ribeiro de	721739	168N	Na bibliografia: MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do rio bonito.</i> GEORGE, P. <i>Précis de Géographie rurale e Les méthodes de la Géographie.</i> PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo e História econômica do Brasil.</i>
Zampieri, Helvécio	Birigüi, cidade industrial do Oeste Paulista (um núcleo recente de fabricação do calçado)	M	Araújo Filho, José Ribeiro de	721740	233N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Geografia industrial do mundo; Geografia econômica; Os métodos da Geografia e Conferências no Brasil.</i> GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa.</i> MARTINS, J. S. <i>Conde Matarazzo - o empresário e a empresa.</i> PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil.</i> SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana.</i>

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1977

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Camara, Nely Severino	Os insumos climáticos no sistema de produção do trigo no estado de São Paulo	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	721661	271N	
Costa, Eunice Correia da	O fato urbano no Rio Grande do Norte: características das bases da vida de relações	M	Petrone, Pasquale	721403	281N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de géographie urbaine</i> e <i>Os métodos da Geografia</i> . KAYSER, B. <i>As divisões do espaço geográfico nos países subdesenvolvidos</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> . FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . [primeiro trabalho que não possui Ab'Saber, A. N. nas referências]
Herz, Renato	Circulação das águas de superfície da Lagoa dos Patos	D	Queiroz Neto, José Pereira de	721683	251N	
Silva, Jayr Franco da	Relação entre a produção pesqueira e o meio ambiente na plataforma continental do Rio Grande do Sul	M	Conti, José Bueno	721727	252N	
Silva, Lenyra Rique da	A cultura da batata no estado de São Paulo e seus problemas	M	Petrone, Pasquale	721454	264N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Geografia rural</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> .
Soro, Yassoungo	O café em São Paulo e na Costa do Marfim: um estudo comparativo	M	Araújo Filho, José Ribeiro de	721733	266N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Existe-t-il une géographie appliquée?</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . PRADO JR, C. <i>O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo</i> . COSTA, E. V. <i>Da senzala à colônia</i> .
Garms, Armando	Paraguaçu paulista: contribuição para o estudo de um centro local do Extremo Sudoeste Paulista	M	Petrone, Pasquale	721678	310N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Os métodos da Geografia e Geografia urbana</i> .
Casseti, Valter	Estrutura e gênese da compartimentação da paisagem de Serra Negra (MG)	M	De Biasi, Mário	721665	304N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1977

Cesar, Ademir Luiz	Estudo de bacias hidrográficas através de parâmetros morfométricos de análise areal	M	Abreu, Adilson Avansi de	721666	299N	
Perez Filho, Archimedes	Análise estrutural da bacia do São José dos Dourados (SP)	M	Cruz, Olga	721710	292N	
Ochsenius, Claudio	El pleistoceno en el desierto de Atacama, Trópico de Capricórnio	s/i	sem informação	722253	454N	O trabalho está escrito em espanhol e não consta informação sobre o grau ou sobre a orientação. Mas, o exemplar do CAPH está assinado por Ab'Saber, A. e Abreu, A.

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1978

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Ablas, Luiz Augusto de Queiroz	A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas (estudo do caso de São Paulo)	D	Muller, Nice Lecocq	721617	332N	
Amóra, Zenilde Baima	As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do nordeste	M	Goldenstein, Léa	721423	345N	Na bibliografia: OLIVEIRA, F. <i>Elegia para uma re(li)gião e A economia da dependência imperfeita.</i>
Aouad, Marilene dos Santos	Tentativa de classificação climática para o estado da Bahia: uma análise quantitativa dos atributos locais associada à análise qualitativa do processo genético	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	721618	363N	
Batres, Vera Beatriz Kohler	A foz do rio Itanhaem e áreas adjacentes: estudo de geomorfologia costeira	M	Cruz, Olga	721620	366N	
Benites, Miguel Gimenez	Os frigoríficos da grande São Paulo e arredores (estudo geográfico)	M	Franca, Maria Cecília	721658	336N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Aire metropolitaine, conurbation ou région industrielle? Le cas de São Paulo.</i> FURTADO, C. <i>Projeção da economia açucareira.</i> PRADO JR, C. <i>A pecuária e o progresso do povoamento no Nordeste.</i>
Bourlegat, Cleonice Alexandre Le	A cidade de Salesópolis e suas relações com a metrópole	M	Petrone, Pasquale	721316	403N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de géographie urbaine.</i>
Cavalcante, Tercia Correia	Barueri e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana	M	Petrone, Pasquale	721622	408N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>São Paulo e seus problemas sociais.</i> PRADO JR, C. <i>O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo.</i> SINGER, P. <i>Urbanização e recursos humanos.</i>
Cordeiro, Helena Kohn	O centro da metrópole paulistana: expansão recente	D	Petrone, Pasquale	721623	470N	Na bibliografia: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa.</i> FURTADO, C. <i>A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina.</i> SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana.</i> LEFEBVRE, H. <i>Le droit à la ville.</i>

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1978

Cunha, Maria Galdina Salles	Expansão da agricultura em uma área de pecuária extensiva: o exemplo de Santa Margarida, município de São Gabriel (RS)	M	Fernandes, Liliana Laganá	721624	411N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Os métodos da geografia; Geografia agrícola do mundo; Précis de géographie rurale; Sociologia e Geografia e La campagne</i> . MARTINS, J. S. <i>A imigração e a crise do Brasil agrário</i> .
Danelli, Gerson	Aspectos da mobilidade espacial da população na região metropolitana da grande São Paulo (um estudo de circulação numa paisagem urbana)	M	Petrone, Pasquale	721625	416N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>São Paulo e seus problemas sociais e Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo</i> . COSTA, E. V. <i>Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas</i> . GEORGE, P. <i>Geografia urbana e Os métodos da Geografia</i> . LACOSTE, Y. <i>Geografia do subdesenvolvimento</i> . PRADO JR, C. <i>Evolução política do Brasil</i> . SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana</i> .
Francesconi, Léa	A mão de obra ocupada na atividade industrial de São José dos Campos e Jacareí: movimentos migratórios e movimentos pendulares	M	Goldenstein, Léa	722342	425N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . OLIVEIRA, F. <i>A economia brasileira - crítica à razão dualista</i> . SINGER, P. <i>Desenvolvimento e crise e O "milagre brasileiro": causas e consequências</i> . [primeira referência à SANTOS, M. <i>Por uma Geografia nova</i> .]
Grabois, José	Os anéis da dependência: estudo geográfico da floricultura em Barbacena	D	Araújo Filho, José Ribeiro de	721627	351N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. <i>Dependência e desenvolvimento na América Latina - ensaio de interpretação sociológica</i> . GEORGE, P. <i>A ação do homem; Conferências no Brasil; La campagne; Geografia econômica e Os métodos da Geografia</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LACOSTE, Y. <i>Geografia do subdesenvolvimento</i> . PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo</i> . SINGER, P. <i>Capital e trabalho no campo</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1978

Lombardo, Magda Adelaide	Economia de mercado e organização do espaço agrário: o exemplo de Cordeirópolis	M	Fernandes, Liliana Laganá	721686	313N	Na bibliografia: MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do Rio Bonito</i> . CARDOSO, F. H. <i>Capitalismo e escravidão no Brasil meridional</i> . COSTA, E. V. <i>Da senzala à colônia e O escrano na grande lavoura</i> . FERNANDES, F. <i>Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina e A revolução burguesa no Brasil</i> . FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil</i> . GEORGE, P. <i>La campagne; Geografia social no mundo e Os métodos da Geografia</i> . HARVEY, D. <i>Social justice and the city</i> . IANNI, O. <i>A classe operária vai ao campo</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . MARTINS, J. S. <i>A imigração e a crise no Brasil agrário e Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil</i> . MARX, K. <i>O Capital (livros I,II,III); Contribuição para a crítica da economia política e Formações econômicas pré-capitalistas</i> . PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo; História econômica do Brasil e Evolução política do Brasil</i> .
Luedemann, Ellen Fortlage	Contribuição ao estudo da variação da circulação em superfície no setor sul da plataforma continental brasileira na primavera	M	Ab'saber, Aziz Nacib	721687	312N	
Nakashima, Myriam da Silveira Reis	Estudo topomorfológico e de formações superficiais na área de Barueri e arredores, São Paulo	M	Cruz, Olga	721632	381N	
Ogata, Maria Gravina	Os resíduos sólidos na organização do espaço e na qualidade do ambiente urbano: uma contribuição geográfica ao estudo do problema na cidade de São Paulo	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	709982	379N	Na bibliografia: SINGER, P. <i>Economia política da urbanização</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1978

Oliveira, Arioaldo Umbelino de	Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao "estado isolado" de Von Thünen	D	Petrone, Pasquale	721634	414N	Na bibliografia: LACOSTE, Y. <i>La géographiem ça sert, d'abord, à faire la guerre.</i> HARVEY, D. <i>Revolutionary and counter revolutionary theory in Geography and the problem of ghetto formation; Critique of location theory.</i> MARX, K. <i>Contribuição para a crítica da economia política; O Capital (livros I,II e III); O 18 Brumário de Luís Bonaparte; Revolução e contra-revolução.</i> MARX, K.; ENGELS, F. <i>A ideologia alemã.</i> ALTHUSSER, L. <i>Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado; Materialismo histórico y materialismo dialético.</i> LENIN, V. <i>El desarrollo del capitalismo en Russia; Cadernos filosóficos; A questão agrária e os críticos de Marx; Materialismo e empiriocriticismo e Que fazer?.</i> ENGELS, F. <i>Anti-Dühring; Contribuição ao problema da habitação.</i> KAUTSKY, K. <i>A questão agrária.</i> TSE-TUNG, M. <i>Sobre a contradição.</i> CARDOSO, F. H. <i>A cidade e a política.</i> OLIVEIRA, F. <i>A economia brasileira - crítica à razão dualista.</i> POULANTZAS, N. <i>Facismo e ditadura.</i> MARTINS, J. S. <i>Sobre o modo capitalista de pensar.</i> GIANNOTTI, J. A. <i>Exercícios de Filosofia.</i> PRADO JR, C. <i>O estruturalismo de Levi-Strauss e o marxismo de Louis Althusser.</i>
Palheta, Iraci Gomes de Vasconcelos	O uso da terra em Tauá-Vigia, estado do Pará	D	Penteado, Antonio Rocha	721344	374N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>A ação do homem.</i>
Rezende, Milton Braga de	A área central de Lorena: um ensaio metodológico de delimitação	M	Penteado, Antonio Rocha	721637	447N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de géographie urbaine.</i> PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo.</i>
Rosa, Flávio Sammarco	A organização do espaço agrário do município de Promissão	M	De Biasi, Mário	721619	395N	
Silva, José da	A agro-indústria em Maringá	M	Franca, Maria Cecília	721728	339N	
Simielli, Maria Elena Ramos	Variação espacial da capacidade de uso da terra: um ensaio metodológico de cartografia temática, aplicado ao município de Jundiá - SP	M	De Biasi, Mário	721639	426N	
Villaça, Flávio	A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais	D	Ceron, Antonio Olivio	721641	460N	Na bibliografia: FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil.</i> PRADO JR, C. <i>Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo e História econômica do Brasil.</i> SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana.</i> HARVEY, D. <i>Explanation in Geography e Social Justice and the city.</i>

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1979

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Andrade, Margarida Maria de	Diadema: uma área de expansão da indústria na metrópole paulistana	M	Petrone, Pasquale	708812	588N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Geografia econômica e A ação do homem</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LEFEBVRE, H. <i>Du rural à l'urbain e Estrutura social: a reprodução das relações sociais</i> . OLIVEIRA, F. <i>A economia da dependência imperfeita; O terciário e a divisão social do trabalho e A economia brasileira: crítica à razão dualista</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> . SINGER, P. <i>Economia política da urbanização e Desenvolvimento econômico e evolução urbana</i> .
Barbière, Evandro Biassi	O fator climático nos sistemas territoriais de recreação: uma análise subsidiária ao planejamento na faixa litorânea do estado do Rio de Janeiro	D	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	708814	563N	
Bastos, Maria Antonieta de Toledo Ribeiro	A organização do espaço agrário de uma parcela do sudoeste paulista: o exemplo de Presidente Vesnesclau	M	De Biasi, Mário	721815	412N	
Biajoti, Ruth Lavras	Uma vila paulistana: Vila Palmeira	M	Petrone, Pasquale	724176	646N	Na bibliografia: ENGELS, F. <i>A questão do alojamento</i> . FERNANDES, F. <i>Comunidade e Sociedade</i> . GEORGE, P. <i>L'Environment - que sais-je?</i> . LEFEBVRE, H. <i>O direito à cidade e O pensamento marxista e a cidade</i> . PRADO JR, C. <i>O fator geográfico na formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo</i> . SINGER, P. <i>Economia política da urbanização</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1979

Carlos, Ana Fani Alessandri	Reflexões sobre o espaço geográfico	M	Muller, Nice Lecocq	708818	sem informação	Na bibliografia: EINSTEIN, A. <i>La relativité</i> . ENGELS, F. <i>La situation de la classe labourieuse en Anglaterre e A origem da familia, da propriedade privada e do Estado</i> . GEORGE, P. <i>La ville, le fait urbain a travers le monde; Geografia urbana; A ação do homem; Os métodos da Geografia e Conferências no Brasil</i> . GIANNOTTI, J. A. <i>A dialética do trabalho</i> . GUGLIELMO, R. <i>Géographie et dialectique</i> . HARVEY, D. <i>Social justice and the city</i> . LACOSTE, Y. <i>A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra</i> . LEFEBVRE, H. <i>Espace et politique e La pensée marxiste et la ville</i> . LENIN, V. <i>Materialisme et empiriocriticisme</i> . LUKACS, G. <i>Introdução à estética marxista</i> . MARTINS, J. S. <i>Sobre o modo capitalista de pensar</i> . MARX, K. <i>Économie et philosophie manuscrits parisiens 1844; Introdução à crítica da economia política; O Capital (livros I,II e III); Formações econômicas pré-capitalistas e Miséria da Filosofia</i> . MARX, K.; ENGELS, F. <i>A ideologia alemã</i> . OLIVEIRA, F. <i>Acumulação capitalista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes; A economia brasileira: crítica à razão dualista e A economia da dependência imperfeita</i> .
Coelho, Arnaldo Guido de Souza	Análise espacial da citricultura paulista, o caso de Limeira: uma proposta metodológica	D	Ab'Saber, Aziz Nacib	709943	708N	
Ferreira, Rosely Pacheco Dias	Geomorfologia da região da Serra do Limoeiro (SP)	M	Queiroz Neto, José Pereira de	721626	445N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1979

Guidugli, Odeibler Santo	A geografia da população urbana: aspectos teóricos e o caso Marília (SP)	D	Silva, Armando Correia da	708821	548N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de géographie urbaine; Sociologia e Geografia, Geografia da população e Os métodos da Geografia.</i> HARVEY, D. <i>Explanation in Geopraphy.</i>
Kohler, Heinz Charles	Região de Igaratá: reflexões sobre metodologia e técnicas aplicadas à análise geomorfológica	M	Queiroz Neto, José Pereira de	721630	452N	Na bibliografia: HERVEY, D. <i>Explanation in Geography.</i> GEORGE, P. <i>Os métodos da Geografia</i>
Leitão, Maria Albanita Mendes	O tamanho da propriedade, as formas de utilização do solo e as relações de produção no município de Aratuba, Ceará	M	Goldenstein, Léa	721653	467N	Na bibliografia: MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do rio bonito.</i> GEORGE, P. <i>Précis de géographie rurale.</i> KAUTSKY, K. <i>A questão agrária.</i> LENIN, V. <i>O programa agrário da Social Democracia na primeira revolução russa de 1905-1907.</i> MARTINS, J. S. <i>Capitalismo e Tradicionalismo e Sobre o modo capitalista de pensar.</i> MARX, K. <i>O Capital (livros I e III) e Formações econômicas pré-capitalistas.</i> PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo e História econômica do Brasil.</i>
Machado, Lucy Marion Calderini Philadelpho	A estruturação hortoniana de bacias hidrográficas do planalto paulistano e das escarpas da Serra do Mar (SP)	M	Cruz, Olga	708825	529N	
Megale, Januário Fancisco	Geografia e sociologia: introdução ao estudo de Max Sorre	D	Araújo Filho, José Ribeiro de	708826	536N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>A ação do homem.</i>
Pontuschka, Nidia Nacib	Suzano e o impacto da industrialização	M	Goldenstein, Léa	721636	453N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>A ação do homem; Geografia urbana e Sociologia e Geografia.</i> IANNI, O. <i>Estado e planejamento econômico no Brasil.</i> SINGER, P. <i>Desenvolvimento e crise; Desenvolvimento econômico e evolução urbana e Dinâmica populacional e desenvolvimento.</i>
Sartori, Maria da Graça Barros	O clima de Santa Maria (RS): do regional ao urbano	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	708830	511N	
Seabra, Odette Carvalho de Lima	A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano	M	Goldenstein, Léa	708831	599N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>La ville e L'ère des techniques.</i> HARVEY, D. <i>Urbanismo y desigualdad social.</i> LEFEBVRE, H. <i>O direito à cidade.</i> MARX, K. <i>O Capital (livro III).</i> OLIVEIRA, F. <i>A economia brasileira: crítica à razão dualista.</i> SINGER, P. <i>O uso do solo na economia capitalista.</i>

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1979

Silva, Armando Correa da	Cinco paralelos e um meridiano: contribuição ao discurso geográfico teórico	LD		717382	sem informação	Na bibliografia: HARVEY, D. <i>Social justice and the city</i> . LACOSTE, Y. <i>A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra</i> . MARX, K. <i>Manifesto de 1848 e A mercadoria: os fundamentos da produção da sociedade e do seu conhecimento</i> . ENGELS, F. <i>Manifesto de 1848</i> . LENIN, V. <i>Notas críticas sobre la cuestion nacional</i> . STALIN, J. <i>El marxismo y el problema nacional</i> . GRAMSCI, A. <i>Alguns temas da questão meridional</i> . ALTHUSSER, L. <i>Contradição e sobredeterminação e Sobre a dialética materialista</i> . GEORGE, P. <i>Sociologia e Geografia</i>
Teixeira, Márcio Antonio	Organização do espaço rural no município de Paraguaçu-Paulista	M	Petrone, Pasquale	721640	427N	Na bibliografia: FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil</i> . GEORGE, P. <i>Précis de géographie rurale e Études de géographie rurale</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . LENIN, V. <i>A questão agrária e os críticos de Marx</i> . MARTINS, J. S. <i>A imigração e a crise do Brasil agrário</i> . PRADO JR, C. <i>A evolução política do Brasil e outros estudos</i> .
Tulik, Olga	Praia do Góis e Prainha Branca: núcleos de periferia urbana na baixada santista	M	Penteado, Antonio Rocha	708833	524N	
Watanabe, Arlette Scatolini	Um estudo geomorfológico na borda norte da bacia de São Paulo - Pirituba	M	Queiroz Neto, José Pereira de	721642	439N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1980

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Abe, Helena Toshiko	A cultura de cogumelos no estado de São Paulo: uma abordagem geográfica	M	França, Maria Cecília	708811	589N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Geografia agrícola do mundo</i> .
Andrade, Marily Bezerra de Castro	O uso da terra em São José dos Campos: exemplos de transformações recentes	M	Goldenstein, Léa	708813	608N	Na bibliografia: MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do rio bonito</i> . GEORGE, P. <i>Geografia econômica; A ação do homem e Os métodos da Geografia</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . LENIN, V. <i>O desenvolvimento do capitalismo na Rússia</i> . MARX, K. <i>O Capital (livros I, II e III) e Misère de la philosophie</i> . PRADO JR, C. <i>A revolução brasileira</i>
Bray, Silvio Carlos	A cultura da cana-de-açúcar no Vale do Paranapanema: um estudo de geografia agrária	D	Araújo Filho, José Ribeiro de	708816	595N	Na bibliografia: FERNANDES, F. <i>Vida rural e mudança social</i> . GEORGE, P. <i>Os métodos da geografia</i> . LEFEBVRE, H. <i>Reflexões sobre o estruturalismo e a história</i> . LENIN, V. <i>Le developpment du capitalisme en Russie</i> . ENGELS, F.; MARX, K. <i>A ideologia em geral</i> .
Canali, Naldy Emerson	Contribuição ao estudo da geomorfologia da área de Colombo (PR)	M	Bigarella, João José	709942	802N	
Cardieri, Francisca Luíza Gimenez	O município de Jandira no conjunto metropolitano de São Paulo	M	De Biasi, Mário	708817	626N	Na bibliografia: COSTA, E. V. <i>Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas</i> . GEORGE, P. <i>Compêndio de Geografia Urbana e Geografia da População</i> .
Castro, Selma Simões de	O platô de Itapetininga e as formações superficiais, material de origem do latossolo vermelho escuro orto	M	Queiroz Neto, José Pereira de	708819	551N	
Ferreira, Maria Eugênia Moreira Costa	Estudo beiogeográfico de líquens como indicadores de poluição do ar em Cubatão	M	Troppmair, Helmut	708820	644N	
Furlani, Geraldo Majella	Estudo geomorfológico das boçorocas de Casa Branca	M	Titarelli, Augusto Humberto Vairo	709945	704N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1980

Herz, Stella Maria Stanowski de Godoy	Identificação de testemunhos da superfície neogênica na área da bacia do rio Piracicaba (SP) através de imagens de satélites landsat	M	Queiroz Neto, José Pereira de	709946	801N	
Kasukuo, Kumagae	Contribuição ao estudo de transformações agrárias ocorridas na ocupação do espaço em Jataizinho	M	Penteado, Antonio Rocha	709947	774N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de géographie rurale</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> .
Kondo, Takaco	Sitiantes japoneses em Lageado e Renópolis	M	Penteado, Antonio Rocha	708822	550N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de géographie rurale e Geografia agrícola do mundo</i> . PRADO JR, C. <i>Evolução política do Brasil</i> .
Leister, Adalberto	A circulação rodoviária no estado de São Paulo: um estudo de geografia humana	M	Araújo Filho, José Ribeiro de	708823	604N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Conferências no Brasil e Os métodos da Geografia</i> .
Lemos, Amália Inês Geraiges de	Um exemplo de processo de metropolização recente na periferia da grande São Paulo: o município de Itaquaquecetuba	D	Petrone, Pasquale	708824	630N	Na bibliografia: COSTA, E. V. <i>Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas</i> . FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil</i> . GEORGE, P. <i>Crítica geográfica do desenvolvimento urbano</i> . HARVEY, D. <i>Social justice and the city</i> . LEFEBVRE, H. <i>O direito à cidade</i> . QUAINI, M. <i>Marxismo e Geografia</i> . SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana</i> .
Lima, Marisa Davi	Os conjuntos habitacionais: uma modalidade de ocupação do espaço urbano	M	Seabra, Manoel	709949	775N	Na bibliografia: ENGELS, F. <i>A questão do alojamento</i> . GEORGE, P. <i>Os métodos da Geografia</i> . LEFEBVRE, H. <i>O direito à cidade; La revolución urbana; La production de l'espace e Espacio y Política</i> . MARX, K. <i>Contribuição à crítica da economia política</i> . PRADO JR, C. <i>Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo</i> . SINGER, P. <i>Economia política da urbanização</i> .
Moro, Dalton Aureo	Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural do município de Maringá	M	Seabra, Manoel	708828	590N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>A ação do homem; Os métodos da Geografia e La campagne</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> .
Passos, Messias Modesto dos	Contribuição ao estudo dos cerrados em função da variação de condições topográficas	M	Troppmair, Helmut	709950	716N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Os métodos em Geografia</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1980

Perides, Paulo Pedro	Um exemplo de processo de organização territorial: a sub-região de Jaú (1830-1930)	D	Petrone, Pasquale	709954	787N	Na bibliografia: FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil</i> . MARTINS, J. S. <i>A imigração e a crise no Brasil agrário e O cativo da terra</i> . SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana</i> . COSTA, E. V. <i>Da senzala à colônia</i> .
Rodrigues, Maria Lucia Estrada	A expansão industrial e o processo de produção do espaço em Betim	M	Navarra, Wanda Silveira	708829	658N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil</i> . GEORGE, P. <i>A ação do homem</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LEFEBVRE, H. <i>A re-produção das relações de produção</i> . MARX, K. <i>A origem do Capital - a acumulação primitiva e O Capital (livros I, II e III)</i> . OLIVEIRA, F. <i>A economia da dependência imperfeita</i> . QUAINI, M. <i>Marxismo e Geografia</i> . SINGER, P. <i>Economia política da urbanização</i> .
Soares, Maria Lucia de Amorim	Contribuição ao estudo da meação: o exemplo da cultura de cebola em Piedade	M	Goldenstein, Léa	709951	778N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Sociologia e Geografia e Os métodos da Geografia</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . MARTINS, J. S. <i>Capitalismo e tradicionalismo e O cativo da terra</i> . PRADO JR, C. <i>A questão agrária no Brasil</i> . SINGER, P. <i>Capital e trabalho no campo</i> .
Sudo, Hideo	Bacia do alto Santo Anastácio: estudo geomorfológico	D	Queiroz Neto, José Pereira de	708832	597N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1981

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Biazon, Márcia Malheiros	Análise comparativa entre fotografias aéreas, imagens de radar e de satélite, no levantamento do uso da terra - o exemplo de Avaré (SP)	M	De Biasi, Mário	711052	872N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de géographie rurale</i> e <i>Os métodos da Geografia</i> .
Ferreira, Renata Diniz	Contribuição ao estudo da vegetação litorânea de Jundu: Itanhaém, SP, Brasil	M	Troppmair, Helmut	709944	779N	
Fonzar, Benedicta Catharina	O processo de ocupação regional, o modelo urbano e o conforto térmico na Alta Sorocabana: um teste aplicado à Presidente Prudente	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	711057	890N	
Mauro, Claudio Antonio de	Estudo geomorfológico da ilha Tupinambarana (AM) com base em imagens de radar	M	Cruz, Olga	710356	812N	
Mottana, Carlos Eugenio	Geografia e planejamento: o exemplo de Serra Negra (SP)	M	França, Maria Cecília	710581	823N	Na bibliografia: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . GEORGE, P. <i>Os métodos da Geografia</i> .
Paschoal, Wanda	As inundações no Cambuci: percepção e reação do habitante e usuário de uma área central da metrópole a um de seus problemas mais sérios	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	710969	845N	Na bibliografia: SINGER, P. <i>Desenvolvimento econômico e evolução urbana e Economia política da urbanização</i> .
Pianaro, Antonio	Estudo hidrodinâmico da bacia do rio Tagaçaba, município de Guaraqueçaba (PR)	M	Cruz, Olga	711054	870N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1981

Pintaudi, Silvana Maria	Os supermercados na Grande São Paulo: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles	M	Seabra, Manoel	710974	860N	Na bibliografia: CHAUI, M. <i>O que é ideologia?</i> . GEORGE, P. <i>Dictionnaire de la Géographie</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LENIN, V. <i>Sobre el problema de los mercados</i> . MARX, K. <i>O capital (livros I, II e III)</i> e <i>Introdução à crítica da economia política</i> . SINGER, P. <i>Economia política do trabalho</i> .
Rodrigues, Arlete Moysés	Processo migratório e situação de trabalho da população favelada de São Paulo	M	Goldenstein, Léa	710597	835N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. <i>Dependência e desenvolvimento na América Latina</i> . ENGELS, F. <i>A situação da classe trabalhadora na Inglaterra</i> e <i>El problema de la vivienda</i> . FURTADO, C. <i>O mito do desenvolvimento econômico</i> . GEORGE, P. <i>Conferências no Brasil</i> . LEFEBVRE, H. <i>O direito à cidade</i> . LENIN, V. <i>Imperialismo, fase superior do capitalismo</i> e <i>O desenvolvimento do capitalismo na Rússia</i> . MARTINS, J. S. <i>O cativo da terra e Expropriação e violência</i> . MARX, K. <i>O capital (livros I, II e III)</i> e <i>Para a crítica da economia política</i> . OLIVEIRA, F. <i>Crítica à razão dualista</i> . SINGER, P. <i>Força de trabalho e emprego no Brasil</i> .
Ross, Jurandyr Luciano Sanches	A qualidade da água subterrânea no espaço urbano da Grande São Paulo	M	Abreu, Adílson Avansi de	711053	894N	
Rossato, Dirce Maria Suertegaray	A atividade humana como processo geomorfológico: o exemplo na bacia do rio Toropi (RS)	M	Christofoletti, Antonio	709955	772N	Na bibliografia: MARX, K. <i>Formações econômicas pré-capitalistas</i> . QUAINI, M. <i>Marxismo e Geografia</i> .
Sampaio, Antonio Heliódoro Lima	Correlações entre uso do solo e ilhas de calor do ambiente urbano: o caso de Salvador	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	710534	829N	Na bibliografia: ENGELS, F. <i>A dialética da natureza</i> .
Santos, Maria Juraci Zani dos	Influências climáticas associadas às pedológicas e econômicas na produção de cana-de-açúcar nos núcleos canavieiros do estado de São Paulo	D	Troppmair, Helmut	710357	822N	
Scarlatto, Francisco Capuano	A indústria automobilística no capitalismo brasileiro e suas articulações com o crescimento espacial na metrópole paulistana	M	Seabra, Manoel	709956	780N	Na bibliografia: FERNANDES, F. <i>Capitalismo dependente</i> . FURTADO, C. <i>O mito do desenvolvimento econômico</i> . GEORGE, P. <i>Geografia e Sociologia</i> . MARX, K. <i>O Capital (livro I)</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> . SINGER, P. <i>Economia política da urbanização</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1981

Souza, Marcos José Nogueira de	Geomorfologia e condições ambientais dos vales do Acaraú-Coreaú (Ceará)	D	Ab'Saber, Aziz Nacib	710358	815N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Les méthodes de la Géographie</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>La Géographie Active</i> .
Tsukamoto, Ruth Youko	A experiência japonesa na cultura e industrialização do chá em Tapiraí - SP	M	França, Maria Cecília	710520	827N	Na bibliografia: FERNANDES, F. <i>A revolução burguesa no Brasil</i> . GEORGE, P. <i>Os métodos da Geografia</i> . MARTINS, J. S. <i>Capitalismo e tradicionalismo</i> . SINGER, P. <i>Evolução da economia brasileira: 1955-1975</i> .
Eufrásio, Mario Antonio	Estrutura da teoria dos lugares centrais de W. Christaller	M	Seabra, Manoel	710973	865N	Na bibliografia: FERNANDES, F. <i>Fundamentos empíricos da explicação sociológica</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1982

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Abreu, Adilson Avansi de	Análise geomorfológica: reflexão e aplicação (uma contribuição ao conhecimento das formas de relevo do Planalto de Diamantina - MG)	LD		721648	179A	Na bibliografia: HARVEY, D. <i>Explanation in Geography</i> .
Bernardes, Laura Regina Mendes	Café e geada: levantamento sistemático da ocorrência e distribuição espacial do fenômeno nas regiões cafeeiras dos estados de São Paulo e Paraná no período 1870-1975	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	711179	896N	
Costa, Wanderley Messias da	O processo contemporâneo de industrialização: um estudo sobre a expansão da produção industrial em território paulista	M	Silva, Armando Correa da	708876	986N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil</i> . ENGELS, F. <i>A questão da habitação</i> . FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil</i> . GEORGE, P. <i>Geografia econômica</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LEFEBVRE, H. <i>O pensamento marxista e a cidade</i> . LENIN, V. <i>El imperialismo, fase superior del capitalismo</i> . MARX, K. <i>O Capital (livros I, II e III)</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> .
Del Grossi, Sueli Regina	Bases geomorfológicas da paisagem no planalto de Monte Alto (SP)	M	Abreu, Adilson Avansi de	714473	1001N	
Guidugli, Marta Maria Barreto	Geomorfologia e problemas urbanos em Marília - SP	M	Conti, José Bueno	713119	950N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>L'action humaine; Précis de Géographie urbaine e L'ère des techniques, constructions ou destructions?</i>
Junqueira, Claudete Barriguella	A reapropriação do espaço a partir da integração agro-industrial	D	Petrone, Pasquale	714756	1037N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>A economia nos Estados Unidos</i> .
Leme, Sueli Mançanares	Compartimentação geomorfológica e organização do espaço em São José do Rio Pardo, SP	M	Abreu, Adilson Avansi de	711055	886N	Na bibliografia: HARVEY, D. <i>Explanation in Geography</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1982

Marangoni, Ana Maria Marques Camargo	O governo planejador e as transformações do espaço brasileiro	D	Petrone, Pasquale	714757	1040N	Na bibliografia: GRAMSCI, A. <i>Maquiavel, a política e o Estado moderno</i> . LACOSTE, Y. <i>A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra</i> .
Mundim, Marlene Miranda	Aspectos geomorfológicos da Baixada do Alto Paraguai a baixada cuiabana. O alto Vale do Pari - MT	M	Cruz, Olga	711056	888N	
Oliveira, João Mariano de	A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop	M	Seabra, Manoel	714484	1006N	Na bibliografia: KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . LENIN, V. <i>O desenvolvimento do capitalismo na Rússia</i> . LUXEMBURG, R. <i>A acumulação do capital</i> . MARX, K. <i>Contribuição para a crítica da economia política e O Capital (livro I)</i> . MARTINS, J. S. <i>Expropriação e violência; Os camponeses e a política no Brasil e O cativo da terra</i> .
Pazera Junior, Eduardo	Caieiras: um município da faixa periférica da metrópole paulistana	M	Petrone, Pasquale	712279	937N	Na bibliografia: ENGELS, F. <i>A situação da classe trabalhadora na Inglaterra</i> . FOUCAULT, M. <i>Vigiar e Punir</i> . GEORGE, P. <i>Os métodos da Geografia</i> . LACOSTE, Y. <i>A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra</i> . MARX, K. <i>O Capital (livro III)</i> .
Ribeiro, Lucedino Paixão	Ferralitização do nordeste semi-árido: os solos vermelhos de Jequié - Bahia	D	Queiroz Neto, José Pereira de	714485	998N	
Rinaldi, Dalva Marlene Chioca	As boçorocas como condicionantes do crescimento urbano de Franca	M	De Biasi, Mário	713118	952N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Geografia urbana e Os métodos da Geografia</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1982

Silva, Armando Corrêa da	A metrópole ampliada e o bairro metropolitano. O caso de São Paulo: o bairro da Consolação	LD		717383	155A	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>O modelo político brasileiro e outros ensaios</i> . GEORGE, P. <i>Sociologia e Geografia</i> . GIANNOTTI, J. A. <i>Origens da dialética do trabalho</i> . HARVEY, D. <i>A justiça social e a cidade</i> . LEFEBVRE, H. <i>O direito à cidade</i> . MARTINS, J. S. <i>Expropriação e violência</i> . MARX, K. <i>O 18 brumário de Luís Bonaparte e Formações econômicas pré-capitalistas</i> . MARX, K.; ENGELS, F. <i>A ideologia alemã</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . LENIN, V. <i>O desenvolvimento do capitalismo na Rússia</i> . GRAMSCI, A. <i>Os intelectuais e a organização da cultura</i> . LOWY, M. <i>Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários</i> . MARX, K. <i>O Capital (livros I, II e III)</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia ativa</i> . LOJKINE, J. <i>Marxismo e urbanismo capitalista</i> . SINGER, P. <i>Economia política da urbanização</i> . PRADO JR, C. <i>Evolução política do Brasil e outros estudos</i> .
Silveira, Fátima Rotundo da	Poeira e sumo nos olhos dos que produzem: um estudo sobre o trabalhador rural, residente urbano e suas condições de vida no município de Bebedouro	M	Oliveira, Ariovaldo Umbelino de	714175	973N	Na bibliografia: MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do Rio Bonito</i> . GEORGE, P. <i>A ação do homem e La campagne</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . LUCKACS, G. <i>Trabalho e Ideologia (cap. Inédito de Ontologia do Ser Social)</i> . MARTINS, J. S. <i>A imigração e a crise no Brasil agrário; Modernização e problemas agrários no estado de São Paulo; O cativo da terra e Expropriação e violência</i> . MARX, K.; ENGELS, F. <i>A ideologia alemã</i> . MARX, K. <i>O Capital (livro I) e Salário, preço e lucro</i> . PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo e Questão agrária</i> . QUAINI, M. <i>Marxismo e Geografia</i> .
Viana, Myrna Therezinha Rego	São Miguel Paulista, o chão dos desterrados (um estudo de migração e de urbanização)	M	Goldenstein, Léa	714594	1010N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. <i>Dependência e desenvolvimento na América Latina</i> . ENGELS, F. <i>Contribuição ao problema da habitação e A situação da classe trabalhadora na Inglaterra</i> . FURTADO, C. <i>Formação econômica do Brasil</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . LEFEBVRE, H. <i>O direito à cidade e Pensamento marxista e a cidade</i> . LENIN, V. <i>O desenvolvimento do capitalismo na Rússia</i> . MARTINS, J. S. <i>O cativo da terra e Expropriação e violência</i> . MARX, K. <i>O capital (livros I, II e III) e Contribuição à crítica da economia política</i> . OLIVEIRA, F. <i>Elegia para uma re(li)gião</i> .

Trabalhos defendidos no DG/USP  
1982

Baccaro, Claudete Aparecida Dallevedove	Processos de movimentos de massa e a evolução das vertentes na Serra do Mar em Cubatão (SP)	M	Cruz, Olga	714298	990N	
---	---	---	------------	--------	------	--

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1983

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Abrão, Vera Lucia Santos	A pecuária em Corumbá: uma contribuição ao estudo da natureza das relações de produção e de trabalho no Pantanal	M	Seabra, Manoel	714747	1061N	Na bibliografia: IANNI, O. <i>A luta pela terra e Ditadura e agricultura</i> . LENIN, V. <i>Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos e O desenvolvimento do capitalismo na Rússia</i> . MARTINS, J. S. <i>O cativo da terra e A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária</i> . MARX, K. <i>Contribuição para a crítica da Economia Política</i> . PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo</i> .
Callai, Helena Copetti	Trajectoria de expropriação: o colono e a formação da região de colônias novas	M	Oliveira, Ariovaldo Umbelino de	715318	1100N	Na bibliografia: MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do Rio Bonito</i> . ENGELS, F. <i>Dialética da natureza</i> . FRANCO, M. S. C. <i>Homens livres na ordem escravocrata</i> . GRAMSCI, A. <i>Alguns temas da questão meridional</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . LACOSTE, Y. <i>A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra</i> . LEFEBVRE, H. <i>Espacio y política</i> . LENIN, V. <i>Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos</i> . MARTINS, J. S. <i>A imigração e a crise do Brasil agrário; Capitalismo e tradicionalismo; Expropriação e violência e Os camponeses e a política no Brasil</i> . MARX, K. <i>Formações econômicas pré-capitalistas e O Capital (livro III)</i> . OLIVEIRA, F. <i>A economia da dependência imperfeita e Elegia para uma re(li)gião</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil e A questão agrária</i> . QUAINI, M. <i>Marxismo e Geografia</i> .
Carvalho, Maria Gelza Rocha Fernandes de	Contribuição ao estudo da dinâmica atual do morro da península em Guarujá - SP	M	Cruz, Olga	715609	1118N	
Casseti, Valter	Estudo dos efeitos morfodinâmicos pluviais no planalto de Goiania: uma análise quantitativa de resultados experimentais	D	Abreu, Adilson Avansi de	715028	sem informação	
Cruz, Olga	Estudo dos processos geomorfológicos do escoamento pluvial na área de Caraguatatuba - São Paulo	LD		714297	153A	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Os métodos da Geografia e O meio ambiente</i>

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1983

Domingues, Elvira Neves	Estudo de processos geomorfológicos do escoamento fluvial e evolução de vertentes na Serra do Cubatão, Serra do Mar - SP	M	Cruz, Olga	722033	1052N	
Funari, Frederico Luiz	Insolação, radiação solar global e radiação líquida no Brasil	M	Tarifa, José Roberto	715682	1147N	
Garrido Filha, Irene	Garimpos de cassiterita: pesquisa geográfica em Goiás	D	Petrone, Pasquale	715199	1093N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Précis de Géographie économique</i> . MARTINS, J. S. <i>Expropriação e violência</i> . PRADO JR, C. <i>Formação do Brasil contemporâneo</i> .
Lacativa, Ana Zaiantchik	Ocorrência de geada no estado de São Paulo	M	Conti, José Bueno	715615	1124N	
Leite, Maria Angela Faggin Pereira	Análise geossistêmica em geografia como subsídio ao planejamento paisagístico	M	Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo	715317	1105N	Na bibliografia: TUAN, Y. <i>Topofilia</i> .
Leon, Moacir Barbosa de	Estudo limnológico da barragem Santa Bárbara, Pelotas, relacionado às características fisiográficas regionais	M	Queiroz Neto, José Pereira de	714754	1050N	
Lucas, Maria de Lourdes Gonçalves	Da Serra dos Tapes à Laguna dos Patos: uma contribuição ao conhecimento geomorfológico em borda de maçoço antigo	M	Abreu, Adilson Avansi de	714745	1039N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1983

Moraes, Antonio Carlos Robert	Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel	M	Silva, Armando Correa da	715204	1088N	Na bibliografia: ANDERSON, P. <i>Considerações sobre o marxismo ocidental</i> . ARANTES, P. <i>Idéia e ideologia e O partido da inteligência</i> . ENGELS, F. <i>Anti-Dühring; As guerras camponesas na Alemanha; Do socialismo utópico ao socialismo científico e Origens da família, da propriedade e do Estado</i> . FERNANDES, F. <i>Universidade brasileira: reforma ou revolução?</i> . GEORGE, P. <i>Os métodos em Geografia</i> . GIANNOTTI, J. A. <i>A sociedade como técnica da razão</i> . GRAMSCI, A. <i>Os intelectuais e a organização da cultura e Alguns temas da questão meridional</i> . HOBBSAWM, E. <i>Las revoluciones burguesas; A Era do Capital e História do Marxismo (org.)</i> . KONDER, L. <i>Marx: vida e obra e O que é dialética</i> . LACOSTE, Y. <i>A Geografia e A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra</i> . LENIN, V. <i>Materialismo e empiriocriticismo; Contra el revisionismo, en defensa del marxismo e El desarrollo del capitalismo en Russia</i> . LOWY, M. <i>Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários e La teoria de la revolución en el joven Marx</i> . LUKACS, G. <i>Ensayos sobre el realismo; La noveta histórica e Marxismo e teoria da literatura</i> . LUXEMBURG, R. <i>A crise da socialdemocracia e Reforma, revisionismo e oportunismo</i> . MARX, K. <i>Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política; O 18 Brumário de Luís Bonaparte; Teoria de la plusvalía; Formações econômicas pré-capitalistas; O Capital (livros I,II e III); As lutas de classe na França e Crítica da Filosofia do Direito de Hegel</i> . MARX, K.; ENGELS, F. <i>A ideologia alemã e La ideologia alemana</i> . QUAINI, M. <i>La costruzione della Geografia umana e Marxismo e Geografia</i> . RECLUS, E. <i>Introducción de Introduction a la Géographie Generale comparée (RITTER, C.)</i> . TROTSKY, L. <i>História da revolução russa e A revolução permanente</i> .
Novo, Evlyn Márcia Leão de Moraes	Ação antrópica e morfodinâmica fluvial: contribuição ao conhecimento de lapsos de reação de subsistemas geomorfológicas do médio vale do Paraíba do Sul	D	Abreu, Adilson Avansi de	715619	1115N	
Orsell, Leda	Proposta de classificação climática aplicada ao estado de Santa Catarina	D	Conti, José Bueno	714758	1068N	

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1983

Pontes, Beatriz Soares	Brasil: o estado planejador e as políticas nacionais de urbanização (1937-1979)	D	Seabra, Manoel	714755	1043N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>O modelo político brasileiro e outros ensaios</i> . FURTADO, C. <i>O Brasil pós-"milagre"</i> . OLIVEIRA, F. <i>A economia da dependência imperfeita</i> . BASTIDE, R. <i>Usos e sentidos do termo 'estrutura'</i> . HARVEY, D. <i>Urban systems and social justice</i> . LEFEBVRE, H. <i>La révolution urbaine; La pensée marxiste e la ville e La production de l'espace</i> . LENIN, V. <i>El Estado e la revolución e As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo</i> . MARX, K. <i>Manuscritos econômico-filosóficos e A origem do capital (a acumulação primitiva)</i> . PEET, R. <i>Materialism, social formation and socio-spatial relations - an essay in marxist geography</i> .
Rodrigues, Aparecida Maria Perdigão	Renda da terra, trabalho, espaço e capital - os "tiradores" de leite de Catuçaba - SP	M	Silva, Armando Correia da	715867	1166N	Na bibliografia: ENGELS, F. <i>Contribuição ao problema da habitação</i> . HARVEY, D. <i>A justiça social e a cidade</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . LACOSTE, Y. <i>A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra</i> . LEFEBVRE, H. <i>Introdução à modernidade; Sociologia de Marx e O direito à cidade</i> . MARX, K. <i>A questão judaica; O Capital (livros I e III) e Formações econômicas pré-capitalistas</i> . MARX, K.; ENGELS, F. <i>A ideologia alemã</i> . QUAINI, M. <i>Marxismo e Geografia</i> . VERGOPOULOS, K. <i>Capitalismo disforme</i> .
Santos, Maria do Carmo Soares Rodrigues dos	Avaliação da documentação cartográfica, aerofotográfica e do imageamento do estado de São Paulo, como subsídio aos estudos geomorfológicos	M	Titarelli, Augusto Humberto Vairo	715202	1087N	
Santos, Regina Célia Bega dos	Osasco: migrações, condições de vida e produção do espaço	M	Goldenstein, Léa	708925	1029N	Na capa externa do trabalho consta o termo 'produção do espaço'. Já na primeira capa, interna, consta no seu lugar o termo 'apropriação do espaço'. Na bibliografia: ENGELS, F. <i>A situação da classe trabalhadora na Inglaterra</i> . GEORGE, P. <i>Os métodos da Geografia; Geografia da população e A ação do homem</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LEFEBVRE, H. <i>O direito à cidade e La revolución urbana</i> . MARTINS, J. S. <i>Capitalismo e tradicionalismo; O cativo da terra e Expropriação e violência</i> . MARX, K. <i>O Capital (livros I,II e III)</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1983

Teixeira, Maria Aparecida Serapião	A adversidade e a diversidade dos produtores de leite (de "pecuaristas-mercantis" à proletários ou à empresários"	M	Goldenstein, Léa	722225	1018N	Na bibliografia: MELLO E SOUZA, A. C. <i>Os parceiros do Rio Bonito</i> . ENGELS, F. <i>La guerra de campesinos en Alemania y el problema de la vivienda</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LEFEBVRE, H. <i>De lo rural a lo urbano</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . MARTINS, J. S. <i>Capitalismo e tradicionalismo e O cativo da terra</i> . MARX, K. <i>O Capital (livro II)</i> .
Tetila, José Laerte Cecilio	Ritmo pluviométrico e o cultivo da soja: uma análise geográfica aplicada ao sul de Mato Grosso do Sul	M	Tarifa, José Roberto	714743	1046N	
Vicentin, Clovis Luis	Aspectos sinóticos de um evento climático extremo no Brasil de sudeste: o caso das inundações de fevereiro de 1979	M	Tarifa, José Roberto	714746	1044N	
Zavatini, João Afonso	Variações do ritmo pluvial no oeste de São Paulo e norte do Paraná (eixo Araçatuba-Presidente Prudente-Londrina)	M	Titarelli, Augusto Humberto Vairo	715316	1101N	
Sposito, Eliseu Savério	Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na alta sorocabana	M	Silva, Armando Correa da	714593	1019N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Les migrations internationales e Os métodos da Geografia</i> . MARX, K.; ENGELS, F. <i>A ideologia alemã</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LACOSTE, Y. <i>A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra</i> . LEFEBVRE, H. <i>Espace et politique</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1984

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Asari, Alice Yatiyo	Produtores e processadores do rami (o caso de Londrina - PR)	M	Fernandes, Liliana Laganá	716197	1205N	Na bibliografia: GORENDER, J. <i>Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro</i> . GUIMARAES, A. P. <i>A crise agrária e Quatro séculos de latifúndio</i> . KAUTSKY, K. <i>A Questão agrária</i> . KONDER, L. <i>O que é dialética</i> . MARTINS, J. S. <i>O cativo da terra</i> . MARX, K. <i>O Capital (livro II)</i> . RANGEL, I. M. <i>Questão agrária e agricultura</i> .
Damiani, Amélia Luisa	Na busca das favelas o encontro do "peão" que permanece: as favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico siderúrgico	M	Silva, Armando Correa da	728507	1258N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>As idéias e seu lugar - ensaios sobre as teorias do desenvolvimento</i> . LEFEBVRE, H. <i>Espacio y política; O pensamento marxista e a cidade e Estrutura social: a reprodução das relações sociais</i> . MARTINS, J. S. <i>Expropriação e violência</i> . MARX, K. <i>Miséria da Filosofia; Manuscritos econômico-filosóficos de 1844; O Capital (livros I e II); Teorias sobre la plusvalía e A ideologia alemã</i> . SINGER, P. <i>Evolução da economia brasileira</i> .
Lombardo, Magda Adelaide	A ilha de calor da metrópole paulistana	D	Tarifa, José Roberto	716199	1199N	Na bibliografia: LEFEBVRE, H. <i>O direito à cidade</i> . MARCUSE, H. <i>Ecologia y revolución</i> . QUAINI, M. <i>Marxismo e Geografia</i> .
Martin, André Roberto	O bairro do Brás e a deterioração urbana	M	Silva, Armando Correa da	716211	1198N	Na bibliografia: CARDOSO, F. H. <i>A estrutura da indústria em São Paulo após 1930</i> . ENGELS, F. <i>A situação da classe trabalhadora na Inglaterra</i> . LEFEBVRE, H. <i>O pensamento marxista e a cidade e La revolución urbana</i> . LOJKINE, J. <i>El marxismo, el Estado y la cuestión urbana</i> . MARX, K. <i>O Capital (livros I, II e III) e Formações econômicas pré-capitalistas</i> . MARTINS, J. S. <i>O cativo da terra</i> . HARVEY, D. <i>A justiça social e a cidade</i> . PRADO JR, C. <i>História econômica do Brasil</i> . SINGER, P. <i>Economia política da urbanização</i> .
Martinelli, Marcelo	Comunicação cartográfica e os atlas de planejamento	D	Petrone, Pasquale	716200	1208N	Na bibliografia: GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . LACOSTE, Y. <i>La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1984

Modenesi, May Christine	Significado dos depósitos correlativos quaternários em Campos do Jordão - São Paulo: implicações paleoclimáticas e paleoecológicas	D	Ab'Saber, Aziz Nacib	715691	1151N	
Schifino, Antonio Carlos	Uma abordagem das atividades agrárias: pequenos e médios proprietários rurais na região de Ouricuri, Pernambuco	M	Navarra, Wanda Silveira	728489	1207N	Na bibliografia: ENGELS, F. <i>A dialética da natureza</i> . GEORGE, P. <i>A ação do homem; Os métodos da Geografia e Sociologia e Geografia</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . GRAMSCI, A. <i>A concepção dialética da história</i> . HARVEY, D. <i>A justiça social e a cidade</i> . KAUTSKY, K. <i>A questão agrária</i> . LACOSTE, Y. <i>A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra</i> . LEFEBVRE, H. <i>De lo rural a lo urbano</i> . LUXEMBURG, R. <i>A acumulação do capital</i> . MARTINS, J. S. <i>Capitalismo e tradicionalismo; Expropriação e violência e Os camponeses e a política no Brasil</i> . MARX, K.; ENGELS, F. <i>A ideologia alemã</i> . MARX, K. <i>O Capital (livros I,II e III) e Formações econômicas pré-capitalistas</i> . OLIVEIRA, F. <i>A economia da dependência imperfeita e Elegia para uma re(li)gião</i> . PRADO JR, C. <i>Fundamentos da teoria econômica; Notas introdutórias à lógica dialética; A questão agrária e Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista</i> . SINGER, P. <i>Economia política da urbanização</i> .
Vesentini, José William	A capital da geopolítica: um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília	D	Seabra, Manoel	717303	1216N	Na bibliografia: FURTADO, C. <i>A Operação Nordeste</i> . GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. <i>A Geografia Ativa</i> . OLIVEIRA, F. <i>O banquete e o sonho - ensaios sobre a economia brasileira</i> . CARDOSO, F. H. <i>Dos governos militares e Prudente-Campos Sales</i> . OLIVEIRA, F. <i>Elegia para uma re(li)gião</i> . PRADO JR, C. <i>A revolução brasileira</i> . CHAUI, M. <i>Cultura e democracia - o discurso competente e outras falas</i> . FOUCAULT, M. <i>Microfísica do Poder</i> . GRAMSCI, A. <i>Antologia</i> . HARVEY, D. <i>A justiça social e a cidade</i> . LACOSTE, Y. <i>A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra</i> . LEFEBVRE, H. <i>La production de l'espace; Espacio y Política e Estrutura social: a reprodução das relações sociais</i> . LUXEMBURG, R. <i>A acumulação do capital</i> . MARX, K. <i>O 18 Brumário de Luís Bonaparte e O Capital (livros I,II e III)</i> . MERLEAU-PONTY, M. <i>Las aventuras de la dialectica</i> . QUAINI, M. <i>Marxismo e Geografia e A construção da Geografia Humana</i> . THOMPSON, E. P. <i>Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial</i> .

## Trabalhos defendidos no DG/USP

1985

Autor	Título	Nível	Orientador	Dedalus	Tombo CAPH	Observações
Barros, Omar Neto Fernandes	Análise estrutural e cartográfica detalhada de solos em Marília, estado de São Paulo: ensaio metodológico	M	Queiroz Neto, José Pereira de	717295	1278N	
Lencioni, Sandra	Agricultura e urbanização. A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar	M	Goldenstein, Léa	717298	1267N	Na bibliografia: BEIGUELMAN, P. <i>A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos</i> . GORENDER, J. <i>Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro</i> . GRAMSCI, A. <i>Obras escolhidas</i> . LENIN, V. <i>Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos e El desarrollo del capitalismo en Russia</i> . MARTINS, J. S. <i>O cativo da terra</i> . MARX, K. <i>Primeiro manuscrito; O Capital (livros I, II e III); Elementos fundamentais para la crítica de la economía política e Miséria da Filosofia</i> . OLIVEIRA, F. <i>Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes</i> .
Poltronieri, Ligia Celoria	Crédito rural e modernização da agricultura em Rio Claro (SP)	D	França, Maria Cecília	717690	1310N	
Rodrigues, Adyr Apparecida Balastrieri	Águas de São Pedro - estância paulista. Uma contribuição à geografia de recreação	D	De Biasi, Mário	717302	1266N	Na bibliografia: GEORGE, P. <i>Sociologia e Geografia</i> . LEFEBVRE, H. <i>O direito à cidade</i> . TUAN, Y. <i>Topofilia; Geografia Humanística e Espaço e lugar</i> .
Souza, Cleonice Furtado de	Ritmo climático e irregularidades pluviométricas no estado do Rio Grande do Norte (com repercussões nas atividades econômicas do sal marinho, algodão arbóreo e cana-de-açúcar)	M	Titarelli, Augusto Humberto Vairo	717370	1305N	